

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

LEONOR SIMIONI

Concordância em construções passivas com argumentos pré e pós-  
verbais, e incorporação de nomes nus no PB

São Paulo

2011

LEONOR SIMIONI

Concordância em construções passivas com argumentos pré e pós-  
verbais, e incorporação do singular nu no PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Semiótica e Linguística Geral do Departamento de  
Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção  
do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

**Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes**

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: SIMIONI, Leonor

Título: Concordância em construções passivas com argumentos pré e pós-verbais, e incorporação do singular nu no PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

**Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes**

Aprovada em: 07/12/2011

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (FFLCH/USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Lúcia de Paula Müller (FFLCH/USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcello Modesto dos Santos (FFLCH/USP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes (UNICAMP)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, eternos incentivadores e  
financiadores dos meus sonhos, e  
Ao João, companheiro de linguística e  
de vida,  
Com todo o meu amor.*

## AGRADECIMENTOS

No dia em que eu passei na seleção para o doutorado, prometi que o primeiro agradecimento da tese seria para professora Charlotte Galves, porque ela me emprestou o dicionário monolíngue de francês sem o qual eu não teria sido aprovada na prova de proficiência e, por consequência, não teria entrado no doutorado. Promessa é dívida!

Além da professora Charlotte, tem três outras pessoas que eu não poderia deixar de mencionar como “responsáveis” pelo meu ingresso na USP: a querida Ruth Lopes, minha orientadora do mestrado, que me incentivou a prestar a seleção mesmo sabendo que isso implicaria uma correria louca pra terminar a dissertação e ainda me deu pouso em Campinas quando vim prestar a prova de proficiência; a não menos querida Sabrina Casagrande, que me deu um apoio logístico e emocional importantíssimo durante a seleção; e o Julio Barbosa, que encaminhou a minha papelada, me hospedou durante a seleção e durante o meu processo de mudança pra São Paulo e me mostrou o caminho das pedras da USP. Sem vocês eu não teria nem começado essa trajetória!

Agradeço também ao Jairo, que se mostrou um cara formidável desde a minha qualificação do mestrado, por ter me acolhido como orientanda e por tudo o que me ensinou nesses quatro anos. Sou imensamente grata pelo aprendizado que a nossa convivência me proporcionou, pelas oportunidades que recebi, pelos incentivos e puxões de orelha, pela paciência todas as vezes que eu empacava em algum ponto (não foram poucas). O Jairo é um modelo pra qualquer profissional, e espero um dia fazer jus ao orientador que tive, mesmo sabendo que não é tarefa fácil.

Meu super muito obrigada vai também aos professores do DL que contribuíram diretamente na minha formação com aulas, sugestões, comentários e papos informais pelos corredores. À Ana Müller, pelo carinho que sempre teve comigo e por ter me inspirado, ainda que sem saber, a me meter na discussão sobre os nomes nus; à Ana Scher, pelas contribuições na minha banca de qualificação e pelo sorriso contagiante; à Elaine Grolla, por me lembrar sempre que eu não devia abandonar a aquisição (um dia ainda escrevo aquele artigo sobre as infinitivas raiz); à Esmeralda Negrão, que entrou pra lista dos meus exemplos a serem seguidos, pela super força nos dias que antecederam a minha ida pros Estados Unidos; à Evani Viotti, pelas aulas sobre passivas que muito me fizeram pensar; ao Marcello Modesto, pela paciência nas discussões sobre controle; ao Marcelo Ferreira, por ter conseguido a façanha de me ensinar semântica formal; ao Marcos Lopes, o Mestre, por ter me introduzido à filosofia, ao L<sub>A</sub>T<sub>E</sub>X, ao boxe e à Hamburgueria Nacional, e por ter passado uma tarde inteira comigo no hospital; e à Raquel Santos, por aceitar uma “estranha no ninho” na matéria de aquisição de fonologia. Agradeço também ao Alessandro Medeiros, pela amizade e pela participação “casca-grossa” na minha banca de qualificação; ao Paco Ordoñez, pelas sugestões ao meu trabalho e por me proporcionar a oportunidade de conhecer Nova York (e por me viciar em *Vichy Catalán!*); e à Mary Kato, por ser um exemplo a ser seguido.

Obrigada também aos fiéis escudeiros Érica Flávia, Ben Hur e Robson, por toda a ajuda logística, desde a operação da máquina de xerox até a ajuda pra esconder o bolo da festinha-surpresa do Jairo no frigobar do departamento, passando por todos os milhões de “como eu faço isso”, “como eu faço aquilo” que eles responderam nesses quatro anos. Muito obrigada por tudo, do fundo do coração. Vocês são show!

Agradeço também a todos os que participaram de uma forma ou de outra desse doutorado, com comentários, críticas e sugestões a versões anteriores da tese, rascunhos de artigos ou apresentações em congressos. Agradeço especialmente aos professores Zeljko Bošković, Carmen Dobrovie-Sorin e Maria Rita Manzini pelos cursos inspiradores e pelos comentários à minha pesquisa.

Agradeço imensamente a todo o pessoal do departamento de linguística da University of Maryland pela acolhida. Em especial ao Norbert Hornstein, meu anfitrião acadêmico na University of Maryland, por todas as sugestões e comentários ao meu trabalho, pelas aulas inesquecíveis, por compartilhar do meu ceticismo ~~e elevá-lo à milésima potência~~ e por me fazer me sentir em casa. Agradeço também ao Howard Lasnik pelo curso brilhante de introdução à sintaxe, recheado de anedotas sobre a história da teoria gerativa, pelos comentários ao meu trabalho e por tentar (sem sucesso) me ensinar a jogar pingue-pongue; e ao Paul Pietroski pelo curso igualmente brilhante de introdução à semântica e por me mostrar que as minhas implicâncias teóricas não são só minhas. Super obrigada também à Tonia Bleam pelo interesse pela minha pesquisa e pela ajuda com os nomes nus, à Kathy e à Kim pela ajuda logística, aos queridos Yakov, Pedro e Mathias pela parceria, ao Brian por me introduzir ao *locker* e a todos os demais que, de uma forma ou de outra, fizeram parte da minha vida em College Park, seja discutindo um ponto teórico no *Syntax Lab* ou uma teoria da conspiração na hora do almoço. Agradeço também à minha *roommate* Azadeh, que me ajudou muito durante todo o tempo que estive por lá, ao Stan, que salvou minha vida mais de uma vez no condomínio e bateu a minha primeira foto na neve, e aos *roomates* do Rey, que me acolheram no Thanksgiving e nem me deixaram lavar a louça.

Agradeço também a acolhida não menos calorosa que recebi na Universiteit Utrecht. Ao Norbert Corver, meu anfitrião acadêmico, agradeço por ter me recebido tão bem, por estar sempre tão empolgado pra discutir o meu trabalho e por depositar tanta confiança em mim num momento em que eu realmente precisava. Os meses que passei em Utrecht mudaram a minha vida e a visão que eu tinha do fazer acadêmico, e o Norbert foi um dos grandes responsáveis por isso. *Grazie mille* também ao Denis Delfitto por toda a confiança, pela inestimável ajuda com a minha pesquisa e pela amizade. Agradeço também a Marjo Van Koppen e Ora Matushanski pelo encorajamento e pelas valiosas sugestões ao meu trabalho, e ao pessoal do grupo *Weak Referentiality*, em especial a Henriëtte de Swart, Joost Zwart, Bert Le Bruyn, Michael Everaert, Ellen-Petra Kester e Ana Aguilar Guevara pelas horas de discussão sobre os nomes nus no PB. Agradeço também ao professor Craig Thiersch pela atenção, ao Gaetano Fiorin pelas animadas discussões comigo e com o Denis, aos meus *officemates* Assaf Toledo e Emilienne Ngangoum, à Bettina Grüber, à Marijana Marelj e aos demais colegas e professores por me receberem tão bem e por me envolverem nas atividades acadêmicas e sociais do grupo. *Dank u wel* à Yvonne, à Jacqueline e à Mariette por todo o auxílio logístico e pelas risadas, e à Corrie pela solicitude em providenciar os envelopes quinzenais que permitiram a minha sobrevivência em Utrecht.

Agradeço à Roberta D'Alessandro pela oportunidade de apresentar meu trabalho da Universiteit Leiden e à audiência lá presente, em especial aos amigos Andrés Saab e Mercedes Pujalte e a Laura Migliori, Giuseppe Torcolacci e Irene Franco pela acolhida e pela discussão calorosa na sala de conferência e no bar, onde falamos um esportuliano jóia. Obrigada também à querida Ana Castro pelo convite para apresentar meu trabalho na Universidade Nova de Lisboa e por me receber tão calorosamente em Lisboa, e a todos os presentes durante a conferência pelas sugestões e comentários. E ao Nino Grillo, pelo almoço na Gulbenkian.

Obrigada a todos os queridos amigos da USP: Rerisson Cavalcante, Luciana Sanchez Mendes, Julio Barbosa, Lara Frutos, Marcus Lunguinho, Fátima Baia, Rafael Minussi, Mariana Resenes, Indaiá Bassani, Renato Lacerda, Carol Petersen, Roberlei Bertucci, Aline Rodero, Lucia Helena Silva, Bruna Seixas, Ana Gomes, Nize Paraguassu, Lídia Lima da Silva, Thiago Coutinho-Silva, João Paulo Cyrino, Paula Armelin, Fabiana Moretti, Fernanda Nogueira, Ivan Rocha, Sueli Ramos, Roberta Ragi e Camila Ribeiro. E aos amigos linguistas espalhados por esse brasilão de Deus: Sabrina Casagrande, Lucilene Liz, Paulo Medeiros, José Ferrari, Ronald Taveira, Claudinha Roberta, Marcelo Sibaldo, Adeílson Sedrins, Pablo

Ribeiro, Flávio Martins, Gesoel ‘Gigio’ Mendes, Vívian Antonino, Felipe Pinto, Elisângela Gonçalves e André Antonelli. Ufa, quanta gente! Queridos, sem vocês pra dividir as dores e delícias da pesquisa e os quartos de hotel durante os congressos da vida, o doutorado não teria tido a mesma graça!

Um *thanks* especial ao Julinho, por ter sido tão presente, e ao *Seu Homerth*, pelo mesmo motivo; ao Lunguinho, pelo companheirismo desde o início dessa caminhada; à Larinha, pela animação contagiante; e ao Renato, meu “filho”, pelo carinho e pela parceria.

Um quebra-costelas bagual pro pessoal da UFRGS, em especial Sabrina Abreu, Mathias Schaff, Sérgio Menuzzi, Gabriel Othero, Marcos Goldnadel, Félix Bugueño, Pablo Ribeiro, Gabriel Roisenberg, Aline Vargas e Eduardo Soares, por ainda me receberem como alguém “de casa”. E pro Jota, que foi e voltou.

Obrigada aos meus grandes amigos “de Porto Alegre”, Rejane, Tigrão, Diego, Pablo e Dani, e às “gurias de Floripa”, Sá e Lu, por compreenderem a minha *offlinidade* nesses últimos tempos de finalização de tese. Nossa amizade dispensa maiores explicações. Amo vocês!

À Lu, minha “gêmea”, por me entender tanto, por ser tão companheira pra tudo, por ter sido tão presente (ainda bem que tínhamos NET Fone!), por tudo o que dividimos ao longo desses anos, obrigada de coração. *Friend*, estamos longe mas passa!

Ao meu irmão Rey, por tudo o que já vivemos juntos, meu carinho, minha gratidão e meu amor sempre. A luta continua!

À minha enorme família, que não entende muito bem o que eu faço e por que eu ainda não tenho um emprego, mas mesmo assim se orgulha de mim; à Tia Têre, por sempre se preocupar comigo e por fazer por mim mais do que devia; e à minha madrinha Leonora, seu Ermínio e Elisa, pela presença constante e pelo encorajamento, muito obrigada. Agradeço muito a Deus por ter vocês na minha vida.

Aos meus pais, obrigada por tudo. Não sei se sou capaz de expressar em palavras o quanto sou grata a vocês por tudo o que fazem por mim. Espero um dia poder retribuir, e espero que saibam o quanto amo vocês. Sem vocês eu não chegaria a lugar nenhum.

Ao João, agradeço por entender que a tese sempre tinha prioridade, por não se importar em encarar a estrada pra me ver pra me poupar das viagens, por me apoiar tão abnegadamente na minha firme decisão de ir pra Maryland, mesmo que isso tenha implicado em meses e meses de distância, por me apoiar mais uma vez quando, nem de volta ao Brasil, decidi passar três meses em Utrecht, por ter paciência pra me ouvir falar sobre a pesquisa por horas e horas, por responder mil vezes às mesmas perguntas sobre os dados, por me ajudar com as tarefas do dia-a-dia pra que eu pudesse me concentrar no trabalho. Por me completar. Na lingüística e na vida. ♥

À CAPES, à FAPESP e à Universiteit Utrecht, obrigada pelo apoio financeiro;

E obrigada a todos que agüentaram com paciência responder um milhão de testes de aceitabilidade nesses últimos quatro anos. Mas não pensem que acabou!

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.*

*Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.”*

*(Fernando Pessoa)*

## RESUMO

O presente trabalho discute a concordância nas construções passivas do PB e sua relação com a ordem. No primeiro capítulo, evidenciamos que há três padrões possíveis de concordância nessas construções: concordância plena, em que participípio e auxiliar concordam plenamente com o DP; concordância parcial, em que participípio e DP concordam apenas em gênero e a concordância de número no auxiliar é opcional; e concordância *default*, em que participípio e auxiliar manifestam traços masculinos singulares independente da especificação do argumento. Além disso, mostramos que, à exceção do padrão de concordância *default*, os demais padrões são possíveis tanto com DPs pré-verbais quanto pós-verbais. Fechamos o capítulo propondo que as diferenças observadas quanto à concordância são devidas a uma reanálise do participípio devido ao enfraquecimento da concordância de número no PB, e passou a contar apenas com traço de gênero.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma detalhada discussão quanto aos modelos formais de estabelecimento da concordância sentencial e sua adequação aos dados em discussão, levando em conta a hipótese delineada no capítulo 1 quanto à especificação de traços do participípio. Concluímos que tanto as abordagens de *Agree* propostas por Bošković (2007) e Nunes (2007) quanto a abordagem de movimento proposta por Hornstein (2009) dão conta dos dados, mediante alguma adaptação. Também nesse capítulo, levantamos a hipótese de que a ordem pré- ou pós-verbal dos DPs nos padrões de concordância plena e parcial são definidos em PF, mediante apagamento de cópias.

O capítulo 3 é dedicado a demonstrar que a ordem V DP no PB, apesar de restrita, é possível justamente com predicados passivos e inacusativos e corresponde, nesses casos, a uma diferença na estrutura informacional em relação à ordem DP V. Além disso, discutimos alguns aspectos formais do tratamento da focalização e como seriam derivadas as ordens DP V e V DP nos dados sob análise.

No quarto capítulo, discutimos o efeito de definitude no PB, as diferentes interpretações dos sintagmas nominais (fracos e fortes) e que posições podem ocupar na estrutura, relacionando-as à expressão dos juízos tético e categórico no PB (BRITTO, 1998). Também nesse capítulo, defendemos que a concordância *default* está relacionada à atribuição de um Caso fraco, seguindo De Hoop (1996). Mostramos ainda que um singular nu nunca dispara concordância de gênero nos participípios.

Por fim, o quinto capítulo é dedicado a um exame detalhado da sintaxe e semântica dos singulares nus, a fim de explicar os efeitos encontrados ao final do capítulo 4. Nesse capítulo, defendemos que o singular nu do PB não é um DP; nossa hipótese é que esse elemento é incorporado ao verbo quando aparece em posição de objeto, e é um tópico quando em posição de sujeito, seguindo Müller (2004).

## ABSTRACT

The present work discusses agreement in passive constructions in BP and its relation to the ordering of constituents. In chapter 1, we show that there are three possible patterns of agreement in these constructions: full agreement, in which both participle and auxiliary fully agree with the DP; partial agreement, in which gender agreement between participle and DP is mandatory, but number agreement with the auxiliary is optional; and default agreement, in which both participle and auxiliary surface with default values for number and gender. We also show that except for the default pattern, the other ones are possible both with pre- and postverbal DPs. Our proposal is that participle heads have been reanalyzed due to the loss of number agreement in BP and now host only a gender feature.

Chapter 2 is devoted to a detailed discussion of Agree-based and Move-based approaches to agreement. We discuss whether each agreement system can account for the data presented in chapter 1 in light of the proposal made. We conclude that both Nunes (2007) and Bošković (2007) approaches to Agree can deal satisfactory with the data at hand. We also raise the hypothesis that the constituent order in passive constructions is derived post-syntactically, through copy deletion at PF.

In chapter 3, we show that V DP order in BP, though very restricted, is possible with passive and unaccusative predicates. In these cases, we show that such order corresponds to a difference in information structure, hence motivating copy deletion at PF.

Chapter 4 is devoted to a discussion of definiteness effects in BP and the different interpretations for nominals, as well as the positions that can be occupied by weak and strong nominals in BP, and relating such matters to the expression ofthetic and categoric judgements (BRITTO, 1998). We also support the conclusion that default agreement is generated by a weak Case (DE HOOP, 1996), and show that bare singulars systematically fail to trigger gender agreement on participles.

Finally, chapter 5 bears on the issue of bare nominals, their use and interpretation. We claim that bare singulars are not DPs in BP and cannot freely occupy argument positions. We claim instead that bare singulars in object position are incorporated, and that bare singular generic subjects are topics (MÜLLER, 2004).

## SUMÁRIO

<b>0</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: A CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL NO PB</b>	19
1.1	<b>O PB são (pelo menos) dois</b>	19
1.1.1	<i>A concordância nominal</i>	20
1.1.2	<i>A concordância sentencial</i>	21
1.1.3	<i>A gramática do PB</i>	24
1.2	<b>A concordância nas construções passivas</b>	29
1.2.1	<i>Em sentenças matriz</i>	29
1.2.2	<i>Em sentenças encaixadas</i>	33
1.3	<b>Conclusões e conseqüências</b>	38
1.3.1	<i>Questões de ordem</i>	38
1.3.2	<i>Os traços de concordância</i>	44
1.4	<b>Conclusão</b>	46
<b>2</b>	<b>UM PASSEIO PELOS MODELOS DE CONCORDÂNCIA</b>	49
2.1	<b>A concordância como uma relação local</b>	49
2.1.1	<i>AgrPs</i>	50
2.1.2	<i>Move-F</i>	62
2.2	<b>O modelo de Agree</b>	67
2.3	<b>Hornstein (2009): retorno às origens</b>	74
2.4	<b>Agree revisitado</b>	82
2.4.1	<i>Nunes (2007): EPP como “farol alto”</i>	82
2.4.2	<i>Bošković (2007): uniformizando traços não-interpretáveis</i>	94
2.5	<b>Conclusão</b>	100
2.5.1	<i>Balanço dos modelos</i>	100
2.5.2	<i>Pronunciando cópias mais baixas</i>	105
<b>3</b>	<b>FOCO E ORDEM V DP NO PB</b>	108
3.1	<b>Excursão: o sujeito pós-verbal no PB</b>	108
3.1.1	<i>Um breve passeio diacrônico</i>	108
3.1.2	<i>Frequência e características da ordem V DP no PB atual</i>	113
3.1.3	<i>Relação entre ordem V DP e focalização em PB</i>	119
3.2	<b>A relação entre foco e prosódia</b>	121
3.2.1	<i>Detectando construções de foco</i>	121
3.2.2	<i>Estendendo a proposta de Zubizarreta para o PB</i>	124
3.3	<b>Sujeitos pós-verbais e focalização</b>	126
3.3.1	<i>Uma periferia esquerda para o VP</i>	128
3.3.2	<i>As construções V DP como inversões locativas</i>	160
3.3.3	<i>Qual é o foco das sentenças V DP?</i>	164
3.4	<b>Conclusão</b>	168
<b>4</b>	<b>CONSTRUÇÕES PASSIVAS E ORDEM V DP NO PB</b>	169
4.1	<b>As passivas e o Efeito de Definitude</b>	169
4.1.1	<i>A interpretação dos sintagmas indefinidos</i>	174
4.1.2	<i>Nomes fracos e a posição pós-verbal da passiva</i>	177
4.2	<b>Relacionando estrutura informacional e concordância</b>	180
4.3	<b>Os nomes nus e a concordância default</b>	185
4.4	<b>Conclusão</b>	188
<b>5</b>	<b>NOMES NUS, INCORPORAÇÃO E CONCORDÂNCIA</b>	190
5.1	<b>Um pouco de história</b>	190

5.1.1	<i>Análises clássicas</i>	190
5.1.2	<i>Nomes nus e genericidade</i>	200
5.1.3	<i>Licenciamento dos plurais nus</i>	201
<b>5.2</b>	<b>O singular nu no PB</b>	206
5.2.1	<i>Onde um singular nu pode aparecer?</i>	206
5.2.2	<i>A expressão da genericidade no PB</i>	208
5.2.3	<i>Análises para o singular nu</i>	209
5.2.4	<i>Confrontando as propostas</i>	221
<b>5.3</b>	<b>O singular nu sujeito como tópico</b>	232
<b>5.4</b>	<b>Os singulares nus e a concordância</b>	240
<b>5.5</b>	<b>Os singulares nus objeto como estruturas de incorporação</b>	243
<b>5.6</b>	<b>Conclusão</b>	248
<b>6</b>	<b>Conclusão</b>	249
	<b>Referências bibliográficas</b>	251

## 0 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar fenômenos de concordância parcial e ausência de concordância nos domínios nominal e sentencial do PB, em particular nos dados de concordância em estruturas passivas do Português Brasileiro (PB), a partir do quadro do Programa Minimalista (PM; Chomsky, 1995 e obras posteriores).

O PM é um programa de pesquisa inserido no modelo de Princípios e Parâmetros, que toma a abordagem da Teoria da Regência e Ligação (GB) como essencialmente correta, não obstante “enxugando a máquina”, na busca de uma concepção de gramática que tenha as mesmas conseqüências da GB em termos de adequação descritiva, porém reduzindo o aparato técnico em vista das questões de *design* que busca responder. Nesse sentido, o PM é fortemente guiado pelo princípio de *Occam's Razor*.

No entanto, o PM não é uma “conseqüência natural”, nem uma tentativa de solucionar eventuais problemas da GB. Tampouco se restringe a um mero novo formalismo. O PM consiste antes numa nova forma de conceber a Faculdade da Linguagem (FL), que diz respeito à relação desta com os demais sistemas cognitivos. Mais especificamente, o PM envolve a investigação do quão bom é o *design* da FL, ou seja, que condições devem ser satisfeitas pela FL para que a linguagem seja utilizável? Segundo Chomsky (2001, p. 1), tais especificações seriam “condições de legibilidade”: as expressões geradas por cada língua (sendo cada língua um estado da FL) devem ser legíveis para os sistemas que as acessam nas interfaces entre a FL e os sistemas externos.

A tese minimalista forte consiste em assumir que a FL é, de fato, uma solução ótima para as condições de legibilidade. A partir disso, faz-se necessário procurar as “imperfeições” da linguagem, isto é, aquelas propriedades que a linguagem não deveria ter; tais propriedades podem mostrar-se imperfeições de fato, podem não ser propriedades reais da linguagem, ou podem ainda ser imperfeições aparentes, sendo essa última a possibilidade mais interessante segundo Chomsky.

Na sintaxe estrita encontramos duas propriedades tidas como grandes imperfeições: os traços não-interpretáveis dos itens lexicais e a propriedade de deslocamento. Visto que nenhuma delas aparece em sistemas simbólicos (p. ex. linguagens de programação), podemos suspeitar que tenham a ver com condições de legibilidade impostas pelas interfaces, sendo, portanto, imperfeições aparentes, desenhadas, na verdade, para satisfazer requerimentos externos à FL. A tacada do PM é investigar de que forma essa duas aparentes imperfeições caminham juntas, ou seja, em que medida são duas faces da mesma moeda. Por isso, um dos

focos de investigação do PM tem sido o estudo da concordância nas línguas naturais.

Em desenvolvimentos recentes do PM, Chomsky (2000, 2001) apresenta a operação *Agree* para dar conta da eliminação dos traços não-interpretáveis. A motivação empírica para que se assuma *Agree* são dados como as construções existenciais do inglês (1) e instâncias de concordância de longa distância com objetos nominativos no islandês (2), nos quais não há evidência de que o elemento nominal se mova para estabelecer concordância localmente, tornando difícil uma explicação em termos de configuração *Spec-Head*:

(1) There \*seems/seem to be two men in the boat.

(2) Mér \*virdhist/virdhast their vera skemmtilegir  
me.DAT seem.3SG/3PL they.NOM be interesting  
'It seems to me that they are interesting'

(Boeckx, 2006, p. 6)

No modelo de *Agree*, os traços interpretáveis vêm valorados do léxico, ao passo que os traços não-interpretáveis vêm sem valor. Uma relação de longa distância se estabelece entre uma sonda  $\alpha$  e um alvo  $\beta$  que seja por ela c-comandado, desde que sejam respeitadas certas condições.

Já a propriedade de deslocamento é implementada pela existência de um traço EPP que deve ser satisfeito através do *Merge* de um elemento nominal na posição de especificador do elemento que carrega tal traço (um expletivo ou um elemento nominal já existente na derivação, caso não haja um expletivo disponível na Numeração), ou seja, há uma dissociação entre movimento e checagem de traços- $\phi$ .

Na contramão dessa proposta mais recente de Chomsky, Hornstein (2009) propõe uma arquitetura de gramática na qual não existe a operação *Agree*, apresentando em defesa de sua idéia uma série de argumentos teóricos e conceptuais de por que um sistema no qual coexistam as operações *Agree* e *Move* é redundante. Incorporando a Teoria de Movimento por Cópia (Chomsky, 1995), Hornstein (*op. cit.*) propõe que, em casos “normais” de concordância entre sujeito e verbo, a concordância é consequência do movimento do DP sujeito para a posição de [Spec,TP] para checar seu traço de Caso e os traços- $\phi$  de T. A ordem de superfície é gerada em um momento posterior da derivação, quando as cópias mais baixas desse DP são apagadas e apenas a cópia mais alta é pronunciada.

Frente a isso, a investigação aqui desenvolvida é relevante não apenas por envolver uma descrição dos fatos de concordância no PB, mas também por poder servir como fonte de evidências em favor de uma ou outra abordagem para o tratamento da concordância nas línguas naturais.

Uma das contribuições empíricas deste trabalho é a descrição dos três padrões de concordância encontrados nas construções passivas do PB. No padrão de concordância plena, o núcleo de participio e o verbo concordam em gênero e número com o DP argumento, esteja ele movido ou *in situ*:

- (3) a. As cartas foram enviadas com atraso.  
b. Foram compradas umas tortas deliciosas pra festa.

Contudo, também são possíveis no PB construções passivas nas quais há incongruência na morfologia de gênero e número entre o argumento DP e os núcleos verbal e participial, como podemos verificar no exemplo (4):

- (4) a. Foi corrigido as provas de sintaxe.  
b. Foi descoberto novas ruínas em Roma.  
c. Foi esquecido uns documentos na sala.

Crucialmente, tal incongruência só é possível quando o DP argumento está *in situ*, como nos mostram os exemplos em (5):

- (5) a. \*Todas as provas de sintaxe foi corrigido.  
b. \*Novas ruínas (em Roma) foi descoberto (em Roma).  
c. \*Os documentos foi esquecido na sala.

Os padrões exemplificados em (3) – (5) são inesperados dentro de um modelo de *Agree*, mas compatíveis com um modelo como o de Hornstein. Dentro desse modelo, tanto nos casos em que o DP argumento da passiva se move (3a) quanto nos casos em que permanece *in situ* (3b/4), na verdade uma cópia deste elemento se moveria para [Spec,TP] para checar seu traço de Caso e os traços- $\phi$  de T; é preciso explicar então por que a cópia mais alta, apesar de ser mais especificada por ter seu traço de Caso checado, é apagada em (3b). Além disso, o sistema proposto por Hornstein dá conta da agramaticalidade dos dados

em (5), mas não explica por que haveria restrições de concordância com argumentos *in situ*. Se a questão é meramente a escolha da cópia a ser pronunciada, não deveria haver esse tipo de assimetria.

O quadro fica ainda mais interessante se considerarmos a possibilidade de ocorrência de concordância parcial nas passivas do PB. Nesses casos, não há diferença de aceitabilidade entre sentenças com o DP movido ou *in situ*:

- (6)
- a. ?Foi discutida algumas proposta na reunião.
  - b. ?Foram marcado trocentos encontro de professores pra dezembro.
  - c. ??Foram discutida algumas proposta na reunião.
  - d. ?Algumas proposta foi discutida na reunião.
  - e. ?Trocentos encontro de professores foram marcado pra dezembro.
  - f. ??Algumas proposta foram discutida na reunião.
- (7)
- a. \*Foi compradas umas tortas pro aniversário do Paulo.
  - b. \*Foi comprados uns doces ótimos pro aniversário do Paulo.
  - c. \*Foi encontrados umas provas na sala.
  - d. \*Foram feitos algumas alterações no projeto inicial.
  - e. \*Foram exibido duas peças novas no festival de teatro.

A explicação que avançamos para os casos de concordância parcial em (6) e para a impossibilidade dos dados em (7) envolve a hipótese de que há dois núcleos de participio no PB, um composto por traços- $\phi$  de gênero e número e outro composto apenas por um traço- $\phi$  de gênero. Essa hipótese encontra respaldo no fato, amplamente documentado pela literatura sociolinguística (p. ex. Scherre 1988), de que o PB vem sofrendo uma perda generalizada de concordância de número tanto no domínio nominal quanto no domínio verbal.

O fato de as passivas com concordância parcial e plena serem boas tanto com DPs movidos quanto com DPs *in situ* é explicado assumindo-se que há sempre movimento do DP para [Spec,TP] com posterior apagamento das cópias relevantes em PF. Para validar essa análise, mostramos que a ordem VS no PB se restringe aos verbos inacusativos e tem relação com a estrutura informacional da sentença; por exemplo, quando a sentença é de foco apresentacional.

A segunda contribuição empírica desta tese tem relação com a concordância nominal. Mostramos que um singular nu, quando tomado como argumento de uma passiva, não dispara

concordância de gênero no particípio, o que é inesperado em vista da análise aqui proposta e também da análise comumente dada aos singulares nus no PB:

- (8) a. \*Foi comprada revista.  
b. \*Revista foi comprada.  
c. Foi comprado revista.

Os singulares nus do PB têm sido analisados por autores como Schmitt e Munn (2002) como DPs sem projeção de número, mas com projeção de gênero. Logo, visto que a concordância de gênero é obrigatória no PB, sentenças como (8a-b) deveriam ser aceitáveis, contrariamente aos fatos.

A partir de dados como (8), propomos no último capítulo desta tese uma revisão do estatuto dos singulares nus no PB, defendendo que esses elementos não são DPs e, portanto, não podem ocupar posições argumentais. Nossa análise é de que em (8c) temos incorporação do nome ao particípio, e é isso que gera a ausência de concordância. Além disso, propomos que o singular nu sujeito com interpretação genérica é, na verdade, um tópico.

Uma nota em relação aos dados: essa pesquisa não foi baseada em *corpora*, mas contou, durante o curso da pesquisa, com um modesto conjunto de informantes que forneceu julgamentos de aceitabilidade sempre que necessário. As generalizações empíricas a que chegamos são, em grande parte, baseadas nesses julgamentos, em nossa intuição e, como não poderia deixar de ser, na atenção à fala cotidiana.

## 1 A CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL NO PB

Neste capítulo, faremos uma breve discussão sobre a concordância de número nos domínios nominal e verbal do português brasileiro, baseada na descrição de Costa e Figueiredo Silva (2006). Em seguida, apresentaremos os dados de concordância em construções passivas no PB. Mostraremos que, enquanto a concordância de gênero é obrigatória nessas construções, a concordância de número não só é variável, mas apresenta dependências entre os elementos da sentença. Mostraremos também que a ordem dos constituintes (mais especificamente, um DP pré- ou pós- verbal) tem influência nos padrões de concordância possíveis, e defenderemos a hipótese de que o PB coloquial conta com uma ambigüidade lexical quanto ao núcleo de participio.

### 1.1 O PB são (pelo menos) dois

Costa e Figueiredo Silva (2006) discutem a variação na concordância verbal e nominal de número em três registros do português: o português europeu (PE) e dois registros do PB,<sup>1</sup> a que denominam PB1 e PB2. No PE, todos os elementos capazes de expressar morfologia de plural o fazem obrigatoriamente<sup>2</sup>:

(1) Os carros são lindos.

No PB1, não há redundância na marcação de número internamente ao DP, mas há concordância de número entre sujeito e verbo<sup>3</sup>:

(2) Os carro são lindo.

No PB2, não há nem redundância na concordância interna ao DP, nem concordância de número entre sujeito e verbo<sup>4</sup>:

---

<sup>1</sup> Costa e Figueiredo Silva admitem que a distinção entre BP1 e BP2 é, em grande medida, uma idealização, pois o mesmo falante pode dominar os dois registros. Eles citam um estudo sociolinguístico de Pereira (1993 apud Scherre, 1994) que mostra que, a depender do contexto de fala, um mesmo falante opta por um ou outro registro, o que qualificaria uma situação de gramáticas em competição (cf. Kroch, 1994):

	falando com o chefe	falando com a família	falando com empregados
concord. Suj-V	98%	91%	24%
concord. DP	91%	52%	42%

<sup>2</sup> Exemplo (1), p. 26 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>3</sup> Exemplo (2), p. 26 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

- (3) Os carro é lindo.

Segundo os autores, há evidências de que não há diferenças quanto ao movimento do verbo nesses três registros (cf. Costa e Galves, 2002). Sendo assim, os efeitos observados de concordância visível entre sujeito e verbo não podem ser efeito do movimento verbal (contra Belletti, 1990).

Costa e Figueiredo Silva mostram que as diferenças entre os três registros do português são bastante consistentes e se manifestam em diferentes estruturas, como veremos a seguir.

### *1.1.1 A concordância nominal*

Como já mencionamos, no PE todos os elementos flexionáveis para número devem manifestar morfologia de plural<sup>5</sup>:

- (4) a. Os/estes/alguns/uns livros muito bonitos.  
b. Os primeiros livros da biblioteca.  
c. Os meus livros.  
d. Todos os meus primeiros livros bonitos.

Os dois registros do PB se comportam de forma semelhante entre si, mas diferem do PE. Em geral, apenas o determinante manifesta morfologia de número no PB<sup>6</sup>:

- (5) Os/estes/alguns/uns livro muito bonito.

Além disso, os elementos pré-nominais podem ser opcionalmente marcados para número, desde que o primeiro elemento (tipicamente um determinante) também o seja. Por outro lado, se o nome não é flexionado em número, os elementos pós-nominais também não podem carregar morfologia de plural<sup>7,8</sup>:

---

<sup>4</sup> Exemplo (3), p. 26 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>5</sup> Exemplos (4), p. 28 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>6</sup> Exemplo (5), p. 28 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>7</sup> Exemplos (6), p. 28 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>8</sup> O comportamento da concordância de número com elementos pré- e pós-nominais já havia sido notado por Scherre (1988 e trabalhos subsequentes) e Menuzzi (1994). Scherre descreve a concordância nominal de número no PB da seguinte forma: “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Isso significa que, estatisticamente, se

- (6) a. Os primeiros livro da biblioteca.  
 b. Os primeiro livro da biblioteca.  
 c. \*O primeiros livro da biblioteca.

No caso dos possessivos pré-nominais a situação é um pouco diferente: assim como com os adjetivos (como (6a)), é possível que a marca de plural se manifeste tanto no determinante quanto no possessivo; contudo, se apenas um desses elementos carrega a marca de plural, é tipicamente o possessivo e não o determinante<sup>9</sup>:

- (7) a. Os meus livro.  
 b. \*Os meu livro.<sup>10</sup>  
 c. O meus livro.

### 1.1.2 A concordância sentencial

No PE, sujeito e verbo sempre concordam, independente da posição do sujeito, com exceção dos verbos inacusativos com argumento pós-verbal (9d), que podem não manifestar concordância no PE coloquial<sup>11</sup>:

---

o primeiro elemento do sintagma for marcado para plural, há uma tendência de que o segundo também seja. Com isso, Scherre dá conta do fato de que, em sintagmas nominais com mais elementos, encontramos padrões como os seguintes:

- (i) Todos os meus primeiros livro.  
 (ii) As minhas muitas amiga.

<sup>9</sup> Exemplos (7), p. 29 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>10</sup> A generalização feita pelos autores é forte demais, pois há um grupo de falantes para os quais (7b) é gramatical e (7c) é inaceitável. No decorrer do trabalho, Costa e Figueiredo Silva apresentam uma explicação sintático-semântica para o fato de (7a) ser a forma preferida; todavia, visto que a generalização não é categórica, vamos assumir que se trata de um processo fonológico. Evidência para isso vem de construções de elipse:

- (i) a. Eu vi o meus livro e os teus.  
 b. Eu vi os meu livro e os teu.  
 c. Eu vi os meus livro e os teus.  
 d. \*Eu vi o meus livro e o teus.

Como é possível observar, mesmo os falantes que têm (7c) como a forma preferencial de expressão de número em sintagmas nominais com possessivos pré-nominais (como é o caso da autora desta tese), (id) é inaceitável. A preferência, nesses casos, é por (ia) ou (ic). Já os falantes que preferem (7b) preferem (ib) ou (ic).

<sup>11</sup> Exemplos (8), p. 29 e (9), p. 30 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

- (8) a. Os meninos comeram o doce.  
 b. Os meninos tossiram.  
 c. Comeram os meninos o doce.  
 d. \*Comeu os meninos o doce.  
 e. Comeram o doce os meninos.  
 f. \*Comeu o doce os meninos.
- (9) a. Muitas florestas arderam.  
 b. \*Muitas florestas ardeu.  
 c. Arderam muitas florestas.  
 d. Ardeu muitas florestas.

Construções predicativas envolvendo *small clauses* e passivas com particípio também manifestam concordância de número obrigatória<sup>12</sup>:

- (10) a. As casas parecem bonitas.  
 b. \*As casas parecem bonita.  
 c. As casas foram destruídas.  
 d. \*As casas foram destruída.

No PB1, assim como no PE, há concordância de número entre sujeito e verbo<sup>13,14</sup>:

- (11) a. Os menino comeram o doce.  
 b. \*Os menino comeu o doce.  
 c. Os menino tossiram.  
 d. \*Os menino tossiu.

Não é possível testar os efeitos de concordância com sujeitos pospostos (como (8c-f)), pois a inversão é impossível com verbos transitivos e intransitivos<sup>15</sup>. Mas o teste com verbos

<sup>12</sup> Exemplos (10), p. 30 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>13</sup> Exemplos (15), p. 32 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>14</sup> Nesses casos, também é comum que se usem formas reduzidas dos verbos, como *comeru* e *tussiru*.

<sup>15</sup> Vários autores, entre eles Nascimento (1984), Kato e Tarallo (1988), Berlinck (1988), Nascimento e Kato (1995), Figueiredo Silva (1996), Kato (2000a,b), Coelho (2000) e Coelho e Figueiredo Silva (2001) já apontaram a existência de uma restrição de monoargumentalidade no PB. Há consenso de que apenas verbos inacusativos permitem “sujeitos” pós-verbais em PB. Já Pilati (2006) mostra que, em alguns contextos, é

inacusativos revela uma diferença em relação ao PE: “sujeitos” invertidos não disparam concordância. Segundo os autores, a concordância é possível, mas “is felt by speakers as posh, as if one is trying to mimic European Portuguese” (p. 32)<sup>16,17</sup>:

- (12) a. ??Queimaram muitas floresta.  
b. Queimou muitas floresta.

Também nas construções passivas e predicativas observam-se diferenças em relação ao PE: há concordância entre sujeito e verbo, mas as formas adjetivas e de participio não concordam em número com o sujeito<sup>18</sup>:

- (13) a. ??As casa parecem bonitas.  
b. As casa parecem bonita.  
c. ??As casa foram destruídas.  
d. As casa foram destruída.

Por fim, o PB2 difere significativamente tanto do PE quanto do PB1. Nesse registro, não há concordância de número entre sujeito e verbo em nenhum contexto<sup>19</sup>:

- (14) a. \*Os menino comeram o doce.  
b. Os menino comeu o doce.  
c. \*Os menino tossiram.  
d. Os menino tossiu.

- (15) a. \*Queimaram muitas floresta.  
b. Queimou muitas floresta.  
c. \*Muitas floresta queimaram.  
d. Muitas floresta queimou.

---

possível termos inversão de sujeito também com verbos transitivos. A restrição de monoargumentalidade será discutida com mais detalhe no capítulo 3.

<sup>16</sup> Exemplos (16), p. 32 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>17</sup> Note-se que a escolha do verbo nos exemplos (12) talvez não seja a mais adequada, pois (12a) pode muito facilmente receber uma interpretação de sujeito indeterminado no PB (talvez essa seja mesmo a interpretação mais saliente). O emprego de outro verbo diminui a estranheza da sentença:

(i) ?Chegaram muitas carta.

<sup>18</sup> Exemplos (17), p. 32 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>19</sup> Exemplos (18) e (19), p. 33, e exemplos (20), p. 34 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

- (16) a. \*As casa parecem bonitas.  
 b. \*As casa parecem bonita.  
 c. As casa parece bonita.  
 d. \*As casa foram destruídas.  
 e. \*As casa foram destruída.  
 f. As casa foi destruída.

O quadro abaixo sintetiza as diferenças entre PE, PB1 e PB2 quanto à concordância de número segundo Costa e Figueiredo Silva (2006):

	<b>PE</b>	<b>PB1</b>	<b>PB2</b>
<b>concordância interna ao DP</b>	obrigatória	normalmente no primeiro elemento	apenas no primeiro elemento
<b>concordância sujeito-verbo</b>	obrigatória	obrigatória (exceto com inacusativos em ordem V DP)	não ocorre
<b>concordância com adjetivos e participios</b>	obrigatória	não ocorre	não ocorre

**Quadro 1: diferenças entre PE, PB1 e PB2**

### 1.1.3 A gramática do PB

Para Costa e Figueiredo Silva (2006), a diferença entre PE, PB1 e PB2 não é sintática, mas sim morfológica; o principal argumento em favor dessa análise é o fato de que nos três registros não há diferenças quanto ao movimento do verbo, que sempre se move para T (cf. Costa e Galves, 2002)<sup>20</sup>. Eles seguem Halle e Marantz (1993) e Embick e Noyer (2001), entre outros autores, na hipótese de que determinados morfemas podem se manifestar em núcleos sintáticos independentemente dos movimentos realizados por estes núcleos (contra Belletti, 1990).

Os autores também seguem o quadro da Morfologia Distribuída ao assumir que os morfemas podem ser de dois tipos: *singleton* ou dissociado. De acordo com Embick (1997) e Embick e Noyer (2001), os morfemas dissociados não estão na sintaxe propriamente, mas são inseridos após *Spell-out* e refletem apenas indiretamente as estruturas sintáticas.

<sup>20</sup> Costa e Galves mostram que tanto em PE quanto em PB o verbo pode aparecer entre advérbios, e pode tanto preceder quanto suceder quantificadores flutuantes.

Desse modo, enquanto o morfema de número é um morfema dissociado em PE (o que deriva o fato de que, nesse registro, todos os elementos capazes de manifestar morfologia de número o fazem necessariamente), ele é um *singleton* em PB; como tal, só se manifesta no elemento que ancora a informação de número na interface interpretativa. Seguindo Enç (1991), Costa e Figueiredo Silva (2006) assumem que esse elemento é D. Isso explica por que, em PB2, temos apenas uma marca morfológica de plural na sentença, tipicamente no determinante.

A proposta dos autores é potencialmente problemática para uma língua como o inglês, em que a marca morfológica de número no DP aparece somente em N:

(17) the boys

Quanto a isso, eles apontam (p. 37) que em PB os determinantes se flexionam em número, sendo, portanto, capazes de carregar essa marca<sup>21</sup>.

Sobre os dados discutidos em (6) e (7), em que notamos que no PB1 existe a possibilidade de que mais de um elemento do DP manifeste marcas de número, desde que esteja em posição pré-nominal. Costa e Figueiredo Silva atribuem os fatos do PB1 à assimetria observada entre elementos pré e pós-nominais por autores como DiSciullo e Williams (1987), segundo os quais os elementos pré-nominais tendem a apresentar propriedades típicas de núcleos (como resistência a modificação e complementação), enquanto elementos pós-nominais tendem a apresentar propriedades típicas de XPs. Com base nisso, os autores concluem que se a morfologia trata o material pré-nominal como um conjunto complexo de núcleos, é esperado que apenas esses elementos recebam marca de pluralidade. A hipótese então é que, no PB1, a marca de plural se espalhe a partir de D para as demais unidades do núcleo complexo.

Já a diferença entre o PB1 e o PB2 quanto à concordância entre sujeito e verbo é explicada assumindo que no PB1, mas não no PB2, a configuração *Spec-Head* gera

---

<sup>21</sup> Figueiredo Silva (c.p.) nota que os determinantes definidos e indefinidos em inglês não são flexionáveis em número, e por isso a marcação morfológica aparece em N, que é um elemento capaz de manifestar flexão de número na língua. Figueiredo Silva lembra também que quando há na estrutura um demonstrativo, que é flexionável em número e ocupa a posição D em inglês, é ele que carrega a marca:

- (i) a. this boy
- b. these boys

Mesmo assim, os substantivos continuam carregando a marca, como podemos ver em (ib), o que não seria esperado se o morfema de número é um *singleton* em inglês. Um DP como (ii), com marca de plural apenas no demonstrativo, é impossível:

- (ii) \*these boy

concordância visível<sup>22</sup>. Isso também explicaria por que em nenhum dos dois registros do PB há morfologia de número redundante internamente ao DP (*modulo* os dados em (6)): não há configuração *Spec-Head* entre os elementos do DP. A concordância sentencial do PE, por sua vez, não depende da configuração *Spec-Head* uma vez que o morfema de plural é dissociado.

Sentenças como (9d), em que o verbo inacusativo não concorda em número com o DP pós-verbal no PE coloquial, são tratadas como inversões locativas, seguindo Costa *et. al.* (2002). Esses autores mostram que em PE é possível não haver concordância em construções de foco de identificação (como (9d)), mas não em construções de foco informacional<sup>23</sup>:

- (18) A: Quem é que chegou?  
B: (i) ?? Chegou os alunos.  
(ii) Chegaram os alunos.

Além disso, em línguas como o inglês, uma construção locativa nunca pode ser usada em construções de foco informacional<sup>24</sup>:

- (19) A: Who is coming?  
B: (i) John is coming.  
(ii) #There comes John.

Segundo Costa *et. al.* (2002), as construções de foco informacional não contam com um expletivo na posição de sujeito, o que faz com que a concordância com o argumento seja obrigatória; já nos casos de inversão locativa, como há dois candidatos para a concordância, há variação<sup>25</sup>.

Nossa percepção é de que a descrição dos dois registros do PB proposta por Costa e Figueiredo Silva (2006) está essencialmente correta, mas há alguns pontos em relação aos quais discordamos. Em primeiro lugar, consideramos muito forte a afirmação de que o PB não conta mais com um padrão de concordância redundante de número (quer internamente ao DP,

---

<sup>22</sup> A idéia é que há uma parametrização, semelhante aos casos de concordância de participio: em francês, o movimento do clítico passando pelo especificador do participio dispara concordância nesse elemento, mas no PE o mesmo não acontece (exemplos (26), p. 37 de Costa e Figueiredo Silva):

(i) a. Je les                      avait faites.  
          eu elasACUSFEMPL tinha feitasFEMPL  
      b. Eu tinha-as feito/\*feitas.

<sup>23</sup> Exemplo (33), p. 42 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>24</sup> Exemplo (34), p. 42 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>25</sup> Costa (2001) fornece uma análise diferente para esses dados, que será discutida no capítulo 3.

quer nas relações entre um DP e os demais elementos da sentença, como nos exemplos em (13)). Segundo nossa intuição e os julgamentos que obtivemos durante a pesquisa, o PB1 e o PB2 descritos pelos autores são típicos da fala coloquial (PB1) e de falantes com baixa escolaridade (PB2)<sup>26</sup>. Mas também julgamos que o PB conta ainda com um terceiro registro, a norma culta, cujo comportamento quanto à concordância se assemelha muito ao PE. Nos referiremos a esse registro como PB padrão.

Além disso, como ficará claro quando discutirmos os dados de concordância em construções passivas, notamos que um DP pós-verbal pode, sim, disparar concordância de número no verbo e demais predicados:

(20) Chegaram as revista.

- (21) a. Foram destruída essas casa.  
b. ?Foram destruídas essas casa.  
c. ?Foram destruída essas casas.

Note-se, em relação às sentenças em (21), que podemos ter um DP pós-verbal com marca de número apenas no primeiro elemento disparando concordância de número no particípio e no auxiliar (21b), bem como um DP pós-verbal plenamente especificado disparando concordância de número apenas no auxiliar (21c)<sup>27</sup>.

As sentenças (20) e (21a) não são previstas na descrição de Costa e Figueiredo Silva porque nesses casos o DP nunca entra numa relação *Spec-Head* com o verbo. (21b) não é prevista pelo mesmo motivo, sendo que nesse caso temos ainda a concordância de número no particípio, que deveria ser fruto também de uma relação *Spec-Head*. Por fim, a sentença (21c) tem, além da questão da relação *Spec-Head*, um DP com marcação redundante de número – algo que, segundo os autores, não é possível em nenhum dos registros do PB. Os pares de sentenças em (22) e (23) mostram que também em construções passivas e de *small clauses* com o argumento movido podemos ter um DP com marcas redundantes de número que não dispara concordâncias nos adjetivos e particípios ((22a) e (23a)), assim como podemos ter um

<sup>26</sup> De acordo com Naro e Scherre (2007, p. 12), os fenômenos de concordância variável no PB são territorialmente disseminados, podendo ser encontrados em todas as regiões. Os fatores sociolinguísticos relevantes, de acordo com esses autores, são o número de anos de escolaridade e a oposição entre falares urbanos e falares rurais.

<sup>27</sup> (21b-c) são julgados como levemente marginais (alguns informantes dizem que as sentenças “não combinam muito, mas passam”), mas não são rejeitados pelos falantes consultados durante a pesquisa. Nossa percepção é de que esses padrões são comuns na fala coloquial, e a marginalidade se deve, possivelmente, a um conflito de registro.

DP com marca apenas no primeiro elemento disparando concordância não apenas no verbo, mas também no adjetivo ou particípio ((22b) e (23b)). Novamente, nesses casos observamos apenas uma leve marginalidade:

(22) a. ?As casas parecem bonita.

b. ?As casa parecem bonitas.

(23) a. ?As casas foram destruída.

b. ?As casa foram destruídas.

Já com verbos inacusativos “simples” um DP com marcas redundantes de número que não dispara concordância no verbo é rejeitado em posição pré-verbal, mas não em posição pós-verbal:

(24) a. Chegou as revistas.

b. \*As revistas chegou.

Com base nessas observações, concluímos que, diferentemente do que propõem Costa e Figueiredo Silva (2006), um DP pós-verbal pode disparar concordância no PB1. Além disso, assumimos que há um registro do PB, o PB padrão, no qual um DP com marcas redundantes de número é possível<sup>28</sup>.

Na próxima seção, apresentaremos os paradigmas de concordância nas construções passivas em maior detalhe e discutiremos a qual registro do PB cada um pertence. Ficará claro que a descrição de Costa e Figueiredo Silva (2006), conquanto esteja no caminho certo, não abrange totalmente as possibilidades de concordância e ordem observadas no PB.

---

<sup>28</sup> Com isso, a leve marginalidade observada quanto a (21c), (22a), (23a) e (24a) fica explicada: o DP com redundância de marcas de número é parte da gramática do PB padrão, enquanto a ausência de marca de número nos particípios e adjetivos é característica do PB coloquial (PB1). Como os informantes dessa pesquisa são falantes altamente escolarizados que dominam os dois registros, é provável que haja interferências entre ambos.

## 1.2 A concordância nas construções passivas

### 1.2.1 Em sentenças matriz

Como mencionamos na introdução, há três padrões possíveis de concordância nas construções passivas do PB. Primeiramente, há os casos de concordância plena, nos quais o particípio concorda com o DP em número e gênero e o auxiliar concorda com ambos em número. Essas ocorrências, típicas da norma culta ou PB padrão, estão exemplificadas em (25) – (28). Como é possível notar, o DP pode estar em posição pré ou pós-verbal:

- (25) a. As provas foram deixadas na sala.  
b. Foram deixadas umas provas na sala.
- (26) a. Os documentos foram deixados em cima da mesa.  
b. Foram deixados uns documentos em cima da mesa.
- (27) a. Essa prova foi deixada na sala.  
b. Foi deixada uma prova na sala.
- (28) a. O documento foi deixado em cima da mesa.  
b. Foi deixado um documento em cima da mesa.

Além desses casos, temos também ocorrências de concordância parcial, típicas do PB coloquial. Nessas, o particípio concorda obrigatoriamente em gênero com o DP, mas a concordância de número entre DP e auxiliar é opcional. Também nesses casos, o DP pode aparecer em posição pré- ou pós-verbal<sup>29,30</sup>:

- (29) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
b. Foram deixada umas prova na sala.  
c. Foram deixado uns documento na sala.  
d. Umas prova foram deixada na sala.  
e. Uns documento foram deixado na sala.

---

<sup>29</sup> É comum o uso da forma reduzida *foru* nos casos de concordância parcial com auxiliar plural.

<sup>30</sup> O símbolo “%” é usado para indicar variação dialetal.

Por fim, também são possíveis no PB construções passivas nas quais há incongruência na morfologia de gênero e número entre o argumento DP e auxiliar e particípio, como é possível verificar em (30):

- (30) a. Foi deixado uma prova na sala.  
b. Foi deixado umas prova na sala.  
c. Foi deixado uns documento na sala.

Crucialmente, essa concordância *default* (auxiliar na terceira pessoa do singular e particípio masculino singular) só é possível quando o DP argumento está em posição pós-verbal, como nos mostram os exemplos em (31)<sup>31</sup>:

- (31) a. \*Uma prova foi deixado na sala.  
b. \*Umas prova foi deixado na sala.  
c. \*Uns documento foi deixado na sala.

Há também combinações logicamente possíveis que nunca são atestadas:

- (32) a. \*Foi deixadas umas prova na sala.  
b. \*Foi deixados uns documento na sala.  
c. \*Foi deixados umas prova na sala.  
d. \*Foram deixados umas prova na sala.  
e. \*Foram deixado umas prova na sala.  
f. \*Umas prova foi deixadas na sala.  
g. \*Uns documento foi deixados na sala.  
h. \*Umas prova foi deixados na sala.  
i. \*Umas prova foram deixados na sala.  
j. \*Umas prova foram deixado na sala.  
l. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

---

<sup>31</sup> As sentenças em (31) passam a ser aceitáveis se produzidas com uma pausa ou quebra entoacional entre o DP e o predicado. Desconsideraremos essa possibilidade por considerarmos que possivelmente não se trate da mesma estrutura informacional.

Frente a esse quadro dos padrões morfológicos possíveis e impossíveis no PB, podemos extrair algumas generalizações importantes. Em primeiro lugar, vemos que, à exceção do padrão *default*<sup>32</sup>, o particípio sempre concorda em gênero com o DP. Já a concordância de número é um pouco mais complexa: o auxiliar concorda obrigatoriamente em número com o DP sempre que o particípio também o faz (gerando o padrão de concordância plena exemplificado em (25) – (28)); caso o particípio não concorde em número com o DP, a concordância de número entre auxiliar e DP é opcional. Por fim, a concordância de número entre o particípio e o DP também é opcional. Ou seja: a concordância de gênero é obrigatória e a concordância de número é opcional. O quadro a seguir resume essas informações:

		<b>plena</b>	<b>parcial</b>	<b>default</b>
<b>ordem</b>		V DP e DP V	V DP e DP V	V DP
<b>particípio</b>	<b>gênero</b>	obrigatória	obrigatória	sempre masculino
	<b>número</b>	obrigatória	opcional	sempre singular
<b>auxiliar</b>	<b>número</b>	obrigatória	- obrigatória se o particípio concorda com o DP em número; - opcional nos demais casos.	sempre singular

**Quadro 2: comportamento dos padrões de concordância em passivas no PB**

Aparentemente, a posição ocupada pelo DP também não influencia nas possibilidades de concordância (à exceção do padrão de concordância *default*), como indicam os pares de sentenças abaixo:

(33) a. Foram deixadas umas provas na sala.

b. As provas foram deixadas na sala.

(34) a. Foram deixada umas prova na sala.

b. Umas prova foram deixada na sala.

(35) a. Foram deixado uns documento na sala.

b. Uns documento foram deixado na sala.

<sup>32</sup> Esses dados serão melhor explorados nos capítulos subseqüentes.

Seguindo a descrição de Costa e Figueiredo Silva (2006) discutida acima, os pares de sentenças em (34) e (35) pertenceriam ao PB1, e o par em (33) pertenceria ao PB padrão, não contemplado pela descrição proposta por esses autores<sup>33</sup>. Mas o par em (36) abaixo, que de acordo com Costa e Figueiredo Silva pertenceria ao PB2, desafia a descrição proposta pelos autores:

- (36) a. ?/ %Foi deixada umas prova na sala.  
b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

Eles consideram que uma sentença semelhante a (36b) é boa para os falantes do PB2 (cf. (16f)), mas os falantes consultados durante o curso dessa pesquisa se dividem entre julgar a sentença como inaceitável e julgá-la como muito desviante; crucialmente, consideravelmente pior do que (34b) e (35b), suas contrapartes com concordância de número no auxiliar. Uma vez que nossa pesquisa contou com informantes altamente escolarizados, o julgamento atribuído a (36b) pode ser resultado direto de um conflito de registros. Por outro lado, (36a) deveria ser considerada boa pelos falantes do PB1 de acordo com a descrição de Costa e Figueiredo Silva. Todavia, enquanto notamos que é julgada mais aceitável do sua contraparte com DP movido (36b), ainda assim não é considerada tão boa quanto (34a) ou (35a)<sup>34</sup>. Isso parece indicar que a posição do DP pode não ser o único fator determinante para a concordância, mas tem alguma influência sobre ela.

Para confirmarmos os julgamentos apresentados e acessarmos os efeitos da posição do DP sobre a manifestação da concordância, na próxima seção investigaremos o comportamento dos padrões de concordância parcial e *default* em passivas em contextos encaixados<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Na verdade, para os autores, (34a) e (35a) não fazem parte nem do PB1 nem do PB2, pois eles consideram que a ocorrência de concordância com inversão V DP em construções inacusativas é estranha e tende a soar pedante, como já mencionamos. Em nossa pesquisa, porém, percebemos que essas construções não são menos produtivas ou aceitáveis do que os casos de inversão com concordância plena, conforme a discussão ao final da seção 1.1.3.

<sup>34</sup> O julgamento dos falantes consultados quanto a esse padrão de concordância é bastante impreciso. Por um lado, há falantes que julgam a sentença marginal, mas aceitável, embora não tão boa quanto suas contrapartes com concordância no auxiliar; por outro lado, há falantes que o aceitam mais facilmente.

<sup>35</sup> Excluímos o padrão de concordância plena porque constatamos que ele se comporta de forma semelhante ao PE, ou seja, a ordem não influencia nas possibilidades de concordância.

## 1.2.2 Em contextos encaixados

### 1.2.2.1 Predicados de alçamento

Os predicados de alçamento fornecem contextos interessantes para que se teste a influência da posição do DP sobre a concordância, pois ele pode aparecer em posição pós-verbal, como sujeito da oração passiva encaixada e também na posição de sujeito do verbo matriz. Vejamos cada uma dessas possibilidades:

#### 1.2.2.1.1 Com DP em posição pós-verbal

Quando o DP aparece em posição pós-verbal, temos exatamente as mesmas possibilidades observadas no contexto das sentenças matriz com DP pós-verbal: concordância parcial em que o auxiliar concorda em número com o DP ((37a), (38a), (39a)), concordância parcial em que o auxiliar não concorda em número com o DP ((37b)), e concordância *default* ((37c), (38b), (39b))<sup>36</sup>:

- (37) a. Parece que foram processada [várias revista] durante o governo Olívio.  
b. Parece que foi processada [várias revista] durante o governo Olívio.  
c. Parece que foi processado [várias revista] durante o governo Olívio.
- (38) a. Parece que foram processado [vários tablóide] durante o governo Olívio.  
b. Parece que foi processado [vários tablóide] durante o governo Olívio.
- (39) a. Parece que foi processada [uma revista] durante o governo Olívio.  
b. Parece que foi processado [uma revista] durante o governo Olívio.

#### 1.2.2.1.2 Com DP como sujeito da encaixada

Nos casos em que o DP ocupa a posição de sujeito da sentença encaixada, o comportamento da concordância é exatamente o mesmo dos casos em que temos um DP

---

<sup>36</sup> (38b) é ambígua entre uma construção com concordância parcial em que o auxiliar não concorda com o DP em número e uma construção com concordância *default*. Esses exemplos e todos os demais com o mesmo padrão morfológico serão tratados como casos de concordância *default*, dada a impossibilidade de movimento do DP nesses casos (cf. (31c)).

movido em orações passivas matriz: o padrão de concordância parcial em que há concordância de número entre auxiliar e DP ((40a), (41a), (42a)) é possível, mas a concordância *default* ((40c), (41b), (42b)) é impossível, e a concordância parcial sem concordância de número no auxiliar (40b) é bastante marginal:

- (40) a. Parece que [várias revista] foram processada durante o governo Olívio.  
 b. ??Parece que [várias revista] foi processada durante o governo Olívio.  
 c. \*Parece que [várias revista] foi processado durante o governo Olívio.
- (41) a. Parece que [vários tablóide] foram processado durante o governo Olívio.  
 b. \*Parece que [vários tablóide] foi processado durante o governo Olívio.
- (42) a. Parece que [uma revista] foi processada durante o governo Olívio.  
 b. \*Parece que [uma revista] foi processado durante o governo Olívio.

#### 1.2.2.1.3 Hiperálçamento<sup>37</sup>

Nos casos de hiperálçamento, observamos que o padrão de concordância *default* se mantém o mesmo nesses contextos: o movimento do DP torna as sentenças inaceitáveis ((43c), (44b)). E novamente vemos que o padrão de concordância parcial em que o auxiliar não concorda com um DP movido (43b) é inaceitável:<sup>38</sup>

- (43) a. [Várias revista] parecem que foram processada durante o governo Olívio.  
 b. \*[Várias revista] parecem que foi processada durante o governo Olívio.  
 c. \*[Várias revista] parecem que foi processado durante o governo Olívio.

<sup>37</sup> Ferreira (2000, 2009) e Nunes (2008), entre outros, defendem que o sujeito nulo referencial de sentenças encaixadas é, na verdade, fruto de movimento-A do DP da posição de sujeito encaixado para a posição de sujeito da sentença matriz. Esse movimento é possível porque, devido ao enfraquecimento da flexão verbal no PB, os núcleos T se tornaram ambíguos, podendo carregar um conjunto completo ou incompleto de traços- $\phi$ . A versão incompleta é incapaz de atribuir Caso, o que permite o movimento do DP. Nos casos em que o predicado da matriz é um verbo de alçamento, esse movimento gera uma construção de hiperálçamento (i); nos casos em que o DP se move para uma posição temática, temos uma construção de controle finito (ii):

(i) a. O João<sub>i</sub> parece que *ec*<sub>i</sub> comprou um carro novo.  
 b. [<sub>TP</sub> o João<sub>i</sub> T [<sub>VP</sub> parece [<sub>CP</sub> que [<sub>TP</sub> t<sub>i</sub> T [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> v [<sub>VP</sub> comprou um carro novo]]]]]]]

(ii) a. O João<sub>i</sub> disse que *ec*<sub>i</sub> comprou um carro novo.  
 b. [<sub>TP</sub> o João<sub>i</sub> T [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> v [<sub>VP</sub> disse [<sub>CP</sub> que [<sub>TP</sub> t<sub>i</sub> T [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> v [<sub>VP</sub> comprou um carro novo]]]]]]]]]

<sup>38</sup> Seguindo a descrição de Costa e Figueiredo Silva (2006), o esperado é que (43b) seja rejeitada, pois o tipo de concordância da sentença encaixada pertence ao PB2, em que não há concordância de número entre sujeito e verbo. Logo, o que se espera é que também não haja concordância de número entre o DP e o verbo matriz.

- (44) a. [Vários tablóide] parecem que foram processado durante o governo Olívio.  
b. \*[Vários tablóide] parecem que foi processado durante o governo Olívio.

#### 1.2.2.1.4 Hiperálçamento com pronome resumptivo

Assim como no caso anterior, apenas o padrão de concordância parcial com concordância de número entre DP/pronome e auxiliar é possível ((45a), (46a)); o padrão de concordância *default* é, mais uma vez, impossível ((45c), (46b), (47b)):

- (45) a. [Essas revista] parecem que elas foram processada durante o governo Olívio.  
b. \*[Essas revista] parecem que elas foi processada durante o governo Olívio.  
c. \*[Essas revista] parecem que elas foi processado durante o governo Olívio.
- (46) a. [Esses tablóide] parecem que eles foram processado durante o governo Olívio.  
b. \*[Esses tablóide] parecem que eles foi processado durante o governo Olívio.
- (47) a. [Essa revista] parece que ela foi processada durante o governo Olívio.  
b. \*[Essa revista] parece que ela foi processado durante o governo Olívio.

Note-se também que o pronome resumptivo não pode aparecer em posição pós-verbal com entonação neutra:

- (48) a. \*[Essas revista] parecem que foram processada elas.  
b. \*[Esses tablóide] parecem que foram processado eles.  
c. \*[Essa revista] parece que foi processada ela.

#### 1.2.2.2 Controle finito

Nos casos de controle finito (cf. nota 36), vemos novamente que os padrões aceitos são basicamente os mesmos que são possíveis quando os DPs precedem os elementos verbais em sentenças matrizes: padrões de concordância parcial em que o auxiliar concorda em

número com o DP são perfeitamente aceitáveis ((49a) e (50a)), mas o padrão de concordância *default* é impossível ((49c/e), (50b/c), (51b))<sup>39</sup>:

- (49) a. [Duas aluna] acham que foram reprovada.  
b. \*[Duas aluna] acham que foi reprovada.  
c. \*[Duas aluna] acham que foi reprovado.  
d. \*[Duas aluna] acha que foi reprovada.  
e. \*[Duas aluna] acha que foi reprovado.
- (50) a. [Dois aluno] acham que foram reprovado.  
b. \*[Dois aluno] acham que foi reprovado.  
c. \*[Dois aluno] acha que foi reprovado.
- (51) a. [Uma aluna] acha que foi reprovada.  
b. \*[Uma aluna] acha que foi reprovada.

### 1.2.2.3 Auxiliar infinitivo

Verbos perceptivos tomam sentenças infinitivas como complemento, e o auxiliar na oração encaixada pode ser tanto um infinitivo flexionado (exemplos (a)) quanto um infinitivo não-flexionado (exemplos (b-c)).

Nesses casos, observamos que tanto as sentenças em que o auxiliar concorda em número com o DP ((52a) e (53a)) quanto as sentenças em que o auxiliar não concorda em número com o DP ((52b) e (53b)) são perfeitamente aceitáveis<sup>40</sup>:

- (52) a. Eu vi [várias revista] serem processada durante o governo Olívio.  
b. Eu vi [várias revista] ser processada durante o governo Olívio.  
c. \*Eu vi [várias revista] ser processado durante o governo Olívio.
- (53) a. Eu vi [vários tablóide] serem processado durante o governo Olívio.  
b. Eu vi [vários tablóide] ser processado durante o governo Olívio.

---

<sup>39</sup> A previsão de acordo com Costa e Figueiredo Silva é que (49d) e (50c) sejam consideradas boas por falantes do PB2, mas como já dissemos, não contamos com esses informantes durante a pesquisa.

<sup>40</sup> Para alguns dos falantes consultados, se o DP em (53b) e (54b) for plenamente flexionado ('várias revistas', 'vários tablóides'), a concordância de número no auxiliar se torna obrigatória.

- (54) a. Eu vi [uma revista] ser processada durante o governo Olívio.  
 b. \*Eu vi [uma revista] ser processado durante o governo Olívio.

Por outro lado, mesmo com a possibilidade de infinitivos não-flexionados, a concordância de gênero no particípio continua sendo obrigatória com DPs movidos; ou seja, o padrão de concordância *default* também não é possível com DPs movidos (cf. (52c), (54b))<sup>41</sup>.

#### 1.2.2.4 Topicalização

Quando o DP está topicalizado, notamos que novamente o padrão de concordância parcial em que o auxiliar concorda em número com o DP ((55a) e (56a)) é considerado bom. O padrão de concordância parcial em que o auxiliar não concorda em número com o DP ((55b)) é considerado significativamente melhor do que o mesmo padrão em sentenças matriz (36b) e na maioria dos demais contextos encaixados. Curiosamente, o padrão de concordância *default* ((55c), (56b), (57b)) é considerado perfeitamente aceitável, contrariamente à maioria dos demais contextos, em que um DP movido não pode ser combinado com esse padrão de concordância:

- (55) a. [Muitas revista] eu sei que foram processada durante o governo Olívio.  
 b. ?[Muitas revista] eu sei que foi processada durante o governo Olívio.  
 c. [Muitas revista] eu sei que foi processado durante o governo Olívio.
- (56) a. [Muitos tablóide] eu sei que foram processado durante o governo Olívio.  
 b. [Muitos tablóide] eu sei que foi processado durante o governo Olívio.
- (57) a. [Uma revista] eu sei que foi processada durante o governo Olívio.  
 b. [Uma revista] eu sei que foi processado durante o governo Olívio.

#### 1.2.2.5 Focalização com *só*

Nesse contexto, observamos efeitos sobre a concordância: (58b), em que o auxiliar não concorda em número com o DP, é considerada bastante marginal; e o padrão de

---

<sup>41</sup> Note que em (53b) o movimento do DP gera uma sentença aceitável.

concordância *default* ((58c), (59b), (60b)) é considerado levemente marginal, mas não é rejeitado como nos demais casos de DPs movidos:

- (58) a. Só [duas revista] foram processada durante o governo Olívio.  
b. ??Só [duas revista] foi processada durante o governo Olívio.  
c. ?Só [duas revista] foi processado durante o governo Olívio.
- (59) a. Só [dois tablóide] foram processado durante o governo Olívio.  
b. Só [dois tablóide] foi processado durante o governo Olívio.
- (60) a. Só [uma revista] foi processada durante o governo Olívio.  
b. ?Só [uma revista] foi processado durante o governo Olívio.

### 1.3 Conclusões e conseqüências

#### 1.3.1 Questões de ordem

Em relação à influência da ordem dos constituintes sobre a concordância, vimos que na maioria dos casos o comportamento da concordância nas sentenças encaixadas é o mesmo das sentenças matriz: DPs em posição pré-verbal requerem concordância de número no auxiliar na maioria dos casos (p. ex. (40b), (43b), (45b), (49b)), mas DPs em posição pós-verbal também podem disparar concordância de número no auxiliar. Com base nisso, parece correto afirmar que o fato de um DP estar *in situ* ou movido para Spec,TP não influencia na concordância – ao menos não no sentido de Costa e Figueiredo Silva (2006). Para esses autores, o PB1 manifestará concordância de número entre DP e verbo apenas quando houver configuração *Spec-Head* (o PB2, nem mesmo nestes casos). Todavia, vimos que DPs pospostos também disparam concordância de número no auxiliar.

Essa observação vai contra Costa e Figueiredo Silva (2006), para quem a diferença entre a concordância sujeito-verbo “clássica” e a concordância com participios e *small clauses* em PB1 é conseqüência da configuração *Spec-Head*, ou seja, o verbo só manifesta concordância de número com o sujeito quando o sujeito está no especificador da projeção relevante. A ausência de concordância com participios e com *small clauses*, segundo eles, se deve ao fato de que nessas construções o sujeito nunca está numa configuração *Spec-Head*

com esses elementos. Já no PE, como a concordância redundante é resultado de morfologia dissociada, a relação configuracional entre os elementos não importa.

Face a essa explicação, a primeira pergunta que emerge se relaciona aos dados mencionados na nota 22 e repetidos aqui por conveniência<sup>42</sup>:

- (61) a. Je les                      avait faites.  
           eu elasACUSFEMPL tinha feitasFEMPL  
 b. Eu tinha-as feito.

Se no PE a configuração não importa, deveríamos esperar concordância entre o particípio e o objeto em (61b)<sup>43</sup>; mais ainda, segundo os próprios autores, o pronome passa pela posição de [Spec,Agr<sub>o</sub>P], que é a configuração de concordância por excelência. Somados esses dois fatores, não é claro, dentro do quadro em debate, por que não há concordância também nesses casos<sup>44</sup>.

Há também uma outra questão diretamente relevante para a análise do PB1: não é óbvio que nas construções passivas e de *small clause* o sujeito não estabeleça uma relação *Spec-Head* com os elementos relevantes. No caso das *small clauses*, a análise “de livro didático” reza que elas têm a seguinte estrutura (cf., p. ex., Miotto, Figueiredo Silva e Lopes, 2007), com os dois elementos da predicação se c-comandando mutuamente:



Nesse caso, a estrutura de uma sentença como (13b) seria a apresentada em (63b), em que de fato o DP nunca passa pela posição de especificador do AP<sup>45</sup>:

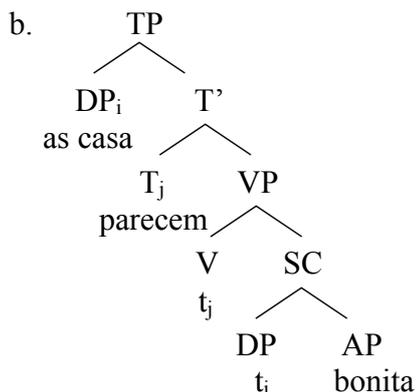
<sup>42</sup> Exemplos (26), p. 37 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

<sup>43</sup> A menos que a generalização valha apenas para concordância de sujeito.

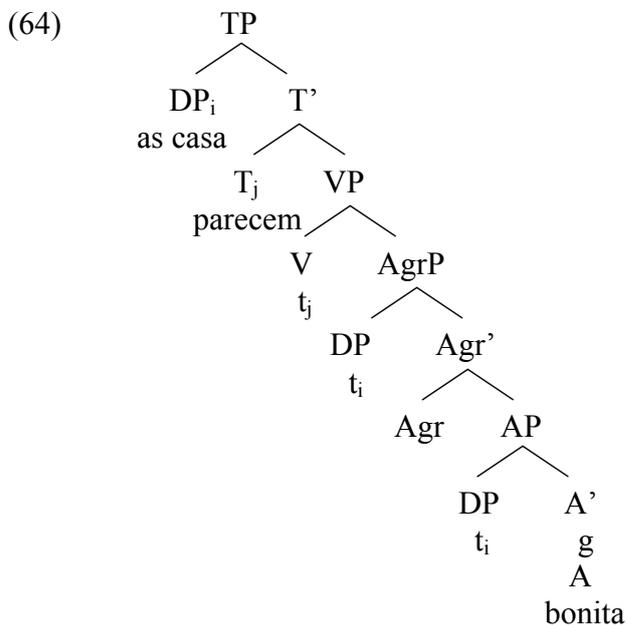
<sup>44</sup> Como veremos no capítulo 2, uma mesma língua pode ter Agr fraco e Agr forte, com o primeiro não manifestando concordância morfológica.

<sup>45</sup> Nesse exemplo e em todos os demais, os detalhes irrelevantes serão omitidos.

(63) a. As casa parecem bonita.



Outros autores argumentam que a estrutura em (62) não pode estar correta. Um dos motivos é que em (62) não se sabe qual dos constituintes projeta. Como se trata de uma predicação, uma das idéias difundidas na literatura é que a relação entre DP e AP seja mediada, nesses casos, por uma projeção Agr, que não seria mais do que uma projeção estendida do próprio adjetivo<sup>46</sup>. Nesse caso, a estrutura de uma sentença como (13b) seria a seguinte (cf. também Chomsky, 1995, p. 175):



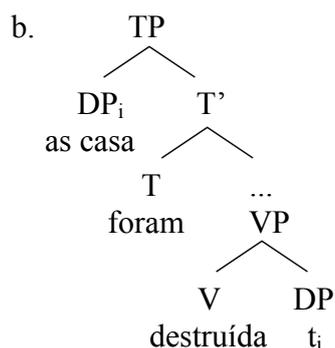
Como fica claro, apesar de essa não ser sua posição final, o DP é gerado na posição de especificador de AP e passa pela posição de especificador da projeção Agr; como AgrP é a projeção estendida do adjetivo, o esperado seria que houvesse concordância de número no

<sup>46</sup> Agr é usado aqui meramente como um mnenônico.

adjetivo (da mesma forma como um DP dispara concordância no verbo ao entrar em relação *Spec-Head* com a projeção estendida TP).

Raciocínio semelhante se aplica às construções passivas: no modelo de GB, se assumia para passivas como (13d) uma estrutura como (65b), em que o DP não entra numa relação de *Spec-Head* com o particípio:

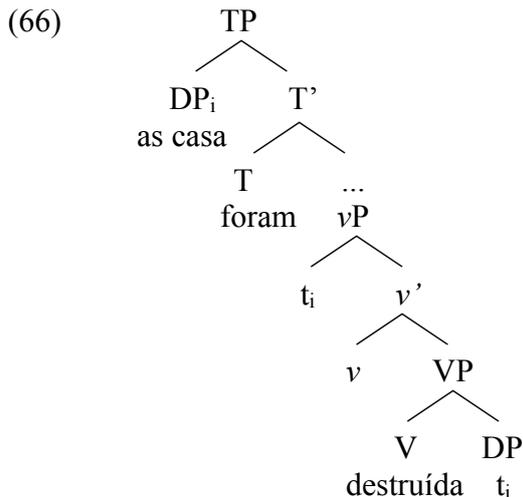
(65) a. As casa foram destruída.



Nas versões mais recentes da teoria tem sido assumido que V é dominado por uma categoria *v* (cf. Chomsky, 2001) que introduz o argumento externo e atribui/cheça Caso acusativo. Uma passiva como (65) não tem argumento externo, mas segundo Chomsky há sempre um *v* presente na estrutura<sup>47</sup>, que pode projetar uma posição de especificador pela qual os elementos que se movem para fora do VP devem passar<sup>48</sup>. Com isso, a estrutura de (13d) seria a seguinte:

<sup>47</sup> Essa categoria pode ser entendida no nosso exemplo como um *VoiceP* que introduz a voz passiva.

<sup>48</sup> Chomsky (2001) diferencia entre *v\**, que introduz o argumento externo dos verbos transitivos e é uma fase forte, e *v*, que seleciona V inacusativo e passivo. Há debate na literatura sobre a possibilidade de o *v* dos verbos inacusativos e passivos projetar uma posição de especificador; nos interessa aqui é apenas salientar o fato de que não é óbvio que o particípio não projete um especificador pelo qual o DP pode passar, estabelecendo concordância.



Novamente, se o DP passa pela posição de especificador de  $v$ , que é uma projeção estendida do particípio, o esperado para o PB1 é que houvesse manifestação de concordância de número nesse elemento.

Em suma, a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006) encontra um problema empírico e um problema teórico. No campo empírico, apesar de os dados de concordância *default* confirmarem a hipótese dos autores de que a configuração *Spec-Head* é essencial para a manifestação da concordância em PB, vimos que também são possíveis ocorrências de concordância parcial e plena com DPs em posição pós-verbal.

No campo teórico, mesmo que Costa e Figueiredo Silva estejam corretos quanto à relevância da configuração *Spec-Head* para a concordância de número no PB, vimos que não é óbvio que os casos de passivas e *small clauses* não apresentem essa configuração.

Há ainda a questão da concordância de gênero, que não é discutida por Costa e Figueiredo Silva (2006) mas é relevante para os dados sob análise aqui. No quadro proposto pelos autores, o fato de a concordância de gênero sempre estar presente, mesmo quando não há *Spec-Head* (como no caso das sentenças com DPs pós-verbais), indica que se trata de um morfema dissociado, que se manifesta independentemente da relação *Spec-Head* (como acontece com o morfema de plural no PE). Contudo, se isso é verdade, devemos nos perguntar por que podemos ter casos de concordância *default*, em que não há concordância de gênero, quando os DPs permanecem em posição pós-verbal, mas em geral isso não é possível quando os DPs estão em posição pré-verbal.

Por fim, como concluímos anteriormente, a posição pré- ou pós-verbal do DP não influencia na concordância da forma proposta pelos autores. Dessa forma, ainda que concordemos com a descrição geral dos dados apresentada por Costa e Figueiredo Silva (2006), não podemos assumir para o PB1 que a concordância entre sujeito e verbo só se

manifeste quando o DP está no especificador da projeção relevante. A discussão dos mecanismos de concordância e suas implicações para os dados sob discussão neste capítulo será desenvolvida no próximo capítulo; entretanto, já é possível antecipar que, qualquer que seja o mecanismo envolvido na concordância, algo deverá ser dito sobre a ordem dos constituintes.

Apesar da grande homogeneidade observada no comportamento dos dados, há alguns fatos que merecem destaque. Em primeiro lugar, é necessário explicar por que a sentença (67) é considerada melhor do que as demais sentenças com a mesma ordem e o mesmo padrão de concordância (repetidas em (68)):

(67) ?[Muitas revista] eu sei que foi processada durante o governo Olívio.

(68) a. ??/\*Umas prova foi deixada na sala

b. \*[Várias revista] parecem que foi processada durante o governo Olívio.

c. \*Duas aluna acham que foi reprovada.

(69) ?/%Foi deixada umas prova na sala.

A julgar pela descrição fornecida por Costa & Figueiredo Silva (2006), a sentença em (67) deveria ser boa apenas para os falantes do PB2. Como já dissemos, não contamos com falantes do PB2 durante a pesquisa – o que nos levaria a esperar que essa sentença fosse considerada ruim pelos nossos informantes, que são, em sua maioria, altamente escolarizados. Para nossa surpresa, a sentença não foi considerada perfeita pelos nossos informantes (como seria a expectativa caso estivessem sendo julgadas por falantes do PB2), mas foi julgada consideravelmente melhor em relação às demais sentenças com o mesmo padrão de concordância e ordem de constituintes – o que indica que essa sentença é levemente marginal, mas aceitáveis, mesmo para os falantes dos demais registros (ou ao menos do PB1). Além disso, sua aceitabilidade é mais geral do que (69).

Por um lado, a diferença ente (68a) e (69) indica que a ordem dos constituintes influencia a concordância. Por outro lado, a diferença entre (67) e (68) indica, no mínimo, que isso não é necessariamente verdade. Notem que, mesmo que (68b) seja excluída por um conflito de registro (visto que há concordância com o verbo matriz, como se espera do PB1,

mas não com os elementos da sentença encaixada), a maior aceitabilidade de (67) não pode ser explicada recorrendo ao registro<sup>49</sup>.

É preciso notar também que no contexto de topicalização, que gera (67), também é possível termos concordância *default* com DPs pré-verbais:

- (70) a. Muitas revista eu sei que foi processado durante o governo Olívio.  
b. Muitos tablóide eu acho que foi processado durante o governo Olívio.  
c. Uma revista eu acho que foi processado durante o governo Olívio.

Uma discussão mais detalhada sobre a derivação dessas sentenças será conduzida no capítulo 2; para o momento, gostaríamos de sugerir que a maior aceitabilidade dos dados de topicalização se deve à possibilidade de que os tópicos sejam gerados na base em PB, como sugerem os testes de Pontes (1987) quanto aos efeitos de ilha. Também Kato & Raposo (2007) mostram que a topicalização em PB não é sensível a ilhas, como exemplifica o exemplo abaixo<sup>50</sup>:

- (71) Esse bolo, o rapaz que trouxe agora mesmo da pastelaria era teu afilhado.

Além disso, é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que a topicalização melhora a aceitabilidade do padrão em (68a), outros contextos testados em 1.2.2 são julgados bastante marginais:

- (72) a. ??Parece que várias revista foi processada durante o governo Olívio.  
b. ??Só duas revista foi processada durante o governo Olívio.

### 1.3.2 Os traços de concordância

A partir dos dados expostos, podemos concluir que a concordância nas construções passivas não sofre alterações significativas, quer a passiva seja uma sentença matriz, quer seja uma sentença encaixada. As generalizações a que havíamos chegado em relação às sentenças matriz se mantêm, portanto, para as sentenças encaixadas:

---

<sup>49</sup> A menos que se assuma que a noção relevante para o estabelecimento da concordância em PB1 seja “ser pronunciado num Spec” e não “passar por um Spec”.

<sup>50</sup> Exemplo (10a), p. 208 de Kato e Raposo (2007).

- (i) o particípio sempre concorda em gênero com o DP;
- (ii) o auxiliar concorda obrigatoriamente em número com o DP sempre que o particípio também o faz;
- (iii) caso o particípio não concorde em número com o DP, a concordância de número entre auxiliar e DP é opcional;
- (iv) a concordância de número entre o particípio e o DP é opcional.

Como vimos anteriormente, a variação e o enfraquecimento da concordância de número são fenômenos disseminados no PB, tanto no domínio nominal quanto no domínio verbal. A concordância de gênero, por sua vez, é obrigatória tanto internamente ao DP quanto em construções predicativas:

- (73) a. A menina bonita.
- b. \*O menina bonita.
- c. \*O menina bonito.
- d. \*A menina bonito.

- (74) a. A menina é bonita.
- b. \*A menina é bonito.

Como pudemos perceber, o mesmo é verdade das construções passivas.

Temos, então, três fatos básicos: (i) a concordância de gênero entre auxiliar e particípio é obrigatória tanto nas construções passivas quanto nos demais contextos sintáticos relevantes; (ii) a concordância de número no auxiliar e no particípio é variável tanto nas construções passivas quanto nos demais contextos relevantes; (iii) a concordância de número entre auxiliar e DP depende da concordância de número entre particípio e DP<sup>51</sup>.

Tomando emprestada a intuição de Costa e Figueiredo Silva (2006), mas deslocando a discussão do componente morfológico para o léxico, gostaríamos de propor, com base nos fatos elencados no parágrafo acima, que o núcleo de particípio sofreu uma reanálise pelos falantes do PB1 e do PB2, passando a contar apenas com um traço de gênero em seu conjunto de traços formais. Essa proposta se conforma à idéia da teoria de Princípios e Parâmetros de

---

<sup>51</sup> Lembrando novamente que os dados de concordância *default*, que contrariam essas generalizações, serão discutidos detalhadamente no correr da tese.

que a variação lingüística deve se restringir aos traços formais das categorias funcionais<sup>52</sup> (cf. Borer, 1984).

Desse modo, a diferença entre (75) de um lado e (76) e (77) de outro é estritamente lexical:

- (75) a. Foram deixadas umas provas na sala.  
b. As provas foram deixadas na sala.

- (76) a. Foram deixada umas prova na sala.  
b. Umas prova foram deixada na sala.

- (77) a. Foram deixado uns documento na sala.  
b. Uns documento foram deixado na sala.

Uma vantagem imediata dessa proposta sobre a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006) é o desvinculamento entre a posição do DP e a concordância observada; a concordância observada depende não da posição em que o DP é pronunciado, mas da matriz de traços do núcleo de participio. Esse resultado é bem-vindo frente aos pares de sentenças (76) e (77), em que os padrões de concordância não mudam com a posição do DP, contrariamente à descrição feita por Costa & Figueiredo Silva. Também temos aí uma motivação mais explícita para a obrigatoriedade da concordância de gênero vs. a opcionalidade da concordância de número nessas construções. Além disso, com essa proposta, a diferença entre as passivas do PB1 e do PB2 se reduz à manifestação ou não de concordância no auxiliar.

#### 1.4 Conclusão

Neste capítulo, discutimos a descrição proposta por Costa e Figueiredo Silva (2006) para a concordância de número no PB e examinamos os padrões de concordância possíveis nas construções passivas. Concluimos que, enquanto a concordância de gênero é sempre

---

<sup>52</sup> Também Chomsky defende a associação entre variação paramétrica e traços formais: “One proposal is that parameters are restricted to *formal features* with no interpretation at the interface. A still stronger one is that they are restricted to formal features of functional categories. [...] I will assume that something of the sort is correct, but without trying to be very clear about the matter, since too little is understood to venture any strong hypotheses, as far as I can see.” (1995, p. 6).

obrigatória no PB, a concordância de número é, em grande medida, opcional. Concluímos também que no PB1 e no PB padrão a posição pré-verbal do DP favorece a manifestação da concordância, mas um DP em posição pós-verbal não implica necessariamente em perda de concordância. Crucialmente, notamos que quando há perda de concordância com DPs pré-verbais, essa perda é sempre de concordância de número no particípio. Já com DPs pós-verbais, a perda de concordância pode ser total (gênero e número no particípio e número no auxiliar) ou parcial (apenas número no particípio – e, para alguns falantes, também no auxiliar – mas jamais apenas gênero no particípio). Com base nisso, propusemos que, devido ao enfraquecimento generalizado da marcação de número no PB, o núcleo de particípio da gramática do PB1 e do PB2 foi re-analisado, passando a contar apenas com um morfema de gênero.

A análise proposta vai ao encontro das observações de Scherre (1991) quanto à concordância de número nos particípios passivos e em predicativos na fala de 64 falantes do PB<sup>53</sup>. Essa autora mostra que, se o sujeito apresenta todos os seus elementos flexionáveis marcados como plurais, as chances de que haja marca de plural também no particípio são maiores (57% das ocorrências<sup>54</sup>, probabilidade 0,63), enquanto sujeitos com marca de plural apenas no(s) primeiro(s) elementos têm chances menores de disparar concordância no particípio (21% das ocorrências, probabilidade 0,30)<sup>55</sup>.

Ela também mostra que sujeitos nulos apresentam probabilidade de 0,60 de disparar concordância no particípio (53% das ocorrências), mas é importante ressaltar que os exemplos de sujeitos nulos que a autora apresenta envolvem orações encaixadas ou sujeitos mencionados na oração anterior, como mostra o exemplo<sup>56</sup>:

(78) ... Esses camaradas hoje estão aí. Foi eleito e tal...

Além disso, Scherre mostra que a presença de marca de plural no auxiliar ou cópula favorece a presença de marca de plural nos particípios e predicativos (54% das ocorrências, probabilidade 0,61). Já nos casos em que o elemento verbal não apresenta marca de plural, a

---

<sup>53</sup> Os dados analisados compõem a amostra Censo e contam com falantes de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Referimos o leitor ao trabalho original para maiores detalhes.

<sup>54</sup> A porcentagem de ocorrências é relativa a cada fator, quer dizer, de todas as ocorrências de sujeito plenamente flexionado, 57% apresentaram marca também no particípio ou predicativo.

<sup>55</sup> A autora também nota que sujeitos semanticamente plurais mas sem marca formal explícita (como o pronome *nós* e numerais) são neutros quanto ao seu efeito na manifestação de plural nos predicativos e particípios (probabilidade 0,48).

<sup>56</sup> Exemplo retirado de Scherre (1991), p. 57.

probabilidade de o particípio ou predicativo ser morfologicamente plural cai para 0,18, correspondendo a apenas 13% das ocorrências.

Quanto à ordem dos elementos na estrutura, a autora analisou a influência da ordem canônica vs. não-canônica<sup>57</sup> e concluiu que, embora ordens não-canônicas desfavoreçam a presença de marcas de plural no particípio, o fator ordem não se mostrou estatisticamente significativo: os particípios e predicativos receberam marca de plural em 50% das ocorrências com ordem canônica e em 40% das ocorrências com ordem não-canônica, mas as probabilidades não se diferenciam muito (0,48 com ordem canônica e 0,52 com ordem não-canônica). Também a variável presença de material interveniente entre verbo e particípio ou predicativo não se mostrou significativa para a concordância de número nos particípios.

Por fim, o tipo de estrutura (ativa ou passiva) também não se mostrou estatisticamente relevante para a concordância, apesar de as estruturas passivas se mostrarem menos propensas à presença de marcas de plural nos particípios, com 52% de ocorrências de plural no particípio em estruturas ativas contra 37% em estruturas passivas.

Os resultados obtidos por Scherre evidenciam que um sujeito plenamente marcado como plural favorece a presença de marcas de plural no particípio, o que é consistente com nossa descrição da gramática do PB padrão; já o fato de essa tendência não ser categórica está de acordo com a observação de que sentenças com DPs plenamente pluralizados são possíveis sem que o particípio seja pluralizado. Scherre também mostra que um sujeito com marca apenas no(s) primeiro(s) elemento(s) desfavorece a presença de marca de plural no particípio, o que é coerente com a descrição do PB1. Além disso, vemos nos dados de Scherre uma correlação entre a presença de marca de plural no auxiliar e a presença de marca de plural no particípio. Para a autora, marcas no auxiliar implicam em marcas no particípio; contudo, vimos acima que o auxiliar pode ser marcado como plural mesmo quando o particípio não o é; por outro lado, sempre que o particípio é marcado como plural, o auxiliar também deve ser. A direcionalidade da implicação será relevante na discussão do próximo capítulo.

Resta agora determinar quais os mecanismos responsáveis pela concordância sintática e o que regula a posição de superfície do DP nos três registros do PB. No próximo capítulo, discutiremos as principais teorias de concordância do programa minimalista, aplicando-as aos dados discutidos neste capítulo. Essa discussão e suas conclusões nos permitirão verificar se a proposta do particípio reanalisado é necessária e suficiente para dar conta dos padrões de concordância do PB.

---

<sup>57</sup> Sob o rótulo de “ordem não-canônica” a autora agrupa mais de um tipo de ordem possível.

## 2 REVISÃO DOS MODELOS DE CONCORDÂNCIA

Vimos no capítulo anterior que Costa e Figueiredo Silva (2006) propõem uma descrição da concordância de número no PB segundo a qual a relação *Spec-Head* é condição necessária para que ocorra concordância entre sujeito e verbo no PB1. Vimos também que, embora a ordem *Spec-Head* de fato force a manifestação de traços de concordância no PB1 e no PB padrão, um DP em posição pós-verbal pode disparar concordância no verbo e nos demais elementos que o precedem. Essa observação tem implicações para as teorias de concordância e sua relação com a ordem dos constituintes.

Uma das hipóteses exploradas pelo Programa Minimalista é a noção de que o que “move” o sistema computacional da faculdade da linguagem é, em grande medida, a necessidade de eliminar traços não-interpretáveis das computações sintáticas. Ao longo do desenvolvimento do Programa, diferentes formas de implementação dessa idéia têm sido sugeridas. Neste capítulo, discutiremos as principais abordagens minimalistas para a concordância sentencial à luz dos padrões de concordância apresentados no capítulo anterior.

### 2.1 A concordância como uma relação local

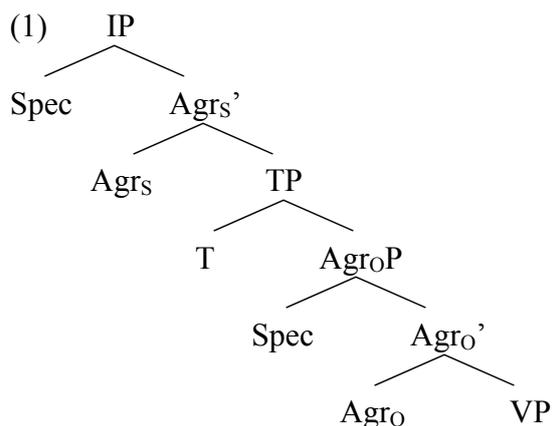
Nas primeiras versões do Programa Minimalista, Chomsky (1995) propunha uma associação entre as duas “(aparentes) grandes imperfeições” da linguagem: movimento e traços não-interpretáveis<sup>58</sup>: “Minimalist assumptions suggest that the property [of displacement] should be reduced to morphology-driven movement.” (Chomsky, 1995, p. 222). Para ele, todo movimento é motivado pela necessidade de checar traços; quer dizer, não se sabe exatamente por que deveriam existir traços não-interpretáveis no sistema computacional da linguagem humana, mas uma vez que eles existem, os movimentos servem para eliminá-los. Nesse sentido, “[f]unctional categories have a central place in the conception of language we are investigating, primarily because of their presumed role in feature checking, which is what drives Attract/Move.” (Chomsky, 1995, p. 349).

Já no primeiro capítulo, Chomsky (1995), seguindo Pollock (1989), propõe que, além das categorias funcionais C, T e D, há também uma categoria Agr, que é uma coleção de traços- $\phi$  e traços de Caso (p. 59). A idéia é que a categoria anteriormente entendida como IP tem a seguinte estrutura (p. 60)<sup>59</sup>:

---

<sup>58</sup> Traços de Caso abstrato, EPP e os traços- $\phi$  não-nominais.

<sup>59</sup> Segundo Chomsky, Agr<sub>S</sub> e Agr<sub>O</sub> são notações informais para distinguir os dois papéis funcionais de Agr.



Também nesse capítulo, Chomsky sugere que toda checagem de Caso é consequência de uma relação *Spec-Head* entre um DP e um núcleo Agr (p. 121), uniformizando o sistema<sup>60</sup>. Como veremos a seguir, essas idéias são refinadas por Chomsky nos capítulos subseqüentes.

### 2.1.1 AgrPs

Como vimos, Chomsky (1995, cap. 1) começa por sugerir que os núcleos Agr são conjuntos de traços- $\phi$  e traço de Caso. Já no capítulo 3, os núcleos Agr possuem apenas traços- $\phi$  (gênero, número e pessoa). Nesse modelo, tanto a concordância quanto o Caso estrutural são manifestações de uma relação *Spec-Head* entre um DP e um núcleo Agr. Contudo, as propriedades de Caso dependem não dos traços- $\phi$ , mas das características de V e T; por isso, Chomsky assume que T se alça para Agr<sub>S</sub> e V se alça para Agr<sub>O</sub>. Dessa forma, os núcleos Agr incluem os traços- $\phi$  de Agr e o traço de Caso fornecido pelo elemento verbal<sup>61</sup>.

Nesse sistema, todo movimento é motivado pela necessidade de checar traços; isso implica que o movimento de V e T para os núcleos Agr também é guiado por traços. Agr tem, então, além dos traços- $\phi$ , traços-V. Além disso, os traços de Agr podem ser fracos ou fortes<sup>62</sup>. Traços fortes são visíveis em PF, traços fracos são invisíveis em PF. Os traços flexionais não são interpretáveis em PF (apenas traços fonológicos são interpretáveis nessa interface); portanto, se um traço forte “sobrevive” após *Spell-out*, a derivação fracassa. Por isso,

<sup>60</sup> Lembrando que no modelo de GB havia uma assimetria na atribuição de Caso: acusativo e ECM eram atribuídos por V via regência, enquanto nominativo era atribuído em configuração *Spec-Head* entre um DP em [Spec,IP] e o núcleo I. Em Chomsky (1981) e trabalhos subseqüentes, considerava-se que todo Caso estrutural era atribuído sob regência, entendida como m-comando para incluir a relação *Spec-Head*. Segundo Chomsky (1995, p. 213, nota 9), a relação de m-comando não tem nenhum papel no quadro do Programa Minimalista.

<sup>61</sup> Há também a possibilidade de que um DP se alce para [Spec,TP] para checar Caso e depois para [Spec,Agr<sub>S</sub>P] para estabelecer concordância, mas Chomsky desconsidera essa possibilidade (1995, cap. 3, nota 11).

<sup>62</sup> Há uma correlação entre flexão forte e traços-D fortes, e flexão fraca e traços-D fracos. Como veremos mais adiante, essa correlação não parece ser completamente verdadeira no PB.

Chomsky assume que os traços fortes exigem movimento aberto (pois devem ser checados antes de *Spell-out*), enquanto os traços fracos podem ser checados no componente encoberto (pós *Spell-out*) seguindo o princípio *Procrastinate*. Seguindo o mesmo espírito, o princípio EPP é reinterpretado como uma propriedade morfológica de T: se T possui um traço-D forte<sup>63</sup>, um DP deve se mover para [Spec,TP] na sintaxe aberta, do contrário, a derivação fracassa<sup>64</sup>.

A força dos traços categoriais (V e D) também determina a ordem de superfície dos elementos nas línguas: por exemplo, numa língua cuja ordem básica é VSO, como o irlandês, Agr possui um traço-V forte e um traço-D fraco; assim, o verbo se move abertamente para Agr<sub>S</sub>, enquanto o sujeito e o objeto se movem para [Spec,Agr<sub>O</sub>P] e [Spec,Agr<sub>S</sub>P] apenas no componente encoberto (p. 198).

Por fim, o princípio *Greed* determina que um elemento se move apenas para satisfazer as suas próprias necessidades. Isso significa que, se um DP se move para a posição de [Spec,Agr], ele o faz porque precisa ter seus traços checados<sup>65</sup>, e não porque Agr precisa ter seus traços checados.

Somados todos esses ingredientes, uma sentença transitiva simples como (2a) teria como estrutura “final” (2b)<sup>66</sup>:

---

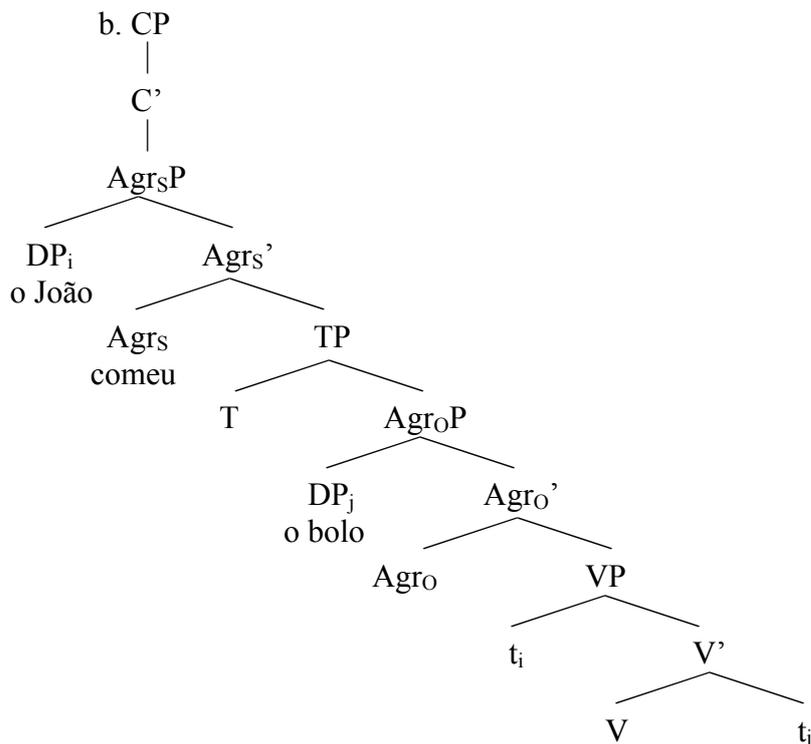
<sup>63</sup> Traços-D são traços categoriais (como os traços-V) e precisam ser checados por um elemento nominal.

<sup>64</sup> Na verdade, tanto T quanto os núcleos Agr possuem traços nominais; em inglês, por exemplo, os núcleos Agr teriam traços nominais fracos (por isso a língua não permite *object shift*), enquanto T teria um traço nominal forte, gerando sempre a ordem SV.

<sup>65</sup> Chomsky sugere (p. 198) que o movimento de NP é motivado pelo filtro de Caso, ou seja: um DP se move para checar seu traço de Caso. Contudo, a divisão entre traços interpretáveis (que não precisam ser checados) e traços não-interpretáveis (que precisam ser checados) só é introduzida no capítulo 4. No capítulo 3 a idéia é que todos os traços, interpretáveis ou não, precisam ser checados em algum momento da derivação. Isso explica também por que V se alça para Agr e T sem violar o princípio *Greed*: ele o faz para checar seu próprio traço-V (que presumivelmente é interpretável).

<sup>66</sup> Por limitações de espaço, a estrutura omite os movimentos de núcleo; a idéia é que V se alça para Agr<sub>O</sub>, que se alça para T, que se alça para Agr<sub>S</sub>.

(2) a. O João comeu o bolo.



O DP ‘o João’ é gerado em [Spec,VP] e movido para [Spec,Agr<sub>S</sub>P], onde checa seus traços- $\phi$ , traço categorial e traço de Caso contra os traços de Agr<sub>S</sub>. O DP ‘o bolo’ é gerado em [Comp,VP] e movido para [Spec,Agr<sub>O</sub>P], onde também checa seus traços- $\phi$ , traço categorial e traço de Caso contra os traços de Agr<sub>O</sub>. Por fim, o verbo é gerado em V e se move sucessivamente para Agr<sub>O</sub>, T e Agr<sub>S</sub>, checando traços categoriais.

Não podemos ter certeza se o movimento do objeto para [Spec,Agr<sub>O</sub>P] ocorre na sintaxe aberta ou pós *Spell-out*, pois o verbo também se move. Chomsky assume que a “força” de Agr é parametrizável, ou seja, algumas línguas têm Agr forte e outras têm Agr fraco. Isso significa que se Agr<sub>S</sub> é forte, Agr<sub>O</sub> também deve ser. Como o sujeito se move na sintaxe aberta, podemos concluir que Agr em PB tem traço-D forte e, portanto, o movimento do objeto também é aberto.

Todavia, como mencionamos na nota 60, Chomsky sugere (p. 199) que o EPP é uma propriedade de T, e não dos núcleos Agr. Se esse é o caso, o movimento aberto do sujeito em PB poderia ser para [Spec,TP]. Essa sugestão só seria viável se assumirmos que o DP se alça para [Spec,TP] para checar Caso nominativo, do contrário o movimento violaria o princípio *Greed*. Se essa hipótese for assumida, outra questão emerge: o que motivaria o movimento do DP para [Spec,Agr<sub>S</sub>P]? Esse movimento é necessário, pois os traços- $\phi$  de Agr<sub>S</sub> precisam ser checados; mas essa não pode ser a motivação do movimento, pois o princípio *Greed* exige

que um elemento se mova para satisfazer seus próprios requerimentos. Caso o DP receba Caso nominativo em [Spec,TP], não é claro o que motivaria o movimento subsequente para [Spec,Agr<sub>S</sub>P]<sup>67</sup>. Tendo em vista essas questões, e como o próprio Chomsky não entretém essa possibilidade, assumiremos para o momento que o PB tem traço-D forte em Agr, e os movimentos são abertos.

Agora que temos um quadro geral de como funciona o sistema, podemos discutir como seriam derivadas nesse sistema as sentenças passivas apresentadas no capítulo 1 desta tese.

A primeira questão diz respeito ao fato de o DP poder aparecer tanto movido (para [Spec,Agr<sub>S</sub>P], conforme assumimos) quanto em posição pós-verbal nos padrões de concordância plena e parcial:

- (3) a. Foram deixadas umas provas na sala.  
b. As provas foram deixadas na sala.
  
- (4) a. Foram deixada umas prova na sala.  
b. Umas prova foram deixada na sala.
  
- (5) a. Foram deixado uns documento na sala.  
b. Uns documento foram deixado na sala.

Se o PB tem Agr forte, como concluímos acima, o que permite que os DPs não sejam pronunciados em [Spec,Agr<sub>S</sub>P] em alguns casos?

Chomsky (1995, p. 199) discute a possibilidade de que uma mesma língua possua tanto Agr fraco quanto Agr forte. Um exemplo disso seria o árabe *standard*, que permite tanto a ordem SVO (com movimentos abertos) quanto a ordem VSO (possivelmente gerada de forma semelhante ao irlandês). Para Chomsky, essa possibilidade é reforçada pelo fato de que nos casos de ordem VSO com movimento encoberto do sujeito o verbo manifesta menos concordância morfológica do que na ordem SVO<sup>68</sup> (exemplos de Soltan, 2007 p.35):

---

<sup>67</sup> Esse movimento poderia ser motivado pela necessidade de o DP checar seus próprios traços- $\phi$  (cf. nota 64)

<sup>68</sup> Nos casos de sujeito pré-verbal, o verbo concorda em gênero e número; nos casos de sujeito pós-verbal, o verbo concorda apenas em gênero.

- (6) a.  $\text{ʔal-fatayaat-u}$      $\text{qaraʔ-na}$      $\text{ʔal-dars-a}$   
           as-meninas-NOM ler-3PLFEM a-lição-ACC
- b.  $\text{qaraʔa-t}$          $\text{ʔal-fatayaat-u}$      $\text{ʔal-dars-a}$   
           ler-3SGFEM as-meninas-NOM a-lição-ACC
- c. \* $\text{qaraʔa}$          $\text{ʔal-fatayaat-u}$      $\text{ʔal-dars-a}$   
           ler-3PLFEM as-meninas-NOM a-lição-ACC
- ‘As meninas lêem a lição.’

Com base nessa discussão, podemos especular que também no PB haja uma ambigüidade quanto à força dos traços de Agr, e essa ambigüidade permita os conjuntos de sentenças passivas do PB. Como vimos no primeiro capítulo, as sentenças passivas do PB podem manifestar concordância parcial. Mas nas sentenças (3) – (5), observamos que a manifestação de concordância não muda conforme a posição do DP: as possibilidades de concordância são as mesmas independente da ordem, contrariamente ao que acontece nos dados do árabe *standard*.

Mas há outros casos, também discutidos no capítulo 1, em que a ordem parece influenciar a concordância:

- (7) a.  $\text{ʔ/%}$ Foi deixada umas prova na sala.  
       b.  $\text{ʔʔ/*}$ Umas prova foi deixada na sala.
- (8) a. Foi deixado umas prova na sala.  
       b. Foi deixado uns documento na sala.  
       c. \*Umas prova foi deixado na sala.  
       d. \*Uns documento foi deixado na sala.

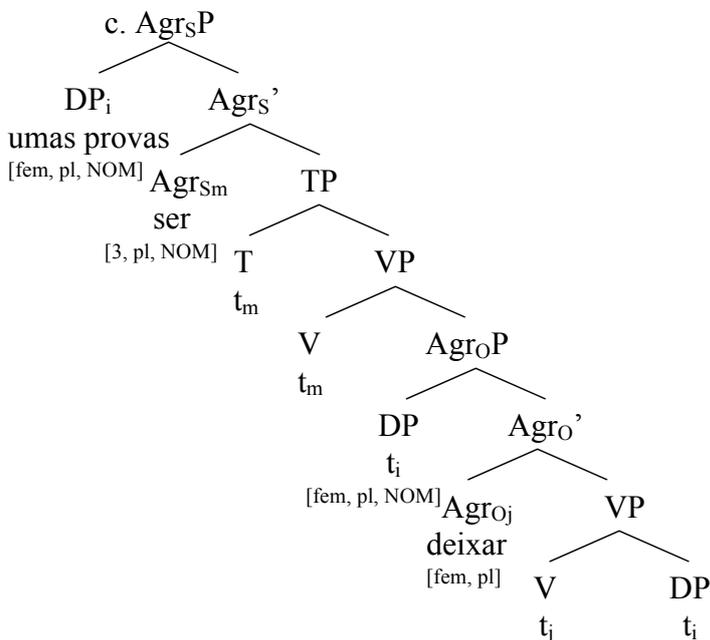
Combinando a presente discussão com a descrição dos dados apresentada no capítulo 1, faz sentido pensar que a não aceitabilidade de (7b) se deva ao fato de termos movimento aberto do DP. Os dados de concordância *default* em (8) corroboram ainda mais fortemente essa intuição.

É claro que devemos nos perguntar por que, então, não temos concordância parcial e *default* sempre que temos ordem V DP no PB. Novamente, o próprio Chomsky nos dá a resposta: os efeitos de enfraquecimento da concordância morfológica com movimento

encoberto não são obrigatórios. Na verdade, o que há é uma tendência de que a concordância se manifeste quando há movimento aberto: “[t]here is at least a tendency for  $\phi$ -features to be overtly manifested when raising to the checking domain is overt rather than covert.” (1995, p. 277) Se é apenas uma tendência, e se a língua permite uma ambigüidade quanto aos traços de Agr, é razoável que haja variação na manifestação da concordância. Note-se a esse respeito que nos dados discutidos no capítulo 1 essa tendência é, na verdade, uma obrigação.

Conforme o esperado, então, tanto a variação na concordância quanto a variação na posição do DP nas sentenças passivas são explicadas pela variação na força dos traços de Agr. As sentenças em (3), repetidas em (9a-b), teriam, então, a estrutura em (9c); a única diferença entre as duas sentenças é que na derivação de (9a) é selecionado o Agr com traços-D fracos<sup>69</sup>, fazendo com que o movimento do DP para [Spec,Agr<sub>O</sub>P] e [Spec,Agr<sub>S</sub>P] se dê apenas no componente encoberto, enquanto (9b) tem Agr com traços-D fortes, forçando movimento aberto do DP:

- (9) a. Foram deixadas umas provas na sala.  
 b. Umas provas foram deixadas na sala.



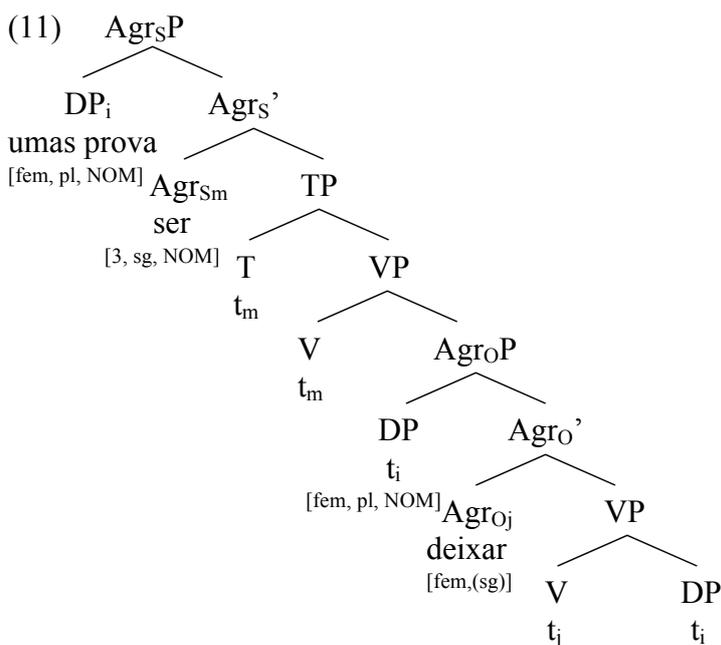
A derivação das sentenças (4) e (5) é em tudo semelhante à derivação das sentenças (3); a única diferença é que, no momento da seleção de Agr<sub>O</sub> para a Numeração, apenas um

<sup>69</sup> E talvez com traços-V fracos também.

traço de gênero é adicionado a essa categoria, gerando o padrão de concordância parcial, de acordo com nossa proposta ao final do capítulo 1.

Já a derivação da sentença (7a), repetida em (10a) e esquematizada em (11), envolve a seleção de Agr com traços-D fracos e conseqüente movimento do DP no componente encoberto; o particípio, em princípio, pode tanto ser plenamente especificado quanto especificado apenas para gênero. O enfraquecimento da concordância de número observado no auxiliar (e no particípio, caso esse tenha traço de número) seria decorrente da checagem pós *Spell-out*, seguindo Chomsky (1995) e em conformidade com a descrição de Costa e Figueiredo Silva (2006) para o PB:

- (10) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
 b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.



A sentença (7b), repetida em (10b), teria a mesma estrutura de (11), mas com Agr com traços-D fortes, forçando o movimento aberto do DP. Seguindo Costa & Figueiredo Silva (2006), podemos afirmar que a marginalidade/inaceitabilidade da sentença se deve ao fato de que o movimento aberto de um DP força a manifestação da concordância de número no verbo<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> A questão é um pouco mais intrincada, visto que a sentença (10b) deveria ser aceitável para os falantes do PB2. Como contamos apenas com informantes altamente escolarizados, estamos reportando julgamentos que não pertencem à gramática do PB2. Podemos supor, dada a descrição de Costa e Figueiredo Silva, que no PB2 os

Por fim, as sentenças em (8), repetidas em (12), também seriam derivadas com um Agr com traços-D fracos. Assim como no caso de (10b), as sentenças (12c-d) são excluídas porque o movimento aberto do DP forçaria a manifestação de concordância nos elementos verbais.

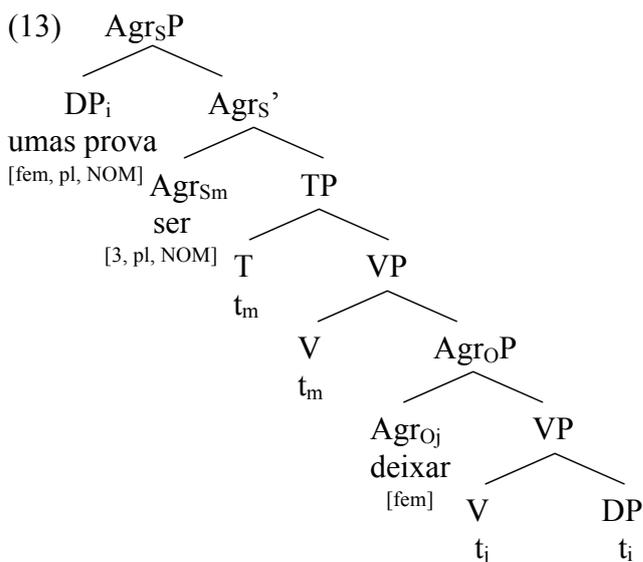
- (12) a. Foi deixado umas prova na sala.  
b. Foi deixado uns documento na sala.  
c. \*Umas prova foi deixado na sala.  
d. \*Uns documento foi deixado na sala.

Com esse sistema, então, temos uma motivação para a variação na posição dos DPs (um traço-D forte em Agr) e alguma motivação para a exigência de concordância quando o DP está em posição pré-verbal. Não há, no entanto, nada que explique ou motive a ausência de concordância de concordância de número no participio quando o DP está em posição pré-verbal (como (4b) e (5b)). Poderíamos supor que, nesses casos, Agr<sub>0</sub>P não projeta um especificador. Com isso, o DP jamais passaria por essa posição e, como consequência, não dispararia concordância de número nesse elemento. A presença da concordância de gênero é explicada se assumirmos que gênero é um morfema dissociado em PB, como propusemos no capítulo 1. A estrutura da sentença (4b) seria, então, a seguinte<sup>71</sup>:

---

elementos Agr não possuem traço de número, por isso o movimento ou não do DP não deveria criar diferenças quanto à aceitabilidade dos dados para os falantes desse registro.

<sup>71</sup> Outra possibilidade seria assumir que Agr<sub>0</sub>P entra na derivação com traços-D fracos, fazendo com que o movimento do DP para Spec, Agr<sub>0</sub>P aconteça no componente encoberto, e que isso tem consequências para a manifestação da concordância. Uma formulação nesses termos é o que têm em mente Costa e Figueiredo Silva; mas como vimos ao longo da tese, não se sustenta no caso geral, em que um DP pós-verbal pode, sim, disparar concordância.



Essa solução dá conta das sentenças (4b) e (5b), mas cria problemas para explicarmos por que Agr<sub>O</sub>P falha em projetar um especificador em alguns casos. A hipótese nula é que, como o particípio tem traços a checar, a posição de especificador deveria ser sempre projetada, e preenchida no componente aberto ou encoberto a depender da força dos seus traços-D.

Além disso, Chomsky assume uma hipótese lexicalista segundo a qual todos os elementos entram numa derivação sintática já com seus traços- $\phi$  plenamente especificados, e o que há no curso da derivação são checagens desses traços. Isso significa que nas sentenças (9) o DP está especificado como ‘terceira pessoa’, ‘plural’, ‘feminino’, ‘nominativo’, o auxiliar está especificado como ‘terceira pessoa’, ‘plural’, e o particípio está especificado como ‘feminino’, ‘plural’. Se o particípio sempre entra na derivação com um traço de número, deveríamos esperar que a falha em checar o traço de número do particípio (por exemplo, porque Agr<sub>O</sub>P não projetou a posição de especificador) levasse ao cancelamento da derivação.

Nossa descrição dos dados do PB não encontra esse tipo de problema, pois mostramos que um DP pós-verbal pode disparar concordância no verbo e no particípio, e propusemos que um particípio pode entrar na derivação apenas com traço de número. Esses dois fatores, somados à hipótese lexicalista, dão conta dos casos de concordância parcial com DPs em posição pré- e pós-verbal: o particípio entra na derivação apenas com traço de gênero; se temos traços-D fortes nos núcleos Agr, o movimento do DP é aberto e o DP aparece em posição pré-verbal; se temos traços-D fracos, o movimento do DP é encoberto, mas os traços de gênero e número estão presentes em todos os núcleos relevantes e são pronunciados. A

tendência de que DPs movidos forcem concordância, qualquer que seja a sua origem, é responsável pelos contrastes abaixo:

- (14) a. Foi deixado umas prova na sala.  
b. Foi deixado uns documento na sala.  
c. \*Umas prova foi deixado na sala.  
d. \*Uns documento foi deixado na sala.
- (15) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

Ainda assim, algo deve ser dito sobre a ausência de concordância de número no auxiliar em (15a) e sobre a ausência total de concordância em (14a/b). Quer dizer, temos uma explicação razoável para o fato de as versões movidas dessas sentenças não serem aceitáveis (o fato de o movimento de um DP forçar a manifestação morfológica de concordância), mas não temos uma explicação para que essas sentenças sejam possíveis com DPs pós-verbais. Poderíamos assumir que um Agr com traços-D fracos resulta em concordância parcial ou ausência de concordância em alguns casos, como no árabe *standard*, mas não temos uma explicação para o que diferenciaria esse Agr do Agr que gera as sentenças em (16)<sup>72</sup>:

- (16) a. Foram deixadas umas provas na sala.  
b. Foram deixada umas prova na sala.  
c. Foram deixado uns documento na sala.

O fato de a ordem V DP ser possível com os padrões de concordância plena, parcial e *default* indica que no PB, diferente do árabe *standard*, um Agr com traços-D fracos não é sempre sinônimo de um Agr com menos traços de concordância. Para dar conta de todas as possibilidades de concordância em termos da qualidade de Agr, teríamos de assumir pelo menos cinco tipos de Agr<sub>O</sub> e três tipos de Agr<sub>S</sub>, que se combinam conforme (17):

---

<sup>72</sup> Agr com traços-D fracos seria o responsável também pela geração das seguintes sentenças, com ordem V DP e um DP singular:

- (i) a. Foi deixada uma prova na sala.  
b. Foi deixado um documento na sala.  
c. Foi deixado uma prova na sala.

- (17) a. Agr<sub>S</sub> D-fraco pleno + Agr<sub>O</sub> D-fraco pleno = (16a)  
 b. Agr<sub>S</sub> D-fraco pleno + Agr<sub>O</sub> D-fraco sem número = (16b)  
 c. Agr<sub>S</sub> D-fraco sem número + Agr<sub>O</sub> D-fraco sem número = (15a)  
 d. Agr<sub>S</sub> D-fraco sem número + Agr<sub>O</sub> D-fraco sem traços = (14a)  
 e. Agr<sub>S</sub> D-forte pleno + Agr<sub>O</sub> D-forte pleno = (9b)  
 f. Agr<sub>S</sub> D-forte pleno + Agr<sub>O</sub> D-forte sem número = (4b)

Mesmo assim, ainda restariam por explicar as combinações impossíveis, como um Agr<sub>S</sub> com D-fraco e concordância plena e um Agr<sub>O</sub> com D-fraco sem traços (que geraria uma sentença como ‘Foram deixado umas prova na sala’.)

Ainda que consigamos excluir de forma adequada as combinações impossíveis, se assumimos que o PB tem em sua gramática a possibilidade de um Agr com traços-D fracos deveríamos esperar variação de ordem também com outros tipos de sentenças, como por exemplo as sentenças transitivas. A sentença em (1), repetida em (18), representa a ordem canônica dos constituintes numa sentença transitiva em PB:

- (18) O João comeu o bolo.

Já as sentenças em (19) representam ordens impossíveis em PB<sup>73</sup>:

- (19) a. \*Comeu o bolo o João.  
 b. \*O bolo o João comeu.  
 c. \*O bolo comeu o João.

Como, de acordo com Chomsky, a variação na ordem dos elementos é resultado da força dos traços de Agr, vejamos como essas sentenças seriam geradas. Em (19a), presumivelmente teríamos um traço-V forte em Agr que força o movimento do verbo até Agr<sub>S</sub>; como o objeto precede o sujeito, teríamos que concluir que o objeto se move abertamente até [Spec,Agr<sub>O</sub>], enquanto o sujeito se move para [Spec,Agr<sub>S</sub>] apenas no componente encoberto. Em (19b), Agr<sub>O</sub> teria traço-D forte, mas Agr<sub>S</sub> teria traço-D fraco; além disso, Agr teria traço-V fraco. Por fim, em (19c) Agr<sub>O</sub> teria traços-D e V fortes, enquanto Agr<sub>S</sub> teria traços-D e V fracos.

<sup>73</sup> Essas sentenças são impossíveis com uma curva entoacional neutra; (15b), por exemplo, é perfeitamente possível se ‘o bolo’ estiver topicalizado.

Em (19a) e (19b), temos variação na força do traço-D entre os dois Agr (forte em Agr<sub>O</sub>, fraco em Agr<sub>S</sub>) e uniformidade na força do traço-V. Em (19c), ambos os traços são fortes em Agr<sub>O</sub>, e ambos são fracos em Agr<sub>S</sub>. Chomsky afirma que não deveria haver diferenças entre Agr<sub>S</sub> e Agr<sub>O</sub> quanto à força dos traços, mas também admite que uma mesma língua tenha Agr com traços fortes e com traços fracos. A conclusão lógica é que, a cada seleção para a Numeração, os traços em Agr<sub>S</sub> e Agr<sub>O</sub> devem ser uniformes, mesmo que a língua permita Agr com traços fortes e Agr com traços fracos.

Se isso estiver correto, as sentenças em (19) são bloqueadas automaticamente: a força dos traços-D e V de Agr deve ser uniforme, o que não ocorre nessas sentenças. Como, segundo Chomsky, os traços-φ são adicionados aos itens lexicais no momento da seleção do léxico para a Numeração (p. 239), parece mais lógico assumir que, ainda que uma língua possa apresentar ambigüidade na qualidade dos traços de Agr, a cada seleção do léxico para a Numeração são selecionados traços fracos ou fortes uniformemente (ou seja: se o traço-D é forte em uma derivação, ele é forte tanto em Agr<sub>S</sub> quanto em Agr<sub>O</sub>. O mesmo vale para os traços-V<sup>74</sup>).

As sentenças em (16) representam o resultado dessa uniformidade. Em (20a), ambos os núcleos Agr têm traço-V forte e traço-D fraco. Em (20b) temos a situação contrária: traço-D forte e traço-V fraco. Novamente, vemos que os resultados em PB são inaceitáveis:

- (20) a. \*Comeu o João o bolo.  
b. \*O João o bolo comeu.

Com isso, podemos concluir que, ainda que línguas como o árabe *standard* apresentem variabilidade na força dos traços de Agr, o mesmo não é verdade para o PB: nessa língua, somos forçados a concluir que tanto os traços-D quanto os traços-V são sempre fortes<sup>75</sup>. Com isso, uma explicação para a variação de ordem observada nas sentenças passivas em (3) – (5) em termos da força dos traços-D de Agr se torna inviável.

Uma tentativa de salvar a análise seria propor que os traços-D de Agr podem ser fracos no PB apenas em construções inacusativas. Uma explicação nesses termos seria coerente com a restrição de monoargumentalidade para a ordem V DP<sup>76</sup> observada no PB: se

---

<sup>74</sup> Esse estado de coisas é o que encontramos nos exemplos do árabe em (6).

<sup>75</sup> Além disso, pelo menos em relação aos traços-V, vimos no capítulo 1 que segundo Costa e Galves (2002) o verbo sempre se move até Agr<sub>S</sub>P em PB.

<sup>76</sup> Cf. nota 15.

os DPs só podem permanecer em posição pós-verbal com verbos inacusativos, é provável que apenas essa subclasse dos verbos do PB tenha duas possibilidades para os traços-D de Agr.

Friedemann e Siloni (1997) defendem que o núcleo Agr<sub>O</sub>P deve ser diferenciado do núcleo Agr<sub>P</sub>P que introduz os participios. Eles argumentam que Agr<sub>O</sub>P é o núcleo responsável pela checagem de Caso acusativo, que inexistente nas construções passivas. Adotando essa distinção, podemos propor que apenas Agr<sub>P</sub>P tem duas versões em PB, uma com traços-D fracos e outra com traços-D fortes. Assim, seria possível dar conta da ordem observada nas construções passivas. Contudo, a proposta não pode ser estendida para os verbos inacusativos “simples” do PB (que, como vimos no capítulo 1, também podem ter seu DP argumento em posição pós-verbal, disparando concordância ou não), pois seria implausível assumir que estes têm, também, um núcleo Agr<sub>P</sub>P<sup>77</sup>. Isso faz com que a solução proposta seja, na melhor das hipóteses, parcial.

Na próxima seção, veremos que Chomsky elimina o componente encoberto e discutiremos as consequências disso para a análise da concordância e sua relação com a ordem de constituintes.

### 2.1.2 *Move-F*

Em Chomsky (1995, cap. 4) é proposta a operação *Move-F* (1995, p. 261-271): nessa abordagem, toda operação de movimento tem como alvo apenas traços formais; por uma questão de economia, numa situação ideal apenas os traços- $\phi$  de um elemento se movem, adjungindo-se ao núcleo atrator e formando uma cadeia com o vestígio dos seus traços<sup>78</sup>. Entretanto, o que se observa muitas vezes é o deslocamento de todos os traços do item lexical, ou mesmo de um sintagma que o contém<sup>79</sup>. Segundo Chomsky (1995, p. 262-265), o *pied-piping* dos demais traços ocorre por uma questão de convergência, por conta de requerimentos morfofonológicos da interface PF, requerimentos que ainda devem ser explicitados pela teoria<sup>80</sup>. Nesse caso, a primeira opção (a opção ótima) é adjunção do item lexical ou categoria

<sup>77</sup> A proposta de Friedemann e Siloni é baseada em línguas como italiano e francês, em que alguns tempos, como o pretérito perfeito, são compostos por auxiliar + participio. Não fica claro na proposta dos autores qual é a estrutura assumida para um tempo simples.

<sup>78</sup> O emprego do termo “vestígio” é, segundo Chomsky, apenas um artifício didático, dado que de acordo com a condição de inclusividade nenhum elemento deve ser inserido na derivação pelo sistema computacional.

<sup>79</sup> Nesse caso, segundo Chomsky (1995, p. 265), haveria a formação de duas cadeias: CH<sub>FF</sub>= (FF[F], t<sub>FF[F]</sub>), que consiste no conjunto de traços- $\phi$  e seu vestígio, e CH<sub>CAT</sub>= ( $\alpha$ , t <sub>$\alpha$</sub> ), sendo  $\alpha$  uma categoria que inclui pelo menos o item lexical que contém os traços- $\phi$  movidos.

<sup>80</sup> Novamente, por falta de uma definição mais concreta, assume-se que esse requerimento seja a existência de um traço forte que precisa ser checado por um item lexical completo.

movida ao núcleo atrator; no entanto, devido às restrições morfológicas existentes em relação ao que pode figurar em posição de núcleo, a configuração *Spec-Head* é empregada para fins de checagem, sendo considerada a segunda melhor configuração para tal. A idéia é que todo movimento encoberto é movimento de traços apenas, ao passo que o movimento aberto força o movimento de um sintagma ou categoria. Ou seja: tanto o que se entendia por movimento aberto quanto o que se entendia por movimento encoberto ocorrem na sintaxe aberta: a diferença é que, no caso ótimo, há movimento apenas de traços.

O *pied-piping* de traços morfofonológicos por exigência de PF deve ser distinguido do movimento de um conjunto de traços formais. Para Chomsky, um conjunto de traços formais sempre se move como um todo, ou seja, não é possível mover apenas um traço de Caso, ou um traço de pessoa. Mesmo que apenas um traço motive o movimento, os demais se moverão como *free riders*.

Também nesse capítulo, Chomsky introduz a distinção entre traços interpretáveis e não-interpretáveis (p. 277) e propõe que todo movimento existe para que os traços não-interpretáveis possam ser checados. Desse modo, por exemplo, o movimento dos DPs é motivado pela necessidade de esses elementos checarem seus traços de Caso.

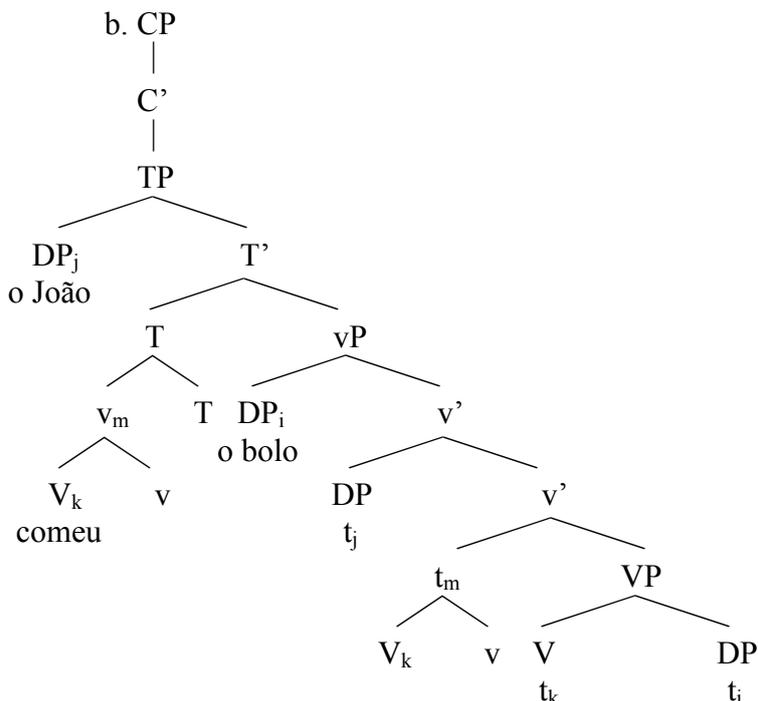
Além disso, Chomsky propõe a eliminação dos núcleos Agr, pois essas categorias não são motiváveis em termos das interfaces<sup>81</sup>. Também nesse capítulo, Chomsky introduz a idéia de especificadores múltiplos e a categoria funcional *v*, que seleciona um VP e tem essencialmente duas funções: introduzir um argumento externo e checar Caso acusativo.

Com esses “ingredientes”, a sentença (1), repetida em (21a), seria derivada conforme (21b):

---

<sup>81</sup> “[...] eliminating Agr from UG entirely – and, at least for our purposes here, keeping to functional categories with intrinsic properties that are manifested at the interface levels”. (Chomsky, 1995, p. 355).

(21) a. O João comeu o bolo.



O movimento do DP ‘o João’ para [Spec,TP] é motivado pela necessidade de o DP checar seu traço de Caso; como consequência desse movimento, os traços- $\phi$  e categoriais de T, que são não-interpretáveis, são checados contra as contrapartes interpretáveis do DP. Quanto ao DP objeto ‘o bolo’, podemos assumir que se move na sintaxe aberta, como indica a representação em (21b), como também podemos especular que seus traços formais se movam e se adjunjam a  $v$ , checando os traços relevantes de ambos os elementos (Caso do DP e traços- $\phi$  de  $v$ ), enquanto o DP é pronunciado em sua posição de base.

Em relação aos dados apresentados na seção 1.2 desta tese, vemos imediatamente que, em todos os casos em que há ordem [V DP], teríamos movimento apenas dos traços formais do DP. Além disso, como se trata de sentenças passivas, não teríamos a projeção da categoria  $v$ <sup>82</sup>.

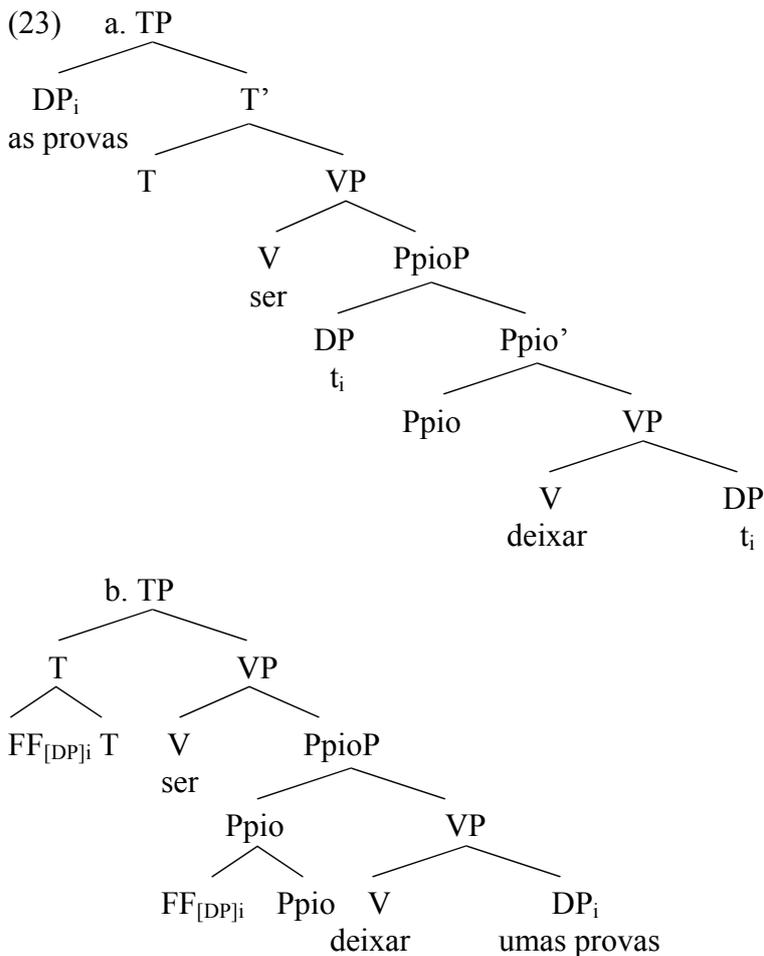
A estrutura de uma sentença passiva com concordância plena e DP pré-verbal como (22a) está representada em (23a); aí temos movimento aberto do DP para [Spec,TP], passando por [Spec,PpioP], devido à presença de um traço-D forte<sup>83</sup>. Já (22b), em que o DP permanece

<sup>82</sup> Ao menos não uma categoria  $v$  plena, dadas as características do  $v$  transitivizador. Vamos assumir que há uma projeção funcional PpioP que domina o particípio e é a portadora dos traços- $\phi$  desse elemento (gênero e número ou somente gênero, de acordo com nossa proposta ao final do capítulo 1). O rótulo “PpioP” é um mnemônico; essa categoria pode ser entendida como a projeção VoiceP (cf. Kratzer, 1996).

<sup>83</sup> Esse traço pode, em princípio, ser reduzido ao EPP (lembrando que Chomsky reduz o Princípio de Projeção Estendida a uma propriedade morfológica de T: se T possui um traço-D forte, um DP deve se mover para

em posição pós-verbal, temos movimento apenas dos traços formais do DP ( $FF_{[DP]}$ ), que se adjungem ao núcleo Ppio e ao núcleo T para checar traços de caso e concordância, como vemos em (23b). Em ambos os casos, é selecionado para a Numeração o particípio com traços de gênero e número:

- (22) a. As provas foram deixadas na sala.  
 b. Foram deixadas umas provas na sala.



A derivação das sentenças (24) e (25), com concordância parcial, se dá de forma semelhante: as sentenças (a), com DP pós-verbal, são geradas através da adjunção dos traços formais do DP aos núcleos Ppio e T; as sentenças (b), com DP pré-verbal, são geradas com o DP se movendo abertamente até [Spec,TP] por conta de um traço-D forte nessa categoria. A

---

[Spec,TP] na sintaxe aberta). A concordância com o particípio pode, em princípio, se dar via [Spec,PpioP], motivada por questões de ciclicidade, ou por adjunção dos traços do DP ao núcleo Ppio.

única diferença entre essas sentenças e as sentenças com concordância plena é a escolha do participípio, que no caso de (24) e (25) tem apenas traço de gênero:

(24) a. Foram deixada umas prova na sala.

b. Umas prova foram deixada na sala.

(25) a. Foram deixado uns documento na sala.

b. Uns documento foram deixado na sala.

Até aqui, portanto, o modelo dá conta dos dados. Mas os conjuntos de sentenças em (26) e (27) novamente ficam sem uma explicação razoável. No sistema de *Move F*, contudo, a situação é um pouco mais complicada, pois todos os movimentos para checagem ocorrem no componente aberto, antes de *Spell-out*. Não haveria razão para que o movimento apenas dos traços resultasse em concordância parcial (26a) ou plena (27a/b)<sup>84</sup>.

(26) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.

b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

(27) a. Foi deixado umas prova na sala.

b. Foi deixado uns documento na sala.

c. \*Umas prova foi deixado na sala.

d. \*Uns documento foi deixado na sala.

---

<sup>84</sup> Nesse sistema, os dados do árabe *standard*, repetidos abaixo, seriam derivados da seguinte forma: em (ia) T tem um traço-D forte que força o movimento aberto do DP; já em (ib) T tem um traço-D fraco, fazendo com que apenas os traços- $\phi$  do DP se movam e se adjunjam a T. A idéia é que, em árabe, o movimento de traços sempre gera concordância parcial; contudo, vale a mesma lógica da discussão sobre os dados do PB: se o movimento de traços é aberto, não haveria, em princípio, um motivo dentro do sistema para que esse movimento gerasse manifestação de concordância parcial. Qualquer que seja a restrição à concordância plena com movimento de traços, ela deverá ser creditada ao componente morfológico.

(i) a. ?al-fatayaat-u qara?-na ?al- dars-a  
as-meninas-NOM ler-3PLFEM a-lição-ACC

b. qara?a-t ?al-fatayaat-u ?al-dars-a  
ler-3SGFEM as-meninas-NOM a-lição-ACC

A abordagem de *Move-F* foi posteriormente descartada, segundo Chomsky, por não haver evidência para a postulação de cadeias de traços<sup>85</sup>. Contudo, como veremos na seção 2.3, algumas propostas mais recentes têm sugerido um “retorno às origens”.

## 2.2 O modelo de *Agree*

Dissemos no início do capítulo que um dos *insights* do Programa Minimalista é a associação entre a propriedade de deslocamento e a existência de traços não-interpretáveis. Nos sistemas discutidos anteriormente, essa associação era colocada da seguinte forma: não se sabe por que os traços não-interpretáveis existem, mas uma vez que eles existem, os movimentos servem para eliminá-los.

No modelo de *Agree*, a associação entre traços não-interpretáveis e movimento é reinterpretada:

[W]e have two ‘imperfections’ to consider: uninterpretable features and the dislocation property. These properties (in fact, morphology altogether) are never built into special-purpose symbolic systems. We might suspect, then, that they have to do with externally-imposed legibility conditions. With regard to dislocation, that has been suggested from the earliest days of modern generative grammar, with speculations about facilitation of processing (on the sound side) and the dissociation of ‘deep’ and ‘surface’ interpretive principles (on the meaning side). [...] The ‘deep’ (LF) properties are of the general kind found in language-like systems; the ‘surface’ properties appear to be specific to human language. If the distinction is real, we would expect to find that language design marks it in some systematic way – perhaps by the dislocation property, at least in part. [...] it would follow that the dislocation property is required. [...] This line of argument might provide motivation for the dislocation property, but it would remain to find the mechanisms employed to implement it. [...] Minimalist intuitions lead us to look at the other major imperfection, the uninterpretable inflectional features. Perhaps these devices are used to yield the dislocation property. If so, then the two imperfections might reduce to one, the dislocation property. But the latter might itself be required by design specifications. That would be an optimal conclusion. (Chomsky 2000, pp. 120-121)

Nesse cenário, Chomsky (2000 e trabalhos posteriores) propõe a operação *Agree*, uma operação que relacionaria elementos à longa distância, como forma de dar conta dos fenômenos de concordância. Exemplos bem conhecidos utilizados como argumento empírico em favor desse modelo são as construções existenciais do inglês (28) e instâncias de concordância de longa distância com objetos nominativos no islandês (29), nos quais não há

---

<sup>85</sup> Nas palavras do autor: “In the absence of clear evidence to the contrary, I will assume that feature chains do not exist, hence that features cannot move or be attracted.” (2000, p. 119).

evidência de que o elemento nominal se mova para estabelecer concordância localmente, tornando difícil uma explicação em termos de configuração *Spec-Head*.<sup>86</sup>

(28) There \*seems/seem to be two men in the boat.

(29) Mér \*virdhist/virdhast their vera skemmtilegir.  
1SGDAT parece3SG/3PL 3PLNOM ser interessante  
'Me parece que eles são interessantes.'

Nos modelos de concordância via *Spec-Head*, assumia-se que a derivação de uma construção existencial como (28) envolvia movimento do associado em LF para substituir o expletivo (cf. Chomsky, 1995, cap. 3). Esse tipo de análise é problemática, pois, como nota Lasnik (2003), as sentenças em (30) teriam a mesma forma lógica; contudo, enquanto *a man* em (30a) pode ter tanto escopo estreito quanto escopo largo em relação a *likely*, em (30b) *a man* pode apenas ter escopo estreito<sup>87</sup>:

(30) a. A man is likely to be here.  
b. There is likely to be a man here.

Nesse sistema, os movimentos são motivados pela existência de um traço EPP que deve ser satisfeito através do *Merge* de um elemento nominal (um expletivo ou um elemento nominal já existente na derivação, caso não haja um expletivo disponível na Numeração) na posição de especificador do elemento que carrega tal traço<sup>88</sup>. Desse modo, há uma dissociação entre movimento e checagem de traços- $\phi$ <sup>89</sup>. De acordo com Chomsky (2000, p. 125-126), a introdução da operação *Agree* elimina a necessidade de domínios de checagem, o que seria desejável porque a noção de domínio de checagem, além de ser complexa e não-natural em termos minimalistas, não é relevante para os principais casos de checagem, nos quais um elemento se concatena em um domínio de checagem por motivos independentes, ou a checagem de traços ocorre sem deslocamento para um domínio de checagem; seja como for, a

---

<sup>86</sup> Exemplos (16) e (17), p. 6 de Boeckx (2006).

<sup>87</sup> Exemplos (18) e (19), p. 26 de Lasnik (2003).

<sup>88</sup> Em termos bastante gerais, a presença de um traço EPP em um determinado núcleo sinaliza para o sistema que esse núcleo precisa de algum material preenchendo sua posição de especificador.

<sup>89</sup> A associação existe, mas é apenas indireta: no caso geral, um elemento só pode se mover para o especificador de uma categoria com a qual tenha entrado numa relação de *Agree*.

configuração *Spec-Head* não deveria ter um estatuto especial para a checagem de traços dentro de um modelo de *Bare Phrase Structure*.

Dentro desse modelo, a interpretabilidade de um traço é diretamente vinculada a um valor: traços não-interpretáveis (por exemplo, Caso nos elementos nominais e traços- $\phi$  no núcleo T) entram na derivação sem valor especificado, enquanto os traços interpretáveis (os traços- $\phi$  dos elementos nominais) entram na derivação com valores especificados<sup>90</sup>. No caso de movimento-A, a operação *Agree* valora e apaga os traços não-interpretáveis da sonda e o Caso do alvo da seguinte forma: uma sonda (*Probe*) com traços- $\phi$  não-interpretáveis ([u]) valora seus traços contra um alvo (*Goal*) com traços- $\phi$  interpretáveis ([i]). A operação *Agree* permite, através da valoração de traços, o apagamento dos traços não-interpretáveis da sonda e do traço não-interpretável de Caso do alvo, evitando que a derivação imploda (*crash*) em LF.

As condições para que *Agree* se aplique são as seguintes:

- (i) Condição de ativação: a sonda  $\alpha$  e o alvo  $\beta$  devem estar ativos para o sistema, isto é, devem possuir um traço não-interpretável<sup>91</sup> não-valorado;
- (ii) Matching: os traços de sonda e alvo têm que ser do mesmo tipo (traços não-distintos<sup>92</sup>);
- (iii) Localidade: a sonda  $\alpha$  deve c-comandar o alvo  $\beta$  (o alvo deve estar no domínio de complemento da sonda);
- (iv) Minimalidade: não deve haver um alvo alternativo  $\gamma$  tal que  $\gamma$  c-comande  $\beta$  e  $\alpha$  c-comande  $\gamma$ ;
- (v) Maximização: o conjunto- $\phi$  de uma sonda é considerado uma unidade; ou todos são valorados e apagados, ou nenhum o é.

Ou seja: ao ser inserido na derivação, o elemento  $\alpha$  sonda seu domínio de complemento em busca de um elemento nominal ativo; ao encontrá-lo,  $\alpha$  entra em relação de *Agree* com  $\beta$ , valorando e apagando seus próprios traços não-interpretáveis; ao mesmo tempo,  $\alpha$  valora e apaga o traço não-interpretável de  $\beta$ <sup>93</sup>, que também deve ser eliminado antes de *Spell-out*. De acordo com a Condição de Ativação, se o traço não-interpretável de  $\beta$  já tiver sido valorado,  $\beta$  não pode mais entrar em relações de concordância, tampouco se mover.

---

<sup>90</sup> Ao menos na proposta original de Chomsky. Há outras propostas que desvinculam interpretabilidade e valoração, como p. ex. Pesetsky e Torrego (2007).

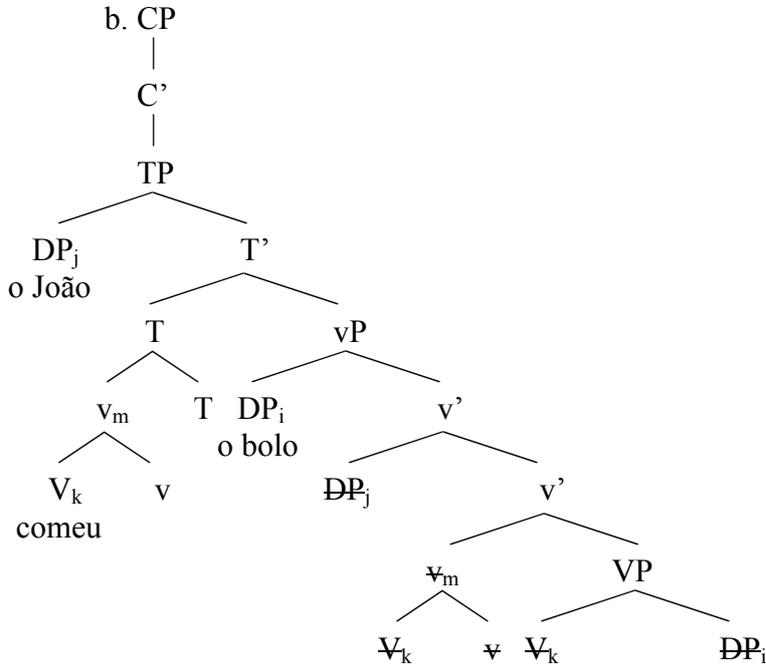
<sup>91</sup> No caso dos movimentos-A, um traço de Caso.

<sup>92</sup> Chomsky (2001) afirma que “match is not strictly speaking identity, but nondistinctness: same feature, independently of value” (p. 5).

<sup>93</sup> Apenas se  $\alpha$  for  $\phi$ -completo. Chomsky (2000) sugere que, no caso das relações-A, para que a sonda valora o traço de Caso do elemento nominal, ela deve possuir traços de número e de pessoa não-interpretáveis.

Com isso, a estrutura da sentença transitiva (1) seria a seguinte:

(31) a. O João comeu o bolo.



Já a derivação de construções existenciais como (28) se daria da seguinte forma: o núcleo T entra em relação de concordância com o associado, valorando seus próprios traços- $\phi$  e o traço de Caso do associado como nominativo, e o expletivo é inserido diretamente em Spec,TP para checar o traço EPP. Com isso, ficam explicadas as diferenças de escopo entre as construções existenciais e suas contrapartes em que o associado se move abertamente, e também o porquê de o verbo concordar com o associado.

Voltando aos dados sob investigação na tese, vemos que a derivação de uma sentença passiva com concordância plena seria derivada conforme (32):

(32) As cartas foram enviadas com atraso.

- a. [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -ppio<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]]]

No passo (b), o núcleo de participio, após entrar na derivação, sonda o DP para valorar seus traços de número e gênero. Como nem o participio nem o DP possuem traços não-valorados de pessoa e número, ambos continuam com seus traços de Caso não valorados<sup>94</sup>. Em (d), T sonda o participio para valorar seus traços de número e pessoa; no entanto, como o participio é  $\phi$ -defectivo, nenhum dos traços de T é valorado. Mas dado que T possui traços de pessoa e número não-interpretáveis, o traço de Caso do participio é valorado como Nominativo. Finalmente, no passo (e), T sonda o DP, valorando seus próprios traços e também o traço de Caso do DP como Nominativo<sup>95</sup>.

As sentenças com concordância parcial seriam derivadas de forma semelhante; a única diferença, de acordo com a hipótese defendida no primeiro capítulo, é o participio que possui apenas traço de gênero:

<sup>94</sup> Estamos assumindo que o participio também tem um traço de Caso, de acordo com Chomsky (2001). Ele assume que os participios têm traço de Caso por causa da condição de atividade. Evidência empírica para isso é o fato de os participios em islandês manifestarem morfologia de Caso.

<sup>95</sup> Crucialmente, T consegue alcançar o DP porque o participio, sendo defectivo, não induziria efeitos de interveniência. Segundo Chomsky (2000, p. 124), “Suppose that the probe for participial  $\alpha$  is a  $\phi$ -set lacking the feature [person] and that G is the closest matching goal in its search space: P(G). DP may be attracted to [Spec,  $\alpha$ ], deleting the probe of  $\alpha$  (participial agreement), but the operation will not delete structural Case in DP, which can move on to [Spec,T], deleting the probe of T and the Case of DP (subject agreement)”. Como veremos mais adiante, há mais de uma forma de implementar minimalidade.

(33) As carta foram enviada com atraso.

- a. [PpioP -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP enviar [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP enviar [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP enviar [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> [VP enviar [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [TP [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub><sup>i</sup> [T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> [VP enviar [DP as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]]]

Já a derivação das sentenças passivas com concordância plena e parcial com DP em posição pós-verbal se daria como em (34) e (35):

(34) Foram compradas umas tortas deliciosas pra festa

- a. [PpioP -ppio<sub>[G:?]/[N:?]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas tortas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [PpioP -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas tortas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas tortas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [VP comprar [DP umas tortas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [TP T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [VP ser [PpioP -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [VP comprar [DP umas tortas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]]]

(35) Foram comprada umas torta deliciosas pra festa

- a. [PpioP -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas torta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas torta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP comprar [DP umas torta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> [VP comprar [DP umas torta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [TP T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [VP ser [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> [VP comprar [DP umas torta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]]]

Como é possível perceber, as únicas diferenças entre essas derivações e as anteriores, em que o DP está em posição pré-verbal, é o fato de em (34) e (35) o núcleo T não possuir um traço EPP, o que faz com que o DP fique *in situ*.

Contudo, há pelo menos um problema com (34) e (35): se o traço EPP é opcional, em princípio nada impediria uma derivação de uma estrutura transitiva na qual T também não tivesse um traço EPP, gerando uma sentença como, por exemplo, *Comeu João o bolo*<sup>96</sup>. Porém, como vimos anteriormente, essa sentença é impossível no PB. Logo, alguma coisa a mais precisa ser dita em relação a sentenças passivas com argumento pós-verbal no PB.

Um raciocínio semelhante se aplica para as sentenças com argumento pós-verbal sem concordância:

- (36) a. Foi corrigido algumas provas de sintaxe.  
b. Foi esquecido uns documentos na sala.  
c. Foi comprado uma torta pro aniversário da Érica.

- (37) a. \*Uns documentos foi esquecido na sala.  
b. \*Algumas provas de sintaxe foi corrigido.  
c. \*Uma torta foi comprado pro aniversário da Érica.

Na verdade, o contraste entre (36) e as sentenças inaceitáveis em (37) é ainda mais difícil de ser explicado, pois no sistema de *Agree* como apresentado até o momento não há nenhuma explicação para esse contraste.

Em primeiro lugar, sentenças como (36) são inesperadas, uma vez que essas construções apresentam todas as condições estruturais para aplicação de *Agree*. Em segundo lugar, os dados em (37) são igualmente inesperados, uma vez que a configuração *Spec-Head* não é mais tida como uma configuração de checagem. Ou seja: num sistema como esse, se um DP pós-verbal não dispara concordância, um DP movido tampouco deveria fazê-lo. A mesma lógica se aplica ao par de sentenças (38):

- (38) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

---

<sup>96</sup> Uma sentença desse tipo seria possível porque T seria capaz de atribuir Nominativo a um sujeito no especificador do verbo leve transitivo.

Na próxima seção, veremos que, em face de questionamentos semelhantes levantados por dados de outras línguas, há pesquisadores que defendem um retorno ao modelo de checagem de traços via *Spec-Head*.

### 2.3 Hornstein (2009): retorno às origens

Na contramão das propostas mais recentes de Chomsky, Hornstein (2009) propõe uma arquitetura de gramática na qual não existe a operação *Agree*, apresentando em defesa de sua idéia uma série de argumentos teóricos e conceptuais de por que um sistema no qual coexistam as operações *Agree* e *Move* é redundante.

Como argumentos empíricos, Hornstein apresenta as construções existenciais do inglês, tradicionalmente usadas como argumento em defesa da existência de *Agree*, como vimos acima. Hornstein propõe para essas construções uma análise em termos de *doubling à la Sportiche (1988)*<sup>97</sup>. Basicamente, a idéia é que o expletivo *there* seria gerado junto com o associado, e depois se moveria para o especificador de T. Isso explicaria, entre outras coisas, a existência do Efeito de Definitude<sup>98</sup>: *there* seria um elemento do tipo D(eterminante), que toma um NP como complemento. Assumindo-se que elementos sem determinante não podem ser definidos, explica-se por que o NP complemento do expletivo deve ser *bare* ou indefinido<sup>99</sup>.

Evidência contra uma análise das construções existenciais em termos de *Agree* vem do fato de que o associado, quando pronominalizado, manifesta Caso acusativo; isso é inesperado em análises que assumem que esse elemento entra em relação de concordância com T, pois nesse caso deveríamos ter pronomes nominativos, que, como evidenciam os dados a seguir, tornam as sentenças inaceitáveis<sup>100</sup>:

- (39) a. Who can we get to play a leading role in the spring production? There's always Bob/him/\*he.  
b. Who can we get to play leading parts in our new production? There's always those guys in our acting class/them/\*they.

---

<sup>97</sup> Cf. também Chomsky (1995), Bošković (2007), entre outros.

<sup>98</sup> O Efeito de Definitude será discutido com mais detalhe nos capítulos 3 e 4.

<sup>99</sup> Uma análise semelhante é proposta por Bošković (2007).

<sup>100</sup> Exemplos (16), p. 138 de Hornstein, 2009.

Em vista desses fatos, Hornstein adota a proposta de Belletti (1988) e Lasnik (1995) de que o associado recebe Caso partitivo inerente, atribuído pelo verbo junto com o papel temático. Como Caso partitivo não tem manifestação morfológica própria em inglês, os argumentos com ele marcados, quando manifestam morfologia de Caso, manifestam Caso acusativo, que é o Caso *default* em inglês.

Quanto aos fatos de concordância nessas construções, a idéia é que o expletivo concorda com seu NP complemento, e o núcleo T concorda com o expletivo. A concordância entre T e o associado é apenas indireta, ou seja, é resultado da concordância de ambos com o expletivo. Interessantemente, nessas construções podem ocorrer padrões de concordância defectiva (cf. (40b)); contudo, quando o DP associado se move, sempre há concordância (cf. (40c), (40e))<sup>101</sup>:

- (40) a. There seems to be men in the garden.  
b. There is a dog and a cat on the roof.  
c. \*Men seems to be in the garden.  
d. Men seem to be in the garden.  
e. \*A dog and a cat is on the roof.  
f. A dog and a cat are on the roof.

Para Hornstein, os fatos em (40) são explicados se assumirmos que o expletivo não precisa concordar em número com o seu complemento<sup>102</sup>. Assim, no estabelecimento da concordância entre T e o expletivo, o traço de número de T seria valorado como *default*.

Hornstein afirma, em sua nota 59 (p. 148), que é possível imaginar que a GU limite construções do tipo *doubling* a casos nos quais o “elemento duplicante” é realizado abertamente, ou que apresentem alguma propriedade característica, como o efeito de definitude. Se isso for verdade, então casos que apresentam concordância entre T e um elemento em seu domínio de c-comando (os casos de *Agree* puro) precisam de uma explicação diferente. Hornstein propõe então que, em casos “normais” de concordância entre sujeito e verbo, a concordância é consequência do movimento do DP sujeito para a posição de Spec,TP para checar seu traço de Caso e os traços- $\phi$  de T.

---

<sup>101</sup> Exemplos (12), p. 137 de Hornstein, 2009.

<sup>102</sup> Da mesma forma como num DP “tradicional” o determinante não manifesta marcação de número em inglês:  
(i) the boys.

Os casos nos quais aparentemente temos evidência para *Agree* puro, como os *quirky subjects* do islandês em (41a) abaixo, são explicados pelo autor da seguinte forma: a concordância em T e no particípio é consequência do movimento do DP *livros* para o especificador de T passando também pelo especificador do núcleo de particípio, para checar os traços- $\phi$  deste, como podemos ver em (41b). A ordem de superfície é gerada assumindo-se que alguma restrição do sistema obriga a pronúncia da cópia mais baixa do DP<sup>103</sup>.

- (41) a. Henni voru gefnar bækurnur  
 ela<sub>DAT</sub> foram<sub>3PL</sub> dados<sub>3PL</sub> livros<sub>NOMPL</sub>  
 b. [<sub>TP</sub> ela [<sub>livros</sub> [<sub>T</sub> PASS+foram]] [<sub>P<sub>pio</sub>P</sub> livros [<sub>VP</sub> ela v [<sub>dados livros</sub>]]]]  
 ‘She was given books.’

O ponto de Hornstein é: se *Agree* for a operação responsável pela concordância no sistema computacional da faculdade da linguagem, dados do tipo (41) deveriam ser o caso não-marcado nas línguas. Todavia, o que vemos é o sujeito da sentença sendo preferencialmente pronunciado em uma posição mais alta (Spec,TP). Para Hornstein, esse fato é facilmente explicado se a configuração *Spec-Head* for a responsável pela concordância, o que forçaria o movimento do DP para essa posição; no modelo de *Agree*, como vimos nas seções anteriores, o movimento para [Spec,TP] é gerado de uma forma mais estipulativa, através de um traço EPP. Vemos, assim, que a proposta de Hornstein está em consonância com o princípio *Greed*, pois o DP se move para satisfazer as suas necessidades (checagem do traço de Caso), e não por uma necessidade da sonda (checagem do traço EPP).

Hornstein aponta ainda que, translingüisticamente, é possível encontrar casos de DPs pós-verbais que não disparam concordância (ou que disparam concordância parcial, como no árabe), ao passo que casos de DPs movidos que não o fazem são no mínimo raros (um bom exemplo disso são as construções passivas com concordância *default* do PB). Além disso, dados de concordância com DPs pós-verbais são idiossincráticos em muitas línguas: são menos frequentes do que os dados de concordância *Spec-Head* e tendem a ocorrer apenas com alguns verbos (ou tipos verbais<sup>104</sup>).

O fato ressaltado por Hornstein é o de que não há nada no modelo de *Agree* que justifique a existência dessas assimetrias, uma vez que, nesse modelo, a operação de

<sup>103</sup> Exemplo (37), p. 149 de Hornstein 2009.

<sup>104</sup> Um exemplo é o próprio PB, no qual a ordem VS só é possível com verbos monoargumentais, mais especificamente com verbos inacusativos.

concordância se aplica justamente quando sonda e alvo estão em uma relação de c-comando. Visto que quando os DPs se movem a concordância é sempre obrigatória, Hornstein assume que é, de fato, o movimento dos DPs que detona concordância nas línguas naturais. Isso explicaria, em princípio o contraste entre as sentenças a seguir, observado no capítulo 1:

- (42) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

Na sentença (a), em que não há movimento do DP, a concordância pode não ser realizada; já no exemplo (b), em que o DP se move, a manifestação de concordância no auxiliar deveria ser obrigatória.

Quanto à concordância *default*, o sistema proposto por Hornstein dá conta da agramaticalidade dos dados em (43), em que temos um DP movido que não dispara concordância: se a configuração *Spec-Head* é a responsável pela concordância, e se o DP se move para essa posição, o esperado é que haja concordância; como não há, a sentença é inaceitável. Os dados de concordância *default* em que o DP permanece em posição pós-verbal seriam possíveis porque não há obrigatoriedade na manifestação da concordância se o DP não se move:

- (43) a. \*Uns documento foi esquecido na sala.  
b. \*Algumas alterações foi feito ao projeto inicial.  
c. \*Uma torta foi comprado pro aniversário da Érica.

Hornstein sugere que, tanto nos casos em que o sujeito se move quanto nos casos em que permanece em posição pós-verbal, uma cópia deste elemento se move para Spec,TP para checar seu traço de Caso e os traços- $\phi$  de T. Quando o DP é pronunciado em posição pós-verbal, isso significa que a cópia mais alta foi apagada<sup>105</sup>.

A adoção do apagamento de cópias mais baixas é vantajosa porque dá conta do fato de poder haver manifestação de concordância mesmo quando o DP aparentemente não se move,

---

<sup>105</sup> Hornstein nota (p. 150) que a abordagem proposta não oferece uma explicação de por que às vezes a cópia pronunciada é a mais baixa, mas ressalta que o mesmo problema é enfrentado pelo modelo de *Agree*, em que o movimento é gerado pela presença ou ausência de um traço EPP. O autor observa que há muitos motivos para que uma cópia baixa seja pronunciada (alguns serão revisados mais adiante); contudo, ele ressalta que, no presente momento da teoria, não é claro o que motiva a pronúncia de uma cópia mais alta ou mais baixa (se é que há uma motivação geral). Para ele, desde que seja possível detectar, a partir dos dados, *qual das cópias* está sendo pronunciada, uma explicação geral unificada não é imprescindível.

como é o caso das sentenças passivas com concordância plena e DP pós-verbal que vimos discutindo nesta tese. Essas sentenças seriam geradas com o DP se movendo de sua posição de base até Spec,TP, passando pelo especificador da projeção do particípio, que possui traços de gênero e número<sup>106</sup>:

- (44) a. Umas provas foram deixadas na sala.  
 b. [TP [DP umas provas] T [VP ser [PpioP t<sub>DP</sub> –das [VP deixar t<sub>DP</sub>]]]]

A derivação da sentença com DP pós-verbal seria idêntica, porém com apagamento das cópias do DP em Spec,TP e Spec,PpioP.

As sentenças com concordância parcial seriam geradas da mesma forma, porém o particípio selecionado para a Numeração seria aquele especificado apenas com traço de gênero. Novamente, a posição pré- ou pós-verbal do DP depende da cópia selecionada para pronúncia:

- (45) a. Umas prova foram deixada na sala.  
 b. [TP [DP umas prova] T [VP ser [PpioP t<sub>DP</sub> –da [VP deixar t<sub>DP</sub>]]]]

Até aqui, então, a abordagem de Hornstein para a concordância gera os resultados desejados. Agora observe as derivações abaixo, em que o particípio possui apenas traço de gênero e o auxiliar não concorda em número com o DP:

- (46) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
 b. [TP [~~DP umas prova~~] T [VP ser [PpioP [~~DP umas prova~~] –da [VP deixar [DP umas prova]]]]]]

- (47) a. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.  
 b. [TP [DP umas prova] T [VP ser [PpioP t<sub>DP</sub> –da [VP deixar t<sub>DP</sub>]]]]

A única derivação lícita é a que apaga as cópias mais altas do DP, mas o sistema proposto por Hornstein não fornece uma explicação formal para isso. O autor sugere (nota 74, p. 152) que a concordância defectiva sinaliza que a cópia mais baixa do DP deve ser pronunciada, mas isso

<sup>106</sup> O uso de vestígios na representação é meramente didático.

gera um problema do tipo ovo-galinha: há menos concordância porque o sujeito é pós-verbal, ou o sujeito é pós-verbal porque há menos concordância?

Uma alternativa seria assumir que o traço EPP desempenha um papel no sistema de Hornstein: se T possui traço EPP, o DP deve ser pronunciado em Spec,TP, e a posição do DP força a manifestação da morfologia de concordância em todos os elementos relevantes; se T não possui traço EPP, o DP ainda assim se move, porque precisa checar traços, mas não é pronunciado em Spec,TP. Como o DP não é pronunciado em Spec,TP, o requerimento morfológico de que haja manifestação plena de concordância é relaxado. Ainda assim, restaria explicar por que temos dois tipos de “enfraquecimento morfológico”: o dos dados em (46) e o dos dados de concordância *default* (vistos anteriormente, em (36)), somados à possibilidade de concordância plena e parcial com concordância no auxiliar e ordem V DP.

Em princípio, poderíamos imaginar que se trata apenas de diferentes níveis de relaxamento do requerimento morfológico de manifestação da concordância. Contudo, vimos no capítulo 1 que os dados de concordância *default* são pervasivos nas gramáticas do PB, isto é, são produzidos e aceitos pela grande maioria dos falantes. Já os dados em (46) têm aceitabilidade restrita entre os falantes consultados: nunca são considerados plenamente gramaticais e não são aceitos por todos os falantes.

Esse estado de coisas leva a crer que ocorrências como (46) são geradas mais por uma sobreposição de gramáticas do que por uma propriedade formal do sistema. Se essa possibilidade estiver no caminho certo, poderíamos concluir que temos, no PB, uma correlação direta entre pronúncia de um DP em posição pré-verbal e manifestação de concordância – mas não entre pronúncia de uma cópia mais baixa e relaxamento da morfologia de concordância, uma vez que podemos ter DPs em posição pós-verbal tanto em sentenças com concordância *default* quanto em sentenças com concordância parcial e plena.

De todo modo, vemos que a maior aceitabilidade de (46) em comparação a (47) condiz com a associação que Hornstein estabelece entre DPs pós-verbais e enfraquecimento da concordância. Os falantes que aceitam (46) permitem a não-manifestação de número no auxiliar quando o DP não é pronunciado em Spec,TP devido ao enfraquecimento generalizado da concordância de número no PB, mas conservam a concordância de gênero no participio devido à sua obrigatoriedade. Ao mesmo tempo, a posição do DP se sobrepõe ao enfraquecimento da morfologia de plural.

Resta verificar se o modelo de Hornstein exclui as sentenças que nunca são produzidas, começando pelo par em (48):

- (48) a. \*Foi deixadas umas prova na sala.  
 b. \*Foi deixados uns documento na sala.

A sentença (48a), por exemplo, seria derivada conforme a estrutura (49). O fato de o particípio manifestar concordância de gênero e número indica que o particípio selecionado para a Numeração é o particípio que possui traço de gênero e número, e que o DP se move até Spec,Ppio. Como o DP precisa checar seu traço de Caso e o particípio não é um checador de Caso, devemos assumir que o DP se move até Spec,TP:

- (49) [TP [DP umas prova] T [VP ser [PpioP t<sub>DP</sub> –das [VP deixar t<sub>DP</sub>]]]]

A sentença (48a) é muito semelhante a (46); poderíamos então supor que o auxiliar poderia ser pronunciado sem morfologia de plural devido ao fato de o DP estar em posição pós-verbal. Como a sentença não é julgada como aceitável pelos falantes, algo deve ser dito sobre esse contraste.

Vimos no final do primeiro capítulo que há uma direcionalidade na manifestação de concordância de número no particípio e no auxiliar: o auxiliar pode ser morfologicamente plural mesmo quando o particípio possui apenas traço de gênero e, portanto, não manifesta morfologia de plural; por outro lado, sempre que o particípio é morfologicamente plural, o auxiliar também deve sê-lo. Como o particípio em (48) é morfologicamente plural, o auxiliar deveria ser plural. É bastante plausível assumir que se a morfologia de número é enfraquecida no auxiliar, deve ser enfraquecida também no particípio. Mas não há nada no sistema proposto por Hornstein que derive essa correlação.

De todo modo, visto que as sentenças (48) não são possíveis com DPs em posição pós-verbal, o esperado é que tampouco o sejam com DPs pré-verbais. As sentenças (50) mostram que isso se confirma:

- (50) a. \*Umas prova foi deixadas na sala.  
 b. \*Uns documento foi deixados na sala.

As sentenças (51) têm uma derivação em tudo semelhante à derivação das sentenças (48), especialmente no que tange à manifestação de número no auxiliar:

- (51) a. \*Foi deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foi deixados na sala.

A diferença entre elas é a especificação morfológica do particípio, que em (51) é flexionado apenas em número. Como vimos no primeiro capítulo, a concordância de gênero no PB é obrigatória<sup>107</sup>, e a presença de morfologia de plural indica que sentenças como (51) seriam geradas com o particípio que possui traço de gênero e número; mas nesse caso o particípio deveria ser flexionado para gênero.

A não-aceitabilidade das sentenças (51) é evidência de que não há na gramática do PB um terceiro particípio, especificado apenas para número. A impossibilidade das sentenças em (52), em que a correlação entre morfologia de plural no particípio e morfologia de plural no auxiliar é respeitada, corrobora essa conclusão:

- (52) a. \*Foram deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foram deixados na sala.

A sentença (53) evidencia a obrigatoriedade da concordância de gênero:

- (53) \*Foram deixado umas prova na sala.

Essa sentença seria facilmente gerada com o particípio que possui apenas traço de gênero, caso o PB permitisse que a concordância de gênero fosse enfraquecida quando o DP permanece em posição pós-verbal. No entanto, a impossibilidade dessa sentença evidencia que a concordância de gênero só pode ser dispensada quando a concordância de número também o é, ou seja, quando temos concordância *default*.

Por fim, (54) mostra que esse padrão de concordância é impossível também com DP movido, o que é esperado já que DPs pronunciados em Spec,TP tendem a forçar a manifestação de concordância:

- (54) \*Umas prova foram deixado na sala.

---

<sup>107</sup> Exceto no caso da concordância *default*, mas nesse caso também não há concordância de número.

Na próxima seção, discutiremos algumas implementações mais recentes do modelo de *Agree* que visam, entre outras coisas, derivar os efeitos de EPP de princípios mais gerais da gramática.

## 2.4 *Agree* revisitado

### 2.4.1 Nunes (2007): EPP como “farol alto”

Ao discutir a operação *Agree* apresentada por Chomsky (2001), Nunes (2007) observa que tal modelo depende de três pressupostos: o de que traços não-interpretáveis não valorados deixam ativos os núcleos que os contêm; o de que valoração de Caso é reflexo de concordância- $\phi$  com uma sonda que possui um traço não-interpretável de pessoa ( $\phi$ -completa); e o de que um conjunto  $\phi$ -defectivo não induz efeitos de interveniência (o Princípio de Maximização). Os efeitos desses pressupostos podem ser observados na derivação em (55):

- (55) As cartas foram enviadas com atraso.
- $[_{PpioP} \text{-ppio}_{[G:?]/[N:?]/[K:?]} [_{VP} \text{enviar [as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]}]]$
  - $[_{PpioP} \text{-das}_{[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]} [_{VP} \text{enviar [as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]}]]$
  - $[_{TP} T_{[P:?]/[N:?]/EPP} [_{VP} \text{ser } [_{PpioP} \text{-das}_{[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]} [_{VP} \text{enviar [as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]}]]]]]$
  - $[_{TP} T_{[P:?]/[N:?]/EPP} [_{VP} \text{ser } [_{PpioP} \text{-das}_{[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]} [_{VP} \text{enviar [as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]}]]]]]$
  - $[_{TP} \text{[as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]} [_{T'} T_{[P:3]/[N:PL]/EPP} [_{VP} \text{ser } [_{PpioP} \text{-das}_{[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]} [_{VP} \text{enviar [as cartas]}_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]}]]]]]]]$

Nunes (2007) argumenta que o modelo assim colocado apresenta dois problemas de ordem teórica, a saber: no passo (b), se T não pode valorar seu traço não-interpretável de número quando entra em relação com o participio, então valoração de Caso não é reflexo de concordância- $\phi$ ; e faz sentido dizer que T concorda em pessoa com o DP argumento porque não há nenhum traço de pessoa intervindo, mas o mesmo não vale para o traço de número, uma vez que no passo (d) o participio já possui um valor para esse traço e poderia, conseqüentemente, valorar o traço de número de T. Segundo esse autor, a hipótese nula para esses casos deveria ser a de que uma relação de concordância cujo alvo é um traço do tipo X

deve ser bloqueada por qualquer traço interveniente *do mesmo tipo*, independentemente de este traço estar em um núcleo completo ou defectivo.

Além disso, o modelo assim colocado apresenta uma questão empírica: a idéia de que T valora livremente o Caso do DP vai contra a argumentação de Belletti (1988) segundo a qual nas línguas românicas de sujeito nulo o argumento de um verbo inacusativo só pode ficar em posição pós-verbal se for indefinido. Para Nunes (2007), esse conhecido efeito de definitude seria evidência contra a atribuição/valoração de Caso estrutural Nominativo em DPs na posição de base.

Belletti (1988) mostra, com base em línguas cuja morfologia de Caso é rica, como o finlandês, que o Caso acusativo não é o único Caso que o argumento interno de um verbo pode receber<sup>108</sup>:

- (56) a. Hän pani kiriat pöydälle.  
ele colocou os livrosACUSPL na mesa  
b. Hän pani kirjoja pöydälle.  
ele colocou (alguns) livrosPARTPL na mesa

Os dados em (56) evidenciam que, quando o Caso atribuído é acusativo, o DP recebe interpretação definida, enquanto DPs com Caso partitivo recebem interpretação indefinida. Em seguida, Belletti mostra que, em finlandês, o argumento interno dos verbos inacusativos recebe Caso partitivo<sup>109</sup>:

- (57) a. Pöydällä on kirjoja.  
na mesa estáSG (alguns) livrosPARTPL  
b. Helsingistä tulee kirjeitä.  
de Helsinki vemSG (algumas) cartasPARTPL

A autora propõe então que (i) o argumento interno dos verbos inacusativos recebe Caso partitivo universalmente; (ii) o Caso partitivo é um Caso inerente (atribuído junto com o papel temático); (iii) o Caso partitivo é incompatível com elementos nominais definidos (gerando o Efeito de Definitude); (iv) não há atribuição de Caso nominativo à distância

---

<sup>108</sup> Exemplo (1), p. 1 de Belletti, 1988.

<sup>109</sup> Exemplo (2), p. 2 de Belletti, 1988.

(contra Burzio (1986), para quem um DP em posição pós-verbal recebia Caso nominativo transmitido por um expletivo em Spec,IP com o qual estabelecia uma cadeia).

Com base nisso, Nunes (2007) propõe que, no caso das passivas com argumentos pós-verbais, a concordância entre T e DP é apenas aparente. Veja-se o exemplo em (58): o particípio entra numa relação de concordância com o DP (passo (d)) e T concorda com o particípio<sup>110</sup> (passo (f)). O DP recebe Caso inerente<sup>111</sup> do verbo (segundo Belletti, 1988) e T recebe 3ª pessoa por *default*<sup>112</sup>:

- (58) Foram encontradas umas cartas no chão.
- a. [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]</sub>
  - b. [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]</sub>
  - c. [PpioP -ppio<sub>[G:?]/[N:?]/[K:?]] [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]</sub></sub>
  - d. [PpioP -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]] [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]</sub></sub>
  - e. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]] [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]] -das [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]]]</sub></sub>
  - f. [TP T<sub>[P:?]/[N:PL]] [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]] -das [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]]]</sub></sub>
  - g. [TP T<sub>[P:DEF]/[N:PL]] [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]] -das [VP encontrar [umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]]]</sub></sub>

Já para o caso das passivas com o argumento movido, Nunes (2007) propõe que, se T possui um traço EPP, então pode sondar para além da primeira categoria relevante que encontra (no caso, o particípio, devido ao fato de seu rótulo conter informação sobre os traços- $\phi$  do seu núcleo<sup>113</sup>). O traço EPP funcionaria como uma espécie de “farol alto”,

<sup>110</sup> Com isso, o modelo de Nunes tem uma explicação direta para o fato de o auxiliar ser obrigatoriamente plural quando o particípio é morfologicamente plural.

<sup>111</sup> A análise de Nunes (2007) corretamente exclui sentenças como (i) e (ii):

- (i) \*Fui visto eu na festa.
- (ii) \*Foi visto tu na festa.

A questão é que apenas DPs na terceira pessoa podem ser indefinidos; pronomes de primeira e segunda pessoa são inerentemente definidos, logo, um pronome de primeira ou segunda pessoa nessa posição não poderia receber Caso inerente. Se o núcleo T de fato não concorda diretamente com o DP, este fica sem Caso, e a derivação fracassa.

Observe-se, todavia, que as análises de Belletti (1999) e Coelho & Figueiredo Silva (2001) prevêm que um elemento definido possa permanecer em posição pós-verbal se for focalizado. Os dados apresentados por Viotti (2007) apontam para a mesma conclusão. Essas análises serão discutidas no capítulo 3.

<sup>112</sup> Exemplo (12), p.78 de Nunes 2007.

<sup>113</sup> A idéia é que os rótulos ajudam a diminuir o custo computacional; segundo Chomsky (2001), o rótulo de um objeto sintático complexo é o elemento que ativa *Agree*. A sonda olharia, na verdade, para os traços no rótulo do alvo.

permitindo que a sonda “enxergue” para além da primeira categoria mas exigindo como contrapartida que o elemento sondado se mova para a posição de especificador da sonda. A derivação de uma sentença desse tipo procederia, então, como em (59)<sup>114</sup>:

(59) As cartas foram enviadas com atraso.

- a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub>-<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> -das [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub>-<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> -das] [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub>-<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[Case:NOM]</sub> -das [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub>-<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> -das [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]]]

Como o próprio Nunes (2007) aponta, o *timing* das aplicações de *Agree* é relevante para que a derivação seja convergente: o traço EPP de T tem o efeito de expandir o domínio de busca deste elemento; assim, T enxerga o rótulo da projeção do participio e o DP *as cartas*. Nesse ponto, T pode concordar com PpioP ou com o DP; se concordar primeiro com o DP, T ficará inativo e a derivação implodirá, pois o participio ficará sem valor para o seu traço de Caso. Se, por outro lado, T concordar primeiro com o participio, valorará o traço de Caso deste e o seu próprio traço de número; em seguida, T concordará com o DP, valorando o traço de Caso deste como Nominativo e o seu próprio traço de pessoa. Por fim, o DP se move para o especificador de T para checar o EPP.

Note-se que o problema apontado na seção 2.2 em relação à opcionalidade do traço EPP nas sentenças transitivas não se coloca neste modelo, pois dadas as condições de minimalidade assumidas por Nunes (2007), o núcleo T não consegue alcançar o DP sujeito no especificador do verbo leve transitivo a não ser que possua um traço EPP, o que força o movimento do DP. Caso T não possua um traço EPP, o DP sujeito fica sem Caso, pois T só consegue sondar até a primeira projeção que contém traços- $\phi$  que encontra, no caso, o rótulo de *vP*.

<sup>114</sup> Exemplo (25), p. 82 de Nunes 2007.

Voltando agora para os casos de concordância parcial, vejamos como seria a derivação da sentença (60):

- (60) Umas carta foram encontrada no chão.
- a. [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]
  - b. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
  - c. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
  - d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
  - e. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
  - f. [TP T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:NOM] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]
  - g. [TP [as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [T' T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:NOM] -da [VP encontrar [as carta]]]]]]]]

No passo (c), o particípio sonda o DP e valora seu traço de gênero; no passo (e), T sonda o particípio, mas como esse só possui um traço de gênero, não há concordância entre os dois. Como consequência, o traço de Caso do particípio fica sem valor.<sup>115</sup> Como T tem um traço EPP, pode sondar o DP e valorar seus traços de pessoa e número e atribuir nominativo ao DP (passo (f)). Por fim, o DP se move para [Spec,TP] devido ao traço EPP (passo (g)).

Além da questão da valoração do Caso do particípio ((60e)), a derivação das sentenças com concordância parcial e DPs pós-verbais levanta alguns problemas adicionais:

<sup>115</sup> Lembrando que, no sistema de Nunes, a idéia de que Caso é reflexo de concordância-φ é levada às últimas consequências.

- (61) Foram encontrada umas carta no chão.
- a. [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]
  - b. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
  - c. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
  - d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
  - e. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
  - f. [TP T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM]/[K:NOM] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]

De acordo com o sistema proposto por Nunes (2007), T só pode entrar em relação de *Agree* com o DP se este se mover para [Spec,TP], gerando uma sentença com a ordem linear de (60). Mas seguindo a hipótese nula quanto à minimalidade podemos propor que, como o particípio possui apenas um traço de gênero, que não é relevante para T, ele não serve como um interventor para que T entre em relação de *Agree* com o DP. Assim teríamos os traços de T valorados como terceira pessoa e plural, e o traço de Caso do DP valorado como Nominativo, conforme o passo (f).

Uma explicação nesses termos é compatível com o sistema proposto por Nunes e dá conta do conjunto de dados. Mas com esse conjunto de suposições a sentença (62) não poderia ser gerada, pois o particípio que possui apenas traço de gênero não intervém entre T e o DP. Esse estado de coisas prevê que T sempre deverá ser plural nesses casos, contrariamente aos fatos<sup>116</sup>.

- (62) ?/%Foi deixada umas prova na sala.

Nunes (2007), analisando dados de inacusativos e *small clauses* do italiano e do português europeu, conclui que a hipótese nula quanto à minimalidade (uma relação de concordância cujo alvo é um traço do tipo X deve ser bloqueada por qualquer traço interveniente *do mesmo tipo*, independentemente de este traço estar em um núcleo completo ou defectivo) é muito fraca. Ele propõe, então, que o fator relevante para a computação da

<sup>116</sup> Lembrando que essa sentença é considerada boa tanto pelos falantes do PB1 quanto pelos falantes do PB2. No caso do PB2, a suposição mais simples é postular que nenhum predicado dessa gramática tem traço de número. Mas o mesmo claramente não pode ser dito do PB1.

minimalidade é o tipo de relação (A ou A') em que um determinado traço se envolve (minimalidade relativizada, cf. Rizzi (1990)). Nos casos sob análise, uma relação de concordância envolvendo traços- $\phi$  deve ser bloqueada por qualquer conjunto- $\phi$  em uma relação-A, independente de ser completo ou defectivo e independente da sua composição específica. Com base nisso, podemos assumir que, independente de o particípio possuir traços de gênero e número ou apenas traço de gênero, T só vai entrar em uma relação de concordância com o DP se possuir um traço EPP. Isso implica que o DP sempre vai se mover, gerando sentenças como (60), mas não (61).

Na seção anterior, vimos que Hornstein sugere que a ordem dos constituintes na ordem V DP é gerado pelo apagamento de cópias mais altas. Tomando emprestada essa possibilidade, podemos propor que os pares de sentenças abaixo são gerados da mesma forma, e a ordem linear é resolvida em PF, com o apagamento de uma das cópias (cf. 65g) e (65h)):

- (63) a. Foram deixada umas prova na sala.  
b. Umas prova foram deixada na sala.

- (64) a. Foram deixado uns documento na sala.  
b. Uns documento foram deixado na sala.

- (65) a. [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]  
b. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]  
c. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]  
d. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]  
e. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]  
f. [TP T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]  
g. [TP [as carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [T' T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> -da [VP encontrar [as carta]]]]]]]  
h. [TP [~~as carta~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [T' T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -<sub>[G:FEM]/[K:NOM]</sub> -da [VP encontrar [as carta]]]]]]]

A derivação de (62) seria, então, a seguinte:

- (66) a. [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]  
 b. [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]  
 c. [PpioP -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]  
 d. [PpioP -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]  
 e. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]]  
 f. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]]  
 g. [TP T<sub>[P:DEF]/[N:DEF]</sub> [VP ser [PpioP-[G:FEM]/[K:NOM] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]]

No passo (f), T sonda e encontra os traços- $\phi$  do participio. Não há nenhum traço compatível, mas mesmo assim o conjunto- $\phi$  do participio intervém entre T e DP. Com isso, T recebe valores *default* para número e pessoa (passo (g)). O DP recebe Caso inerente do verbo (passo (b)).

Dentro do sistema de Nunes (2007), temos também uma explicação para o contraste em (67). Como vimos em (65), a manifestação de número no auxiliar é indicativa de que o DP concordou com T. Mas para que isso aconteça, o DP deve poder ser pronunciado em [Spec,TP] devido ao traço EPP, o que nunca acontece com esse padrão de concordância<sup>117</sup>:

- (67) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
 b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

Todavia, o modelo de Nunes (2007) também não prevê a possibilidade de o participio e o verbo serem pronunciados com concordância *default*.

<sup>117</sup> Nesse quadro, o fato de (67b) ser possível no PB2 corrobora nossa proposta inicial de que, nesse registro do PB, os predicados não possuem traço de número.

- (68)
- a. Foi corrigido umas provas de sintaxe.
  - b. Foi esquecido uns documentos na sala.
  - c. Foi comprado uma torta pro aniversário da Érica.
  - d. \*Uns documentos foi esquecido na sala.
  - e. \*Umas provas de sintaxe foi corrigido.
  - f. \*Uma torta foi comprado pro aniversário da Érica.

Uma possibilidade seria assumir que DPs marcados com Caso inerente não permaneçam ativos para entrar em relações de concordância (ao menos em algumas línguas)<sup>118</sup>. Para que essa hipótese se sustente, precisamos mostrar que essas construções realmente envolvem atribuição de Caso inerente e mostrar que o Caso inerente induz *freezing effects* no PB.

Como argumento em favor da diferença de posição na estrutura entre o argumento dos inacusativos em relação aos demais tipos de verbos, Belletti (1988, 1999) discute sentenças com a estrutura em (69), nas quais verbo seleciona, além de um DP, também um PP como argumento, pois nesses casos temos certeza de que o NP está na posição de argumento interno do verbo inacusativo, que é a posição em que o Caso partitivo é atribuído:

- (69) [VP V NP PP]

Belletti (1999) mostra com exemplos do italiano que sentenças passivas e inacusativas com essa estrutura são perfeitamente aceitáveis se o DP for indefinido, corroborando a hipótese de que esses elementos são licenciados internamente ao VP através de Caso partitivo<sup>119</sup>:

- (70)
- a. È stato messo un libro sul tavolo.  
'Foi colocado um livro sobre a mesa.'
  - b. \*È stato messo il libro sul tavolo.  
'Foi colocado o livro sobre a mesa.'

Como podemos ver em (71), DPs definidos soam estranhos em posição pós-verbal com ausência de concordância, ao contrário dos indefinidos<sup>120</sup>:

<sup>118</sup> Agradeço a Jairo Nunes (c.p.) pela observação.

<sup>119</sup> No trabalho original (Belletti, 1988), a autora classifica as sentenças com DPs definidos em posição pós-verbal como agramaticais, como é possível perceber em (70b). Nos trabalhos posteriores (1999), essas sentenças são consideradas marginais.

- (71) a. ?(Já) Foi demitido as ministras por improbidade.  
 b. (Já) Foi demitido cinco ministras por improbidade.

Podemos concluir, então, que os DPs em posição pós-verbal de sentenças passivas podem receber Caso inerente, seguindo Belletti (1988) e Nunes (2007).

Legate (2008) mostra que um Caso inerente pode, de fato, congelar DPs para fins de movimento e concordância, ao menos em algumas línguas – exatamente os efeitos que queremos explicar. Evidência independente para se assumir que Caso inerente tem esse efeito no PB vem do trabalho de Nunes (2008). Ele mostra que existe uma correlação entre o movimento de um CP encaixado e a possibilidade de hiperalçamento no PB: se o CP encaixado não pode se mover para [Spec,TP] da sentença matriz (como (72b)), então o sujeito encaixado pode se mover (cf. (72c)). Já se o CP encaixado pode se mover, como em (73c), movimento do sujeito encaixado é impossível (cf. (73b))<sup>121</sup>:

- (72) a. Parece [que os meninos fizeram a tarefa].  
 b. \*[que os meninos fizeram a tarefa]<sub>i</sub> parece t<sub>i</sub>  
 c. [Os meninos]<sub>i</sub> parecem [que t<sub>i</sub> fizeram a tarefa].
- (73) a. Não foi mencionado [que os meninos fizeram a tarefa].  
 b. \*[Os meninos]<sub>i</sub> não foram mencionados [que t<sub>i</sub> fizeram a tarefa].  
 c. [Que os meninos fizeram a tarefa]<sub>i</sub> não foi mencionado t<sub>i</sub>.

O autor explica essa correlação assumindo que os CPs que não se movem recebem Caso inerente do verbo da sentença matriz (o que é possível a partir da proposta de Chomsky (2008) de que os traços- $\phi$  estão, de fato, em C). Como esses CPs ficam congelados pelo Caso inerente, os sujeitos encaixados podem se mover sem violação de minimalidade.

Em vista da análise de Nunes (2008), parece plausível assumir que um Caso inerente tem a propriedade de ‘desativar’ DPs no PB. Sendo assim, e assumindo o tratamento dado por Belletti (1988) aos DPs pós-verbais de sentenças inacusativas, a análise para o padrão sem concordância se segue naturalmente: o argumento interno de uma passiva pode receber Caso inerente na sua posição de base; e visto que Caso inerente ‘congela’ os DPs no PB, elementos que recebem Caso inerente se tornam inativos para movimento (excluindo (68d-f)) e

<sup>120</sup> Uma discussão detalhada desse contraste virá no capítulo 4.

<sup>121</sup> Respectivamente, exemplos (31) e (34), p. 99 de Nunes, 2008.

concordância (gerando (68a-c))<sup>122</sup>.

Nesse ponto, tudo seria perfeito, não fosse o (a essas alturas familiaríssimo) contraste em (74):

- (74) a. ?/%Foi deixada umas prova na sala.  
b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.

Vimos acima que o sistema proposto por Nunes fornece uma explicação elegante para esses dados: (74a) é possível porque T, não possuindo um traço EPP, não pode concordar com o DP. Como o particípio possui apenas traço de gênero, os traços de número e pessoa do auxiliar se manifestam com morfologia *default* de terceira pessoa do singular. (74b), por sua vez, não pode ser gerada, pois o movimento do DP para a posição de Spec,TP é consequência do estabelecimento de concordância entre ele e T; mas se T concordou com o DP, deveria manifestar morfologia de plural. Logo, a sentença é excluída.

Crucialmente, se o DP em (74a) não entra em relação de concordância com T, não pode receber Caso nominativo; seguindo Nunes, assumimos anteriormente que o DP é licenciado através de Caso inerente. Mas como acabamos de ver, o Caso inerente parece ter a propriedade de desativar um DP para fins de movimento e concordância, o que explicaria os contrastes em (68). Temos, então, um impasse: se assumirmos que as sentenças em (68) são geradas devido ao Caso inerente, perdemos a explicação para o contraste em (74)<sup>123</sup>.

Além disso, o fato de termos que assumir que as construções de concordância plena e parcial são sempre derivadas com a presença de um traço EPP<sup>124</sup>, independente da posição em que o DP é pronunciado, mina, de certa forma, a correlação estabelecida por Nunes entre a presença do traço EPP, o estabelecimento de concordância com um alvo mais distante, e o movimento do DP<sup>125</sup>.

Quanto às sentenças inaceitáveis, o par em (75) seria gerado de forma semelhante a (74a):

---

<sup>122</sup> A atribuição de Caso inerente deve ser opcional, do contrário as demais sentenças passivas (com concordância parcial e plena) jamais seriam geradas.

<sup>123</sup> Uma possibilidade seria assumir que o DP pós-verbal em (74a) recebe Caso *default*, seguindo a proposta de Viotti (2007) (cf. também Schütze, 2001) para o licenciamento dos DPs pós-verbais em construções passivas e inacusativas no PB. Essa proposta será discutida mais adiante.

<sup>124</sup> Isso é necessário para que T possa concordar com o DP e atribuir Caso nominativo a ele, pois como vimos, há evidência de que o Caso inerente tenha o efeito de desativar DPs no PB.

<sup>125</sup> Se as sentenças que vimos discutindo são sempre derivadas com a presença de um traço EPP, nada impediria, em princípio, sentenças como *Fui visto eu na festa*, que mencionamos na nota 109. Como veremos mais adiante, esse talvez seja um resultado desejável.

- (75) a. \*Foi deixadas umas prova na sala.  
 b. \*Foi deixados uns documento na sala.

O núcleo de participio, especificado para gênero e número, concorda com o DP (76a); T entra na derivação (76b), sonda e encontra o participio. Nesse ponto, há duas opções: se assumirmos a versão mais radical de minimalidade, T<sup>126</sup> não poderá concordar com o participio, pois este não possui traço de pessoa. Os traços de número e pessoa de T são valorados como *default*, e a sentença deveria ser tão aceitável quanto (74):

- (76) a. [PpioP -da [G:FEM]/[N:PL] [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- b. [TP T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [VP ser [PpioP -[G:FEM]/[N:PL]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>
- c. [TP T<sub>[P:DEF]/[N:DEF]</sub> [VP ser [PpioP-[G:FEM]/[N:PL]/[K:?] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>

Outra possibilidade seria assumir que, nesses casos, T pode concordar com o participio em número, como Nunes (2007) propõe inicialmente. Nesse caso, o traço de pessoa é valorado como *default* e o último passo da derivação em (76) seria o seguinte:

- (77) [TP T<sub>[P:DEF]/[N:PL]</sub> [VP ser [PpioP-[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM] -da [VP encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>

Se (77) está correto, então T deveria manifestar morfologia de número. Com isso, as sentenças (75) são excluídas, pois o auxiliar deveria ser plural. A possibilidade de o traço de pessoa de T ser valorado por *default* é colocada pelo próprio autor, como vimos em (58).

As impossibilidade das sentenças (78) reforça o argumento de que as sentenças em (77) não envolvem traço EPP:

- (78) a. \*Umas prova foi deixadas na sala.  
 b. \*Uns documento foi deixados na sala.

<sup>126</sup> Também não podemos assumir que T possui traço EPP, pois nesse caso o auxiliar deveria manifestar concordância de número.

Já as sentenças (79) são excluídas por motivos morfológicos; como discutido em relação a (51), a não-aceitabilidade dessas sentenças é evidência de que não há na gramática do PB um terceiro participio, especificado apenas para número:

- (79) a. \*Foi deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foi deixados na sala.

A impossibilidade das sentenças em (80), em que a correlação entre morfologia de plural no participio e morfologia de plural no auxiliar é respeitada<sup>127</sup>, corrobora essa conclusão:

- (80) a. \*Foram deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foram deixados na sala.

Por fim, as sentenças em (81) evidenciam que a concordância de gênero é obrigatória no PB:

- (81) a. \*Foram deixado umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foram deixado na sala.

Na próxima seção, veremos como Bošković (2007) deriva os efeitos de EPP de princípios mais gerais da gramática e quais as conseqüências disso para os dados sob análise.

#### *2.4.1 Bošković (2007): uniformizando traços não-interpretáveis*

Bošković (2007) propõe um sistema que deriva os efeitos de EPP da Condição de Ativação. Ele propõe que a relação entre ‘ser uma sonda’ e ‘possuir um traço não-interpretável’ é uma via de mão dupla: assim como um elemento, para funcionar como uma sonda, deve ter um traço não-interpretável, um elemento que tenha um traço não-interpretável deve funcionar como uma sonda. No caso de movimento-A, por exemplo, um sujeito gerado em Spec,vP deverá se mover para a posição de Spec,TP para sondar o núcleo T e valorar seu

---

<sup>127</sup> Nesse caso, ou T concorda em número com o participio, ou possui um traço EPP que força o movimento do DP para Spec,TP. Qualquer que seja o caso, fica evidente que a manifestação de gênero é obrigatória no PB.

traço não-interpretável de Caso como Nominativo<sup>128</sup>. Nos casos em que o sujeito aparece em posição pós-verbal, o autor sugere que isso se deva ao apagamento das cópias mais altas por requerimentos de PF, como por exemplo a focalização desse elemento.

Esse movimento, além de derivar os efeitos do EPP, também favorece a dissociação entre a valoração de Caso e a valoração de traços- $\phi$ . Segundo Bošković, há no sistema proposto por Chomsky uma assimetria na valoração de traços: traços- $\phi$  não-valorados são licenciados sondando traços- $\phi$  valorados, enquanto o traço de Caso de um DP é valorado “de uma forma misteriosa” quando um DP valora os traços- $\phi$  de uma sonda  $\phi$ -completa.

Vejamos como seriam derivadas as sentenças com concordância plena nesse sistema, começando pela estrutura com sujeito pré-verbal:

(82) As cartas foram enviadas com atraso.

- a. [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- b. [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]
- e. [<sub>TP</sub> [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [as cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>P<sub>pioP</sub></sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [as cartas]]]]]]]]

No passo (b), o particípio com traços de gênero e número sonda o DP e valora seus traços. A seguir, o núcleo T entra na derivação e sonda a estrutura, encontrando o particípio; mas como esse elemento é  $\phi$ -defectivo (e crucialmente não possui um traço de pessoa, para o qual T precisa de um valor), os traços de T não são valorados. T sonda então o DP (passo (d)), valorando seus traços de pessoa e número. Por fim, o DP se move para Spec,TP, sonda a estrutura, encontra o traço de Caso do núcleo T<sup>129</sup> e valora seu traço de Caso (passo (e)). Por

<sup>128</sup> Isso implica que em todas as línguas, inclusive em inglês, há *object shift*. Essencialmente, Bošković reduz os efeitos de EPP à existência do Filtro de Caso: o movimento existe porque os DPs existem, e DPs precisam de Caso.

<sup>129</sup> O autor não se compromete quanto à implementação precisa da checagem de Caso, inclusive admitindo que pode se tratar de valoração. Vamos assumir, para fins de exposição, que o elemento funcional sondado (no caso, T) possui um traço de Caso valorado. Essa idéia seria problemática num sistema como o de Chomsky, pois

fim, no passo (f) a cópia mais baixa do DP é apagada para fins de linearização. A versão da sentença com DP pós-verbal é gerada da mesma forma, mas com apagamento da cópia mais alta.

Note que no sistema proposto por Bošković não é necessário assumir que o particípio tem um traço de Caso não-valorado. Isso porque, no sistema de Bošković, um elemento que possua um traço não-interpretável deverá funcionar como uma sonda; no caso, se o particípio tivesse um traço de Caso, deveríamos assumir que ele se move até Spec,TP e sonda T, sendo posteriormente pronunciado em sua posição de base. Além disso, Bošković assume que a Condição de Ativação só vale para *Move*, mas não para *Agree*<sup>130</sup>; logo, T poderia concordar com o particípio mesmo que esse elemento não possuísse um traço de Caso. Nesse caso, T concordaria com o particípio em número e teria seu traço de pessoa valorado como *default*.

A derivação das sentenças com concordância parcial em que o auxiliar concorda em número com o DP seriam geradas essencialmente da mesma forma, porém com o particípio que possui apenas traço de gênero:

(83) Umas carta foram encontrada no chão.

- a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?)</sub> [<sub>VP</sub> encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?)</sub>]]
- b. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?)</sub>]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?)]/[N:?)]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM] -da [<sub>VP</sub> encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?)</sub>]]]]
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -[G:FEM] -da [<sub>VP</sub> encontrar [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?)</sub>]]]]
- e. [<sub>TP</sub> [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> encontrar [umas carta]]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> encontrar [~~umas carta~~]]]]]]]]

Novamente, a sentença com DP pós-verbal seria gerada mediante o apagamento da cópia mais alta do DP. Note que, nesse modelo, não é possível assumir a versão mais radical da

---

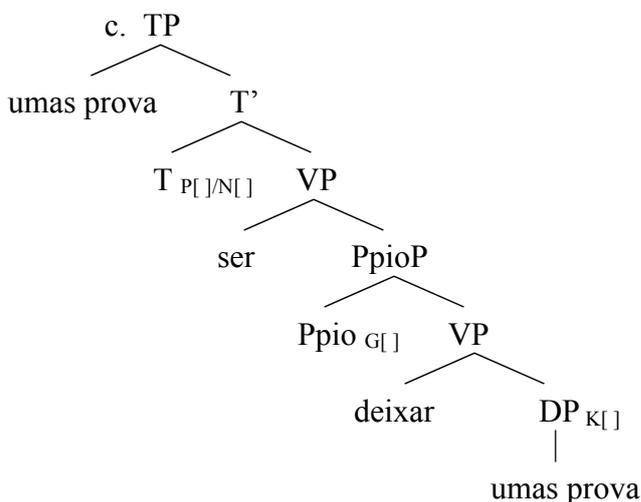
“estar valorado na categoria X” implica em “ser interpretável na categoria X”, e os traços de Caso nunca são interpretáveis. Contudo, Bošković ressalta que a vinculação entre valoração e interpretabilidade, apesar de sedutora, é problemática face, por exemplo, a trabalhos como Pesetsky & Torrego (2007).

<sup>130</sup> Para argumentos em favor da idéia de que a Condição de Ativação e a Condição de Impenetrabilidade da Fase só atuam sobre as operações de movimento, remetemos o leitor ao trabalho original.

minimalidade, proposta por Nunes (2007), do contrário o auxiliar seria sempre singular quando o particípio não possui traço de número, contrariamente aos fatos.

A derivação das sentenças com concordância parcial em que o auxiliar não concorda com o DP criam, novamente, um problema. Pelo sistema de Bošković, todo DP necessariamente deve de mover para Spec,TP para valorar seu traço de Caso. Logo, teríamos (84c) como estrutura final antes do apagamento das cópias. O problema é que, nessa estrutura, por algum motivo sempre é necessário apagar a cópia mais alta do DP, gerando (84a) mas não (84b). Mas não há nada no sistema de Bošković que preveja isso:

- (84) a. %Foi deixada umas prova na sala.  
 b. ??/\*Umas prova foi deixada na sala.



Uma explicação em termos de enfraquecimento morfológico, como sugerimos ao discutir Hornstein (2009), não faz sentido aqui, pois o estabelecimento da concordância se dá à longa distância e nada tem a ver com o movimento ou não do DP. A única possibilidade de gerarmos (84a) e bloquearmos (84b) seria assumir que o DP nessa estrutura não possui um traço de Caso a ser checado.

Uma possibilidade, inspirada na discussão anterior e alinhada com a proposta de Bošković e de Hornstein para as construções existenciais seria assumir que os DPs pós-verbais das construções passivas e inacusativas recebem Caso partitivo inerente, seguindo Belletti (1988) e Lasnik (1995), entre outros autores. Nesse caso, novamente teríamos problemas para explicar por que o Caso inerente nem sempre tem a propriedade de desativar DPs no PB.

A propósito disso, o leitor deve ter percebido que o par de sentenças em (84) se mostrou problemático para todos os modelos que discutimos ao longo do capítulo. O problema não é *como* derivar a sentença (84a) bloqueando (84b), mas sim como derivar a sentença (84a) *com a mesma gramática que deriva os demais padrões de concordância que vimos discutindo*. Há formas de derivar esse contraste nos modelos de Hornstein (2009) e Nunes (2007), mas elas sempre dependem de assunções extras. O enfraquecimento da morfologia no modelo de Hornstein entra em conflito com a possibilidade da manutenção da concordância no auxiliar nos mesmos contextos; a idéia de que há um terceiro tipo de Caso (*default*, além do estrutural e do inerente) no modelo de Nunes é, no mínimo, uma solução *ad hoc*. Outra possibilidade seria supor que o Caso inerente não tem a propriedade de desativar DPs para um conjunto de falantes, mas o fato de as sentenças com concordância *default* serem pervasivas no PB e serem melhor aceitas não contribui muito para essa proposta.

Esses problemas não se colocam para Costa e Figueiredo Silva (2006), pois para esses autores: (i) ambas pertencem ao PB2 e são geradas porque nessa variedade do PB não há manifestação de número fora do DP; (ii) (84a) faz parte também da gramática do PB2, porque não há movimento para Spec,TP, e a manifestação de concordância é fruto direto da relação *Spec-Head*. Contudo, o conjunto de dados que estamos considerando aqui pertence apenas ao PB1 (ou ao menos é, por hipótese, gerado por uma mesma gramática, devido ao perfil dos falantes consultados durante a pesquisa) e permite mais padrões de concordância do que os detectados por Costa & Figueiredo Silva. Por tudo isso, acreditamos que a aceitação de (84a) seja fruto de uma sobreposição de gramáticas em variação, ou mesmo da velha distinção entre gramática nuclear e gramática periférica.

Essa hipótese ganha força quando consideramos, como já dissemos anteriormente, que nem todos os falantes consultados aceitam esse padrão de concordância, e mesmo os que o fazem não julgam a sentença como perfeita. Em vista disso, daqui para adiante desconsideraremos esse padrão de concordância, não por julgarmos que é menos importante, mas porque acreditamos que não faz parte do núcleo da gramática que nos propusemos descrever.

Em vista disso e da discussão da sessão anterior, assumiremos que os DPs das construções com concordância *default* recebem Caso partitivo inerente, ficando inacessíveis para relações de concordância e para movimento. Essa assunção deriva o (também já conhecido) contraste entre (85) e (86):

- (85) a. Foi corrigido umas provas de sintaxe.  
 b. Foi esquecido uns documentos na sala.  
 c. Foi comprado uma torta pro aniversário da Érica.
- (86) a. \*Uns documentos foi esquecido na sala.  
 b. \*Umas provas de sintaxe foi corrigido.  
 c. \*Uma torta foi comprado pro aniversário da Érica.

Quanto às construções passivas com concordância plena e parcial, assumiremos que há sempre movimento do DP para Spec,TP, e que a posição pré- ou pós-verbal do DP é definida em PF.

Resta determinar se o sistema de Bošković barra a derivação das sentenças inaceitáveis, começando novamente pelo par em (87).

- (87) a. \*Foi deixadas umas prova na sala.  
 b. \*Foi deixados uns documento na sala.

De acordo com a discussão da derivação (82), temos duas opções de derivação para essas sentenças após o particípio concordar em gênero e número com o DP: ou T concorda em número com o particípio e tem seu traço de pessoa valorado como *default*, ou T pula o particípio, que é defectivo, e concorda diretamente com o DP. Em qualquer um dos casos, T vai ser valorado como plural e, como tal, deve manifestar a morfologia correspondente. Logo, essas sentenças nunca são geradas. O mesmo vale para as versões de (87) com DPs movidos, pois no sistema proposto por Bošković o movimento do DP é sempre obrigatório:

- (88) a.\*Umas prova foi deixadas na sala.  
 b. \*Uns documento foi deixados na sala.

Já as sentenças (89) são excluídas pelo mesmo motivo já discutido: não há concordância de gênero. Além disso, como o particípio é especificado como plural, o esperado é que o auxiliar manifestasse concordância:

- (89) a. \*Foi deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foi deixados na sala.

O fato de o par em (90), em que há concordância de número entre auxiliar e particípio, ser igualmente inaceitável evidencia, novamente, que o PB não possui um particípio só com traço de número:

- (90) a. \*Foram deixados umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foram deixados na sala.

Por fim, o par em (91) também é excluído devido à ausência de concordância de gênero entre particípio e DP, que só é possível quando o auxiliar também não concorda em número com o DP:

- (91) a. \*Foram deixado umas prova na sala.  
b. \*Umas prova foram deixado na sala.

## 2.5 Conclusão

### 2.5.1 *Balanço dos modelos*

O sistema proposto por Bošković (2007) nos fornece, então, as ferramentas para que todos os padrões de concordância observados nas construções passivas do PB sejam gerados: as sentenças com concordância plena são geradas sempre que é selecionado para a Numeração um particípio que tem traços de gênero e número, e as sentenças com concordância parcial são geradas com o particípio que tem apenas traço de gênero. Em ambos os casos, o DP se move para checar/valorar Caso em Spec,TP e a resolução da cópia a ser pronunciada se dá em PF, como mostram os passos (f) e (g):

- (92) a. Umas cartas foram enviadas pro departamento.  
b. Foram enviadas umas cartas pro departamento.

- (93) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]]]]]]]
- g. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]]

- (94) a. Umas carta foram enviada pro departamento.  
b. Foram enviada umas carta pro departamento.

- (95) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]]</sub>
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]]]]]]]
- g. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]]

As sentenças com concordância *default* são geradas sempre que o DP recebe Caso inerente em sua posição de base:

- (96) Foi enviado umas carta pro departamento.
- [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]</sub>
  - [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]</sub>
  - [<sub>PpioP</sub> -do<sub>[G:DEF]/[N:DEF]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]</sub>
  - [<sub>TP</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:DEF]/[K:NOM]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> <sub>[G:DEF]/[N:DEF]</sub> -do [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]]</sub>

Quanto às sentenças com concordância parcial em que o auxiliar não concorda com o DP, assumimos que não fazem parte da gramática nuclear que é objeto desta tese. Essas sentenças poderiam ser geradas caso assumíssemos a versão mais restrita de minimalidade proposta por Nunes (2007), mas nesse caso as sentenças em (94) jamais seriam geradas. A versão de minimalidade adotada dá conta da correlação observada entre presença de morfologia de plural no particípio e obrigatoriedade de manifestação de morfologia de plural no auxiliar, pois nesses casos o auxiliar só entra em relação de concordância com o particípio.

Já no sistema proposto por Nunes (2007), as sentenças com concordância plena e parcial seriam derivadas sempre que o núcleo T possui traço EPP, ficando a resolução da posição do DP a cargo de PF:

- (97) a. Umas cartas foram enviadas pro departamento.  
b. Foram enviadas umas cartas pro departamento.
- (98) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]</sub>
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]]</sub>
- d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]]]]</sub>
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]]]]]]
- g. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]

- (99) a. Umas carta foram enviada pro departamento.  
 b. Foram enviada umas carta pro departamento.

- (100) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]  
 b. [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]  
 c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub>]]]]  
 d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub>]]]]  
 e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]  
 f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]]]]]]  
 g. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]/EPP</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> -da<sub>[G:FEM]/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]

As sentenças com concordância *default* seriam geradas mediante atribuição de Caso inerente ao DP em sua posição de base:

- (101) Foi enviado umas carta pro departamento.  
 a. [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]  
 b. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/([N:?])/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]  
 c. [<sub>PpioP</sub> -do<sub>[G:DEF]/([N:DEF])/[K:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]  
 d. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:DEF]/[N:DEF]/(EPP)</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [G:DEF]/([N:DEF])/[K:?] -do [<sub>VP</sub> enviar [<sub>umas carta</sub>]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]</sub>]]]]

As sentenças com concordância parcial em que o auxiliar não concorda em número com o DP seriam geradas pela seleção de um T sem EPP e de um particípio apenas com traço de gênero. O Caso do DP poderia ser valorado por *default* (segundo Viotti, 2007). Além disso, algo precisa ser dito sobre o Caso do particípio, pois Nunes assume a Condição de Ativação e, devido à versão restrita de minimalidade assumida pelo autor, em nenhum dos exemplos acima T concorda diretamente com o particípio. Outra consequência disso é que a correlação observada entre concordância de número no particípio e concordância de número no auxiliar, nesse modelo, é apenas indireta.

Por fim, no modelo de Hornstein (2009) as sentenças com concordância plena e parcial seriam derivadas através do movimento do DP para Spec,TP passando por Spec,PpioP. Mais uma vez, a pronúncia da cópia mais alta ou mais baixa do DP é decidida em PF:

- (102) a. Umas cartas foram enviadas pro departamento.  
 b. Foram enviadas umas cartas pro departamento.
- (103) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>Ppio'</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>Ppio'</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]]
- d. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas] [<sub>Ppio'</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]]]]
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas] [<sub>Ppio'</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]]]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas cartas~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas cartas] [<sub>Ppio'</sub> -das<sub>[G:FEM]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas cartas]]]]]]]]]
- (104) a. Umas carta foram enviada pro departamento.  
 b. Foram enviada umas carta pro departamento.
- (105) a. [<sub>PpioP</sub> -ppio<sub>[G:?]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>Ppio'</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]
- c. [<sub>TP</sub> T<sub>[P:?]/[N:?]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:?]</sub> [<sub>Ppio'</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]]]]
- d. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta] [<sub>Ppio'</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]]]]]]
- e. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta] [<sub>Ppio'</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]]]]]]]]]]]
- f. [<sub>TP</sub> [<sub>DP</sub> ~~umas carta~~]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:NOM]</sub> [<sub>T'</sub> T<sub>[P:3]/[N:PL]</sub> [<sub>VP</sub> ser [<sub>PpioP</sub> [<sub>DP</sub> umas carta] [<sub>Ppio'</sub> -da<sub>[G:FEM]</sub> [<sub>VP</sub> enviar [<sub>DP</sub> umas carta]]]]]]]]]]]

Como estamos assumindo que um Caso inerente tem a propriedade de desativar DPs no PB, o mesmo pode ser implementado no modelo de Hornstein; nesse caso, a derivação das sentenças com concordância *default* se dá da seguinte forma:

(106) Foi enviado umas carta pro departamento.

- a. [VP enviar [DP umas carta]<sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]</sub>
- b. [<sub>PpioP</sub> -do<sub>[G:DEF]/([N:DEF])</sub> [VP enviar [DP umas carta] <sub>[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[K:PART]]]]]</sub>
- c. [TP T <sub>[P:DEF]/[N:DEF]</sub> [VP ser [<sub>PpioP</sub> -do<sub>[G:DEF]/([N:DEF])</sub> [VP enviar [DP umas carta]]]]]]]

Os casos de concordância parcial em que o auxiliar não concorda com o DP seriam gerados a partir da correlação estabelecida pelo autor entre DPs pronunciados em posição pós-verbal e enfraquecimento da concordância. Já a correlação entre marcação de plural no particípio e marcação de plural no auxiliar é, como dissemos anteriormente, derivada de forma indireta nesse modelo.

Vimos então que os três modelos, de uma forma ou de outra, dão conta dos dados. Entretanto, o modelo de Boškovic é o único em que não são necessárias estipulações extra. Além disso, nesse modelo a correlação entre número no particípio e número no auxiliar é derivada diretamente, e não há necessidade de postular um traço de Caso para o particípio. Esse modelo também exclui satisfatoriamente as sentenças inaceitáveis. Ainda assim, deixaremos a implementação definitiva da concordância para o capítulo 4, quando voltaremos a essa discussão.

### 2.5.2 Pronunciando cópias mais baixas

Nunes (2004) sugere que a preferência pela pronúncia da cópia mais alta é resultado de condições de economia. Isso ocorre porque, para que um elemento seja pronunciado, seus traços formais devem ser eliminados no componente fonológico. Normalmente se assume que traços formais não-interpretáveis na interface C-I devem ser eliminados em LF, o que acontece através de checagem. Ora, da mesma forma como traços formais podem ser relevantes para as computações em LF, eles também o são para as computações morfológicas que se dão em PF. Como traços formais não são legíveis nesse nível, Chomsky (1995) propõe a existência de uma operação de eliminação de traços formais no componente fonológico, que se aplica após a Morfologia. Nunes (2004) chama essa operação de *FF-Elimination* e a define da seguinte forma:

Given the sequence of pairs  $\sigma = \langle (F,P)_1, (F,P)_2, \dots, (F,P)_n \rangle$  such that  $\sigma$  is the output of Linearize, F is a set of formal features, and P is a set of phonological features, delete the minimal number of features of each set of formal features in order for  $\sigma$  to satisfy Full Interpretation at PF. (Nunes, 2004, p. 31-32).

Desse modo, a diferença entre uma cópia mais alta e uma cópia mais baixa de um elemento se segue do número de relações de checagem em que uma cópia se envolveu. Para Chomsky, os elos de uma cadeia são idênticos; isso implica que qualquer operação que afete um elo da cadeia afetará todos os demais. Já para Nunes as cópias são não-distintas, ou seja, se a cópia mais alta está em uma posição de checagem de Caso, ela tem seu traço de Caso checado, mas o traço de Caso dos elementos mais baixos permanece intacto, como podemos ver no exemplo a seguir<sup>131</sup>:

(107) [TP [DP the [NP tall man]]<sup>i</sup>-CASE appears [TP [DP the [NP tall man]]<sup>i</sup>-CASE to have been kissed [DP the [NP tall man]]<sup>i</sup>-CASE]]

Se forem apagadas as cópias mais baixas do DP *the tall man*, não haverá necessidade de nenhuma aplicação de *FF-Elimination*, pois a cópia que sobrevive é aquela que já teve seu traço de Caso checado e não há violação do princípio de interpretação plena em PF. Se qualquer uma das outras cópias for selecionada para pronúncia, serão necessárias aplicações de *FF-Elimination*, o que torna uma derivação desse tipo menos econômica no caso geral.<sup>132</sup>

Segundo Nunes (2004), portanto, temos uma explicação para o fato de que há uma preferência pela pronúncia de cópias mais altas, o que grosso modo deriva os efeitos de EPP observados nas línguas naturais. A possibilidade de pronúncia de uma cópia mais baixa, segundo o autor, está relacionada a requerimentos de PF.

Nesse sentido, Stjepanović (2007) mostra que certos casos de ordem livre de palavras em servo-croata, relacionados a foco de informação nova e padrões entoacionais neutros, são derivados a partir do apagamento de cópias em PF<sup>133</sup>. Isso ocorre porque, apesar da preferência geral de PF por pronunciar a cópia mais alta dos elementos que se movem

<sup>131</sup> Exemplo (58), p. 32 de Nunes (2004).

<sup>132</sup> O princípio da interpretação plena requer que, caso uma cópia com menos traços checados seja escolhida para pronúncia, seus traços não-interpretáveis sejam eliminados também em LF. Para isso, Nunes (2004) propõe: (i) uma condição de uniformidade sobre cadeias, segundo a qual todo elo de uma cadeia deve ter o mesmo número de traços visíveis em LF; (ii) uma operação de Uniformização de Cadeias (*Chain Uniformization*) que apaga o menor número de traços de uma cadeia de modo que ela satisfaça a condição de uniformidade sobre cadeias.

<sup>133</sup> A autora apresenta evidências relacionadas a posição dos advérbios e também mostra que um sujeito baixo na estrutura se comporta como se estivesse numa posição mais alta, ligando reflexivos e variáveis superficialmente mais altos que ele.

abertamente na sintaxe, uma cópia mais baixa pode ser pronunciada pra evitar uma violação em PF (no caso, o mecanismo de atribuição de acento). Visto que nas sentenças do servocroata com padrão entoacional neutro é o elemento mais à direita da sentença que recebe o acento nuclear, nessas sentenças o constituinte que recebe foco de informação nova deve seguir os elementos que representam informação velha. Se esse elemento se move na sintaxe (por exemplo, um DP que se move para checar seu traço de Caso, como propõem Bošković e Hornstein), PF opta por pronunciar a cópia mais baixa, em Spec,VP<sup>134</sup>.

No próximo capítulo, exploraremos a hipótese de que, no PB, a pronúncia de uma cópia mais baixa do DP argumento de uma construção passiva ou de verbos inacusativos está diretamente ligada a questões de foco e estrutura informacional da sentença.

---

<sup>134</sup> Uma análise semelhante é proposta para o espanhol por Ortega-Santos (2006).

### 3 FOCO E ORDEM V DP NO PB

Na conclusão do capítulo anterior, vimos que muitos autores sugerem que a possibilidade de se pronunciar uma cópia mais baixa de um elemento é consequência de requerimentos de PF. Mais especificamente, vimos que autores como Stjepanović (2007) e Ortega-Santos (2006) defendem que a interpretação de foco informacional é responsável por forçar a pronúncia de cópias mais baixas de DPs em servo-croata e espanhol.

Nesta seção, revisaremos brevemente o trabalho de Zubizarreta (1998) sobre focalização e atribuição de acento e veremos como essa proposta pode ser estendida para o PB. Em seguida, discutiremos as propostas de Belletti (1999), de uma periferia esquerda para o VP, e de Pilati (2006), de que as construções com ordem V DP do PB são inversões locativas. Mas antes disso, faremos um breve apanhado da literatura sobre os sujeitos pós-verbais em PB.

#### 3.1 Excurso: o sujeito pós-verbal no PB

Como já mencionamos no primeiro capítulo, vários autores, dentre eles Nascimento (1984), Tarallo e Kato (1988) e Figueiredo Silva (1996), mostram que o requisito fundamental para que ocorra a ordem V DP em PB é a monoargumentalidade do verbo envolvido na construção<sup>135</sup>.

Nesta seção, mostraremos brevemente a evolução do sujeito pós-verbal na diacronia do PB, apresentaremos dados estatísticos sobre a frequência dessas ocorrências no PB atual e discutiremos brevemente algumas análises que têm sido propostas para essas construções. Nosso objetivo é determinar se a ordem V DP pode ser tratada como um caso de pronúncia de cópia baixa de um DP devido a questões fonológicas.

##### 3.1.1 *Um breve passeio diacrônico*

Berlinck (1989) analisa a ordem V DP no PB de um ponto de vista diacrônico. Ela mostra que a frequência dessa ordem foi diminuindo gradativamente ao longo do tempo, como evidencia a tabela abaixo:

---

<sup>135</sup> Para Figueiredo Silva, apenas verbos monoargumentais permitem inversão de sujeito no PB; já para Tarallo e Kato a restrição de monoargumentalidade diz respeito não ao número de argumentos que um verbo pode tomar de acordo com sua grade temática, mas ao número de argumentos visíveis na sentença, como veremos mais adiante.

Século	%	N
século XVIII (1750)	42	203/486
século XIX (1850)	31	144/469
século XX (1987)	21	263/1262

Tabela 1: Frequência de V SN seguindo o *corpus* analisado (Berlinck, 1989, p. 97)

Ao analisar os fatores relevantes para a ocorrência da ordem V DP ao longo do tempo, Berlinck nota que, no século XVIII, a inversão da ordem é fruto primariamente do estatuto informacional do DP: quanto maior o grau de “novidade” do seu referente, maior a chance de que ele apareça posposto ao verbo (p. 98). Já no século XX, o fator mais importante para a ocorrência da ordem V DP passa a ser o tipo de verbo, com os intransitivos favorecendo a inversão<sup>136</sup>.

Berlinck ressalta que a prevalência do tipo de verbo na determinação da ocorrência de inversão

não implica em dizer que no momento presente o *status* informacional do SN não contribui para a compreensão do fenômeno. As relações observadas no *corpus* sincrônico indicaram que a associação entre uma escala de “novidade” do referente do SN e a ordem dos constituintes se mantém inalterada em co-ocorrência com grande parte dos outros fatores. O que se dá é uma re-hierarquização das forças em jogo: o *status* informacional, que atuava num primeiro nível, passa a influenciar a ordem num segundo momento, posterior à ação do verbo-predicador. (Berlinck, 1989, p. 98-99).

Ou seja: nas sentenças com verbos intransitivos, um DP que veicule informação nova poderá aparecer em posição pós-verbal.

Segundo a autora, a relevância do tipo de verbo se faz notar desde os dados do século XVIII; o que há entre esse período e o atual é “um movimento de cento e oitenta graus no quadro de forças ligadas ao fenômeno” (p. 101), com a passagem de uma orientação funcional (baseada no estatuto informacional) para uma orientação formal (baseada no tipo de verbo) do fenômeno da inversão.

Por fim, Berlinck nota que não houve mudança significativa quanto aos verbos intransitivos existenciais, que se mantiveram constantes ao longo do tempo, sempre com forte tendência a que o DP apareça em posição pós-verbal (100% no século XVIII, 97% no século XIX e 99% no século XX).

<sup>136</sup> É importante ressaltar que na Tabela 1 temos as porcentagens de ocorrência de V DP, mas não é claro se o restante dos dados é apenas de ocorrências de ordem DP V ou se estão incluídos também os casos de sujeito nulo.

Mattos e Silva (2006) mostra que a ordem SVO é a mais freqüentemente empregada já no português arcaico<sup>137</sup>. A autora analisa 1277 sentenças da mais antiga versão em português dos Diálogos de São Gregório (DSG), datada do século XIV<sup>138</sup>, quanto à ordem dos constituintes. Os resultados da investigação estão na tabela a seguir:

<b>Ordem</b>	<b>(S)V(O)</b>	<b>(S)OV</b>	<b>(O)VS</b>	<b>OSV</b>	<b>VSO</b>	<b>VOS</b>	<b>Total</b>
N	768	278	102	85	31	13	1277
%	60,14	21,77	7,99	6,66	2,43	1,01	100

Tabela 2: Frequência das ordens de constituintes no *corpus* DSG (Mattos e Silva, 2006, p. 190)

Quanto à possibilidade de sujeitos pospostos, a autora indica que, das 247 ocorrências de sentenças declarativas transitivas matriz, 199 apresentam a ordem SVO, contra 48 com sujeito posposto. Já nas sentenças declarativas matriz com verbos intransitivos, das 42 ocorrências, apenas 8 apresentam ordem SV, contra 34 na ordem VS (p. 190). A autora afirma que esse estado de coisas “é fácil de compreender, já que, tendo os intransitivos apenas um SN como seu argumento, não haverá possibilidade de ambigüidade” (p. 190). Além disso, nota que a presença de circunstanciais no início da frase, assim como o uso de verbos *dicendi*, favorecem a posposição do sujeito em sentenças transitivas, como mostram os exemplos<sup>139</sup>:

- (1) a. *Assi temian todalas bestas a agua.*
- b. *E pela sa vinda entenderon os homêês que...*
- c. *Con tanta paccença sofre ela esta enfermidade.*
- d. *Diremos nós ora, padre, que...*

Vemos, então, que a tendência ao uso da inversão com verbos intransitivos existe desde o português arcaico, e que a ordem SVO era a ordem majoritariamente empregada desde aquela época<sup>140</sup>.

<sup>137</sup> O português arcaico é definido pela autora como o período histórico da língua portuguesa situado entre os séculos XII e XV (Mattos e Silva, 2006, p. 21). Para mais detalhes sobre a periodização da língua portuguesa, remetemos o leitor Mattos e Silva (2006).

<sup>138</sup> Descrito na obra *Estruturas Trecentistas*, de Mattos e Silva (2010).

<sup>139</sup> Exemplos retirados de Mattos e Silva (2006), p. 191.

<sup>140</sup> Uma observação cuidadosa da Tabela 1 evidencia que a segunda ordem mais empregada no português arcaico é (S)OV. Segundo Mattos e Silva, esse percentual se deve ao uso de complementos pronominais, que sempre precedem o verbo nas orações subordinadas (exemplos retirados de Mattos e Silva, 2006, p. 193):

- (i) a. Confesso que *mi* praz muito.
- b. ... porque *o* rogaron mui aficadamente.

O estudo de Marques (2008) sobre a posição do sujeito no português arcaico aponta na mesma direção. A autora mostra, a partir de textos dos séculos XIV e XV, que a ordem mais freqüente em sentenças com verbos transitivos é SVO (47%), seguida da ordem VSO (32,5%)<sup>141</sup>. Já com verbos intransitivos, a ordem VS é mais freqüente, correspondendo a 61% das ocorrências. Quanto ao estatuto informacional do sujeito, Marques aponta que esse é o fator mais relevante para a determinação da posição do sujeito na sentença, visto que a maioria dos sujeitos novos aparece em posição pós-verbal. Isso indica que a ordem VS, já no português arcaico, tem função apresentativa. Por fim, os textos analisados pela autora não corroboram a observação de Mattos e Silva de que um elemento adverbial ou complemento verbal na primeira posição da sentença favorecem a posposição do sujeito.

Ribeiro (2001) examina a perda da inversão do sujeito no PB, também de um ponto de vista diacrônico. Mais especificamente, a autora afirma que o tratamento de mudança dado à perda da ordem (X)VS em PB em relação ao PE moderno (séculos XVIII e XIX) nos estudos diacrônicos pressupõe que a gramática do PB gerava essas ordens. Ela mostra que, no português arcaico, há casos de inversão românica<sup>142</sup>, inversão germânica<sup>143</sup> e inversão em construções inacusativas. As inversões germânica e românica ocorrem com todos os tipos de verbo, em qualquer tipo de construção<sup>144</sup>:

---

<sup>141</sup> Mattos e Silva (2006) encontra resultados diferentes, como ilustra a Tabela 2; naquele trabalho, a ordem VSO corresponde a menos de 3% das ocorrências. Vale ressaltar que a tabela de Mattos e Silva inclui todos os tipos de verbos, enquanto os resultados de Marques correspondem apenas a sentenças com verbos transitivos e cópulas.

<sup>142</sup> A inversão românica se caracteriza pela posposição do sujeito, ou seja, o sujeito se move para uma posição pós-verbal. Esse tipo de inversão ocorre livremente em línguas como espanhol e italiano e pode acontecer em sentenças com qualquer tipo de verbo. Em algumas línguas, há restrições quanto ao tipo de sujeito que pode ser posposto; em geral, há uma tendência de que esses elementos sejam fonologicamente pesados ou proeminentes no discurso.

<sup>143</sup> A inversão germânica consiste no fronteamto do verbo para uma posição acima do sujeito e é comum em línguas como o alemão. A inversão germânica se relaciona ao fenômeno conhecido como V2, no qual um constituinte X qualquer se move para a posição inicial da sentença. Segundo Ribeiro (2001), há ocorrências desse tipo nos primórdios de línguas românicas como francês e português:

- (i) a. Sor ceste pier e defierai *je m'englise*. (Queste del Saint Graal)  
sobre esta pedra edificarei eu minha igreja
- b. Longuement resgarda *Perceval l'ome* qui ou lit seoit. (Queste del Saint Graal)  
por longo tempo olhou Percival o homem que no leito estava
- c. Ora ás *tu* teu aver que demandasti. (DSG)
- d. Ben sei *eu* ainda algũa cousa deste santo homem. (DSG)

<sup>144</sup> Exemplos (16) a (18), p. 102-103 de Ribeiro, 2001.

- (2) *Inversão germânica:*
- a. e estes dizimos quis *Nostro Senhur* pera as eygreyas fazer. (FR<sup>145</sup>)
  - b. E esto lhis fazia *ele* pera lho agalardoar. (DSG<sup>146</sup>)
  - c. E estes dizia *el-rrei* que mandava matar porque forom da parte da rrainha dona Branca. (CDP<sup>147</sup>)
- (3) *Inversão românica*
- a. segundo veer podem *os que desejam de o saber*. (CDP)
  - b. e forom entom feitaas *as dobras que chamarom de dona Branca*. (CDP)
  - c. Contou depós esto *San Gregorio* que... (DSG)
- (4) *Inversão em estruturas inacusativas*
- a. nõ doujdo que per ese sartãao ajam *mujtas aues*. (CPVC<sup>148</sup>)
  - b. ata que veo *o hortelan* na hora em que soia a viir. (DSG)
  - c. onde estavam *outros*. (CPVC)

Ribeiro examina sentenças declarativas do português clássico (séculos XVI e XVII, período em que estão as raízes do PB) e mostra que a inversão verbo-sujeito aparece, de forma restrita e com baixa frequência, nos mesmos casos em que temos inversão no PB moderno, a saber: nos casos de inversão românica e em estruturas inacusativas. Ribeiro afirma então que, se a perda da ordem (X)VS se relacionasse à inversão germânica, deveríamos encontrar ocorrências desse tipo nos dados do PE clássico, o que não acontece. Isso leva a crer que a inversão germânica nunca tenha feito parte da gramática do PB<sup>149</sup>.

A autora mostra que a inversão germânica volta a fazer parte da gramática do PE nos séculos XVIII e XIX, mas como esse fenômeno não parece fazer parte da sintaxe do PE clássico (e, por consequência, tampouco do PB), Ribeiro defende que a chamada “perda” de (X)VS não deve ser tratada como mudança. Ou seja: o PB moderno apresenta em sua gramática dois tipos de inversão: a inversão românica, condicionada principalmente pela presença de um sintagma nominal foneticamente pesado, e a inversão em estruturas

<sup>145</sup> Foro Real, séc. XIII.

<sup>146</sup> Diálogos de São Gregório, séc. XIV.

<sup>147</sup> Crônica de D. Pedro, séc. XV.

<sup>148</sup> Carta de Pero Vaz de Caminha, início do séc. XVI.

<sup>149</sup> Ribeiro nota que Torres Morais (1993) encontra algumas ocorrências de inversão germânica em peças de teatro brasileiras do século XVIII; contudo, as ocorrências são em número bastante reduzido, levando a crer que se trate de um fenômeno de língua-E.

inacusativas, que tecnicamente não é uma inversão, pois o DP nesses casos é o argumento interno do verbo e é pronunciado *in situ*. E esses dois tipos de “inversão” são característicos da gramática do PE clássico, que originou o PB. Assim, o trabalho de Ribeiro evidencia, novamente, que o PB atual apresenta em sua gramática as mesmas possibilidades de posposição do sujeito que possuía em sua origem.

A partir das investigações diacrônicas que revisamos, é possível traçar uma “linha do tempo” dos fenômenos de inversão no PB:

(i) Português arcaico (sécs. XIII – XV):

(a) 60% de ocorrência de SVO;

(b) tendência a inversão com intransitivos (81% de inversão com verbos intransitivos vs. 19% com verbos transitivos em sentenças declarativas matriz);

(c) estatuto informacional do sujeito é o fator mais relevante para a ocorrência de inversão;

(d) ocorrência de todos os tipos de inversão (românica, germânica e inacusativa).

(ii) Português clássico (sécs. XVI – XVII):

(a) ocorrência de inversão românica;

(b) ocorrência de inversão inacusativa.

(iii) PB do séc. XVIII:

(a) 59% de inversão com verbos intransitivos<sup>150</sup>;

(b) entre 30% e 34% de inversão com verbos transitivos<sup>151</sup>;

(c) estatuto informacional do DP é o fator mais relevante para a ocorrência de inversão.

(iv) PB do séc. XIX:

(a) 47% de inversão com verbos intransitivos;

(b) entre 15% e 36% de inversão com verbos transitivos.

(v) PB do séc. XX:

(a) 46% de inversão com verbos intransitivos;

(b) entre 0% e 8% de inversão com verbos transitivos;

(c) tipo de verbo é o fator mais relevante para a ocorrência de inversão.

---

<sup>150</sup> O rótulo “intransitivos” em (iii) – (v) engloba os verbos inacusativos e os inergativos; os verbos de ligação e existenciais monoargumentais são tratados separadamente pela autora.

<sup>151</sup> O número é aproximado pois estamos englobando sob o rótulo “transitivos” verbos transitivos diretos, indiretos e bitransitivos.

Vemos que em todos os períodos analisados há mais ocorrência de inversão com verbos intransitivos<sup>152</sup>. Nota-se uma diminuição na frequência de inversão com intransitivos entre o português arcaico (81%) e o PB atual (46%), mas também deve ser ressaltado o fato de que a frequência dos verbos intransitivos é maior no PB atual (em média temos um intransitivo para cada dois transitivos) do que no português arcaico (em que temos apenas 3% de verbos intransitivos na amostra analisada por Mattos e Silva (2006)) e do que nos séculos XVIII e XIX (proporção de um intransitivo para cada três transitivos). Ou seja: se por um lado observamos uma diminuição na ocorrência de inversão com verbos intransitivos ao longo do tempo, por outro vemos que o uso dos intransitivos é mais freqüente na amostra do PB atual. Por fim, em relação ao estatuto informacional dos DPs, apesar de esse fator não ser discutido por Ribeiro (2001), parece lícito afirmar que sempre foi relevante para a inversão do sujeito, pois é destacado por Marques (2008) e Berlinck (1989) como o fator mais importante na determinação da ocorrência de inversão no português clássico e no PB do século XVIII.

### *3.1.2 Frequência e características da ordem V DP no PB atual*

Lira (1986), ao descrever a posposição do sujeito em PB com base em amostras de fala de 30 falantes de ambos os sexos divididos em três classes sociais e três faixas etárias, evidencia que dentre os tipos de verbos, os intransitivos<sup>153</sup> são os que mais favorecem a ocorrência da inversão (21% do total de verbos intransitivos ocorrem com sujeitos pospostos, contra 0,8% dos verbos transitivos e 8% dos verbos copulares), ressaltando que, de todo o conjunto de sentenças analisadas, apenas 20% são casos de sujeitos pospostos.

Dentre as sentenças com sujeitos pospostos e verbos intransitivos ou cópulas, Lira nota que pronomes indefinidos e sujeitos compostos favorecem a ocorrência de inversão (com probabilidades de .77 e .69, respectivamente), bem como sujeitos inanimados (probabilidade de .63). O estatuto informacional do sujeito também se mostra relevante: a probabilidade de inversão quando o sujeito representa informação nova é de .63. Por fim, 76% de todos os sujeitos pospostos são precedidos por um artigo indefinido.

Mais recentemente, Coelho (2000b) analisa as sentenças com verbos monoargumentais em 16 entrevistas do banco de dados VARSUL realizadas em Florianópolis

---

<sup>152</sup> Ribeiro (2001) não apresenta as porcentagens de cada tipo de verbo, mas resalta que boa parte dos dados é de sentenças com verbos inacusativos ou construções passivas.

<sup>153</sup> A autora usa “intransitivos” com o sentido de “monoargumentais”, ou seja, incluindo tanto verbos inacusativos quanto inergativos. Vale ressaltar que a grande maioria dos exemplos fornecidos pela autora envolve os primeiros.

(SC) e mostra que apenas 3% dos verbos intransitivos apresenta ordem V DP, contra 22% dos verbos inacusativos não-existenciais (probabilidade .54) e 95% dos verbos inacusativos existenciais (probabilidade .95). Além disso, ela mostra que apenas 6% dos DPs pospostos são definidos e específicos; 46% são indefinidos específicos (probabilidade .76) e 89% são indefinidos não-específicos ou nomes nus (probabilidade .88). O cruzamento dos fatores tipo de verbo e tipo de DP está na tabela abaixo:

<b>tipo de DP</b>	<b>intransitivo</b>	<b>inacus. não-existencial</b>	<b>inacus. existencial</b>
+ def + específico	0%	6%	77%
- def + específico	23%	47%	80%
- def - específico e <i>bare</i>	15%	78%	99%

Tabela 3: Frequência de V NP, segundo o cruzamento entre os fatores natureza do verbo e traços de definitude e de especificidade do NP (Coelho, 2000b, p. 63)

Como é possível notar, há uma correspondência entre a ordem V DP, a natureza do verbo e a natureza semântica do DP: verbos inacusativos favorecem a ocorrência de inversão, e sintagmas nominais indefinidos e não-específicos (características típicas de DPs que veiculam informação nova) aparecem em posição pós-verbal mais facilmente.

Coelho, Werner e Arduin (2001) retomam os dados de Coelho (2000a,b) e os comparam a entrevistas do banco de dados VARSUL realizadas em Blumenau (SC) e Chapecó (SC), obtendo resultados muito semelhantes. Além dos fatores discutidos por Coelho (2000b), as autoras analisam a probabilidade de ocorrência da ordem V DP com verbos monoargumentais quanto à realização e à animacidade do DP, e mostram que há forte tendência a que o DP seja realizado em posição pós-verbal com DPs plenos ou pronomes indefinidos e com elementos inanimados, corroborando a observação de Lira (1986).

Chama a atenção uma pequena discrepância entre os falantes de Blumenau em relação aos demais: para esses, o primeiro fator selecionado como condicionante da inversão de ordem são os traços de definitude e especificidade do DP, e não o tipo categorial de verbo, como nos demais dados analisados pelas autoras e também nos dados de Berlinck (1989).

Zilles (2000) encontra um resultado semelhante ao analisar entrevistas do VARSUL de quatro cidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Panambi, Flores da Cunha e São Borja) quanto à inversão: em todas elas, o primeiro fator selecionado é o tipo de DP, seguido do tipo de verbo. Juntando os resultados de Zilles (2000) e Coelho (2000), podemos concluir que tanto o tipo de verbo quanto as características do DP (seja em termos de definitude e especificidade, seja em termos dos elementos que o compõem) influenciam na possibilidade de ocorrência da ordem V DP em PB.

Além disso, Zilles conclui que os DPs presentes na ordem VS tendem a ser expressos por pronomes indefinidos ou DPs plenos, são preferencialmente [- animados] ou são extensos (com mais de três palavras). Além disso, a autora nota uma tendência ao uso de V DP com verbos *dicendi* e em contextos de pronomes reflexivos e pronomes de interesse<sup>154,155</sup>:

- (5) a. Se termina uma pessoa.  
b. Não se mexe uma folha duma árvore.
- (6) E te incham os pés.

Quanto ao estatuto informacional do DP pós-verbal, Zilles mostra que a ordem VS tende a ser associada à primeira menção dos referentes, embora não de forma categórica. Esse resultado é consistente com a observação de Votre e Naro (1984), para quem a posposição do sujeito em PB obedece a quatro fatores não necessariamente relacionados: o estatuto mais ou menos intencional do sujeito, o estatuto mais ou menos figura do primeiro constituinte, o estatuto mais ou menos novo do sujeito, e o estatuto mais ou menos pesado do sujeito.

Pilati (2006) afirma que além da inversão livre com verbos inacusativos, o PB permite também inversão, ainda que de forma restrita, com verbos transitivos e inergativos. Com relação aos verbos inergativos, Pilati mostra que quando manifestam ordem VS, geralmente há um XP à esquerda da oração. Em muitos casos, a ausência desse XP torna a sentença inaceitável:

- (7) a. Ali moram os meninos.  
b. Onde moram os meninos?
- (8) a. Ali brincam as crianças.  
b. \*Brincam as crianças.

---

<sup>154</sup> Exemplos retirados de Zilles (2000, p. 85).

<sup>155</sup> Esses exemplos aparecem nos *corpora* de São Borja e Flores da Cunha. A primeira é uma cidade de fronteira, em que há contato com o espanhol, e a segunda fica em área de colonização italiana. A influência do espanhol e do italiano pode estar influenciando a ocorrência desse tipo de construção, a exemplo do que ocorre na fronteira com o Paraguai. Chaves (1989) nota que os fatores que mais favorecem a ocorrência da ordem V DP na fala de imigrantes paraguaios da cidade de Bela Vista (MS) são o traço [- animado] do DP, a transitividade do verbo, a definitude e o estatuto informacional do DP, assim como no PB. A autora nota que além desses fatores, a presença de um advérbio no início da sentença também favorece a ocorrência de V DP. Esse fator não tem sido reportado como relevante para a ocorrência de V DP no PB, mas é relevante para a inversão em espanhol.

No caso dos verbos transitivos, a autora observa que a ocorrência de inversão é mais restrita pragmaticamente, e ocorre essencialmente em dois contextos: com predicados com verbos leves (cf. (9)) e com predicados previsíveis (cf. (10)); além desses, os contextos de inversões locativas (cf. (10a)) e inversões parentéticas (cf. (10b-c)) permitem que um sujeito permaneça em posição pós-verbal no PB<sup>156</sup>:

- (9) a. Tomou posse *o novo presidente dos Estados Unidos*.  
b. Pega fogo *a disputa eleitoral em São Paulo*.  
c. Também faz parte do CD *o cantor Leonardo*.  
d. Tem a palavra *a Senadora Ana Amélia Lemos*.  
e. Pela primeira vez, assume o governo do estado *uma mulher*.
- (10) a. Chuta a bola *o jogador Fabio Rochemback*.  
b. Abre o placar *o time do Grêmio*.  
c. Ergue o braço *o árbitro Leonardo Gaciba*.  
d. Ganha o jogo *a equipe que fizer mais pontos*.  
e. Podem participar do concurso *candidatos maiores de 18 anos*.
- (11) a. Neste brinquedo brincam *crianças de 0 a 6 anos*.  
b. “Estamos mostrando um equilíbrio tático maior, os jogadores sabem o que estão fazendo”, avaliou *Celso Roth*.  
c. “O lado esquerdo é rápido, e do lado direito tenho a característica técnica. Acho que estou bem dividido”, comentou *o comandante tricolor*.

Os predicados com verbos leves tipicamente selecionam um objeto com baixa referencialidade (o caso prototípico são os nomes nus) ou formam com ele uma expressão idiomática:

- (12) a. *Tomou posse* o novo Ministro da Agricultura.  
b. *Pega fogo* o campeonato brasileiro.

---

<sup>156</sup> Adaptados dos exemplos de Pilati (2006).

Já os predicados previsíveis são comuns em contextos de narração concomitante ou contextos em que o conteúdo do predicado já foi mencionado:

- (13) a. Pega *a bola* o goleiro do Grêmio.  
b. Vence *a gincana* a equipe que fizer mais pontos.  
c. Pela primeira vez, assume *a presidência* um operário.

Pilati observa ainda que a inversão com verbos transitivos, a exemplo das inversões com verbos inergativos, também tende a apresentar um XP à esquerda da sentença, que pode ser um marcador de foco (como *só*), um elemento *wh* ou um elemento adverbial:

- (14) a. *Só* não fizeram a prova os alunos do fundão.  
b. *Onde* moram os meninos?  
c. *Naquela casa* morou Michelangelo.

Como podemos notar, em quase todos os exemplos acima temos DPs pesados em posição pós-verbal. A própria autora nota que sentenças como (10d-e) pioram com DPs reduzidos, e relaciona esse fato à atribuição de foco identificacional aos DPs pós-verbais (p. 165):

- (15) a. \*Ganha o jogo *a equipe*.  
b. \*Podem participar do concurso *candidatos*.

Do que vimos até aqui, é possível concluir que a ordem V DP é condicionada por fatores sintáticos, semânticos, fonológicos e discursivos, com maior peso para os primeiros. Dentre os fatores sintáticos estão o tipo de verbo e o tipo de DP, que vimos ser os dois fatores mais relevantes; dentre os fatores semânticos, temos a animacidade/especificidade e o estatuto informacional do DP, que também é um fator discursivo; como fator fonológico, temos o peso do DP. Se considerarmos que o estatuto informacional de um elemento tende a ter um correlato fonológico, temos aí mais um motivo para considerar que a ordem V DP no PB seja condicionada pela interface fonológica. Isto é: dada a presença na sentença de um verbo que licencie a ordem V DP (tipicamente, um verbo inacusativo), a posição pré ou pós-verbal do DP será determinada, em grande medida, por fatores direta ou indiretamente relacionados à fonologia. Desse modo, a hipótese de que a ordem V DP em PB é resultado do apagamento de cópias mais altas de um DP, levantada ao final do capítulo 2, merece ser investigada.

### 3.1.3 Relação entre ordem V DP e focalização em PB

Boa parte dos trabalhos que discutem a ordem V DP em PB de alguma forma relacionam a ocorrência dessa ordem a características discursivas. Nascimento (1984), por exemplo, relaciona a ordem V DP a uma “interpretação de lista”, com função apresentativa.

Já Kato (2000a) afirma que uma sentença como (16) pode ser usada num contexto *out of the blue*, enquanto (17) requer uma pergunta *wh*, ou seja, tem interpretação de foco estreito<sup>157,158</sup>:

- (16) a. Telefonou um estranho.  
b. “O que aconteceu?”

- (17) a. Telefonou o Pedro.  
b. O Pedro telefonou.  
c. “Quem telefonou?”

Como o mesmo acontece em italiano, Kato generaliza essa observação e assume que também o espanhol e o PE apresentam essa característica; assim, uma sentença com sujeito pós-verbal indefinido tem sempre interpretação de foco largo, enquanto sentenças com sujeito pós-verbal definido serão interpretadas como foco de sujeito. De todo modo, ambos os casos são relacionados a uma interpretação de foco.

Coelho e Figueiredo Silva (2001) também partem do pressuposto de que uma sentença inacusativa com ordem V DP sempre pode ser uma construção de foco. Elas notam que um DP definido pode aparecer em posição pós-verbal com verbos inacusativos desde que seja focalizado (ou seja, não-pressuposto), disparando uma interpretação de listagem exaustiva (semelhante ao que Kato (2000a) chama de foco estreito). Já DPs indefinidos são possíveis nessa posição com verbos inacusativos e inergativos e não pressupõem exaustividade.

Ribeiro (2001) aponta que, no PB atual, temos tanto a inversão inacusativa quanto a inversão românica, sendo que essa última é possível com DPs foneticamente pesados<sup>159</sup>:

---

<sup>157</sup> Exemplos (19) e (20), p. 103 de Kato (2000a).

<sup>158</sup> Como podemos ver em (12), o contexto de foco estreito permite também uma sentença SV como resposta, e nesse caso o acento primário recai sobre o sujeito.

<sup>159</sup> Exemplos (12), p. 99 de Ribeiro (2001).

- (18) a. Votou favoravelmente à proposta *a esmagadora maioria dos deputados*.  
b. Só realizaram a prova *dois terços dos alunos inscritos*.

A autora retoma Raposo (1988), que observa que a inversão românica, apesar de não sofrer restrições sintáticas, sofre restrições fonológicas e semânticas, pois o elemento nominal posposto recebe um acento diferente do que receberia em sua posição original e recebe interpretação de foco. Ela então mostra que a ordem VS não é bem-formada em PB com verbos transitivos ((19b), cf. também Tarallo e Kato (1989)), mas torna-se adequada se o sujeito for focalizado ((20a-c)) ou foneticamente pesado ((10b-c))<sup>160</sup>:

- (19) a. Telefonou um cliente.  
b. \*Enganou o turista um feirante.
- (20) a. Enganou o turista *só aquele feirante ali*.  
b. Enganaram os turistas *todos os vendedores de artesanato do Mercado Modelo*.  
c. Enganaram os turistas *só aqueles vendedores de artesanato do Mercado Modelo*.

Ou seja: apesar de ser mais facilmente obtida com verbos inacusativos, a ordem V DP é possível com verbos transitivos; nesses casos, há um condicionamento interpretativo (foco) ou fonológico (número de sílabas), ou ambos.

Pilati (2002) também nota que as sentenças com ordem V DP têm uma estrutura informacional particular e as trata como sentenças de foco apresentacional. Já em trabalho posterior (PILATI, 2006), trata essas ocorrências como inversões locativas, caracterizadas pela interpretação do DP pós-verbal como foco identificacional.

Até aqui, portanto, parece que a ordem V DP pode ser fruto do apagamento de cópias mais altas de um DP devido a requerimentos de PF (foco ou número de sílabas). Na próxima seção, discutiremos a relação entre elementos focalizados e aspectos prosódicos, partindo do trabalho seminal de Zubizarreta (1998).

---

<sup>160</sup> Exemplos (14) e (15), p. 100 de Ribeiro (2001).

## 3.2 A relação entre foco e prosódia

### 3.2.1 Detectando construções de foco

Zubizarreta (1998) define foco em termos da noção discursiva de pressuposição. A pressuposição é o que falante e ouvinte tomam como conhecimento compartilhado no momento de produção do enunciado; já o foco é a parte não-pressuposta da sentença. Desse modo, o contexto desempenha um papel fundamental na identificação do foco de uma sentença quando não há nenhuma operação de focalização na sintaxe (como uma clivagem, por exemplo).

Para determinar como uma sentença se organiza em termos de foco e pressuposição, essa autora emprega um teste de pergunta-resposta, como exemplificado abaixo:

- (21) a. O que aconteceu?  
b. Alguma coisa aconteceu.  
c. existe um x, tal que x aconteceu  
d. [<sub>F</sub> O João [comeu [o bolo]]]

A uma pergunta contextualizadora como (21a) corresponde uma paráfrase (21b) e uma representação em termos de quantificação existencial (21c). O elemento que substitui o constituinte *wh* em (21b), e que corresponde à variável *x* em (21c), é a parte focalizada da sentença. A estrutura de foco da sentença (*F-structure*) é então determinada (21d); nela, os constituintes focalizados da sentença são marcados com um traço [+F], enquanto a parte pressuposta é marcada com [-F].

Para Zubizarreta, a *F-structure* de uma sentença deve ser capturada com uma representação abstrata derivada de LF, que ela chama de Estrutura de Asserção. Esta se compõe de duas asserções ordenadas: a primeira asserção consiste numa pressuposição existencial (fornecida pela pergunta contextualizadora), e a segunda asserção é uma relação equativa entre uma variável definida cuja restrição é a pressuposição fornecida pela pergunta contextualizadora, e um valor, que corresponde ao elemento focalizado da sentença:

- (22) O que aconteceu?  
A<sub>1</sub>: existe um x, tal que x aconteceu.  
A<sub>2</sub>: o x, tal que x aconteceu = [<sub>F</sub> O João [comeu o bolo]].

Mas não é apenas o contexto que nos ajuda a determinar a estrutura de foco de uma sentença; a prosódia também é relevante para identificação do foco de uma sentença, pois o foco (ou um elemento do sintagma focalizado) sempre recebe o acento principal da sentença, através da regra de acento nuclear (doravante NSR, do inglês *Nuclear Stress Rule*, cf. Chomsky e Halle (1968)).

Segundo Zubizarreta, a formulação original da NSR pode ser entendida como um algoritmo que gera uma interpretação prosódica das relações de c-comando assimétrico (p. 40). Com base em dados do alemão, ela reformula a NSR, dividindo-a em duas partes: uma regula a atribuição de acento principal a partir da noção de c-comando assimétrico (C-NSR), conforme a formulação original, enquanto a outra regula a atribuição de acento principal a partir das propriedades de seleção dos verbos (S-NSR)<sup>161</sup>:

(23) *NSR revisada*: Dados dois nós irmãos  $C_i$  e  $C_j$ :

a) se  $C_i$  e  $C_j$  são ordenados seletivamente, o constituinte mais baixo na ordem de seleção é mais proeminente;

b) do contrário, o constituinte mais baixo na ordem de c-comando assimétrico é mais proeminente.

A partir dessa divisão, a autora diferencia as línguas românicas das germânicas afirmando que as últimas recebem acento nuclear com base tanto nas propriedades seletivas do verbo quanto na noção de c-comando assimétrico, ao passo que para as línguas românicas o critério para atribuição de acento nuclear é baseado apenas na noção de c-comando assimétrico.

Isso implica que, quando o elemento focalizado não está na posição mais baixa na ordem de c-comando (por exemplo, quando o foco da sentença é o sujeito), as línguas românicas devem empregar alguma estratégia para que esse elemento receba o acento principal<sup>162</sup>. Em relação a isso, Zubizarreta propõe que há dois tipos de estratégia para que o elemento focalizado receba o acento principal da sentença: movimento e invisibilidade métrica.

---

<sup>161</sup> Definição adaptada de Zubizarreta (1998, p. 56).

<sup>162</sup> Isso vale para os casos de foco de informação; um elemento com interpretação de foco contrastivo recebe acento contrastivo, atribuído independentemente da NSR.

Em francês, observa-se que o elemento interpretado como foco de informação pode receber o acento principal da sentença mesmo não estando na posição mais à direita da sentença<sup>163,164</sup>:

- (24) a. Qui a mangé le gâteau?  
‘Quem comeu o bolo?’  
b. Marie a mangé le gâteau.  
‘A Maria comeu o bolo.’
- (25) a. Qu’est-ce que Pierre a mis dans sa poche?  
‘O que que o Pedro colocou no bolso?’  
b. Pierre a mis ton livre dans sa poche.  
‘O Pedro colocou o teu livro no bolso.’

Nesses casos, segundo Zubizarreta, os constituintes não-focalizados (a pressuposição) não são computados para fins da atribuição do acento nuclear; esses elementos são desacentuados e o acento principal recai sobre o elemento focalizado, mesmo quando ele não está na posição mais à direita da sentença. Isso é possível porque a NSR, por definição, somente se aplica a constituintes metricamente visíveis. Em línguas como o francês, os constituintes não-focalizados são irrelevantes para a computação do acento nuclear, ou seja, são metricamente invisíveis.

Já em línguas como o italiano e o espanhol todos os constituintes são metricamente visíveis. Nelas, o elemento focalizado está sempre localizado na posição mais à direita da sentença<sup>165,166</sup>:

- (26) a. Quién le dio un libro a María?  
b. A María le dio un libro Pedro.
- (27) a. Qué le dio Pedro a María?  
b. Pedro le dio a María un libro.

---

<sup>163</sup> Exemplos adaptados de (114) e (115), p. 73 de Zubizarreta (1998).

<sup>164</sup> O constituinte focalizado aparecerá sublinhado nos exemplos.

<sup>165</sup> Exemplos em espanhol retirados de Ortega-Santos (2006, p. 189).

<sup>166</sup> O símbolo “#” será usado para indicar um uso inadequado da sentença.

- (28) a. A quién le dio Pedro un libro?  
b. Pedro le dio un libro a María.

- (29) a. Chi ha parlato?  
b. Ha parlato Gianni.  
c. #Gianni ha parlato.

Nesses casos, a estratégia empregada é fazer com que o constituinte focalizado ocupe a posição mais encaixada na estrutura de c-comando assimétrico, pois nessa posição ele pode receber o acento nuclear da sentença. De acordo com Zubizarreta, essa ordem é gerada através de movimentos motivado por questões prosódicas, chamados movimentos-p.

Para capturar a relação entre a *F-structure* e a prosódia, Zubizarreta propõe a regra de proeminência de foco (FPR, do inglês *Focus Prominence Rule*), segundo a qual dadas duas categorias irmãs  $C_i$  (marcada [+F]) e  $C_j$  (marcada [-F]),  $C_i$  é mais proeminente que  $C_j$ . Se um constituinte domina tanto constituintes marcados [+F] quanto constituintes marcados [-F], ele é considerado não-marcado para esse traço.

### 3.2.2 Estendendo a análise de Zubizarreta para o PB

Quarezemin (2005) adota a proposta de Zubizarreta (1998) ao analisar o foco de sujeito no PB. A autora defende que, se assumirmos a NSR para o PB, o acento principal deve recair sobre a sílaba mais encaixada do constituinte mais à direita da sentença. Assim, num par pergunta-resposta o acento principal recairá sobre a sílaba ou a vogal mais encaixada no sintagma focalizado. Vejamos os exemplos abaixo<sup>167</sup>:

- (30) a. O que o Pedro comprou?  
b. O Pedro comprou [<sub>F</sub>um caSAco].  
c. O Pedro comprou [<sub>F</sub>um casaco amaRElo].
- (31) a. O que aconteceu?  
b. [<sub>F</sub>O Pedro comprou um casaco amaRElo].

---

<sup>167</sup> Exemplos (16) e (17), p. 22 de Quarezemin (2005).

Como é possível observar, em (30c) não é possível acentuar o constituinte inteiro, porque a NSR obriga que o pico entoacional recaia sobre uma sílaba. Mesmo quando o elemento focalizado corresponde à sentença inteira, apenas uma sílaba recebe o acento principal, como podemos verificar em (30b). Visto que, segundo Zubizarreta, as línguas românicas recebem acento nuclear a partir da configuração de c-comando da sentença, Quarezemin (2005) assume que, também no PB, o acento nuclear é atribuído ao constituinte mais baixo na ordem de c-comando assimétrico. Essa análise prevê que também o PB, a exemplo das demais línguas românicas, deverá contar com alguma estratégia para os casos em que ao constituinte focalizado não corresponda a posição mais à direita da sentença.

De fato, Quarezemin observa que no PB, assim como o francês, um elemento focalizado pode receber acento nuclear mesmo que não esteja na posição mais encaixada da sentença. Em relação aos sujeitos, a autora nota que o PB tende a focalizá-los em posição pré-verbal:

- (32) a. Quem chegou?  
b. A Maria chegou.

- (33) a. Quem telefonou?  
b. A Maria telefonou.

- (34) a. Quem beijou o João?  
b. A Leonor beijou o João.

Com base nisso, Quarezemin defende que também no PB os constituintes não-focalizados são metricamente invisíveis.

Em princípio, então, vemos que a correlação entre a pronúncia de cópias mais baixas e a focalização não é tão direta quanto nas outras línguas que vimos discutindo. Por outro lado, como vimos no início do capítulo, sabemos que há pelo menos um contexto sintático no qual a ordem V DP é favorecida com DPs focalizados: as construções com verbos inacusativos. Na próxima seção, abordaremos mais especificamente a correlação entre sujeitos pós-verbais e focalização.

### 3.3 Sujeitos pós-verbais e focalização

Como vimos anteriormente, sujeitos focalizados tendem a ser pronunciados em posição pós-verbal (final) em línguas como italiano e espanhol. Segundo Zubizarreta (1998), a configuração adequada para que o acento nuclear seja atribuído ao constituinte focalizado é obtida através de movimentos que são motivados por questões prosódicas – os chamados movimentos-p.

O trabalho de Stjepanović (2007) mencionado no final do capítulo 2 mostra que, em servo-croata, da mesma forma como nas línguas românicas, a C-NSR está ativa, enquanto a S-NSR não. Contudo, a autora não assume a existência de movimento-p nessa língua; em lugar disso, ela propõe que em servo-croata a NSR é um fator determinante na decisão de qual cópia de um constituinte deve ser pronunciada:

In particular, suppose that in such languages, the NSR applies before copy deletion. In order to get the correct information structure for a sentence, the focused constituent must contain the main sentential stress. Since the subject is focused [...] it must receive the stress. Furthermore, suppose that the NSR is formulated in such a way that it assigns the stress to the most embedded copy of the focused element. Not pronouncing this copy would cause a PF violation, i.e., no main stress would be assigned. In order to avoid this violation, then, this copy is pronounced, while the other higher copies are deleted. This was a brief sketch of an answer to the question of what would force the pronunciation of a lower copy of the subject. (Stjepanovic, 2007, p. 230)

Desse modo, uma sentença com ordem OVS como (35a) teria a estrutura em (35b)<sup>168</sup>:

(35) a. A: Quem está pegando um rato?

B: Miša hvata mačka.

rato pega gato

‘Um gato está pegando um rato.’

b. [<sub>AgrSP</sub> rato [<sub>AgrSP</sub> gato [<sub>TP</sub> gato pega [<sub>AgrOP</sub> rato pega [<sub>V1</sub> gato pega [<sub>V2</sub> pega  
-F +F +F -F -F -F +F -F -F  
rato]]]]]]  
-F

<sup>168</sup> Exemplos (28), p. 235 e (31), p. 236 de Stjepanović (2007).

Nessa representação, vemos que o sujeito *mačka* (gato) se move na sintaxe aberta, para checar seu traço de Caso (até Spec, Agr<sub>S</sub>P, segundo a autora)<sup>169</sup>. O algoritmo de atribuição de acento se aplica ciclicamente aos pares de nós metricamente irmãos, começando pelo par formado pelo objeto adjungido a Agr<sub>S</sub>P e Agr<sub>S</sub>P. O objeto é [-F], enquanto Agr<sub>S</sub>P domina elementos com especificações contraditórias para o traço [F], fazendo com que seja não-especificado para esse traço, de acordo com a definição da FPR. Como a FPR só se aplica a elementos com valores contraditórios, a regra não se aplica; a C-NSR então é aplicada e atribui proeminência a Agr<sub>S</sub>P.

O algoritmo continua se aplicando ciclicamente até chegar ao par formado pelo sujeito em VP<sub>1</sub> e V<sub>1</sub>'. O sujeito é marcado [+F], e V<sub>1</sub>' é [-F], pois domina apenas elementos [-F]. Nesse ponto, há um conflito a ser resolvido: a FPR atribui proeminência ao sujeito; a C-NSR, ao V<sub>1</sub>'. Stjepanović sugere que os elementos desfocalizados se tornam metricamente invisíveis, a exemplo do que acontece em francês. A NSR não se aplica (pois ela só se aplica entre dois constituintes metricamente visíveis), a FPR se aplica e a proeminência é atribuída ao sujeito.

Seguindo a teoria de movimento por cópia, Stjepanović assume que quando não há nenhum requerimento de PF, é pronunciada a cópia mais alta de um elemento (cf. também Nunes, 2004), mas cópias mais baixas podem ser pronunciadas quando a pronúncia da cópia mais alta gera algum tipo de violação. É exatamente o caso em (35): o *output* da aplicação da NSR e da FPR decide que a cópia a ser pronunciada deve ser a cópia mais baixa do sujeito; caso ela não seja pronunciada, haverá uma violação de PF<sup>170</sup>. Como já mencionamos, essa análise exige que a atribuição de acento ocorra antes do apagamento de cópias<sup>171</sup>.

Enquanto isso é verdade para o servo-croata, Stjepanović mostra que o mesmo pode não valer para todas as línguas. A autora toma como exemplo o inglês, em que (36c) não é uma boa resposta para (36a-b), mostrando que o mecanismo de apagamento de cópias não interage com a atribuição de acento nuclear:

---

<sup>169</sup> Stjepanović mostra que o objeto *miša* está numa posição acima de TP inserindo na sentença um advérbio orientado para o falante, que segundo ela se adjunge a TP (ver (i) abaixo); para fins de exposição, ela assume que o objeto está adjungido a Agr<sub>S</sub>P.

(i) Miša nesumnjivo hvata mačka.  
rato indubitavelmente pega gato

<sup>170</sup> Ortega-Santos (2006), baseado em Stjepanović (1999), apresenta uma análise semelhante para os sujeitos em posição final no espanhol.

<sup>171</sup> Essa também é a conclusão de Zubizarreta (1998), que assume que a NSR se aplica à árvore sintática que é *input* para Spell-Out.

- (36) a. What happened?  
b. Who was arrested?  
c. \*Was arrested John. (vs. John was arrested)

Stjepanović sugere que em inglês o apagamento de cópias ocorre antes da aplicação da NSR, e aponta que não seria surpresa encontrarmos línguas em que o apagamento de cópias pode ocorrer antes ou depois da aplicação da NSR; essas línguas apresentariam tanto os padrões do servo-croata quanto os padrões do inglês. A autora também nota que a existência de línguas que requerem movimento-p ainda deve ser demonstrada; para ela, tais línguas seriam línguas nas quais não há movimento para categorias funcionais na sintaxe aberta e que não podem se valer da invisibilidade métrica na aplicação da NSR.

Enquanto a segunda condição é verdadeira para o italiano, segundo Zubizarreta (1998), a primeira, de acordo com o que normalmente se assume sobre essa língua, não o é. Na próxima seção, discutiremos uma análise alternativa para os sujeitos pós-verbais em italiano, com especial atenção para os verbos inacusativos.

### 3.3.1 *Uma periferia esquerda para o VP*

Belletti (1999, 2009a,b) corrobora a intuição de que o sujeito pós-verbal em italiano é, em geral, interpretado como foco de informação<sup>172</sup>. Como podemos notar pelo exemplo em (37), a resposta adequada para uma pergunta como “Quem saiu?” ou “Quem falou?” tem a estrutura (37b), com o sujeito ocupando a última posição (“Saiu o João”, “Falou o João”), e não (37c), que apresenta a ordem SV:<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> Essa intuição é compartilhada também por outros autores, como Cardinaletti (2001) e Manzini e Savoia (2007). Para Cardinaletti, os sujeitos pós-verbais focalizados permanecem em sua posição de base, proposta rejeitada por Belletti devido à idéia de otimização da relação entre sintaxe e PF. Manzini e Savoia não endossam a existência das periferias, mas afirmam que os sujeitos pré-verbais em italiano são interpretados como informação velha, enquanto os pós-verbais são focalizados (p. 48).

<sup>173</sup> Exemplo (3), p. 13 de Belletti (1999).

- (37) a. Chi è partito / ha parlato?  
 ‘Quem partiu / falou?’  
 b. È partito / Ha parlato Gianni.  
 ‘Partiu / falou o João.’  
 c. %Gianni è partito / ha parlato.  
 ‘O João partiu / falou.’

Segundo Belletti (1999), sentenças como (37b) podem tanto ser uma resposta à pergunta em (37a), quanto a uma pergunta relativa à sentença, como “O que aconteceu?”; essas sentenças podem também ser proferidas em contexto *out of the blue*. Em qualquer um desses casos, não há pressuposição em relação ao sujeito. Já (37c) não é uma resposta adequada em nenhum desses contextos, pois o sujeito pré-verbal em italiano é interpretado como informação velha.

Belletti nota ainda que as sentenças em que os sujeitos pós-verbais não estão em posição final são levemente marginais em relação às sentenças em que o sujeito ocupa a posição final da sentença, como mostram os pares de sentenças abaixo<sup>174</sup>:

- (38) a. ?Ha telefonato Maria al giornale.  
 ‘Telefonou a Maria pro jornal.’  
 b. ?Ha parlato uno studente col direttore.  
 ‘Falou um aluno com o diretor.’

- (39) a. Ha telefonato Maria.  
 ‘Telefonou a Maria.’  
 b. Ha parlato uno studente.  
 ‘Falou um aluno.’

Essa marginalidade é facilmente explicada se seguirmos Zubizarreta (1998): o elemento focalizado deve ficar na posição mais à direita para receber o acento nuclear da sentença. Nas sentenças em (38) isso não acontece; mas como as sentenças não violam nenhum princípio da gramática (apenas uma preferência), são apenas marginais, e não agramaticais.

---

<sup>174</sup> Exemplo (15), p. 35 de Belletti (1999).

Com base nesses dados, Belletti propõe a existência de uma periferia esquerda para o VP, a exemplo da proposta de Rizzi (1997) para a periferia esquerda do CP. A motivação para que se postulem essas periferias, cujas projeções são intimamente relacionadas a aspectos discursivos como tópico e foco, é a idéia de que a relação entre a sintaxe e LF deve ser otimizada, ou seja, de que a interpretação de uma sentença deve ser dada diretamente pela configuração sintática. O mesmo vale para a relação entre sintaxe e PF: os contornos prosódicos devem ser depreendidos diretamente da configuração sintática.

Por que Belletti propõe a existência de uma segunda periferia? Segundo ela, elementos interpretados como foco de informação não podem estar em Spec,FocP da periferia esquerda de CP, pois essa posição é sistematicamente associada a foco contrastivo ou corretivo e carrega um acento especial<sup>175</sup>. Visto que os sujeitos pós-verbais tendem a receber interpretação de foco de informação (ou a aparecer em contextos *out of the blue*), e dada a idéia da otimização da relação entre a sintaxe e as interfaces, Belletti propõe que esses sujeitos pós-verbais se movem de sua posição de base para o especificador de uma projeção de foco baixa, localizada na periferia esquerda do VP. A estrutura abaixo ilustra essa proposta<sup>176</sup>:

(40) [TP ... [FocP Sujeito<sup>i</sup> Foc ... [<sub>VP</sub> ~~Sujeito<sup>i</sup>~~ v [<sub>VP</sub> V ...]]]]

Já nas sentenças com verbos inacusativos, a autora assume que os DPs permanecem em sua posição de base, interna ao VP, e recebem Caso partitivo inerente, seguindo Belletti (1988). Como mencionamos no capítulo anterior, nesse trabalho Belletti mostra, com base em línguas de morfologia rica, que o Caso acusativo não é o único Caso disponível para DPs em posição de objeto, e que o DP argumento de um verbo inacusativo recebe Caso partitivo em finlandês. Repetimos os exemplos por conveniência:

<sup>175</sup> A interpretação de foco contrastivo não é banida com sujeitos pós-verbais; o que muda é a posição em que o sujeito pós-verbal com leitura contrastiva ocupa na estrutura: elementos com foco contrastivo aparecem em [Spec,FocP] da periferia esquerda de CP, enquanto elementos com foco de informação nova aparecem em [Spec,FocP] da periferia esquerda de VP.

<sup>176</sup> A periferia esquerda de VP proposta por Belletti (1999, 2009) também conta com projeções de tópico, seguindo Rizzi (1997):

(i) [IP [TopP [FocP [TopP [VP ...]]]]

Essa estrutura dá conta, entre outras coisas, dos contextos nos quais o sujeito pós-verbal é um tópico:

(ii) A: Che cosa ha poi fatto Gianni?

‘O que fez, então, o João?’

B: Ha (poi) parlato, Gianni.

‘Falou, então, o João.’

- (41) a. Hän pani kiriat pöydälle.  
 ele colocou os livros<sub>ACUSPL</sub> na mesa
- b. Hän pani kirjoja pöydälle.  
 ele colocou (alguns) livros<sub>PARTPL</sub> na mesa
- (42) a. Pöydällä on kirjoja.  
 na mesa está<sub>SG</sub> (alguns) livros<sub>PARTPL</sub>
- b. Helsingistä tulee kirjeitä.  
 de Helsinki vem<sub>SG</sub> (algumas) cartas<sub>PARTPL</sub>

Tomando por base os dados acima, Belletti (1988) propõe que a possibilidade de um argumento interno receber, opcionalmente, Caso partitivo inerente está disponível universalmente, e que esse Caso é o responsável pelo Efeito de Definitude (DE).

Um problema potencial para essa análise são sentenças como (43), em que um DP definido em posição pós-verbal de um verbo inacusativo é perfeitamente possível:

- (43) a. È arrivato Gianni.  
 ‘Chegou o João.’
- b. È entrato lo studente.  
 ‘Entrou o aluno.’

Em relação a isso, Belletti (1988) argumenta que há apenas uma posição na qual o DE é esperado: a posição de complemento de VP, que corresponde ao NP<sub>2</sub> na estrutura abaixo<sup>177</sup>:

- (44) NP<sub>1</sub> [VP [VP V NP<sub>2</sub> [PP P NP<sub>3</sub>]] NP<sub>4</sub>]

Um DP que esteja adjungido ao VP (como NP<sub>4</sub>), por exemplo, não deverá estar sujeito ao DE. É justamente isso que sugere a autora para casos como (43); nessas estruturas, ela assume que o DP recebe Nominativo da flexão por regência<sup>178,179</sup>.

<sup>177</sup> Exemplo (13), p. 8 de Belletti (1988).

<sup>178</sup> Isso seria possível porque, apesar de VP ser considerado uma barreira para regência, o DP não é dominado pela categoria, mas sim por um segmento de categoria, que não conta como uma barreira.

<sup>179</sup> Para todas as estruturas com sujeitos pós-verbais, independente da natureza do verbo, Belletti (1988) assume a presença de um pronome expletivo em Spec,IP. Esse pronome garante a transmissão de papel temático e concordância para sujeitos adjungidos a VP e garante a transmissão da concordância para os argumentos dos verbos inacusativos. Para línguas como o francês, em que não há concordância entre o elemento pós-verbal e o

Para garantir que um DP está na posição relevante para o DE, um bom teste é, então, segui-lo de um PP complemento. Como já vimos nos exemplos (38) e (39), sentenças com sujeitos pós-verbais não-finais e verbos intransitivos ou transitivos são marginais. Os exemplos (45) mostram que o mesmo não ocorre com verbos inacusativos<sup>180</sup>:

- (45) a. È arrivato uno studente al giornale.  
‘Chegou um aluno no jornal.’  
b. È entrato un ladro dalla finestra.  
‘Entrou um ladrão pela janela.’

Esses dados evidenciam que o DP argumento de um inacusativo, quando em posição pós-verbal, é realmente licenciado *in situ*; se fosse licenciado no especificador da projeção de foco da periferia esquerda do VP, esse elemento deveria receber o acento nuclear da sentença e as sentenças em (45) deveriam ser marginais. Por outro lado, como esses DPs são licenciados *in situ* através de Caso partitivo inerente, espera-se que DPs definidos não possam ocorrer nessas estruturas. A previsão se sustenta parcialmente: as estruturas resultantes são marginais, mas não agramaticais, como mostram os dados em (46)<sup>181</sup>:

- (46) a. ?È arrivato lo studente al giornale.  
‘Chegou o aluno no jornal.’  
b. ?È entrato Mario dalla finestra.  
‘Entrou o Mario pela janela.’

Vimos anteriormente que Belletti (1988) assume que todo DP pós-verbal definido em construções inacusativas deve ocorrer deslocado à direita. Claramente, esse não é o caso em (46), pois os DPs precedem os PPs. Esses elementos também não podem estar *in situ*, pois são incompatíveis com o Caso partitivo. Mas essas não são as únicas opções: os DPs podem estar no especificador da projeção de Foco da periferia esquerda do VP, a exemplo das sentenças em (38). Se esse é o caso, deveríamos esperar uma certa marginalidade devida à não-coincidência entre o elemento focalizado e o acento nuclear. De fato, é o que se verifica.

---

verbo (cf. *Trois filles sont arrivées* vs. *Il est arrivé trois filles*), Belletti sugere que ou não há relação entre o expletivo e seu associado, ou a relação existe, mas é o expletivo que controla a concordância (cf. nota 43, p. 22).

<sup>180</sup> Exemplos (40), p. 35 de Belletti (1999).

<sup>181</sup> Exemplos (41), p. 35 de Belletti (1999).

Evidência adicional de que os DPs definidos pós-verbais argumentos de verbos inacusativos são licenciados numa projeção de Foco é o fato de as sentenças ficarem perfeitas ao eliminarmos os PPs; isso ocorre, segundo Belletti, porque o requerimento de que o sintagma focalizado ocupe a posição mais encaixada da sentença é respeitado<sup>182</sup>:

- (47) a. È arrivato lo studente.  
'Chegou o aluno.'  
b. È entrato Mario.  
'Entrou o Mario.'

Vemos, então, que a idéia de uma periferia esquerda de VP não só dá conta dos sujeitos pós-verbais em italiano, como também dá conta, indiretamente, do comportamento dos verbos inacusativos nessa língua. A seguir, discutiremos o licenciamento dos DPs pós-verbais focalizados segundo Belletti.

### 3.3.1.1 Licenciamento dos DPs em posição pós-verbal

Vimos que Belletti (1999) sugere que DPs indefinidos em posição pós-verbal de verbos inacusativos são licenciados por um Caso partitivo, seguindo Belletti (1988). Já os sujeitos de verbos transitivos e inergativos em posição pós-verbal e os sujeitos definidos em posição pós-verbal de inacusativos são licenciados na projeção de Foco da periferia esquerda de VP. Para esses casos, a autora sugere que um traço de foco também tenha a propriedade de licenciar um DP, a exemplo dos traços de Caso. Foco é um traço sintático que projeta um núcleo na estrutura da sentença, criando uma configuração de checagem (especificador-núcleo); quando o DP se move para ser focalizado, é licenciado nessa mesma posição:

[...] the obvious question arises as to how it is licensed in such low position. It is currently assumed that Case is the (morpho)syntactic feature that is crucial in the licensing of overt noun phrases. Unless we allow nominative Case to be accessible to the VP internal subject position, possibly through the relation with an associate expletive, it is clear that Case is not available VP internally for the postverbal subject. If we want to try to maintain Case assignment/checking as local a process as possible, as seems desirable, we are in fact forced to conclude that no Case is available for the subject in its original VP internal position. [...] [I]t seems that no other (nominative) Case position is likely to be available for the subject in the very low area where it

---

<sup>182</sup> Exemplos (42), p. 36 de Belletti (1999).

is found. The question of the licensing of the postverbal subject thus remains open.

Suppose that not Case but Focus plays the role of the licenser of the postverbal subject. From the interpretive/informational point of view the hypothesis seems entirely justified. But what is the status of Focus under this view? To make the proposal technically more precise I will assume that Focus is a syntactic feature heading a functional projection in the clause structure, thus creating a regular checking configuration. Under this proposal, the syntactic feature in question has licensing abilities. In a broader perspective, we can assume that Case is not the only licenser of overt DPs in the clause. It is probably the most typical/widespread one, but others are available as well. Focus is one of them in this view. (Belletti, 1999, p. 14-15)

Evidência para o licenciamento dos DPs na projeção de foco é o fato de que os elementos pós-verbais focalizados em italiano sempre manifestam Caso nominativo:

- (48) Penso di [ \_\_ parlare io a Gianni].  
'Acho que vou eu falar com o João.'

Belletti argumenta que uma abordagem em termos de CADEIA (cf. Burzio, 1986) é insuficiente para dar conta de dados como (48), pois o elemento nulo em posição pré-verbal não pode estar associado a um Caso nominativo (cf. Chomsky e Lasnik, 1995 sobre o Caso nulo). Para a autora, os elementos pós-verbais são licenciados pela projeção de Foco e recebem Caso nominativo *default* (cf. Schütze, 2001).

Belletti sugere ainda que os traços de Caso e foco não são licenciadores mutuamente excludentes (cf. nota 14, p. 16). Essa idéia tem uma série de conseqüências. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo 2, os modelos de checagem por movimento pressupõem que os elementos entram na derivação sintática com seus traços plenamente especificados; no caso relevante para nossa discussão, um DP focalizado entraria na derivação com um traço de foco a ser checado contra uma projeção de foco. Caso o DP tenha também um traço de Caso, alguma coisa deve ser dita sobre a checagem desse traço, que em princípio também deve ser realizada através de movimento, fazendo com que o DP não fique estacionado na projeção de Foco, como propõe Belletti. Nesse caso a ordem V DP jamais seria gerada, a menos que se assuma o apagamento das cópias mais altas do DP em PF, como discutimos anteriormente. O exemplo abaixo ilustra a estrutura de uma sentença transitiva em que o sujeito é focalizado, antes do apagamento das cópias:

- (49) [TP Suj T [FocP Suj Foc [VP Suj v [VP V Obj]]]]

Seguindo Stjepanović, a atribuição do acento nuclear e o apagamento das cópias aconteceria em PF, logo após *Spell-out*. Esse estado de coisas está em conformidade com a proposta de otimização da relação entre a sintaxe e a interface fonológica, mas é problemático para a relação entre sintaxe e LF, já que a interface semântica não “saberá” qual cópia do DP será pronunciada. Se seguirmos Zubizarreta (1998), a atribuição do acento nuclear se dá ainda na sintaxe, antes de *Spell-out*, contornando esse problema e permitindo que a cópia intermediária seja pronunciada.

De um ponto de vista formal, vimos no capítulo 2 que Nunes (2004) argumenta que as condições de economia favorecem a pronúncia da cópia mais alta de um elemento, pois a cópia mais alta entra em um maior número de relações de checagem e é, portanto, mais especificada. Quando a pronúncia da cópia mais alta não é possível, a preferência deve ser pela cópia imediatamente mais baixa, pois ela é mais especificada do que a cauda da cadeia. Logo, espera-se que haja preferência em se pronunciar a cópia intermediária em detrimento da cópia mais baixa. Com isso, seria pronunciada a cópia em Spec,FocP na estrutura (49).

Contudo, Stjepanović mostra que, em servo-croata, quando uma cópia baixa é pronunciada por questões de foco, é sempre a cópia mais baixa. Ela mostra que uma sentença como (50), com o quantificador flutuante em posição final, é possível em servo-croata<sup>183</sup>:

- (50) Studenti dolaze svi.  
alunos vêm todos  
‘Os alunos vieram todos.’

Todavia, essa sentença não é adequada em um contexto em que o sujeito é a informação nova, como (51a). Nesses casos, devemos usar a sentença abaixo<sup>184</sup>:

- (51) a. Quem veio?  
b. Dolaze svi studenti.  
vêm todos alunos  
‘Os alunos vieram todos.’

---

<sup>183</sup> Exemplo (40), p. 242 de Stjepanović (2007).

<sup>184</sup> Exemplo (41), p. 242 de Stjepanović (2007).

Stjepanović mostra que a pronúncia da cópia mais baixa decorre naturalmente da aplicação do algoritmo de atribuição de acento nuclear. Em (52), vemos que se o sujeito e o quantificador são focalizados, mesmo que se tente mover o NP, ele não poderá ser pronunciado na posição mais alta<sup>185</sup>:

- (52) a. [<sub>AgrSP</sub> studenti [<sub>TP</sub> studenti dolaze [<sub>VP</sub> dolaze svi studenti]]]  
           +F                  +F      -F          -F  +F   +F
- b. [<sub>AgrSP</sub> ~~studenti~~ [<sub>TP</sub> ~~studenti~~ dolaze [<sub>VP</sub> ~~dolaze~~ svi studenti]]]  
           +F                  +F      -F          -F  +F   +F

A estrutura (52a) é o *input* para a aplicação do algoritmo de atribuição de acento, que tem como *output* (52b). Assim, mesmo que se mova o sujeito para outra posição, a NSR e a FPR atribuem proeminência à cópia mais baixa, que deve ser pronunciada. Em vista disso, e considerando que a argumentação de Belletti diz respeito à focalização, não é claro como o algoritmo de atribuição de acento atribuiria proeminência a uma cópia intermediária na estrutura (49)<sup>186</sup>.

Além do problema da pronúncia de cópias intermediárias, há a questão da checagem de traços; vimos no capítulo 2 que no modelo de checagem por movimento todo movimento existe para que traços não-interpretáveis sejam checados; vimos também que, de acordo com o princípio *Greed*, um elemento só se move se esse movimento satisfizer algum dos seus traços. Isso implica que um DP que se move para Spec,FocusP o faz porque precisa checar seu traço não-interpretável de foco. Contudo, à diferença do traço de Caso, é difícil imaginar que o traço de foco seja não-interpretável num DP focalizado.

É possível imaginar que o DP se move porque tem um traço de Caso que exige alçamento para Spec,TP, e que esse movimento se dá passando pela projeção de foco; nesse caso, novamente, caímos no problema apontado acima: algo deve ser dito sobre a não-permanência do DP na projeção de foco e sobre a pronúncia da cópia intermediária do DP<sup>187</sup>. Uma solução é adotarmos a versão “boazinha” de *Greed*, o *Enlightened self-interest* (cf. Lasnik, 2003) segundo a qual um elemento se move para satisfazer suas necessidades ou as

<sup>185</sup> Exemplos (42) e (43), p. 243 de Stjepanović (2007).

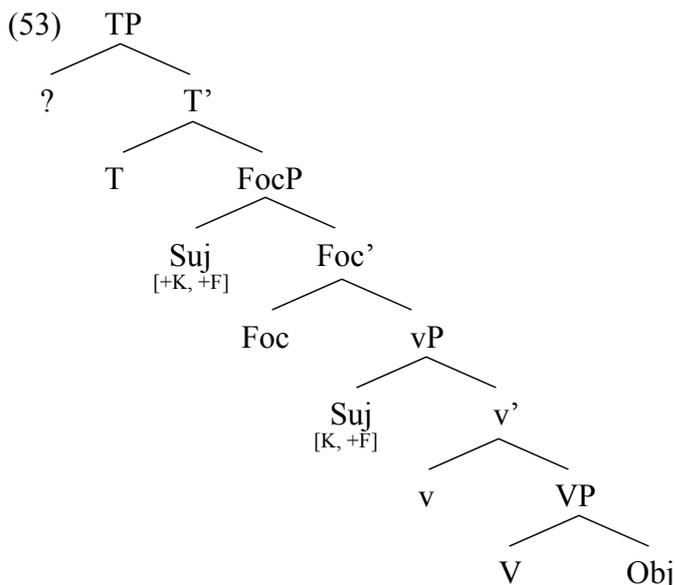
<sup>186</sup> Especialmente em italiano, em que a estratégia da invisibilidade métrica não está disponível.

<sup>187</sup> Que o DP não permaneça na projeção de foco é problemático no sistema de Belletti, pois para ela as interfaces lêem a informação semântica e fonológica diretamente a partir da estrutura sintática. Nesse sentido, um DP só será interpretado como focalizado pela interface semântica se estiver na posição de especificador de uma projeção de foco no momento do envio da estrutura para *Spell-out*; da mesma forma, um DP só receberá o acento nuclear da sentença em PF se estiver nessa posição no momento em que a estrutura for enviada às interfaces.

necessidades do elemento para o qual se move. Assim, seria possível que o DP se movesse até Spec,FocP para satisfazer propriedades do núcleo de Foco, e tivesse seu Caso valorado por *default* nessa posição.

Mesmo que se resolva a questão do traço de Caso do DP, há o problema da checagem dos traços de T. Se tomarmos por base o modelo de Hornstein (2009) discutido no capítulo anterior, temos que o movimento do DP para Spec,TP serve para que o DP cheque seu traço de Caso e para que T cheque seus traços- $\phi$ . Ora, se o DP estaciona na projeção de Foco, mesmo que receba Caso *default*, não sabemos exatamente o que licencia os traços de concordância de T<sup>188</sup>.

Podemos tentar acomodar a coexistência dos traços de Caso e foco no modelo de *Agree*. Retomemos a estrutura (49):



Aplicando a proposta original de Chomsky (2000) ao caso sob investigação aqui, a derivação de uma estrutura em que o sujeito permanece na posição de Spec,FocP se daria da seguinte forma: o DP entra na derivação com traços de Caso e foco; o núcleo de foco sonda a estrutura e encontra um DP com traço de foco interpretável, com o qual entra em relação de concordância. O núcleo de foco possui um traço EPP que força o movimento desse DP para Spec,FocP. T entra na derivação com traços- $\phi$  não-interpretáveis e sonda a estrutura em busca de um elemento ativo que tenha traços- $\phi$ ; T encontra o DP em Spec,FocP e entra em

<sup>188</sup> Isso é problemático especialmente em vista do fato de que sujeitos pós-verbais sempre disparam concordância no italiano *standard*.

relação com ele, valorando seus traços- $\phi$  e o traço de Caso do DP. O DP pode permanecer em Spec,FocP porque T não tem traço EPP.

Como é possível notar, algumas estipulações são necessárias: em primeiro lugar, o núcleo de foco sempre deve ter traço EPP; do contrário a otimização da relação entre a sintaxe e as interfaces se perde, pois o núcleo de foco pode sondar o DP em sua posição de base e checar seu traço sem que o DP se mova para o seu especificador. Se apenas o assinalamento de foco num DP é suficiente para alimentar as interfaces, não há motivo para que se postule a existência de um núcleo de foco, uma vez que, como discutido acima, o traço de foco é presumivelmente interpretável nos DPs.

Em segundo lugar, T não pode ter um traço EPP a menos que haja um expletivo na Numeração<sup>189</sup>, do contrário o DP deverá se mover de Spec,FocP para Spec,TP, nos levando novamente ao problema levantado anteriormente. O problema é que não há como garantir que um expletivo esteja presente na Numeração a menos que se imponham condições de boa formação sobre ela, o que se assemelha muito a tornar a Numeração um nível de representação. Isto não é nada desejável se considerarmos todo o esforço do empreendimento minimalista em eliminar níveis de representação que não façam interface com os sistemas de performance; como não há evidência de que o léxico seja um sistema de performance, não parece recomendável que se imponham condições sobre a Numeração.

Por fim, se o DP em Spec,FocP não possui traço de Caso, os traços- $\phi$  de T ficam sem valor, levando ao fracasso da derivação. Mesmo que assumíssemos, como sugere Belletti, que um traço de foco é equivalente a um traço de Caso, a Condição de Ativação tornaria o DP invisível para a computação sintática no momento em que ele estabelece concordância com a projeção de foco.

O sistema de Bošković (2007) discutido no capítulo 2 nos fornece uma alternativa para contornar esse problema, pois naquele quadro um sujeito com traço de Caso não-valorado sempre terá que se mover para Spec,TP. Como o apagamento de cópias pode ser

---

<sup>189</sup> Essa observação é válida para o modelo de *Agree* na formulação original de Chomsky; na reformulação proposta por Nunes (2007) a inserção do expletivo não é tão óbvia, pois nesse sistema o traço EPP funciona como um “fárol alto” que permite que um núcleo funcional sonde para além do primeiro conjunto de traços- $\phi$  que encontra em seu domínio e exige que, como consequência, o elemento sondado se mova para o especificador da projeção desse núcleo. Nunes argumenta que essa restrição sobre o EPP bloqueia, corretamente, as sentenças em (i):

- (i) a. \*There a man danced.
- b. \*There a man kissed Mary.

Nessas sentenças, se o expletivo checa o EPP de T, T não pode alcançar o DP em Spec,vP (porque o rótulo de vP é um conjunto- $\phi$  interveniente); o DP fica sem Caso e a derivação fracassa. Como é possível perceber, o mesmo problema surgiria na derivação da estrutura (49).

determinado por questões fonológicas, é possível assumir que a cópia escolhida para pronúncia é a que está em Spec,FocP.

Belletti (2009a) nota alguns dos problemas levantados acima e admite que igualar o papel do foco ao papel do Caso não é a melhor alternativa. A autora então sugere que os sujeitos pós-verbais do italiano são necessariamente focalizados por uma questão de economia. Segundo ela, há um princípio de economia que regula a formação das Numerações; de acordo com esse princípio, uma Numeração com mais itens só pode ser escolhida de forma motivada (ou seja, se o produto final da computação tiver algum tipo de impacto interpretativo). A focalização poderia, então, ser um desses motivos, afinal a estrutura de uma sentença com sujeito focalizado requer a presença de pelo menos um item a mais, a saber, um *pro* expletivo para satisfazer o EPP:

[T]he hypothesis of allowing Focus to play a role comparable to Case can look as a weakening of the general approach, as it is not obvious what Case and Focus should have in common which would allow them to play an essentially equivalent role. Moreover, in recent versions of MP, Chomsky has made the proposal that Case assignment can be a non local process and that Case can also be available at a distance, with the (agreeing) Case assigning head looking for its Case assignee target also in a non local domain. If some process of the sort has to be admitted, we should look for a different reason accounting for the focalized nature of the postverbal subject. [...]

I would like to speculate that some reason ultimately due to economy could be the source of that. Let us ask: what would fill the preverbal subject position in FI structures? Or, alternatively put, what would satisfy EPP in FI? I will assume that, as in traditional accounts, the preverbal subject position is filled by a non overt expletive *pro*, the associate of the postverbal subject [...] No expletive is present in structures containing a preverbal subject, as the EPP is satisfied by the lexical subject in those structures. Hence, FI structures contain one element more than the structures containing a preverbal subject. Suppose that a kind of economy principle drive the selection of the initial Lexical Array [...] to the effect that a bigger in size LA is to be chosen only for some “purpose”, or, to put it in Chomsky’s terms, only if this choice has a reflex on the outcome. Focalization could precisely be one such reflex. [...] I tentatively make this assumption here. (Belletti, 2009a, p. 172)

A sugestão de que a formação de uma Numeração estaria sujeita a princípios de economia nos deixa perigosamente próximos de tratar a Numeração como um nível de representação. Além dessa questão conceitual, há também um problema de ordem técnica: se o Caso de um DP sujeito pode ser checado à distância pelo núcleo T, por que um traço de Foco num DP não poderia ser checado à distância pelo núcleo de foco, com o DP permanecendo na posição de base?

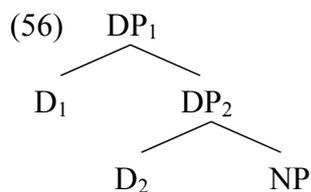
Belletti (2009b) apresenta uma proposta diferente para o licenciamento dos sujeitos pós-verbais focalizados, baseada nas conhecidas construções de *clitic doubling* (CID), cuja característica mais notável é a existência de dois elementos nominais recebendo um mesmo papel temático<sup>190</sup>:

(54) *Lo vi a Juan.*

Belletti (2009b) afirma que as construções de CID compartilham propriedades com as construções de *clitic left dislocation* (CLLD, (55a)), *right dislocation* (RD, (55b)) e as estruturas com quantificadores flutuantes (FQ, (55c))<sup>191</sup>:

- (55) a. *Gianni, lo vedo.*  
           Gianni o vejo  
       b. *Lo vedo, Gianni.*  
           o vejo Gianni  
       c. *I miei amici andranno tutti al cinema.*  
           os meus amigos irão todos ao cinema

Segundo a autora, todas essas construções receberam análises em que o elemento duplicado e o elemento duplicante são gerados em um único constituinte, que recebe o papel temático; posteriormente, um dos dois elementos se move para outra posição<sup>192</sup> (cf. Torrego (1995); Uriagereka (1995a); Sportiche (1988); Kayne (1994); Cecchetto (2000)). A estrutura proposta pela autora para o *big DP* é a seguinte (DP<sub>1</sub> é o elemento duplicante – clítico ou pronome forte – e DP<sub>2</sub> é o elemento duplicado):



<sup>190</sup> A depender da análise, também para apenas um Caso.

<sup>191</sup> Exemplos (2), p. 201 e (3) p. 202.

<sup>192</sup> O mesmo tipo de análise é proposto para as construções existenciais do inglês, como vimos no capítulo 2.

Com base nessa análise, a autora analisa também as construções de *strong pronoun doubling* (SPD), exemplificadas a seguir<sup>193</sup>:

- (57) a. *Gianni* verrà *lui*.  
Gianni virá ele  
b. *Gli studenti* risponderanno *loro*.  
os alunos responderão eles

Belletti nota que nas sentenças acima o pronome forte parece adicionar informação nova em relação ao sujeito. Além disso, em sentenças muito semelhantes, mas pronunciadas com uma pausa entre o verbo e o pronome, os pronomes têm interpretação de tópico<sup>194</sup>:

- (58) a. *Gianni* verrà, *lui*; lo conosco, so che `è affidabile. (Maria invece non so cosa farà.)  
‘O Gianni, ele vai vir; conheço ele, sei que é de confiança. (A Maria, por outro lado, não sei o que vai fazer.)’  
b. *Gli studenti* risponderanno, *loro*; i professori non so se faranno altrettanto.  
‘Os alunos, eles vão responder; os professores não sei se farão o mesmo.’

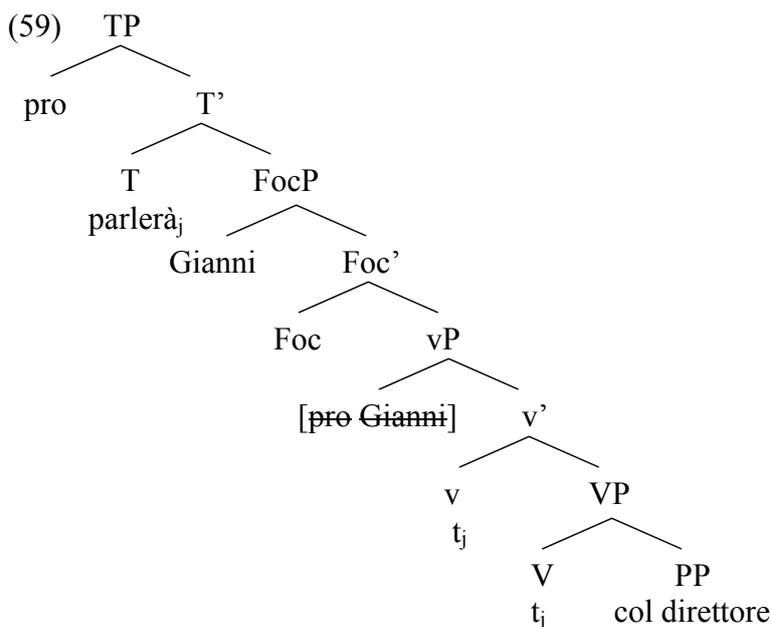
Com base nessas interpretações, Belletti sustenta que nas construções SPD o pronome é realizado na projeção de tópico ou na projeção de foco da periferia esquerda do VP.

Belletti estende a análise de *doubling* para todos os casos de sujeitos pós-verbais. Ela propõe que nesses casos o elemento duplicante é um pronome nulo referencial (*pro*); esse elemento se move da posição original para [Spec,TP], onde recebe Caso. O Caso recebido é então transmitido para o elemento duplicado. A estrutura abaixo ilustra a proposta:

---

<sup>193</sup> Exemplos (6), p. 204 de Belletti (2009b).

<sup>194</sup> Exemplos (13), p. 208 de Belletti (2009b).



Na próxima seção, veremos como as propostas de Belletti foram aplicadas aos dados do PB.

### 3.3.1.2 A periferia esquerda do VP no PB

Coelho e Figueiredo Silva (2001) exploram a proposta de Belletti (1999) para dar conta da ordem V DP e do DE no PB. Essas autoras retomam os dados estatísticos apresentados em Coelho (2000a,b) (cf. 3.1.2) segundo os quais verbos inacusativos combinados a DPs indefinidos ou nus podem apresentar ordem V DP, enquanto outros tipos verbais e DPs definidos inibem essa ordem. Partindo da noção de que sintagmas não-supostos, que geralmente são marcados como [- definidos], são candidatos a foco, Coelho e Figueiredo Silva consideram que toda construção inacusativa na ordem V DP pode ser, a princípio, uma construção de focalização:

- (60) a. Entrou um aluno na sala.  
 b. Chegou uma carta pra você.

E, da mesma forma como no italiano, existem em PB casos em que é possível que um DP definido permaneça em posição pós-verbal com um verbo inacusativo. Nesses casos, observamos a mesma marginalidade atestada por Belletti (1999) para o italiano:

- (61) a. ?Entrou o aluno na sala.  
 b. ?Chegou o telegrama no departamento.  
 c. ?Saiu o Ben Hur do departamento.

Ao removermos o PP, as sentenças perdem a marginalidade:

- (62) a. Entrou o aluno.  
 b. Chegou o telegrama.  
 c. Saiu o Ben Hur.

As autoras propõem então, seguindo Belletti, que nas sentenças em (60), o DP argumento é licenciado *in situ*, recebendo Caso partitivo. Já nas sentenças (61) e (62), o DP é licenciado no especificador da projeção de Foco da periferia esquerda do VP, seguindo Belletti (1999). Em relação a isso, elas notam que em sentenças como (62) parece haver uma interpretação de listagem exaustiva (por exemplo, em relação a (62b): de tudo o que se esperava que chegasse, o que é que chegou?), que corresponderia à interpretação de foco estreito de Kato (2000a).

Vimos na seção 3.2.2 que os sujeitos podem ser focalizados em posição pré-verbal em PB com todos os tipos de verbos, de acordo com Quarezemin (2005). Mas essa autora também admite, seguindo Miotto (2003), que apesar de os sujeitos tenderem a ser focalizados em posição pré-verbal em PB, o sujeito que recebe interpretação de foco de informação pode aparecer opcionalmente posposto<sup>195</sup> aos verbos monoargumentais no PB<sup>196,197</sup>:

- (63) a. Quem chegou?  
 b. Chegou o Pedro.
- (64) a. Quem telefonou?  
 b. Telefonou o Pedro.

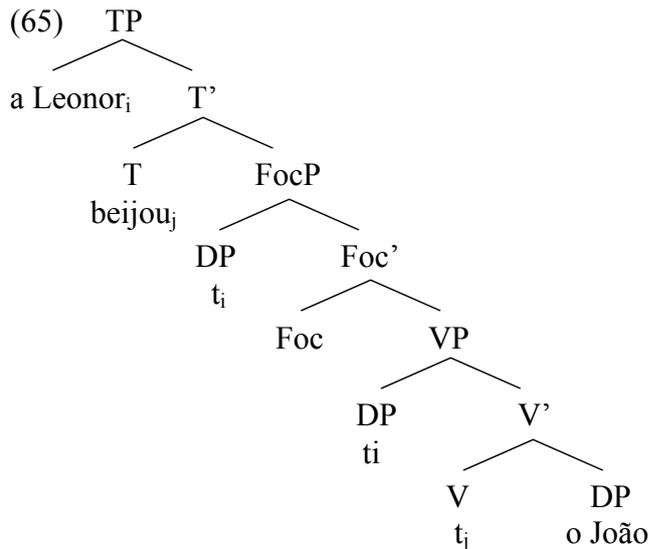
<sup>195</sup> O foco contrastivo também pode aparecer em posição pré ou pós-verbal no PB; a diferença é que o elemento focalizado se encontra sempre no especificador da projeção de foco da periferia esquerda da sentença (ou seja, de CP):

(i) [<sub>TopP</sub> Saiu<sub>2</sub> Top [<sub>FocP</sub> O JOÃO<sub>1</sub> Foc [<sub>CP</sub> C ... t<sub>2</sub> ... t<sub>1</sub>]]] (não a Maria).  
 (ii) [<sub>FocP</sub> O JOÃO<sub>1</sub> Foc [<sub>CP</sub> C [<sub>TP</sub> saiu ... t<sub>1</sub>]]] (não a Maria).

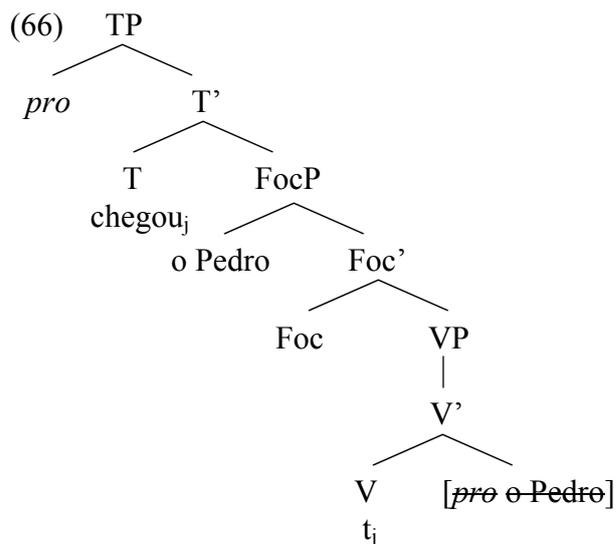
<sup>196</sup> Miotto (2003) também assume que o sujeito dos verbos monoargumentais pode ser posposto ao verbo em PB quando é interpretado com foco de informação.

<sup>197</sup> Exemplos (46) e (47), p. 119 de Quarezemin (2005).

Quarezemin deriva as sentenças com sujeitos focalizados em posição pré-verbal da seguinte forma: o sujeito se move de sua posição de base (que para a autora é [Spec,VP]) para a posição de [Spec,FocusP] e de lá para [Spec,TP], sendo esse último movimento motivado pela necessidade de o DP checar Caso. Para a autora, o DP satisfaz o critério foco ao passar pelo especificador da projeção de foco<sup>198</sup>. A estrutura abaixo exemplifica a derivação<sup>199</sup>:



Já para os casos em que o DP é focalizado em posição pós-verbal, Quarezemin assume a proposta de *doubling* (p. 120), como exemplifica a estrutura abaixo:



<sup>198</sup> Lembrando que Quarezemin assume que há desacentuação dos constituintes não-focalizados em PB, a exemplo do que sugere Zubizarreta (1998) para o francês. Essa desacentuação permite que o sujeito receba acento focal mesmo não estando na posição mais à direita da sentença.

<sup>199</sup> Estrutura adaptada de Quarezemin (2005), exemplo (41).

nessa estrutura, *pro* recebe Caso nominativo em [Spec,TP] e o transmite para o DP em [Spec,FocusP].

Seguindo Belletti (2009b), Quarezemin afirma que a diferença entre a inversão de sujeito no italiano e no PB é que neste último o *pro* não tem o estatuto de um pronome referencial, mas sim de um expletivo; isso geraria a possibilidade, verificada na língua, de sentenças com inversão que não apresentam concordância no verbo<sup>200</sup>:

(67) Chegou os materiais.

A diferença entre *pro* referencial e *pro* expletivo é que o *pro* referencial compartilha os traços- $\phi$  do DP lexical via concordância interna ao *big DP*; como consequência, o verbo, que entra em relação *Spec-Head* com *pro*, também concorda com o DP lexical. Já o *pro* expletivo seria como o expletivo *il* do francês:

- (68) a. Trois filles sont arrivées.  
três filhas ser.PL chegadas  
b. Il est arrivé trois filles.  
expl ser.SG chegada três filhas

Quarezemin discute também os casos de sentenças transitivas em que o sujeito interpretado como foco de informação ocorre em posição pós-verbal (cf. Pilati, 2002)<sup>201</sup>:

- (69) a. E agora anima o público o palhaço Biriba.  
b. Vai cortar a carne o açougueiro.

Nesses casos, Quarezemin, seguindo Pilati (2002), analisa as sentenças como resultado da topicalização remanescente de VO (interna ao VP), conforme a análise de Belletti (2009a) para a ordem VOS em italiano.

---

<sup>200</sup> Belletti relaciona a perda de sujeito nulo e a perda de inversão livre no PB e sugere que ambas são resultado da perda de referencialidade de *pro*. Ela nota que tanto o PB quanto o francês permitem *doubling* com pronomes fortes:

- (i) a. Ele, ele é meu amigo.  
b. O João, ele comprou um carro.  
(ii) a. Moi, je l'adore.  
b. Lea, elle viendra.

<sup>201</sup> Exemplos (54), p. 123.

### 3.3.1.3 Algumas questões sobre a proposta de *doubling*

A proposta de *doubling* se diferencia muito da análise proposta em Belletti (1988), particularmente em dois aspectos: (i) Belletti (1988) rejeita a transmissão de Caso de um *pro* em [Spec,IP] para um DP pós-verbal, e (ii) como vimos na nota 179, Belletti (1988) assume a presença de um pronome expletivo em [Spec,IP] em todas as estruturas com sujeitos pós-verbais. Naquele trabalho, é o expletivo que garante a transmissão de papel temático e concordância para os DPs pós-verbais<sup>202</sup>.

Em relação ao tipo de *pro* que compõe o *big DP* nas línguas de sujeito nulo vs. as línguas de sujeito preenchido, Kato (2000a) também propõe que a inversão inacusativa foi reanalisada como uma construção expletiva no PB. Kato e Tarallo (1988) relacionam a perda da inversão livre do sujeito em PB a dois fatores: a perda de *pro* referencial e a perda do clítico acusativo de terceira pessoa<sup>203</sup>, que é substituído pelo pronome lexical<sup>204</sup>:

(70) O Pedro tinha visto ele.

Para os autores, a perda do clítico influencia na ordem VS porque esse elemento permite a redução fonológica de um argumento. Se uma língua está sujeita à restrição de monoargumentalidade, o desaparecimento dos clíticos impede a redução de um argumento e, conseqüentemente, a ocorrência da ordem VS<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> Para línguas como o francês, em que não há concordância entre o elemento pós-verbal e o verbo, Belletti sugere que ou não há relação entre o expletivo e seu associado, ou a relação existe, mas é o expletivo que controla a concordância.

<sup>203</sup> Os autores mostram que a perda da ordem V DP não-inacusativa coincide com o período em que os falantes do PB passaram a empregar os clíticos acusativos em posição proclítica, que é incompatível com o clítico de terceira pessoa (cf. (ia)); essa construção não deve ser confundida com o uso enclítico do clítico de terceira pessoa, possível no PE (cf. (ib)):

(i) a. Pedro tinha me/te/\*o visto.

b. Pedro tinha-o visto.

<sup>204</sup> O pronome nulo é possível especialmente quando o referente é não-animado, como exemplifica o contraste abaixo:

(i) a. O Pedro, eu vi ele ontem no cinema.

b. Esse filme, eu vi ontem no cinema.

<sup>205</sup> A esse respeito, Kato (2000a) nota que, como o PB ainda tem clíticos de primeira e segunda pessoas (*me* e *te*), a hipótese de uso de um clítico como redutor de argumentos prevê que construções com esses elementos deveriam permitir inversão. Segundo a autora, a hipótese é confirmada:

(i) a. Me agradou o filme.

b. Te serve essa camiseta?

c. Me ligou o Pedro.

(ii) a. \*Agradou meu filho o filme.

b. ??Serve na Maria essa camiseta?

b'. ??Serve essa camiseta na Maria?

c. ??Ligou pra mim o Pedro.

Os autores argumentam também que a restrição de monoargumentalidade não é característica apenas do PB; Benincà e Salvi (1988) mostram que, em italiano, uma sentença transitiva com sujeito pós-verbal é melhor aceita se o objeto for realizado como um clítico do que se for realizado como um DP pleno<sup>206</sup>:

- (71) a. L'ha mangiata la mamma.  
b. ?Ha mangiato la torta la mamma.

- (72) a. L'ha letto mio fratello.  
b. ?Ha letto il libro mio fratello.

Da mesma forma, Bentivoglio e D'Introno (1978) mostram que, em espanhol, as ordens VSO e VOS ocorrem mais freqüentemente quando o objeto é um clítico:

- (73) a. Lo instaló Esteban.  
b. Quería hacerlo Juan.

Ou seja: não só a restrição de monoargumentalidade não é exclusividade do PB, como também a restrição não é ao número de argumentos na grade temática de um verbo, mas sim aos argumentos visíveis na sintaxe.

Kato (2000a) discute a interpretação das sentenças com ordem VSO e VOS em PE, espanhol e italiano, resumidas no quadro abaixo<sup>207</sup>:

	espanhol (cf. Zubizarreta (1998) e Ordoñez (1998))	italiano (cf. Benincà & Salvi (1988))	PE (cf. Costa (1998, 1999))
VSO	foco largo	ordem não-atestada	foco de sujeito e objeto
VOS	foco de sujeito	> foco largo com sujeito indefinido > foco de sujeito com sujeito definido	foco largo ou foco de sujeito

Quadro 3: interpretação de VSO e VOS em espanhol, italiano e PE (Kato, 2000a)

c'. ??Ligou o Pedro pra mim.

<sup>206</sup> Os autores também mostram que as sentenças VSO com objeto pleno são perfeitamente aceitáveis com sujeitos indefinidos:

(i) a. Ha mangiato la torta un gatto.  
b. Ha letto il libro un bidello.

<sup>207</sup> Tabela (17), p. 102 de Kato (2000a).

Em relação ao PB, a autora mostra que uma sentença como (74) pode ser usada num contexto *out of the blue*, enquanto (75) requer uma pergunta *wh*, ou seja, tem interpretação de foco estreito<sup>208,209</sup>:

(74) a. Telefonou um estranho.

b. “O que aconteceu?”

(75) a. Telefonou o Pedro.

b. O Pedro telefonou.

c. “Quem telefonou?”

Como o mesmo acontece em italiano, Kato generaliza essa observação e assume que também o espanhol e o PE apresentam essa característica; assim, uma sentença com sujeito pós-verbal indefinido tem sempre interpretação de foco largo, enquanto sentenças com sujeito pós-verbal definido serão interpretadas como foco de sujeito.

Retomando Kato (1999), Kato (2000a) assume que não existem *pro* referenciais: as línguas de sujeito nulo são caracterizadas pelas propriedades dos afixos de concordância, que para ela aparecem na Numeração como categorias independentes do verbo e são concatenadas como argumentos verbais no VP. Esses afixos de concordância têm propriedades de pronomes livres (traços formais e traço de Caso) e por isso agem como sujeitos; contudo, como esses elementos se adjungem a T, Spec,TP não é projetado. O exemplo (76) exemplifica a derivação de uma sentença com verbo inergativo e sujeito nulo em PE:

(76) a. Telefonaram.

b. [TP telefonar+am<sub>i</sub> [VP t<sub>i</sub> t<sub>v</sub>]]

A proposta de que os sujeitos nulos são licenciados por afixos pronominais permite a Kato (2000a) derivar de forma uniforme as ordens SVO e VOS nas línguas de sujeito nulo: o sujeito “lexical” é inserido numa posição externa ao TP, e o afixo pronominal é inserido como argumento do verbo e posteriormente movido para T para checar traços (cf. (77b)). Caso o sujeito seja focalizado, o TP é movido para uma posição acima do sujeito lexical, para que o

<sup>208</sup> Exemplos (19) e (20), p. 103 de Kato (2000a).

<sup>209</sup> Como podemos ver em (75), o contexto de foco estreito permite também uma sentença SV como resposta, e nesse caso o acento primário recai sobre o sujeito.

sujeito fique em posição final e receba o acento nuclear (cf. (78b)). Em ambos os casos, o “sujeito” recebe Caso nominativo *default*<sup>210</sup>:

- (77) a. João comeu a torta.  
 b. [<sub>TP</sub> João<sub>i</sub> [<sub>TP</sub> com+eu<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> a torta<sub>j</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> t<sub>j</sub>]]]]]

- (78) a. Comeu a torta João.  
 b. [<sub>TP</sub> [<sub>TP</sub> com+eu<sub>i</sub> [<sub>VP</sub> a torta<sub>j</sub> [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> t<sub>j</sub>]]]]<sub>t</sub> [<sub>TP</sub> João<sub>i</sub> [t<sub>i</sub>]]]

Em relação à diferença observada entre sujeitos definidos e indefinidos, Kato e Tarallo (2003) propõem que sintagmas nominais definidos e indefinidos têm estruturas diferentes, seguindo Kato (1974). Um DP definido tem D saturado por um determinante definido (16a), pronome ou clítico (16b) ou nome próprio (16c)<sup>211</sup>:

- (79) a. DP                      b. DP                      c. DP
- |    |        |    |    |                   |                |
|----|--------|----|----|-------------------|----------------|
| D  | NP     | D  | NP | D                 | NP             |
|    |        |    |    |                   |                |
| el | hombre | él | ∅  | Juan <sub>i</sub> | t <sub>i</sub> |

Já os sintagmas nominais indefinidos são QPs e podem ser complementos de D, como exemplificam os dados do alemão em (80):

- (80) a. eine Haus.  
           uma casa  
 b. das eine Haus.  
           a uma casa

Os autores argumentam que uma vez que a posição D pode ser preenchida por um clítico, também pode ser preenchida por um afixo pronominal. Isto porque, para Kato (1999), os afixos pronominais têm comportamento de um clítico: são introduzidos como argumentos

<sup>210</sup> A autora argumenta que o movimento de TP para uma posição à esquerda da sentença, por ser um movimento prosodicamente motivado, é condicionado pelo peso do elemento movido; por isso sentenças VOS são melhores quando o objeto é um clítico em línguas como o italiano.

<sup>211</sup> Exemplos (38), p. 114 de Kato (2000a).

do verbo em VP e posteriormente movidos para se adjungirem a TP (como vimos em (78) acima).

Com isso, tem-se uma explicação para a maior naturalidade de sujeitos pospostos indefinidos: eles são QPs complementos de um argumento pronominal D, que se move para checar os traços de D. Os exemplos abaixo ilustram a derivação de uma sentença VOS com sujeito indefinido em PE de acordo com Kato (2000a):

- (81) a. Comeu a torta um gato.  
b. [TP com+eu<sub>i</sub> [vP a torta<sub>j</sub> [vP [DP t<sub>i</sub> [QP um gato]]] t<sub>v</sub> t<sub>j</sub>]]]

A diferença entre sentenças VOS com sujeitos definidos e as com indefinidos é que nas últimas o sujeito é inserido como complemento do DP que é argumento externo do verbo; a ordem VOS é gerada sem que sejam necessários movimentos, uma vez que se assuma, seguindo Chomsky (1995), que o objeto precisa se mover até Spec,vP para checar Caso acusativo, como assume Kato. O sujeito *in situ* também recebe Caso nominativo *default*.

Com essa proposta, Kato e Tarallo (2003) também explicam a ausência de inversão de sujeito com verbos não-monoargumentais em PB: o PB não tem mais sujeitos nulos, o que para Kato (1999) significa que os afixos do PB perderam o caráter pronominal, não podendo ser inseridos como argumentos do verbo; por isso, Spec,TP sempre precisa ser projetado e o sujeito deve se mover para essa posição para checar os traços de T. Para que o sujeito focalizado ficasse em uma posição mais à direita da sentença, seria necessário o movimento de T', que não é um movimento lícito, uma vez que apenas núcleos e projeções máximas podem se mover<sup>212</sup>:

- (82) a. O João comeu o bolo.  
b. [TP o João<sub>i</sub> comeu [vP o bolo<sub>j</sub> [vP t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> t<sub>j</sub>]]]

---

<sup>212</sup> Mas é preciso notar que, mantidas todas as suposições feitas por Kato, a derivação de uma sentença com ordem VOS e sujeito indefinido seria potencialmente diferente, pois poderia envolver movimento do D nulo para T, gerando a seguinte estrutura:

(i) [TP comeu +  $\emptyset$ <sub>i</sub> [vP a torta<sub>j</sub> [vP [DP t<sub>i</sub> [QP um menino]]] t<sub>v</sub> t<sub>j</sub>]]]  
A idéia é que como o PB perdeu o clítico de terceira pessoa, perdeu também o afixo pronominal nulo de terceira pessoa que poderia ocupar a posição D e se mover para T para checar traços.

Contudo, Raposo e Kato (2005) explicam a existência de objetos nulos no PB propondo que se trata de um DP com D nulo e *pro* ([DP  $\emptyset$  *pro*]), em que o D nulo se adjunge a T por movimento, pois é um clítico, e é capaz de identificar *pro* porque o paradigma de clíticos do PB atribui ao clítico nulo a terceira pessoa (cf. *me/te/ø*). A questão é: se podemos ter um clítico nulo de terceira pessoa ocupando a posição D em objetos, por que não poderíamos ter o mesmo com sujeitos indefinidos, gerando (i)?

- (83) a. \*Comeu o bolo o João.  
 b.  $[_{TP} [_{T'} \text{comeu} [_{VP} \text{o bolo}_j [_{VP} t_i t_v t_j]]]_i [_{TP} \text{o João}_i t_t ]]$

Kato (2000b) nota ainda que sentenças com sujeitos deslocados à direita são possíveis no PB, como exemplificam as sentenças abaixo<sup>213</sup>:

- (84) a. ?Ele comprou um carro, o João.  
 b. Ele telefonou, o João.  
 c.  $[_{\Sigma P} \text{o João} [_{TP} \text{ele}_i \text{telefonou} [_{VP} t_i t_v [_{VP} t_v]]]]]$   
 d.  $[_{\Sigma P} [_{TP} \text{ele}_i \text{telefonou} [_{VP} t_i t_v [_{VP} t_v]]]] [_{\Sigma P} \text{o João } t_{TP}]]]$

Nesses casos, o movimento do TP é condicionado por questões prosódicas e por isso a sentença (84a), cujo conteúdo movido é mais pesado, é considerada marginal em relação à sentença (84b).

Quanto à ordem VSO, Kato (2000b) afirma que a posição  $\Sigma P$  pode ser ocupada apenas por DPs definidos e específicos. Isso implica que, se o sujeito de uma sentença como (77) for indefinido, não se pode assumir que esse elemento esteja em  $[\text{Spec}, \Sigma P]$ . Seguindo Raposo (1994) e Uriagereka (1995), a autora propõe uma projeção FP (Focus Phrase) acima de  $\Sigma P$ , que abriga sintagmas nominais indefinidos ou quantificados em seu especificador, e para cujo núcleo o verbo pode se mover:

- (85) a. Muitas mulheres comeram a torta.  
 b.  $[_{FP} \text{muitas mulheres}_i [_{\Sigma P} [_{TP} \text{com+eram}_i [_{VP} \text{a torta}_j [_{VP} t_i t_v t_j]]]]]]]$

Para a autora, a ordem VSO é gerada através do movimento do verbo para o núcleo de FP, seguindo Raposo (1994).

Quanto à possibilidade de inversão com verbos monoargumentais em PB, Kato (2000a,b) defende que essas construções foram reanalisadas como construções expletivas. Novamente seguindo Kato (1999), a autora sugere que apesar de os afixos do PB terem perdido suas propriedades pronominais, a terceira pessoa singular sem traços de gênero continua sendo um afixo pronominal, nulo, que é inserido em  $[\text{Spec}, TP]$  para checar os traços de T nas sentenças abaixo:

<sup>213</sup> Exemplos (52) e (53), p. 234 de Kato (2000b).

- (86) a. Choveu.  
 b. Tem um gato embaixo da mesa.  
 c. Parece que o João saiu.

Kato defende que as construções expletivas do PB são semelhantes às construções expletivas do francês, pois não há manifestação de concordância com o sujeito pós-verbal. A única diferença é que o francês tem um expletivo lexical, enquanto o do PB é um afixo nulo<sup>214</sup>:

- (87) a. Telefonou uns meninos.  
 b. Chegou muitas cartas.
- (88) a. Il est entré trois hommes.  
 expl é entrado três homens  
 ‘Entraram três homens.’

Nesses casos, Kato também assume que o associado do expletivo recebe Caso nominativo *default*<sup>215</sup>.

Embora os trabalhos de Kato (2000a,b) dêem conta de forma elegante de uma série de propriedades dos sujeitos pós-verbais em línguas de sujeito nulo, acreditamos que algo mais deve ser dito sobre os sujeitos pós-verbais do PB. Por um lado, enquanto os trabalhos variacionistas nos mostram uma tendência à inversão com DPs indefinidos e não-específicos, mostram também que essa tendência não é categórica, pois podemos ter DPs definidos em posição pós-verbal, ao contrário do francês. A esse respeito, a própria Kato mostra que DPs definidos e indefinidos em posição pós-verbal têm interpretações diferentes em PB: os primeiros são interpretados como foco de sujeito, enquanto os últimos são possíveis em

<sup>214</sup> Berlinck (1989) analisa a relação entre a ocorrência de V DP e a ausência de concordância e conclui que não há entre ambas uma relação de implicação, mas de co-ocorrência. Para ela, isso indica que a ordem V DP não é consequência da ausência de concordância.

<sup>215</sup> Viotti (2007) também argumenta em favor da atribuição de Nominativo *default* para DPs pós-verbais em construções existenciais, inacusativas e passivas no PB. Ela mostra que pronomes pessoais nessas construções recebem Nominativo:

- (i) a. A festa demorou pra engrenar: chegou **eu** primeiro; meia-hora depois, chegou a Teca; só bem mais tarde é que chegou o resto do pessoal.  
 b. Dos gêmeos, eu sou a mais velha: nasceu **eu**, logo depois nasceu o Juca.  
 c. Foi uma situação saia justa, basicamente porque foi nomeado **eu** antes de ter sido nomeado **ela**.  
 d. O teste foi feito por amostragem. Foi gravado **eu** primeiro, contando a história em português, depois foi gravado os surdos, contando a história em língua de sinais.

sentenças com interpretação de foco largo. A análise que a autora propõe para a ordem VOS nas línguas de sujeito nulo dá conta dessa assimetria; contudo, a análise para a inversão no PB não faz o mesmo<sup>216</sup>.

Além disso, vimos no primeiro capítulo que são atestadas no PB ocorrências de concordância com DPs pós-verbais. O estudo de Lima (2009) corrobora essa observação, pois mostra que das 212 ocorrências de ordem VS (aí englobadas VS, VSO e OVS) analisadas, apenas 37 ocorrências (17%) não apresentaram concordância. O estudo evidencia também que sujeitos simples, quando pospostos, dispararam concordância no verbo 89% das vezes (164 ocorrências), enquanto sujeitos compostos só o fizeram 37% das vezes. Logo, não podemos assumir que nunca há concordância na ordem V DP.

Mais ainda, nossa pesquisa mostrou que há, entre os falantes do PB1, um maior estranhamento quando há ausência de concordância com um DP pós-verbal [+definido]:

(89) a. Chegou umas cartas.

b. ?Chegou as cartas.

(90) a. Saiu uns alunos.

b. ?Saiu os alunos.

O comportamento da concordância em relação ao tipo de DP também é observado por Manzini e Savoia (2007). Os autores afirmam que a ocorrência ou não de concordância com um sujeito pós-verbal na presença de um expletivo pré-verbal independe de a língua ser de sujeito nulo ou não. A própria comparação entre francês e inglês evidencia isso:

---

<sup>216</sup> Outro problema é apontado por Pilati (2002) e diz respeito à restrição de monoargumentalidade. Ela mostra que há contextos no PB em que um sujeito pode aparecer em posição pós-verbal mesmo quando o objeto está presente, contrariando essa restrição:

(i) a. Participa do programa *o cantor Leonardo*.

b. Hoje tomou posse *o Ministro da Cultura*.

c. Arriscou o chute *Diego Tardelli*.

Segundo Pilati, a restrição de monoargumentalidade também não captura a diferença observada nesses contextos entre as ordens VSO e VOS:

(ii) a. Tomou posse o ministro.

a'. \*Tomou o ministro posse.

b. Merece destaque esse item.

b'. \*Merece esse item destaque.

Se o fator relevante para o licenciamento da ordem VS no PB é o número de argumentos pós-verbais, as ordens VSO e VOS deveriam ter o mesmo estatuto.

- (91) a. There comes a boy.  
 b. There come some boys.  
 c. Il vient un enfant.  
 d. Il vient des enfants.

O mesmo ocorre em dialetos do norte da Itália<sup>217</sup>: um clítico expletivo em posição de sujeito determina concordância no verbo (3ª pessoa do singular) mesmo com um sujeito pós-verbal plural<sup>218</sup>:

- (92) *Modena*  
 a. i 'ɔ:m i 'pɛrlɔn.  
     os homens CIS falam  
 b. a 'pɛrla i 'ɔ:m.  
     CIS fala os homens

Mas também há dialetos em que a concordância é controlada pelo sujeito pós-verbal, apesar da presença do expletivo<sup>219</sup>:

- (93) *Vito d'Asio (Friuli)*  
 a. i ka'nais ai duar u'i.  
     as crianças CIS dormem lá  
 b. u'i ai 'duar i ka'nais.  
     lá CIS dormem as crianças

A mesma variação é encontrada nos dialetos com propriedades clássicas de línguas de sujeito nulo; apesar de, nessas línguas, o verbo tender a concordar com o sujeito pós-verbal, há dialetos em que isso não ocorre<sup>220</sup>:

---

<sup>217</sup> Manzini e Savoia (2007) argumentam que os dialetos do norte da Itália não são línguas de sujeito nulo, contra Rizzi (1982) e Brandi e Cordin (1989).

<sup>218</sup> Exemplos (22), p. 53 de Manzini e Savoia (2007).

<sup>219</sup> Exemplos (23), p. 53 de Manzini e Savoia (2007).

<sup>220</sup> Exemplos (24), p. 53 de Manzini e Savoia (2007).

(94) *Urbino (Marche)*

- a. ki bur'dɛi 'dɔrmne de l'a.  
aquelas crianças dormem lá
- b. de 'la dɔrme ki bur'dɛi.  
lá dorme aquelas crianças

Manzini e Savoia (2007) notam ainda que os dialetos que não manifestam concordância com sujeitos pós-verbais “do not restrict postverbal subjects to indefinites, contrary to English or French. Thus they allow full pronouns to appear in postverbal position, provided they are focused; in this case a plural pronoun still does not trigger plural agreement on the verb and the subject clitic” (p. 54).

Os fatos apontados por Manzini e Savoia (2007) desafiam a generalização proposta por Kato (2000a,b) e Belletti (2009b), pois mostram que a ocorrência ou não de concordância com um sujeito pós-verbal independe de a língua ser de sujeito nulo ou não. Manzini e Savoia mostram que a não-concordância com um sujeito pós-verbal é possível em línguas de sujeito nulo, e que a presença de um pronome expletivo especificado não é condição suficiente para que o verbo não concorde com o DP em posição pós-verbal. Além disso, a ausência de concordância é possível também com DPs definidos.

Apesar disso, os autores mostram que em muitos dialetos italianos há uma interação entre a ausência de concordância e a (in)definitude do sujeito pós-verbal<sup>221</sup>:

(95) *Montereale (Friuli)*

- a. i 'veŋ iʝno fi'oi.  
CIS vêm os nossos filhos.
- b. a 'veŋ ka'nais.  
CIS vem crianças

A mesma interação entre definitude e concordância é verificada em dialetos de sujeito nulo<sup>222</sup>:

---

<sup>221</sup> Exemplos (49), p. 72 de Manzini e Savoia (2007).

<sup>222</sup> Exemplos (50), p. 73 de Manzini e Savoia (2007).

(96) *Orroli*

a. funti e'niuzu is pittʃək'kedduzu.

são vindas as crianças

'As crianças vieram.'

b. dui a βe'niu pittʃək'kedduzu.

aqui é vinda crianças

'Crianças vieram aqui.'

Há também alguns dialetos em que a concordância é obrigatória com DPs definidos pós-verbais, mas aparentemente opcional com DPs indefinidos; nesses casos, os autores argumentam que os DPs indefinidos sempre disparam concordância quando são específicos; quando não-específicos, a concordância não ocorre. Por exemplo, em contextos nos quais uma leitura não-específica é favorecida, não é possível haver concordância<sup>223</sup>:

(97) *Modena*

A: ki 'g ε?

quem lá é?

'Quem tá aí?'

B: a 'g ε ki ra'ga:s.

CIS lá é os meninos

"É os meninos."

C: \*i 'g e:n di ra'ga:s.

CIS lá são os meninos

"São os meninos."

Novamente, o mesmo comportamento é encontrado em dialetos de sujeito nulo.

Em resumo: Manzini e Savoia mostram que a ausência de concordância com sujeitos pós-verbais não é característica apenas de línguas de sujeito preenchido e não tem relação com as propriedades do expletivo em posição pré-verbal; além disso, mostram que em muitos casos um DP definido ou específico força concordância, ao contrário dos indefinidos não-específicos. Essas constatações contradizem Chomsky (1995), para quem a concordância ou

---

<sup>223</sup> Exemplos (52), p. 74 de Manzini e Savoia (2007).

não com o DP pós-verbal é determinada não pelas propriedades do associado, mas pelas do expletivo: o expletivo *there* não possui traços- $\phi$ , logo, T concorda com o associado; já o expletivo *il* é especificado (terceira pessoa singular masculino), por isso controla a concordância<sup>224</sup>.

Chomsky (1995) também argumenta que a concordância com sujeitos pós-verbais está diretamente relacionada ao licenciamento de estruturas de controle em adjuntos:

- (98) a. Sono entrati tre uomini senza identificarsi.  
b. There arrived three men without identifying themselves.  
c. \*Il est arrivé des garçons sans me le dire.

Kato (2000b) se vale do mesmo argumento: ela argumenta que estruturas de controle como (98a,b) não são possíveis no PB, a exemplo do francês<sup>225</sup>:

- (99) ??Chegou três homens sem se identificar.

Contudo, Manzini e Savoia mostram que os dialetos italianos que não apresentam concordância com sujeitos pós-verbais sistematicamente permitem estruturas de controle de adjunto<sup>226</sup>:

- (100) *Modena*

l e 'ɲu di ra'gass 'sɛ̃nsa 'dirmel.

CIS é vindo uns meninos sem dizer.me.o

'Veio uns meninos sem me avisar.'

*Castellazzo Bormida*

u j æ a'ni ir maZ'næi 'sansa 'di-m-li.

CIS lá é vindo os meninos sem dizer-me-o

'Veio os meninos sem me avisar.'

---

<sup>224</sup> Os dados apresentados por Manzini e Savoia também vão contra Cardinaletti (1997), para quem apenas expletivos inequivocamente nominativos podem controlar a concordância em construções expletivas. Os autores encontram dialetos em que o expletivo é ambíguo entre nominativo e acusativo, e ainda assim controla a concordância.

<sup>225</sup> Exemplo (57) de Kato (2000b).

<sup>226</sup> Exemplos (30), p. 58 de Manzini e Savoia (2007).

Para os autores, esses fatos indicam que o licenciamento das estruturas de controle de adjunto devem ser tratadas independentemente da concordância com o associado, o que não é sem conseqüências para o PB. Embora concordemos com o julgamento de Kato para a sentença (99), devemos notar que, face aos dados em (100), a relação entre concordância e licenciamento de controle de adjunto provavelmente não seja tão direta<sup>227</sup>.

Também Costa (2001) mostra que em português europeu, que permite inversão de sujeito tão livremente quanto o italiano, sentenças como (67) são possíveis<sup>228</sup>. Isso é problemático para Belletti (2009b), pois de acordo com aquela análise deveríamos esperar que o PE, por ter sujeitos nulos e permitir inversão livremente, possuísse um *pro* referencial e, desse modo, sempre manifestasse concordância do verbo com um sujeito pós-verbal. Um problema semelhante se coloca também para a análise de Kato (2000a,b), pois para essa autora a diferença entre a inversão de sujeito em PB e numa língua de sujeito nulo como o PE se relaciona ao tipo de afixo pronominal possível: o PB teria um afixo pronominal nulo neutro, gerando a ausência de concordância, enquanto o PE teria um afixo pronominal nulo especificado para gênero, que forçaria a concordância.

Costa mostra que a inversão de sujeito (como de resto as variações de ordem entre sujeito, verbo e objeto) em PE é regulada pela estrutura informacional da sentença (a exemplo de servo-croata, espanhol e italiano), e que a ordem não-marcada para sentenças com verbos transitivos e intransitivos em PE é a ordem SVO, que é a ordem obtida quando se responde à pergunta “O que aconteceu?”. No caso dos inacusativos, contudo, Costa mostra que há verdadeira opcionalidade entre a ordem V DP e a ordem DP V, pois ambas são boas respostas a uma pergunta como “O que aconteceu?”<sup>229</sup>:

- (101) *O que aconteceu?*  
a. O Paulo chegou.  
a'. Chegou o Paulo.  
b. A fábrica ardeu.  
b'. Ardeu a fábrica.

---

<sup>227</sup> É importante lembrar que a ocorrência ou não de concordância com DPs pós-verbais é uma questão de registro, e embora os falantes mais escolarizados aceitem sentenças com inversão sem concordância, o estranhamento observado em (99) pode ser fruto de um conflito de registro. Seria interessante observar a aceitabilidade de sentenças como (99) entre falantes do PB2, que nunca fazem concordância. Além disso, em testes informais realizados com amigos, a sentença (99) foi considerada “normal”.

<sup>228</sup> Construções semelhantes, com um sujeito em posição pós-verbal que não dispara concordância no verbo, também são possíveis em alguns dialetos do norte da Itália (cf. Manzini e Savoia, 2007), porém nesses casos há sempre um clítico sujeito em posição pré-verbal.

<sup>229</sup> Exemplo (16), p. 6 de Costa (2001).

O autor também mostra que apenas com verbos inacusativos existe a possibilidade de que um sujeito pós-verbal não dispare concordância no verbo<sup>230</sup>:

- (102) a. Comeram os meninos o bolo.  
a'. \*Comeu os meninos o bolo.  
b. Comeram o bolo os meninos.  
b'. \*Comeu o bolo os meninos.  
c. Cantaram os meninos.  
c'. \*Cantou os meninos.

- (103) a. Fecharam muitas fábricas.  
b. Fechou muitas fábricas.

De acordo com a correlação estabelecida por Belletti e por Kato entre o tipo de *pro* e a manifestação ou não de concordância, deveríamos esperar que se o PE possui um *pro* expletivo, todos os tipos de inversão pudessem se manifestar sem concordância, e se possui um *pro* referencial, sempre manifestasse concordância com o sujeito pós-verbal. Se assumimos, por hipótese, que o PE possui os dois tipos de *pro*, deveríamos esperar que ambos pudessem ocorrer com todos os tipos de verbos.

Poderíamos imaginar que um *pro* expletivo é possível apenas nas estruturas com inacusativos em PE devido ao fato de esse tipo de verbo ser o único que não seleciona um argumento externo; contudo, visto que essa é uma característica universal desses verbos, devemos nos perguntar por que então não há um *pro* expletivo nas construções com inacusativos também em italiano, especialmente se consideramos que PE e italiano são línguas muito semelhantes no que diz respeito à inversão de sujeito.

Partindo de algumas assunções<sup>231</sup>, Costa relaciona a opcionalidade na ordem dos constituintes e a possibilidade de ausência de concordância com verbos inacusativos e sugere que, no PE coloquial, o DP argumento de um verbo inacusativo não necessariamente é licenciado através de Caso nominativo: quando o DP fica em posição pós-verbal e não dispara concordância, como em (103b), isso indica que recebeu Caso partitivo em sua posição de base e não precisa se mover; já quando o DP se move, é porque não recebeu Caso inerente em sua

---

<sup>230</sup> Adaptado dos exemplos (17) e (18), p. 7-8, e (26), p. 11, de Costa (2001).

<sup>231</sup> (i) a concordância entre sujeito e verbo é indicativa de que houve atribuição de Caso nominativo; (ii) sujeitos pós-verbais de inacusativos podem ser licenciados por outros Casos que não o nominativo (cf. Belletti, 1988); (iii) a variação intralingüística pode ser devida a propriedades específicas dos itens lexicais.

posição de base (lembrando que essa opcionalidade é lexical); devido ao movimento, a concordância é obrigatória. Ou seja: para Costa (2001), não há um pronome nulo, expletivo ou referencial, nas sentenças (101); a ausência de concordância é consequência da atribuição de Caso partitivo inerente ao DP em posição pós-verbal. Isso explica por que, apesar de a inversão ser possível com todos os tipos de verbos quando o sujeito é focalizado, apenas com um subtipo de verbos – os inacusativos – existe a possibilidade de que não se estabeleça a concordância. A diferença entre italiano e PE é, então, o efeito que o Caso inerente<sup>232</sup> tem sobre um DP.

A análise de Costa não dá conta do caso em (103a), em que um DP pós-verbal dispara concordância no verbo. Para esses casos, o autor assume que há atribuição de Nominativo, mesmo sem que haja movimento (ou, ao menos, movimento aberto; uma das possibilidades assumidas pelo autor é que haja movimento encoberto do DP).

Da mesma forma, as análises de Belletti (2009b) e Kato (2000b) não dão conta dos casos em que temos concordância entre um verbo inacusativo e um DP pós-verbal em PB. Vimos no capítulo 1 que essas ocorrências, típicas do PB1, são atestadas em contexto de fala espontânea e julgadas aceitáveis por falantes escolarizados. Uma possibilidade seria assumir que os falantes do PB1 ainda possuem em sua gramática um *pro* referencial, a exemplo do italiano; contudo, a frequência de sujeitos nulos é muito baixa, mesmo entre falantes escolarizados (cf. Duarte, 1995). Logo, seria necessário abrir mão da correlação entre sujeitos nulos e *pro* referencial estabelecida por Belletti. Outra possibilidade, aventada pela própria autora, seria assumir que o PB possui tanto um *pro* expletivo quanto um *pro* referencial, mas nesse caso teríamos de explicar por que esse *pro* referencial não licencia a ordem V DP com todos os tipos de verbos, tampouco construções com sujeitos nulos em sentenças matriz.

### 3.3.2 As construções V DP como inversões locativas

Vimos no capítulo 1 que Costa et. al. (2002) apresentam uma análise diferente para sentenças como (67), em que o verbo inacusativo não concorda em número com o DP pós-verbal no PE. Naquele trabalho, essas construções são tratadas como inversões locativas, pois como vimos, em PE é possível não haver concordância em construções de foco de identificação (como (67)), mas não em construções de foco informacional<sup>233</sup>:

---

<sup>232</sup> Essa também é a proposta desta tese, como discutimos no capítulo 2.

<sup>233</sup> Exemplo (33), p. 42 de Costa e Figueiredo Silva (2006).

- (104) A: Quem é que chegou?  
B: (i) ?? Chegou os alunos.  
(ii) Chegaram os alunos.

Segundo Costa et. al. (2002), as construções de foco informacional como (104) não contam com um expletivo na posição de sujeito, o que faz com que a concordância com o argumento seja obrigatória; já nos casos de inversão locativa, como há dois candidatos para a concordância (o associado e o expletivo nulo), há variação.

Também Manzini e Savoia ressaltam que a ausência de concordância entre verbo e sujeito pós-verbal implica uma interpretação de foco, e relacionam a ausência de concordância e a focalização ao fato de que geralmente essas sentenças contêm uma expressão locativa:

Especially keeping in mind that locative clitics are not otherwise lexicalized, one may wonder why they would crop up in postverbal subject sentences, a sentence type which can in fact also subsume the existential. [...] As we may expect, the obligatory presence of locatives in inversion sentences is not an isolated behavior. [...] Following much literature on focus, we may assume that the focusing of the postverbal subject is either facilitated or made possible at all by the lexicalization of definite specifications anchored at the universe of discourse, which effectively provides a topic-like informational ‘subject’ for the sentence. The locative clitic simply provides such specifications. (Manzini e Savoia, 2007, p. 71)

Pilati (2006) compara as características das sentenças com sujeito pós-verbal em italiano, descritas por Belletti, às sentenças com ordem V DP do PB e nota que há grandes semelhanças entre as duas línguas; dentre elas, a marcação de foco à direita, a maior restrição à ordem VSO, o uso de VOS quando VO é dado ou previsível no contexto e o uso de VSCP com verbos *dicendi*. Entretanto, a despeito da semelhança observada entre as duas línguas, Pilati (2006) rejeita uma análise em termos do *big DP* para as construções V DP do PB, em especial porque, segundo ela, não há evidência de que um DP entre na derivação como um *big DP* no PB<sup>234</sup>. Ela propõe que as construções V DP do PB são inversões locativas, seguindo a análise de Pinto (1997) para o italiano.

Muitos autores já mostraram que a ordem não-marcada para sentenças com verbos como *arrivare* (chegar) e *venire* (vir) em italiano é V DP, mas que isso não é verdade para

---

<sup>234</sup> Dentre os outros problemas apontados por Pilati (2006) para a análise do *big DP* estão a posição dos advérbios nas sentenças do italiano analisadas por Belletti e o fato de a análise dessa autora excluir categoricamente a possibilidade de ordem VSO nas línguas naturais, o que não é empiricamente adequado uma vez que línguas como o espanhol e o grego apresentam essa possibilidade.

todos os verbos monoargumentais, pois verbos como *fumare* e *dormire* têm com ordem não-marcada a ordem DP V<sup>235,236</sup>:

- (105) A: Cosa succede?  
          ‘O que tá acontecendo?’  
      B: Arriva Maria.  
          ‘Tá chegando a Maria.’  
      B’: #Dorme Maria.  
          ‘Tá dormindo a Maria.’

- (106) A: Chi dorme?  
      B: Dorme Maria.

Tortora (2001), seguindo Benincà (1988), sugere que verbos como *arrivare* e *telefonare* selecionam opcionalmente um argumento locativo implícito *pro-loc*. Quando selecionado, esse argumento se move para a posição de sujeito e gera a interpretação não-marcada da ordem VS. A presença desse argumento está relacionada a uma interpretação orientada para o falante: a sentença (105B) só pode significar que a Maria está chegando onde o falante está, e não em outro lugar<sup>237</sup>.

Tortora propõe a seguinte estrutura (107a) para quando o *pro-loc* é selecionado; (107b) é a estrutura da sentença (105B)<sup>238</sup>:

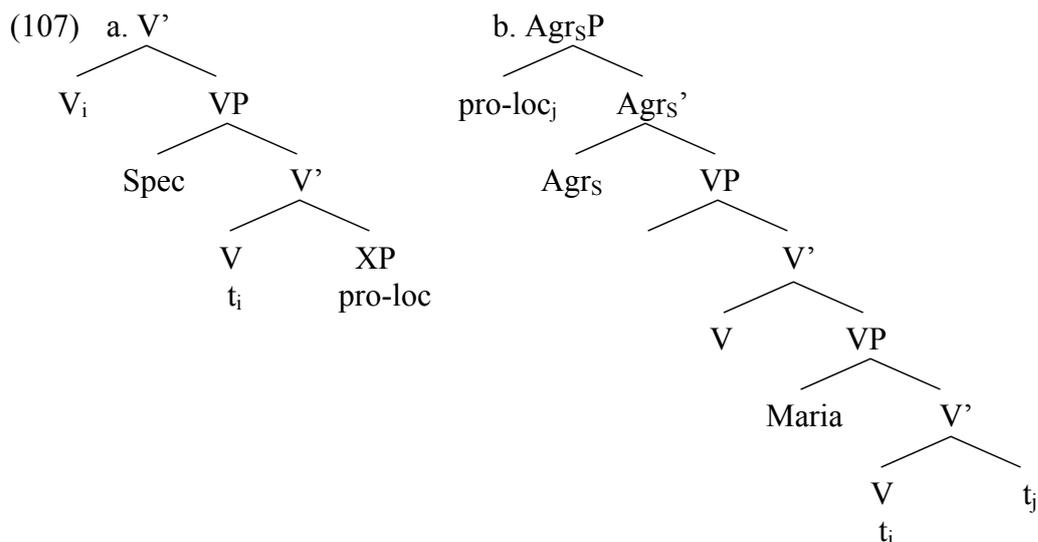
---

<sup>235</sup> Vimos acima que a descrição de Costa (2001) evidencia que o mesmo é verdade para o PE.

<sup>236</sup> Exemplos (1) e (2), p. 313 de Tortora (2001).

<sup>237</sup> Uma restrição semelhante parece operar também no PB. Imagine o seguinte contexto: sabemos que o João ia viajar para Nova York ontem, mas não temos certeza da hora em que chegaria lá. Podemos perfeitamente perguntar “Será que o João já chegou?”, mas “Será que já chegou o João?” não é adequado.

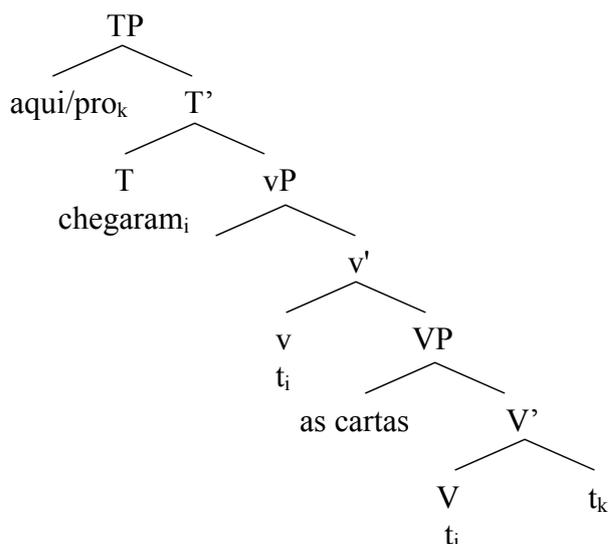
<sup>238</sup> Estruturas (25) e (26), p. 323 de Tortora (2001).



Tortora ressalta que a mesma sentença pode ter uma interpretação de foco estreito; nesse caso, o *pro-loc* não é selecionado e a sentença não tem interpretação necessariamente voltada para o falante. Ela ressalta que às duas diferentes interpretações não são atribuídas curvas entoacionais distintas.

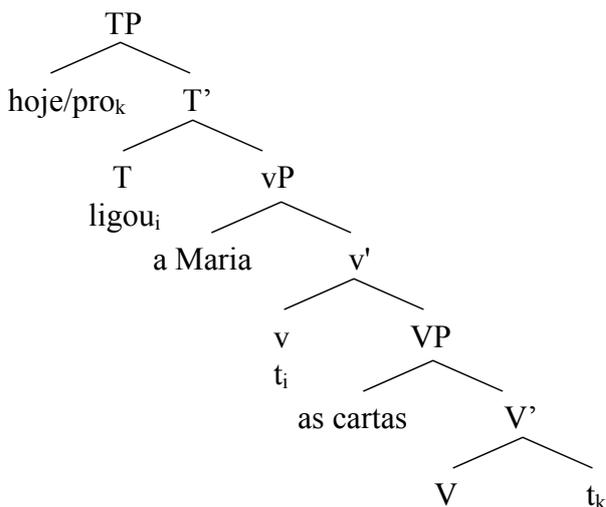
Pilati (2006) adota uma análise semelhante para as sentenças com ordem V DP no PB. Ela afirma que o verbo pode selecionar um argumento locativo nulo ou preenchido, que deve ser movido para Spec,TP, e propõe as seguintes estruturas para sentenças com verbos inacusativos e inergativos<sup>239</sup>:

(108) (Aqui) chegaram as cartas.



<sup>239</sup> Exemplos (78) e (79), p. 213 de Pilati (2006).

(109) (Hoje) ligou a Maria.



Pilati (2006) não discute como se estabelece a concordância nessas construções, tampouco relaciona as inversões locativas a (potenciais) enfraquecimentos na manifestação da concordância. Quanto à interpretação das sentenças, Pilati defende que são construções de foco identificacional, pois segundo Nascimento (1984) as sentenças com ordem V DP têm interpretação de lista, que por envolver uma relação de inclusão, seria incompatível com foco informacional.

### 3.3.3. *Qual é o foco das sentenças V DP?*

Após essa intensa discussão, parece consensual que as sentenças com ordem V DP no PB estão associadas a uma estrutura informacional particular que possivelmente envolve algum tipo de focalização. Essa conclusão é bem-vinda face à discussão do capítulo 2 e à conclusão de que a ordem V DP ou DP V deveria ser gerada a partir do apagamento de cópias.

A má notícia é que o consenso parece parar por aí. Como vimos ao longo do capítulo, enquanto a maioria dos autores concorda que a posição pós-verbal dessas construções envolve algum tipo de focalização, tende a ser preenchida por sintagmas indefinidos e/ou não-específicos, e tende a veicular informação nova, cada autor “batiza” essas generalizações de forma diferente.

Vimos acima que para Costa et. al. (2002) apenas as sentenças do PE com ordem V DP que não manifestam concordância são inversões locativas, cuja interpretação é de foco identificacional. Também para Pilati (2006), as construções V DP do PB são inversões

locativas e têm interpretação de foco identificacional. Manzini e Savoia, por sua vez, notam que há uma correlação entre a focalização de um sujeito pós-verbal, a ausência de concordância entre sujeito e verbo e a presença de um elemento locativo em posição pré-verbal.

Já Viotti (2007) defende que ambos os casos de ordem V DP abaixo são sentenças de foco apresentacional, quer manifestem concordância, quer não<sup>240</sup>:

- (110) a. Chegaram umas cartas hoje cedo.  
b. Foram descobertas novas ruínas romanas em Paris.
- (111) a. Chegou umas cartas hoje cedo.  
b. Foi descoberto novas ruínas romanas em Paris.

Também Quarezemin (2005) afirma que um sujeito com interpretação de foco pode receber foco em posição pós-verbal no PB; para ela, exemplos como (115) e (116) são casos de foco informacional. Já Kato (2000a) diferencia o estatuto informacional de sentenças com DPs pospostos: sentenças com DPs indefinidos são consideradas sentenças de foco largo, sentenças com DPs definidos são consideradas sentenças de foco estreito. Para Kato, as sentenças com ordem V DP do PB são construções expletivas. Coelho e Figueiredo Silva (2001) também notam que sentenças com DPs definidos pós-verbais têm uma exigência de exaustividade que não se aplica necessariamente aos DPs indefinidos na mesma posição.

Kiss (1998) ressalta que os foco identificacional e o foco de informação são freqüentemente confundidos na literatura. Ela define foco identificacional como “a subset of the set of contextually or situationally given elements for which the predicate phrase can potentially hold; it is identified as the exhaustive subset for which the predicate phrase actually holds” (p. 245), em oposição ao foco de informação, que é a parte da sentença que “conveys new, nonpresupposed information marked by one or more pitch accents – without expressing exhaustive identification performed on a set of contextually or situationally given entities” (p. 246).

O foco identificacional, também chamado de foco contrastivo ou foco estreito, semanticamente representa o valor de uma variável presa por um operador abstrato que expressa identificação exaustiva. Sintaticamente, o constituinte identificado como foco

---

<sup>240</sup> Exemplos (48) e (49), p. 153 de Viotti (2007).

identificacional age como um operador, se movendo para uma posição de onde toma escopo (no especificador de uma projeção funcional) e prendendo uma variável. Já o foco de informação não pressupõe movimento e não toma escopo; ele apenas marca a natureza não-pressuposta da informação que veicula.

Kiss ressalta também que, em húngaro, elementos pós-verbais tendem a ser interpretados como foco de informação, como mostram os exemplos abaixo<sup>241</sup>:

- (112) a. Mari egy kalapot nézett ki magának.  
Maria um chapéu.ACC escolheu ela-mesmaACC  
'Foi um chapéu que a Maria escolheu.'
- b. Mari nézett ki magának egy kalapot.  
'A Maria escolheu um chapéu.'

Kiss nota ainda que o foco identificacional em línguas como italiano e romeno é, além de [+exaustivo], [+contrastivo]. Além disso, nessas línguas o foco identificacional ocupa uma posição pré-verbal, enquanto o foco de informação é pós-verbal<sup>242</sup>. Devido ao traço [+contrastivo], uma pergunta *wh* como (113a) não pode ser respondida com (113c), a menos que o domínio da palavra *wh* esteja contextualmente delimitado. Já quanto a pergunta delimita o conjunto de indivíduos, a resposta com o elemento focalizado em posição pré-verbal é boa<sup>243</sup>:

- (113) a. Chi ha rotto il vaso?  
'Quem quebrou o vaso?'
- b. Il vaso, l'ha rotto Maria.  
'O vaso, a Maria quebrou.'
- c. \*Maria ha rotto il vaso.  
'Foi a Maria que quebrou o vaso.'

---

<sup>241</sup> Exemplos (8), p. 249 de Kiss (1998).

<sup>242</sup> Note que essa descrição casa bem com a proposta de Belletti (1999) quanto às diferentes posições sintáticas dos tipos de foco.

<sup>243</sup> Exemplos (72) e (73), p. 269 de Kiss (1998).

- (114) a. Chi di voi due ha rotto il vaso?  
‘Quem de vocês quebrou o vaso?’  
b. Maria ha rotto il vaso.  
‘Foi a Maria que quebrou o vaso.’

Mioto (2003) propõe que o foco identificacional/contrastivo é sempre associado à projeção de foco da periferia esquerda da sentença, seguindo Rizzi (1997) e Belletti (1999). Ele mostra que o foco de informação corresponde à resposta a uma pergunta *wh*, como mostram os pares em (115)<sup>244</sup>:

- (115) a. A: O que o João comprou?  
B: O João comprou um carro.  
b. A: O que aconteceu?  
B: O João comprou um carro.

Já uma sentença como (116c) é uma boa resposta a uma pergunta como (116a), mas não (116b)<sup>245</sup>:

- (116) a. O que foi que o João comprou?  
b. O que o João comprou?  
c. Foi um carro e um automóvel que o João comprou.

Os exemplos dados pelo autor, assim como as glosas dos exemplos de Kiss, mostram que o foco identificacional, além de ser gerado por movimento, tende a aparecer em sentenças clivadas, pseudoclivadas e afins. Evidentemente, uma sentença como (115a) pode ser interpretada como uma sentença de foco identificacional, mas apenas em um contexto que favoreça essa leitura, como por exemplo se for seguida por (117b):

- (117) a. O João comprou aquele carro.  
b. ... e não aquele avião.

---

<sup>244</sup> Exemplos (5) e (6), p. 172 de Mioto (2003).

<sup>245</sup> Exemplos (8) e (9), p. 174-175 de Mioto (2003).

Nesse caso, temos que assumir que *aquele carro* está movido para Spec,FocP da periferia esquerda da sentença, e que o restante da sentença se moveu para uma projeção de tópico alojada mais acima.

Assim, vemos que o foco identificacional parece pouco adequado para descrever o tipo de estrutura informacional veiculada pelas sentenças com ordem V DP, ao menos no caso geral. Assumiremos, ao menos até encontrarmos evidência em contrário, que essas sentenças envolvem foco apresentacional, foco de informação ou foco largo.

### **3.4 Conclusão**

Vimos nesse capítulo que a ordem V DP no PB, apesar de mais restrita do que em línguas de sujeito nulo como PE, italiano e espanhol, apresenta características semelhantes a essas línguas. Em particular, foi possível notar que, embora os autores se dividam quanto à possibilidade de inversão de sujeito com verbos que não os inacusativos, há quase que uma unanimidade em atribuir a essas construções um estatuto informacional diferenciado, relacionado à focalização. Vimos também que a estrutura informacional veiculada por essas sentenças se aproxima mais de um foco apresentacional do que de foco identificacional.

No próximo capítulo, retomaremos os dados de construções passivas do PB, procurando identificar a estrutura informacional que a elas corresponde. Além disso, discutiremos a derivação dessas sentenças, retomando os dados do capítulo 1, as conclusões do capítulo 2 e a hipótese da periferia baixa de Belletti discutida neste capítulo.

## 4. CONSTRUÇÕES PASSIVAS E ORDEM V DP NO PB

Discutimos no capítulo anterior a estrutura informacional das sentenças inacusativas com argumentos pré e pós-verbais. Neste capítulo, discutiremos o efeito de definitude e sua relação com a estrutura informacional das passivas, e também os tipos de nominais que podem figurar nessas construções e os tipos de juízos expressos elas. Discutiremos também a relação entre a concordância *default* e a estrutura informacional.

### 4.1 As passivas e o Efeito de Definitude

Vimos no capítulo anterior que Belletti (1999) propõe que sintagmas definidos e indefinidos são licenciados de formas distintas em posição pós-verbal de verbos inacusativos: DPs indefinidos são licenciados *in situ* através da atribuição de Caso partitivo inerente, enquanto DPs definidos são licenciados numa projeção de foco baixa. Devido à focalização, os DPs definidos devem estar em posição final; quando isso não ocorre, observa-se que as sentenças são marginais. Essa é, segundo Belletti, a origem do Efeito de Definitude.

Vimos também que segundo Coelho e Figueiredo Silva (2001) temos o mesmo contraste no PB. Vamos agora retomar os dados das construções passivas, objeto desta pesquisa, para verificar se de fato se comportam como os inacusativos.

As sentenças (1) evidenciam que um sintagma nominal definido soa marginal quando permanece em sua posição de base, o que corrobora a análise de Belletti (1999) e Coelho e Figueiredo Silva (2001):

- (1) a. ?Foi processado o jornal por difamação.
- b. ?Foi censurado o Estadão pela família Sarney.

Em relação aos indefinidos, a expectativa é que a presença de um PP não tenha efeito sobre a aceitabilidade da sentença. Contudo, observamos que, numa comparação direta entre os conjuntos de sentenças (1) e (2), uma parte significativa dos falantes consultados considera que não há diferenças significativas entre elas:

- (2) a. ?Foi processado um jornal por difamação.
- b. ?Foi processado um médico por negligência.

O que observamos foi que a maioria dos nossos informantes tende a preferir todas as sentenças sem os PPs, como nos exemplos a seguir:

- (3) a. Foi processado o jornal.
- b. Foi censurado o Estadão.
- c. Foi processado um jornal.
- d. Foi processado um médico.

Observamos também que a presença de um PP interno ao DP não muda a aceitabilidade de (3):

- (4) a. Foi processado o jornal de São Paulo.
- b. Foi censurado o Estadão.
- c. Foi processado um jornal famoso/de grande circulação.
- d. Foi processado um médico do Clínicas.

Os exemplos em (5) mostram que o mesmo vale para nomes próprios:

- (5) a. ?Foi chamado o Ben Hur na sala da Evani.
- b. Foi chamado o Ben Hur.
- c. Foi chamado o Ben Hur do departamento.

Em vista das respostas que obtivemos na comparação entre sentenças com definidos e indefinidos, levantamos a hipótese de que o problema poderia ser a falta de contexto para as sentenças. Por isso, procuramos fornecer um pequeno contexto junto com as sentenças com DPs definidos e indefinidos, seguidos ou não de PPs. Notamos que a aceitabilidade das sentenças sem PPs não se alterou significativamente:

- (6) a. ... e aí no meio da confusão acabou que foi processado o tal jornal de São Paulo.
- b. ... e por causa da política até foi censurado o Estadão.
- b. ... e no fim foi processado até um médico do Clínicas.

Mas o mesmo não aconteceu em relação às sentenças com os PPs<sup>246</sup>:

- (7) a. ? ... e aí no meio da confusão acabou que foi processado o tal jornal por difamação.
- b. ? ... e por causa da política até foi censurado o Estadão pela família Sarney.
- c. ? ... e no fim até foi processado um médico por negligência.

Para confirmar essa intuição, testamos também sentenças com outras especificações morfológicas, pois o uso do masculino singular poderia ser tratado como um caso de Caso inerente. Mesmo com outras especificações morfológicas, obtivemos os mesmos resultados, que exemplificamos abaixo com o padrão de concordância parcial e DPs femininos plurais:

- (8) a. ?Foram demitida todas as jornalista por justa causa.
- b. ?Foram processada aquelas revista por difamação.

Novamente, vemos que a presença dos PPs torna as sentenças marginais. E novamente, não há diferença significativa com DPs indefinidos:

- (9) a. ?Foram demitida umas jornalista por justa causa.
- b. ?Foram processada muitas enfermeira por maus-tratos.

Mais uma vez, a remoção dos PPs melhora a aceitabilidade das sentenças:

- (10) a. Foram demitida todas as jornalista.
- b. Foram processada aquelas revista.
- c. Foram demitida umas jornalista.
- d. Foram processada muitas enfermeira.

E a presença de um PP interno ao DP não altera o julgamento atribuído às sentenças:

---

<sup>246</sup> Estamos nos referindo à pronúncia das sentenças com entonação neutra. Um acento contrastivo salva todos os exemplos, mas nesse caso, como vimos no capítulo 3, a estrutura sintática das sentenças não é a mesma.

- (11) a. Foram demitida todas as jornalista da Hora do Povo.
- b. Foram processada aquelas revista de fofoca.
- c. Foram demitida umas jornalista da Hora do Povo.
- d. Foram processada muitas enfermeira do Clínicas.

Mais uma vez, a inserção das sentenças num contexto torna as sentenças sem os PPs mais naturais:

- (12) a. ... e aí depois daquela matéria escandalosa foram demitida todas as jornalista.
- b. ... por causa desse babado que foram processada aquelas revista de fofoca.
- c. ... até foram demitida umas jornalista da Hora do Povo pra ver se a coisa melhora, mas tá difícil.
- d. ... depois daquela primeira denúncia, eu soube que foram processada muitas enfermeira do Clínicas.

E, mais uma vez, o contexto não melhora a aceitabilidade das sentenças com os PPs:

- (13) a. ?... e aí depois daquela matéria escandalosa foram demitida todas as jornalista da Hora do Povo por justa causa.
- b. ?... por causa desse babado que foram processada aquelas revista por difamação.
- c. ?... até foram demitida umas jornalista por justa causa, pra ver se a coisa melhora, mas tá difícil.
- d. ?... depois daquela primeira denúncia, eu soube que foram processada muitas enfermeira do Clínicas por maus-tratos.

Vemos então que a proposta de Belletti (1999) encontra algum respaldo no PB: sintagmas nominais definidos só podem permanecer em posição pós-verbal se forem o último elemento da sentença:

- (14) a. ?Foi censurado o Estadão pela família Sarney.
- b. ?Foram demitidas todas as jornalistas por justa causa.
- (15) a. Foi censurado o Estadão.
- b. Foram demitidas todas as jornalistas (da Hora do Povo).

Por outro lado, constatamos que o mesmo vale para os DPs indefinidos, o que é inesperado no modelo de Belletti:

- (16) a. ?Foi processado um médico por negligência.  
b. ?Foram processadas umas jornalistas por justa causa.
- (17) a. Foi processado um médico do Clínicas.  
b. Foram processadas umas jornalistas.

Os julgamentos sobre esse ponto são bastante sutis. Contudo, vemos que há uma diferença significativa entre os julgamentos encontrados durante nossa pesquisa e os julgamentos reportados por Belletti (1999) para o italiano, que parecem mais consistentes (no sentido de que as sentenças com PPs seguindo DPs definidos são sempre menos preferidas tanto em relação às sentenças sem os PPs quanto em relação às sentenças com DPs indefinidos seguidos de PPs). Os julgamentos encontrados também vão contra Coelho e Figueiredo Silva (2001) e indicam que hipótese de Belletti (1999) segundo a qual DPs definidos em posição pós-verbal são licenciados na projeção de Foco da periferia esquerda de VP, enquanto DPs indefinidos são licenciados através de Caso partitivo inerente, não deve se aplicar para o PB: o que quer que licencie um tipo de DP deve também licenciar o outro.

O resultado a que chegamos quanto ao julgamento dos dados acima pode levar à conclusão de que o PB não está sujeito ao efeito de definitude. Contudo, se esse fosse o caso, o esperado seria que as sentenças em (16) fossem consideradas igualmente boas, não igualmente marginais. A marginalidade de (16), e em especial de (16b), levanta a possibilidade de que o julgamento atribuído a essas sentenças não esteja relacionado à definitude, mas a algum outro fator.

Vimos no capítulo anterior que, segundo Manzini e Savoia (2007), há línguas em que o efeito de definitude não é operante, ou seja, em que os sujeitos pós-verbais podem ser definidos ou indefinidos. Dentre essas, algumas apresentam obrigatoriedade de concordância quando o sujeito pós-verbal é definido, mas opcionalidade quando o sujeito é indefinido. Manzini e Savoia tomam esse fato como indicativo de que o traço relevante para o estabelecimento da concordância é a especificidade. Na próxima seção, discutiremos a relevância desse fator para a possibilidade de permanência de um DP indefinido em posição pós-verbal com passivas no PB.

#### 4.1.1 A interpretação dos sintagmas indefinidos

Muitos autores têm demonstrado que há sintagmas indefinidos fracos e sintagmas indefinidos fortes. Milsark (1974), ao tratar das sentenças existenciais em inglês, divide os sintagmas nominais entre fracos e fortes, sendo os fracos aqueles que podem figurar em construções existenciais:

- (18) a. There is a/no cat in the garden.  
b. There are some/three/no/few/many/at least two cats in the garden.  
c. \*There are all/most/both cats in the garden.  
d. \*There is the/every/neither cat in the garden.

De Hoop (1996) mostra que é possível termos leituras “fortes” de indefinidos, como exemplificado em (19) (leituras genéricas) e em (20) (leituras referenciais):

- (19) Um unicórnio é branco.  
  
(20) a. Uma prima minha tá grávida.  
b. Um certo gato comeu todo o queijo.

De Hoop também ressalta que alguns indefinidos<sup>247</sup> são ambíguos entre uma leitura existencial (fraca) e uma leitura partitiva (forte): enquanto em (21) *alguns unicórnios* só tem interpretação fraca, em (22a) essa expressão pode receber uma leitura forte, equivalente a *alguns dos unicórnios*:

- (21) Tem alguns unicórnios no jardim.  
  
(22) a. Alguns unicórnios apareceram no horizonte.  
b. Apareceram alguns unicórnios no horizonte.

---

<sup>247</sup> Dentre eles estão os que contêm os determinantes *muitos*, *poucos*, *alguns* e numerais, como *cinco unicórnios*.

Por outro lado, se a expressão *alguns unicórnios* em (22a) pode ser interpretada como partitiva, em (22b) essa leitura parece excluída, ou ao menos um tanto mais difícil de ser obtida.

Dentre as leituras fortes dos indefinidos, De Hoop (1996) aponta a leitura referencial (23a), a leitura partitiva (23b) e a leitura genérica (23c), e nota que Enç (1991) trata todos esses casos como casos de indefinidos específicos<sup>248</sup>:

- (23) a. Uma irmã do Pedro que mora na Bahia foi assaltada ontem.  
b. Alguns dos gatos vieram parar no quintal.  
c. Um unicórnio é branco.

Para De Hoop (1996), a força (ou não) de um indefinido não vem exclusivamente do tipo de determinante (*um, três, muitos* vs. *todos, a maioria, ambos*), mas do tipo de determinante combinado à estrutura sintática; por isso, a autora se refere às leituras exemplificadas em (23) como leituras fortes. Ela nota ainda que indefinidos fracos podem ter leituras fortes; por exemplo, predicados de indivíduo forçam leituras fortes de seus sujeitos:

- (24) a. Um amigo meu é paleontologista. [referencial]  
b. Dois peixes são pretos. [partitiva]  
c. Peixes são vertebrados. [genérica]  
d. Três fósseis são mais caros que dois. [coletiva genérica]

Além dos indefinidos fracos, há também os definidos fracos. De forma geral, os definidos fracos são sintagmas nominais definidos que tendem a permanecer dentro do VP, normalmente são regidos por preposição e têm sempre o escopo mais baixo possível. As sentenças em (25) trazem alguns exemplos:

- (25) a. O João foi no supermercado.  
b. Todo dia eu pego o trem pra vir pra faculdade.  
c. A Maria tá no hospital.

---

<sup>248</sup> A leitura específica dos indefinidos também tem sido associada à leitura gerada quando o indefinido tem escopo largo.

O que há de comum entre todos esses exemplos é que *o supermercado, o trem e o hospital* não se referem a um supermercado, trem ou hospital específico. É como se a identidade do supermercado, trem etc. não fossem tão relevantes no contexto (cf. Klein et. al., 2006). Além disso, os definidos fracos são sempre ambíguos entre a leitura fraca e uma leitura referencial “normal”.

Assim, vemos que tanto os definidos fracos quanto os indefinidos fracos gostam de permanecer internamente ao VP e são não-específicos.

A maioria das análises dos nominais fracos define esses elementos como elementos que permanecem no VP (DE HOOP, 1996; CARLSON, 2003). Para Carlson, a leitura fraca dos nominais (indefinidos e definidos, cf. Klein et. al., 2006) está relacionada a algum tipo de incorporação (sintática ou semântica); já para De Hoop, tanto a interpretação fraca quanto a possibilidade de incorporação estão relacionadas à existência de dois tipos de Caso estrutural: o Caso forte e o Caso fraco. Para ela, há

“... several indications in favour of the idea that Belletti’s inherent partitive Case, Vainikka’s structural default Case, Kornfilt’s abstract structural Case, and Bok-Bennema’s structural accusative Case are different terms for one and the same thing: a weak objective Case that is default licensed in a structural position, a type of Case that should be distinguished from strong Case as well as from lexical oblique Case. [...] I take weak Case to be a syntactic Case that is not weak in the sense that it is related to a specific  $\theta$ -role, but in the sense that it is default related to a certain syntactic position or configuration. [...] [G]overnment by a transitive verb can license weak Case; some transitive verbs can only license strong Case. Most transitive verbs seem to be able to alternate between licensing either weak or strong Case.” (De Hoop, 1996, p. 77).

Assim, o Caso fraco só pode ser licenciado na posição de base e não pode ser herdado por movimento; logo, há uma relação direta entre ausência de movimento e atribuição de Caso fraco; caso um DP marcado com Caso fraco se mova<sup>249</sup>, perderá o Caso fraco<sup>250</sup>. Elementos incorporados sintática ou semanticamente, ou pseudo-incorporados, recebem Caso fraco, assim como o argumento das passivas e inacusativos pode recebê-lo.

A atribuição de Caso fraco ou forte está, então, diretamente relacionada à interpretação fraca ou forte de um elemento nominal e à sua posição na sentença. Ou, melhor

---

<sup>249</sup> Assim como no Caso inerente, a adjacência entre o elemento atribuidor de Caso fraco e o elemento que recebe o Caso é um fator importante; contudo, a autora ressalta que em línguas como o holandês pode haver material intervindo entre verbo e objeto.

<sup>250</sup> Uma discussão detalhada de todos os fenômenos envolvidos na atribuição de Caso fraco foge ao escopo deste trabalho; mesmo assim, gostaríamos de destacar que, assim como os predicados de indivíduo, também os objetos que sofrem *scrambling* são necessariamente associados a uma leitura forte. Essa observação terá conseqüências para o capítulo 5.

dizendo, a atribuição de Caso fraco está diretamente relacionada à interpretação fraca de um nominal, que permanece dentro do VP. Como vimos acima, nada impede que um indefinido fraco tenha leitura forte; nesses casos, crucialmente, o indefinido não permanece no VP e não retém o Caso fraco que porventura tenha recebido.

A partir da distinção entre Caso fraco e Caso forte, cogitamos a possibilidade de a rejeição dos sintagmas indefinidos em posição pós-verbal das passivas estar relacionada ao emprego de indefinidos fortes e/ou potencialmente ambíguos em nossos testes. Na próxima seção, discutiremos a aceitabilidade de sentenças passivas com DPs pós-verbais fracos e sua relação com o Caso fraco.

#### 4.1.2 *Nominais fracos e a posição pós-verbal da passiva*

Müller (2002a) defende que o indefinido singular no PB é um indefinido heimiano, ou seja, uma variável livre, cuja interpretação existencial ou genérica é determinada através da Hipótese do Mapeamento<sup>251</sup>, proposta por Diesing (1992) e definida da seguinte forma:

(26) *Hipótese do Mapeamento (Diesing, 1992):*

- a. Material do VP é mapeado no escopo nuclear.
- b. Material de fora do VP é mapeado na restrição.

Diesing propõe que os sujeitos de predicados de indivíduo, como *ser inteligente*, são gerados fora do VP e coindexados a um PRO na posição de [Spec,VP]; por isso, não podem ser reconstruídos e recebem sempre interpretação genérica. Já os sujeitos de predicados de estágio, como *estar doente*, são gerados em [Spec,VP] e posteriormente movidos para [Spec,IP] para receber Caso. Esses sujeitos, diferente dos sujeitos de predicados de indivíduo, podem ser reconstruídos em sua posição de base, podendo portanto, em princípio, gerar sentenças ambíguas entre uma leitura genérica e uma leitura existencial do sujeito.

Aplicando essa hipótese aos indefinidos singulares do PB, Müller (2002a) mostra que esses elementos, quando usados como sujeito de predicados de indivíduo, se comportam conforme o esperado, ou seja, têm apenas leitura genérica<sup>252</sup>:

---

<sup>251</sup> A hipótese do mapeamento, sua aplicação e conseqüências serão melhor discutidas no capítulo 5.

<sup>252</sup> Exemplo (48), p. 302 de Müller (2002a).

(27) Um lingüista é inteligente.

‘Geralmente um lingüista é inteligente.’ / #’Tem um lingüista que é inteligente.’

Já quando combinado a um predicado de estágio, o indefinido singular pode ter leitura genérica ou existencial<sup>253</sup>:

(28) Um médico anda trabalhando muito ultimamente.

‘Ultimamente, se é médico, anda trabalhando muito.’ / ‘Tem um médico trabalhando muito ultimamente.’

Ao investigarmos o porquê da rejeição a sentenças como (16b), notamos, para nossa surpresa, que sintagmas indefinidos como “um médico” também foram considerados “estranhos” em sentenças como as discutidas por Müller, em que o indefinido ocupa a posição de sujeito. Por exemplo, no caso nos predicados de estágio, notamos que a maioria dos falantes consultados não considera sentenças como (28) naturais, ou as sentenças mais naturais possíveis: para todos eles, a expressão da leitura genérica requer (ou soa mais natural com) um singular nu contável no lugar do indefinido singular, enquanto a forma preferida para expressão da leitura existencial é a construção existencial empregada na paráfrase.

A partir da discussão acima sobre a interpretação forte dos indefinidos e a posição sintática por eles ocupada, testamos novamente a aceitabilidade dos dados de indefinidos em posição pós-verbal de passivas, dessa vez empregando indefinidos fracos. Os resultados evidenciaram que as sentenças com esses sintagmas não foram consideradas marginais pelos falantes consultados<sup>254</sup>:

- (29) a. Foram processado pelo menos dois jornal por difamação.  
b. Foram investigadas três danceterias pela vigilância sanitária.  
c. Foi fechado pelo menos um restaurante por más condições de higiene.  
d. Foram processadas várias revistas por justa causa.  
e. Foram fechadas cinco filiais devido ao corte de gastos.  
f. Foram processada umas tantas enfermeira por maus-tratos.

---

<sup>253</sup> Exemplo (53), p. 303 de Müller (2002a).

<sup>254</sup> Da mesma forma, passivas com definidos passíveis de serem interpretados como definidos fracos também se mostraram melhor aceitos pelos falantes consultados:

- (i) a. Foi processada a revistinha duma igreja por difamação.  
b. Antes da reunião, foi lido o jornal pra todo mundo se informar.

Por outro lado, vemos que o movimento desses sintagmas para a posição inicial da sentença também é julgado bem-formado:

- (30) a. Pelo menos dois jornal foram processado por difamação.  
b. Três danceterias foram investigadas pela vigilância sanitária.  
c. Pelo menos um restaurante foi fechado por más condições de higiene.

No capítulo 2, propusemos que as sentenças passivas com concordância plena e parcial são derivadas através do movimento do DP para [Spec,TP] (para checar um traço EPP, no modelo de Nunes (2007); para valorar seu traço de Caso, no modelo de Bošković (2007)) e posterior apagamento da(s) cópia(s) relevante(s). Com isso, as sentenças em (29) e (30) seriam geradas da mesma forma.

Atualizando a proposta de De Hoop (1996), gostaríamos de propor que nos casos de concordância parcial e plena com DPs *in situ* e movidos, não há atribuição de Caso fraco; por isso, o DP, seja ele fraco ou forte, deve se mover até [Spec,TP] para valorar seu traço de Caso. Nesses casos, a ordem é determinada por PF, e a potencial interpretação forte dos DPs advém do fato de esses elementos terem se movido. Já no caso das passivas com concordância *default*, gostaríamos de propor que há atribuição de Caso fraco, o que gera os efeitos de congelamento para fins de movimento e concordância observados no capítulo 2.

As assunções feitas a partir do funcionamento do Caso fraco e a relação entre Caso fraco e forte e presença ou não de movimento favorecem a adoção do modelo de Bošković (2007), discutido no capítulo 2. Isso porque naquele modelo a única motivação do DP para sair de dentro do VP é a checagem de Caso, diferente do modelo de Nunes (2007), em que o movimento ocorre por propriedades de T (o traço EPP). Nesse sentido, é interessante observar que, embora as sentenças com indefinidos fracos não apresentem diferenças quanto à aceitabilidade em relação à posição do DP, vimos que sentenças com indefinidos ambíguos entre uma leitura fraca e uma leitura forte, como “um médico”, sofrem estranhamento quando o DP é pronunciado em sua posição de base.

Essa situação evidencia duas coisas: em primeiro lugar, sintagmas como “um médico” tendem a ser interpretados como fortes no PB (mais especificamente, como específicos); em segundo lugar, o movimento dos DPs, que força uma interpretação forte e atribui Caso forte,

parece forçar também a permanência dos DPs (ou ao menos de alguns DPs<sup>255</sup>) na posição derivada. A manifestação da concordância, embora não seja fruto direto do movimento, também sinaliza que houve movimento do DP, pois a ausência de movimento se relaciona à atribuição de Caso fraco e ao conseqüente congelamento do DP para relações de concordância.

Ou seja: o fato de os indefinidos fortes terem necessariamente que sair do VP devido às suas propriedades enfraquece um modelo cujos movimentos são baseados num traço EPP. O fato de a interpretação forte ser preferida quando há concordância, sinalizando que não houve atribuição de Caso fraco e forçando, inclusive, a pronúncia da cópia mais alta dos indefinidos singulares canônicos, mostra que o movimento ocorre devido às propriedades do DP. Sendo assim, uma proposta como a de Bošković (2007), que além de ter a vantagem teórica de eliminar o EPP também captura justamente esse aspecto, parece mais adequada.

Quanto à estrutura informacional e ao efeito de definitude, vemos então que nominais fracos podem ser pronunciados internamente ao VP mesmo tendo se movido para receber Caso; nesses casos, a aceitabilidade da presença de um PP mostra que o DP é pronunciado em sua posição de base, o que é compatível com as características dos nominais fracos. Já nominais fortes (definidos e indefinidos) rejeitam a posição de [Comp,VP] seguida de PP, sendo bem-formados apenas quando são o último elemento da sentença, o que é compatível com uma análise de focalização estreita (cf. Kato, 2000; Miotto, 2003).

Na próxima seção, investigaremos se há alguma relação entre a possibilidade de concordância *default* com DPs pós-verbais nas sentenças passivas e a estrutura informacional dessas sentenças.

## 4.2 Relacionando estrutura informacional e concordância

Cardinaletti (2001) discute dados do dialeto italiano Anconetano, no qual um DP focalizado se comporta de forma diferente de um DP com leitura neutra em relação à concordância. Nesse dialeto, o verbo não concorda em número com um sujeito pós-verbal focalizado:

---

<sup>255</sup> O efeito encontrado com sintagmas como “um médico” não foi verificado com nenhum outro tipo de sintagma nominal definido examinado. Isso pode indicar que o uso dos indefinidos singulares está, de alguma forma, se especializando. Deixamos esse ponto em aberto, para pesquisa futura.

- (31) a. Ha fatto i bambini, il disegno.  
 fez os meninos o desenho  
 ‘Os meninos fizeram o desenho.’
- b. Ha fatto il disegno quei bambini li.  
 fez o desenho aqueles meninos ali  
 ‘Aqueles meninos ali fizeram o desenho.’

Quando o DP não é focalizado a concordância é obrigatória, mesmo que o DP esteja posposto ao verbo:

- (32) a. \*Ha fatto questo disegno, i bambini.  
 fez esse desenho os meninos
- b. Hanno fatto questo disegno, i bambini.  
 fizeram esse desenho os meninos  
 ‘Fizeram esse desenho, os meninos.’

Ou seja: não é a posição pré ou pós-verbal do DP sujeito que influencia a concordância, mas o fato de o sujeito ser focalizado.

Esses dados nos levam a levantar a hipótese de que também no PB haja uma correlação entre a ocorrência de concordância *default* com DPs pós-verbais em construções passivas e inacusativas e a focalização dos DPs envolvidos nessas construções. Na seção anterior, concluímos que os DPs permanecem em posição pós-verbal nessas construções quando são focalizados ou em contextos nos quais o foco recai sobre a sentença como um todo.

Em Simioni (2011), sugerimos que as sentenças passivas com concordância plena são estruturas de foco sentencial, enquanto as sentenças com concordância *default* são estruturas de foco dos DPs. Essa sugestão baseou-se nos dois conjuntos de exemplos a seguir:

- (33) A: O que (que) foi deixado na sala?  
 B: Foi deixado as provas.  
 B’: ?Foram deixadas as provas.  
 B’’: #As provas foram deixadas.

(34) A: Que coisas (que) foram deixadas na sala?

B. Foi deixado as provas.

B': Foram deixadas as provas.

B'': #As provas foram deixadas.

Notamos que nos dois exemplos a sentença B, com o DP em posição pós-verbal e concordância *default*, é a que responde melhor à pergunta contextualizadora A. A sentença B', que apresenta concordância, apesar de ser uma resposta adequada a (33A) em termos de estrutura informacional, parece ser marginalmente boa apenas. Mas quando a pergunta contextualizadora é flexionada como (34A), B' perde a marginalidade. Como o foco é a parte não-suposta de uma sentença, e a pergunta contextualizadora estabelece a informação suposta, assumimos que a pergunta contextualizadora mais adequada é (33A), uma vez que (34A), com concordância, parece pressupor algo sobre o elemento focalizado (no exemplo em discussão, por exemplo, que é feminino e plural).

Contudo, como vimos na seção anterior, há evidências de que a diferença entre construções passivas com foco no DP e com foco sentencial está diretamente relacionada à aceitabilidade de um PP sucedendo os DPs em posição pós-verbal. Nos exemplos acima, nenhuma das respostas para a pergunta contextualizadora contém um PP, pois ele está na suposição. A conclusão, portanto, é que tanto as sentenças com concordância plena quanto as sentenças com concordância *default* dos exemplos (33) e (34) podem ser sentenças de foco estreito. Vejamos então como se comportam os dois tipos de sentenças quando um PP é adicionado.

Comparando as sentenças em (35), observamos que, ao contrário do que vimos anteriormente, um DP definido é melhor aceito em posição pós-verbal seguido de um PP quando não há concordância:

(35) a. (?)Foi deixado as provas na sala.

b. ?Foram deixadas as provas na sala.

Já entre as sentenças em (36), nas quais o PP é parte do DP, não foram observadas diferenças de aceitabilidade entre os falantes consultados. Esse resultado é o esperado face à discussão da seção anterior:

- (36) a. Foi concedido duas bolsas de mestrado.  
b. Foram concedidas duas bolsas de mestrado.

Observem agora o par de sentenças em (37):

- (37) a. Foi deixado uns documentos em cima da mesa.  
b. ?Foram deixados uns documentos em cima da mesa.

Enquanto (37b) é considerada marginal, como já havíamos constatado anteriormente, (37a) é considerada boa pelos falantes consultados. E (35a), que tem a mesma estrutura, é considerada melhor que (35b), mas não melhor do que (37b). Esse comportamento leva a crer que as sentenças sem concordância favorecem a permanência dos PPs.

Segundo Belletti (1999), as sentenças com concordância plena se comportam como estruturas de foco estreito: a marginalidade provocada pelos PPs é explicada pela preferência a que o constituinte focalizado permaneça na posição mais à direita da sentença para receber o acento nuclear (cf. também Zubizarreta, 1998).

O mesmo não pode ser dito das sentenças com concordância *default*, uma vez que a aceitabilidade destas não se altera com o acréscimo de um PP. Segundo Belletti (1988, 1999), essa configuração indica que os DPs são licenciados *in situ* pela atribuição de Caso partitivo inerente. Ou seja: enquanto as sentenças com concordância, que segundo a conclusão a que chegamos no capítulo 2 envolvem atribuição de Caso nominativo estrutural aos DPs pós-verbais, nem sempre são aceitáveis quando o DP é seguido de um PP, as sentenças com concordância *default*, que deveriam envolver Caso partitivo inerente, são julgadas igualmente boas com ou sem PPs. Esse é um bom resultado. O problema é o fato de um DP definido não ser tão fortemente rejeitado nos casos de concordância *default*. Melhor dizendo, o fato de um DP definido ter mais chances de permanecer no VP quando há concordância *default* do que quando há concordância plena ou parcial.

Esse estado de coisas é problemático para uma análise em termos de um Caso partitivo inerente, pois ele só é compatível com sintagmas nominais indefinidos, mas não na hipótese do Caso fraco de De Hoop (1996), pois nesse caso interessa a posição do sintagma e sua interpretação, e não sua especificação quanto a definitude/indefinitude. Vale notar também que o estranhamento associado à permanência do indefinido singular canônico nas sentenças com concordância não se manifesta aqui; isso indica que nossa hipótese estava no caminho

certo, pois a ausência de concordância sinaliza a atribuição de Caso fraco ao DP e, conseqüentemente, uma interpretação fraca (não-específica) desse elemento.

Um efeito semelhante é relatado por Deprez (1998). Partindo de uma discussão semelhante e seguindo também De Hoop mostra que a concordância de participio em francês, embora opcional, gera interpretações bastante distintas entre as sentenças com e sem concordância: (38a), com concordância, tem o DP *wh* interpretado como pressupondo a existência de um conjunto conhecido de erros específicos; já (38b), sem concordância, não tem nenhuma pressuposição quanto a um conjunto de erros.

- (38) a. Combien de fautes a-t-elle faites ?  
‘How many (amongst a known set of) mistakes has she made?’  
b. Combien de fautes a-t-elle fait ?  
‘What is the number of things that are mistakes and that she has made?’

Outro problema para a hipótese do Caso inerente são os dados apresentados por Viotti (2007), que mostram que pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, que são altamente definidos, podem figurar em construções passivas e inacusativas com concordância *default*<sup>256</sup>:

- (39) a. A festa demorou pra engrenar: chegou eu primeiro; meia-hora depois, chegou a Teca; só bem mais tarde é que chegou o resto do pessoal.  
b. Dos gêmeos, eu sou a mais velha: nasceu eu, logo depois nasceu o Juca.
- (40) a. Foi uma situação saia justa, basicamente porque foi nomeado eu antes de ter sido nomeado ela.  
b. O teste foi feito por amostragem. Foi gravado eu primeiro, contando a história em português, depois foi gravado os surdos, contando a história em língua de sinais.

O mesmo não é possível quando há concordância, como mostrou Nunes (2007) (cf. nossa nota 111):

- (41) a. \*Fui visto eu na festa.  
b. \*Foste visto tu na festa.

---

<sup>256</sup> Respectivamente, exemplos (50), (52), (51) e (56), p. 154-155, no original.

Por um lado, o contraste entre (39-40) e (41) é bem-vindo: em (41) temos concordância, indicando que o DP se moveu e recebeu Caso forte, e temos os pronomes seguidos de PPs, que não permitem a focalização do pronome, e em (39-40) temos os pronomes em posição final de cada sentença acompanhados de uma leitura de lista. Logo, os pronomes em (39-40) são claramente focalizados, enquanto os pronomes em (41) não o são. Por outro lado, o fato de as sentenças de foco estreito em (39-40) serem caracterizadas pela atribuição de Caso fraco aos pronomes vai contra não apenas o modelo de atribuição de Caso inerente de Belletti, mas também contra o Caso fraco de De Hoop.

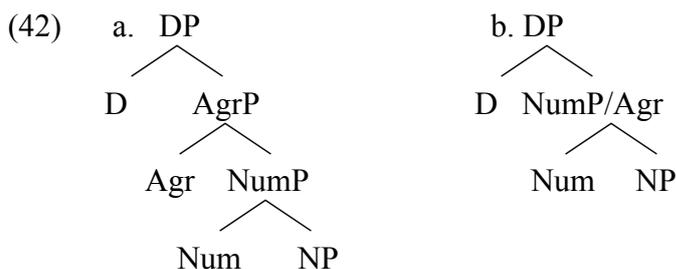
Nãoa temos uma boa resposta para isso, e qualquer resposta nesse ponto será tentativa; ainda assim, vale lembrar que segundo Carlson (2003), nominais focalizados podem, assim como os indefinidos fracos, permanecer no VP. Se isso é verdade, talvez tenhamos aí o caminho para uma explicação adequada para o contraste observado.

Na próxima seção, veremos que o singular nu nunca dispara concordância de gênero quando argumento de uma passiva.

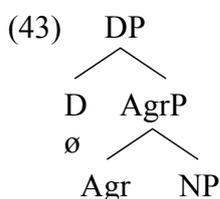
### **4.3 O singular nu e a concordância *default***

Vimos anteriormente que um DP argumento de uma passiva em PB pode ser licenciado de duas maneiras: através de Caso estrutural, atribuído mediante movimento do DP para Spec,TP (seguindo Bošković, 2007; cf. cap. 2), ou através de Caso fraco, atribuído aos DPs em sua posição de base. Nesse último caso, o DP não dispara concordância nos elementos verbais e também não pode se mover.

Além de DPs plenos, o PB também tem em sua gramática a possibilidade de que nomes nus ocupem posições argumentais (cf. Schmitt e Munn, 2002; Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira, 2008). Schmitt e Munn (2002 e demais trabalhos), adaptando a proposta de Bobaljik (1995) para o domínio sentencial, propõem que a estrutura interna de um DP varia a depender da possibilidade de as projeções funcionais Num (responsável pelo traço de número) e Agr (responsável pelo traço de gênero) serem fundidas ou não em cada língua. Segundo os autores, a estrutura de um DP nas línguas românicas é a apresentada em (42a), uma vez que nessas línguas podemos ter morfemas distintos codificando gênero e número. Já ao DP do inglês corresponde a estrutura em (42b), pois nessa língua não há morfologia independente de gênero.



Para esses autores, um singular nu no PB é um DP que não projeta a camada NumP (pois é não-especificado para número). A camada AgrP, responsável pelo gênero, está sempre presente, e o núcleo D é preenchido por um determinante nulo (pois o singular nu pode aparecer em posição argumental nessa língua), como podemos ver em (43):<sup>257</sup>



Crucialmente, então, segundo Schmitt e Munn, temos que os DPs em PB podem não projetar a camada de número, mas não temos DPs que não podem projetar a camada de gênero. Isso parece ir de acordo com o fato de que há um enfraquecimento da concordância de número internamente ao DP, ao passo que a concordância de gênero é sempre obrigatória, como vimos no capítulo 1:

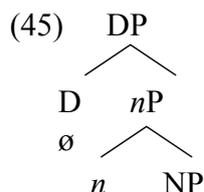
- (44)
- a. Os menino chegou/chegaram.
  - b. \*A menino chegou.
  - c. \*O menina chegou.
  - d. \*O meu filha chegou.

Schmitt e Munn não são os únicos a analisarem os singulares nus do PB dessa forma. Dobrovie-Sorin (to appear) também assume que um singular nu em PB não possui traço de número. Para essa autora, número não é uma projeção *bona fide*, mas sim um traço sintático que se adjuge a diferentes categorias internamente ao DP a depender da língua: nas línguas românicas, a autora assume que esse traço se adjuge a D; no inglês, esse traço se adjuge a

---

<sup>257</sup> Essas e outras características dos singulares nus serão discutidas em maior detalhe no decorrer do capítulo.

$n^{258}$ . Um singular nu no PB, então, projetaria um D nulo, porém sem a presença de um traço de número. Seguindo a sugestão de autores como Lowenstamm (2007) e alinhando-se à Morfologia Distribuída, a autora assume que a projeção de gênero sugerida por autores como Picallo (1991) deve ser entendida como uma projeção  $nP$  especificada para gênero; essa projeção pode ser vista como um classificador nominal que subcategoriza um NP:



As estruturas em (43) e (45) geram uma previsão interessante no âmbito da presente tese: a de que uma construção passiva que tome como seu argumento um singular nu será possível se for selecionado para a Numeração o participio que possui apenas traço de gênero<sup>259</sup>, conforme propusemos no capítulo 1. Contudo, essa previsão não se confirma:

- (46)
- a. \*Foi comprada revista.
  - b. \*Foi encontrada prata.
  - c. \*Revista foi comprada.
  - d. \*Prata foi encontrada.

- (47)
- a. Foi comprado revista.
  - b. Foi encontrado prata.
  - c. \*Revista foi comprado.
  - d. \*Prata foi encontrado.

O que os exemplos (46) nos mostram é que, surpreendentemente, o argumento nunca dispara concordância de gênero no participio, independente de estar movido ou não. Os exemplos (47c-d) mostram que a mesma restrição que se aplica aos demais tipos de DP

<sup>258</sup> O uso do termo “adjunção” aqui não significa uma adjunção a núcleo *per se*, mas sim que o traço de número se manifesta em diferentes categorias.

<sup>259</sup> Caso seja selecionado para a Numeração o participio especificado para gênero e número, a derivação deve fracassar, pois a sonda é mais especificada do que o alvo (cf. Bejar, 2003, 2008).

discutidos nesta tese se aplica também aos singulares nus: não pode haver movimento sem que haja concordância<sup>260</sup>.

O problema levantado por esses dados reside no fato de que a maioria dos autores assumem que gênero está sempre presente na estrutura dos nomes nus, como categoria ou traço. Deveríamos, portanto, de acordo com a derivação que propusemos para as sentenças passivas do PB no capítulo 2, ter concordância de gênero entre particípio e singular nu numa passiva.

Uma possibilidade alinhada com o que foi proposto até aqui seria assumir que os singulares nus sempre recebem Caso fraco em sua posição de base (complemento de VP). Todavia, o singular nu do PB pode ter interpretação genérica (forte) tanto em posição de sujeito quanto em posição de objeto; sendo assim, não é óbvio que esse elemento receba sempre Caso inerente.

Uma segunda possibilidade seria assumirmos que os singulares nus são sempre incorporados quando aparecem em posição de complemento direto do verbo no PB. A incorporação é uma estrutura em que o verbo e um de seus argumentos formam uma unidade “particularmente estreita” (Farkas e de Swart, 2003, 2004). Porém nesse caso teríamos de rejeitar as análises que definem o singular nu do PB como um DP, pois apenas Ns podem ser incorporados<sup>261</sup>.

#### 4.5 Conclusão

Vimos nesse capítulo que há uma diferença entre indefinidos fracos e fortes quanto à posição que ocupam numa construção passiva: enquanto os indefinidos fracos podem permanecer em sua posição de base, indefinidos fortes somente permanecem em posição pós-verbal quando são o último elemento da sentença, ou seja, quando são focalizados. Vimos também que a manifestação de concordância, embora não esteja diretamente relacionada ao movimento dos DPs para fora do VP, é um bom indício de que o movimento ocorreu, pois mostra que não houve atribuição de Caso fraco ao DP e conseqüente congelamento do mesmo. Com base no comportamento da concordância, na posição do indefinido singular canônico, e nas características dos indefinidos fracos e fortes, optamos por adotar o sistema de Bošković (2007).

---

<sup>260</sup> Os dados (46c-d) e (47c-d) são excluídos por motivos independentes: como veremos a seguir, singulares nus em posição de sujeito de sentenças episódicas geram agramaticalidade. Apesar dessa conhecida restrição, os exemplos foram incluídos por uma questão de completude do paradigma.

<sup>261</sup> E NPs podem ser pseudo-incorporados (cf. Massam, 2001)

Além disso, vimos que as sentenças com concordância *default* são sentenças de foco largo/apresentacional, pois permitem a presença dos PPs em todos os casos, até mesmo com DPs definidos. E, por fim, vimos que um singular no argumento de uma passiva falha em disparar concordância de gênero nos participios, levantando a hipótese de que esses elementos sempre recebam Caso fraco ou sejam incorporados. Essas possibilidades serão discutidas no próximo capítulo.

## 5 NOMES NUS E CONCORDÂNCIA

Como vimos no final do capítulo anterior, um nome nu singular argumento de uma construção passiva nunca dispara concordância de gênero no participio. Nesse capítulo, discutiremos as análises clássicas para os nomes nus e suas aplicações para o PB, levando em conta as posições em que um singular nu pode aparecer e que interpretações pode ter, começando pelas duas análises clássicas dadas aos nomes nus plurais: expressões de referência a espécie (CARLSON, 1977) e indefinidos (DIESING, 1992; KRATZER, 1995) e seu licenciamento sintático (LONGOBARDI, 1994; 2003).

### 5.1 Um pouco de história

#### 5.1.1 Análises clássicas

Os nomes nus têm atraído a atenção de inúmeros pesquisadores, em especial em virtude da assunção, bem-estabelecida tanto na literatura semântica quanto na literatura sintática, de que apenas DPs podem ser argumentos sintáticos (cf. Longobardi, 1994). Essa assunção é derivada a partir do seguinte raciocínio: NPs denotam predicados (tipo  $\langle e, t \rangle$ ) e DPs denotam entidades (tipo  $\langle e \rangle$ ). Desse modo, para que um predicado como um NP se torne um argumento, ele precisa estar encaixado num DP. Mas os nomes nus desafiam essa assunção, pois há uma série de línguas que permitem que eles ocupem posições argumentais.

Delfitto (2005) destaca que em línguas nas quais a distinção entre nomes de massa e nomes contáveis é neutralizada, como o chinês, não parece haver restrições quanto à ocorrência de nomes nus em posição argumental (cf. Chierchia, 1998); já em línguas nas quais a distinção entre nomes massivos e contáveis existe, é possível usar formas nuas dos nomes de massa, mas os nomes contáveis só podem ser usados sem determinante se estiverem no plural. Os exemplos abaixo ilustram esse comportamento<sup>262</sup>:

- (1) a. Water is scarce in this country.
- b. Dogs are intelligent.
- c. \*Dog is intelligent.

---

<sup>262</sup> Exemplos (2), p. 190 de Delfitto (2005).

Boa parte da literatura clássica sobre nomes nus enfoca as diferenças entre as línguas românicas e o inglês quanto à utilização e interpretação dos plurais nus, pois notou-se que o inglês permite um uso muito mais livre desses elementos quando comparado a línguas como espanhol, italiano e romeno. Em inglês os plurais nus são utilizados tanto em posição de sujeito (2) quanto em posição de objeto (3), com interpretação existencial (exemplos (b)) ou genérica (exemplos (a)):

- (2) a. Dogs are black.  
b. Dogs were sitting on my lawn.
- (3) a. I love dogs.  
b. I saw dogs.

Há também casos em que o plural nu pode tanto receber uma interpretação genérica quanto uma interpretação existencial, como na sentença (4)<sup>263</sup>:

- (4) Firemen are available.  
'Bombeiros são/estão disponíveis.'

Já nas línguas românicas os plurais nus, quando possíveis, tendem a ter interpretação existencial. Em espanhol, os plurais nus podem aparecer livremente em posição de objeto e como sujeitos pós-verbais<sup>264</sup>:

- (5) a. Juan vió películas.  
'Juan viu filmes.'
- b. Me rodeabam leones en la selva.  
'Leões me rodeavam na selva.'

Por outro lado, são sistematicamente banidos da posição de sujeito pré-verbal em espanhol com qualquer interpretação, bem como da posição de complemento de predicados

---

<sup>263</sup> Observem que a ambigüidade é visível, em PB, através do uso de dois verbos diferentes.

<sup>264</sup> Exemplos retirados de Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal (2006), p. 53.

disposicionais como *amar*, *odiar*, *respeitar*, cujos complementos recebem interpretação genérica<sup>265</sup>:

- (6) a. \*Niños llegaron.  
‘Crianças chegaram.’
- b. \*Niños son inteligentes.  
‘Crianças são inteligentes.’
- c. \*Juan respeta profesores.  
‘Juan respeita professores.’

Já autores como Longobardi (2003) afirmam que os plurais nus em posição de sujeito são possíveis em italiano, desde que sejam modificados ou coordenados, e podem receber interpretação existencial (7a) ou genérica (7b), mas não podem receber interpretação de espécie (8)<sup>266</sup>:

- (7) a. Elefanti di colore bianco hanno creato in passato grande curiosità.  
‘Elefantes de cor branca criaram grande curiosidade no passado.’
  - b. Cani da guardia di grosse dimensioni sono più efficienti.  
‘Cães de guarda de grandes dimensões são mais eficientes.’
- 
- (8) a. \*Elefanti di colore bianco sono estinti.  
‘Elefantes de cor branca estão extintos.’
  - b. \*Elefanti di colore bianco diventano sempre più grandi man mano che si va a Nord.  
‘Elefantes de cor branca ficam cada vez maiores conforme se vai para o norte.’
  - c. \*Roentgen ha scoperto raggi X.<sup>267</sup>  
‘Roentgen descobriu raios-X.’

Os exemplos (9) mostram que um plural nu não-modificado é impossível em posição de sujeito, qualquer que seja sua interpretação<sup>268</sup>:

---

<sup>265</sup> Exemplos retirados de Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal (2006), p. 53.

<sup>266</sup> Exemplos de Longobardi (2003) p. 241-242, e Longobardi (2001), p. 348.

<sup>267</sup> Essa sentença é aceitável com uma interpretação taxonômica segundo a qual Roentgen descobriu vários tipos de raios-X.

<sup>268</sup> Exemplos (6) de Delfitto (2005).

- (9) a. \*Cani sono intelligenti.  
 ‘Cachorros são inteligentes.’
- b. \*Cani sono neri.  
 ‘Cachorros são pretos.’
- c. \*Elefanti hanno creato in passato grande curiosità.  
 ‘Elefantes criaram grande curiosidade no passado.’
- d. \*Elefanti sono estinti.  
 ‘Elefantes estão extintos.’
- e. \*Elefanti diventano sempre più grandi man mano che si va a nord.  
 ‘Elefantes ficam cada vez maiores conforme se vai para o norte.’

Quanto à posição de objeto, os plurais nus não-modificados são possíveis com interpretação existencial<sup>269</sup>:

- (10) a. \*Mario odia cani.  
 ‘Mario odeia cães.’
- b. Mario possiede case.  
 ‘Mario possui casas.’

Se forem modificados, os plurais nus em posição de objeto são possíveis tanto com interpretação existencial quanto com interpretação genérica<sup>270</sup>:

- (11) a. Ho escluso solo vecchie signore.  
 ‘Excluí apenas velhas senhoras.’
- b. Una buona legge esclude solo cittadini stranieri dal diritto di voto.  
 ‘Uma boa lei exclui apenas cidadãos estrangeiros do direito ao voto.’
- c. Amo/adoro/mi piacciono arance di grandi dimensioni.  
 ‘Amo/adoro/gosto de laranjas de grandes dimensões.’

O PE exhibe comportamento bastante semelhante ao italiano. Nessa língua, os plurais nus não podem ser sujeitos, a menos que sejam modificados<sup>271</sup>:

<sup>269</sup> Exemplos (67) e (68) de Delfitto (2005).

<sup>270</sup> Exemplos (26) a (28), p. 347 de Longobardi (2001).

- (12) a. ?/\* Amigos partiram ontem.  
b. ?/\* Professores trabalham muito.  
c. \*Elefantes são inteligentes.
- (13) a. Amigos de Coimbra partiram ontem.  
b. Professores de Coimbra trabalham muito.  
c. Elefantes de grandes dimensões são inteligentes.

Contudo, mesmo modificados, os plurais nus não são possíveis com predicados de espécie:

- (14) a. \*Elefantes estão extintos.  
b. ?/\*Elefantes de grandes dimensões estão extintos.  
c. \*Lobos estão a aumentar de tamanho à medida que vamos para norte.  
d. \*Lobos de pêlo cinzento estão a aumentar de tamanho à medida que vamos para norte.

Na posição de objeto, os plurais nus são possíveis com todas as interpretações, exceto com leitura de espécie:

- (15) a. A Maria compra livros todos os dias.  
b. A Maria comprou livros ontem.  
c. A Maria lê livros.  
d. A Maria adora livros.
- (16) #Os americanos inventaram transistores.

Vemos, então, que enquanto em inglês um nome nu plural pode ser usado livremente em posição de sujeito e objeto, com interpretação existencial ou genérica, seu uso nas línguas românicas é mais restrito, sendo impossível a leitura de espécie e ocorrendo mais facilmente em posição de objeto.

---

<sup>271</sup> Todos os exemplos do PE foram retirados de Müller e Oliveira (2004). Os julgamentos indicados são das autoras.

Existem duas análises clássicas para os nomes nus: a análise de Carlson (1977), que trata os plurais nus como nomes de referência a espécie, e a análise de Diesing (1992) e Kratzer (1995), que tratam os plurais nus como indefinidos à la Heim (1982).

Segundo Delfitto (2005), durante muito tempo o plural nu do inglês foi tratado como a contraparte plural do indefinido singular. Carlson (1977) rejeita essa análise, argumentando que o plural nu se comporta de forma diferente do indefinido singular e do indefinido plural. Por exemplo, enquanto o indefinido singular e plural podem facilmente ter escopo largo, o mesmo não é verdade para o plural nu:

- (17) a. John didn't see some spots on the floor.  
'O João não viu algumas manchas no chão.' (escopo estreito)  
'O João possivelmente viu algumas manchas no chão, mas tem algumas que ele não viu.' (escopo largo)
- b. John didn't see a spot on the floor.  
'O João não viu nenhuma mancha no chão.' (escopo estreito)  
'O João possivelmente viu algumas manchas no chão, mas tem uma que ele não viu.' (escopo largo)
- c. John didn't see spots on the floor.  
'O João não viu manchas no chão.' (escopo estreito)  
#'O João possivelmente viu algumas manchas no chão, mas tem algumas que ele não viu.' (escopo largo)

Também em construções de elipse em sentenças coordenadas o indefinido singular e o plural nu se comportam de forma distinta; enquanto a sentença (17a), com o indefinido singular, gera uma interpretação pragmaticamente estranha, o mesmo não ocorre com o plural nu:

- (18) a. A building will collapse in Berlin today and \_\_\_ will burn down in Boston the day after.  
'Um edifício vai cair hoje em Berlim e queimar em Boston amanhã.'
- b. Buildings will collapse in Berlin today and \_\_\_ will burn down in Boston the day after.  
'Edifícios vão cair hoje em Berlim e queimar em Boston amanhã.'

Carlson (1977) propõe que os plurais nus são expressões de referência a espécie e não envolvem determinantes ou quantificadores nulos. Com essa proposta, Carlson enriquece o domínio dos indivíduos, que passa a ter, além de expressões de referência a objetos, expressões de referência a espécie.

A possibilidade de interpretação existencial ou genérica dos plurais nus depende dos predicados, que para Carlson podem ser predicados de indivíduo (*i-level*), que atribuem uma propriedade estável a um indivíduo, como *ser inteligente*, ou predicados de estágio (*s-level*), que fazem referência a eventos específicos, como *chegaram*. Assim, plurais nus sujeitos de predicados *i-level* têm interpretação genérica, e plurais nus sujeitos de predicados *s-level* têm interpretação existencial<sup>272</sup>.

Delfitto (2005) salienta que a análise de Carlson se limita ao inglês, pois não há um modo óbvio de derivar dela a restrição à interpretação genérica dos nomes nus observada nas línguas românicas, ou a neutralização entre nomes de massa e nomes contáveis em línguas como o chinês. Vimos que em línguas como italiano e espanhol um plural nu não denota espécie, ao contrário do inglês:

- (19) a. \*Elefanti di colore bianco sono estinti.  
       ‘Elefantes de cor branca estão extintos.’  
 b. \*Elefanti di colore bianco sono così chiamati per la pigmentazione della loro pelle.  
       ‘Elefantes de cor branca são assim chamados devido à pigmentação da pele.’  
 c. \*Elefanti di colore bianco diventano sempre più grandi man mano che si va a nord.  
       ‘Elefantes de cor branca ficam cada vez maiores conforme se vai para o norte.’
- (20) a. Dinosaurs are extinct.  
 b. Elephants grow larger as one drives North.

---

<sup>272</sup> Uma discussão detalhada da implementação técnica da proposta foge ao escopo do presente trabalho, mas apresentamos aqui as formas lógicas de uma sentença com cada tipo de predicado, a título de ilustração:

(i) a. Dogs are mammals.

b.  $\lambda P P(d) (\text{is\_a\_mammal}) = \text{is\_a\_mammal}(d)$ , where ‘d’ is the individual constant which refers to the kind dogs.

(ii) a. Dogs were sitting on my lawn.

b.  $\lambda P P(d) (\lambda x \exists y [R(y,x) \text{ and } S'(y)]) = \exists y [R(y,d) \text{ and } S'(y)]$ , where d is a constant for the kind ‘dogs’ and S’ is the predicate *be\_sitting\_on\_my\_lawn*, applying to stages of things.

Note que o predicado de estágio introduz um quantificador existencial, responsável pela leitura existencial atribuída ao plural nu em (iib).

Além disso, Delfitto nota que há casos em que um plural nu sujeito de um predicado *i-level* pode receber uma interpretação existencial, o que é inesperado na análise de Carlson:

(21) Hurricanes arise in this part of the Pacific.

‘É uma propriedade dessa parte do Pacífico de que há furacões surgindo aqui.’

Segundo Delfitto (2005), exemplos como (21) sugerem que a proposta de Carlson não se sustenta empiricamente, e que os plurais nus, de fato, às vezes se comportam como indefinidos. Essa intuição está na base da hipótese do mapeamento, proposta por Diesing (1992). Diesing, retomando a análise das sentenças quantificadas em termos de uma estrutura tripartite (cf. Heim, 1982, entre outros), defende que há um mapeamento direto da estrutura sintática para a representação tripartite, e esse mapeamento determina a interpretação existencial ou genérica dos plurais nus.

A estrutura tripartite é composta por um operador, a restrição do operador e o escopo nuclear (cf. (22)); Diesing propõe que o material do VP é mapeado no escopo nuclear, enquanto o material fora do VP é mapeado na restrição do operador (cf. (23))<sup>273</sup>:

(22) [Operador [Restrição] [Escopo Nuclear]]

(23) a. Hurricanes arise in this part of the Pacific.

b. [Gen x [x is a hurricane] [  $\exists$  y (y is this part of the Pacific and x is in y)]]

Nessa análise, a interpretação genérica ou existencial do sujeito depende da sua posição na sintaxe aberta: sujeitos realizados internamente ao VP sofrem fechamento existencial, ao passo que sujeitos realizados externamente ao VP são necessariamente projetados na restrição de um advérbio de quantificação (implícito), gerando a leitura genérica.

Dentre as evidências empíricas para essa proposta estão os dados abaixo, do alemão:

---

<sup>273</sup> Exemplo (33), Delfitto (2005).

- (24) a. Weil [<sub>IP</sub> ja doch [<sub>VP</sub> Haifische sichtbar sind]]  
 como de fato tubarões visíveis estão  
 ‘... já que há tubarões visíveis.’
- b. Weil [<sub>IP</sub> Haifische ja doch [<sub>VP</sub> sichtbar sind]]  
 como tubarões de fato são visíveis  
 ‘... já que tubarões são visíveis (em geral).’

A partícula *ja doch* demarca a fronteira do VP; como é possível notar, quando o plural nu segue a partícula (e, portanto, está no VP), ele tem leitura existencial; já quando precede a partícula, tem leitura genérica.

Delfitto (2005) ressalta que o problema dessa análise é que, em muitas línguas, a posição de superfície do sujeito não diz nada sobre a possibilidade de interpretação genérica ou existencial desse elemento. Um exemplo é o próprio inglês, em que em ambas as sentenças abaixo o sujeito é realizado externamente ao VP, mas apenas em (25a) ele pode ter interpretação existencial:

- (25) a. Firemen are available.  
 b. Firemen are altruistic.

Diesing (1992) reduz o contraste em (25) à diferença entre estruturas de alçamento e estruturas de controle, no sentido de que apenas as primeiras permitem reconstrução. Para ela, sujeitos de predicados *i-level* são gerados em [Spec,IP] e coindexados com um PRO em [Spec,VP], enquanto sujeitos de predicados *s-level* são gerados em [Spec,VP] e alçados pra [Spec,IP] por questões de Caso e EPP, podendo ser posteriormente reconstruídos.

Já Kratzer (1995) defende que a oposição entre predicados *s-level* e predicados *i-level* se reduz a uma diferença na estrutura argumental. Ela assume, seguindo a intuição de Davidson, que predicados *s-level* têm um argumento extra, uma posição para informações espaço-temporais ou de evento. Esse argumento, quando presente, é sempre realizado fora do VP; todos os demais argumentos são internos. Nos predicados *i-level*, em que não há um argumento de evento, algum outro argumento do verbo deve ser realizado fora do VP. Isso explica por que, nos predicados de estágio, o sujeito é gerado internamente ao VP, podendo ser posteriormente movido (por questões de Caso, por exemplo), e por que nos predicados de

indivíduo o sujeito é gerado fora do VP, diretamente em [Spec,IP]<sup>274</sup>. Com isso, em (25a), mas não em (25b), o sujeito pode ser gerado internamente ao VP e sofrer fechamento existencial.

Kratzer (1995) assume que apenas o escopo nuclear de um quantificador pode sofrer fechamento existencial; isso deriva a leitura existencial atribuída aos elementos que permanecem no VP (pois o material do VP é mapeado no escopo nuclear, seguindo Diesing). A previsão é de que os objetos indefinidos devem sempre receber interpretação existencial. Kratzer mostra que, em alemão, objetos indefinidos que não podem sofrer *scrambling* recebem apenas interpretação existencial, assim como as suas contrapartes em inglês<sup>275</sup>:

- (26) a. ... weil Anton meistens einen Anzug trägt.  
          como Anton geralmente um terno usa  
      b. \*... weil Anton einen Anzug meistens trägt.  
          como Anton um terno geralmente usa  
      c. ... since Anton usually wears a suit.  
          ‘... já que Anton geralmente usa um terno.’

- (27) a. ... weil Paula meistens Tulpen pflanzt.  
          como Paula geralmente tulipas planta  
      b. \*... weil Paula Tulpen meistens pflanzt.  
          como Paula tulipas geralmente planta  
      c. ... since Paula usually plants tulips.  
          ‘... já que Paula geralmente planta tulipas.’

Já no caso dos objetos indefinidos que podem sofrer *scrambling*, a sentença sem *scrambling* recebe interpretação existencial e a sentença com *scrambling* recebe interpretação genérica. A sentença correspondente em inglês, que não tem *scrambling* do objeto na sintaxe aberta, é ambígua entre as duas leituras<sup>276</sup>:

---

<sup>274</sup> Exceto no caso dos predicados *i-level* inacusativos; nesses, o sujeito é gerado internamente ao VP.

<sup>275</sup> Exemplos (66) e (67), p. 153 de Kratzer (1995).

<sup>276</sup> Exemplos (69) e (70), p. 153-154 de Kratzer (1995).

- (28) a. ... weil sie immer Briefe aus Europa beantwortet.  
 como ela sempre cartas da Europa responde  
 ‘... já que ela sempre está respondendo cartas da Europa.’
- b. ... weil sie Briefe aus Europa immer beantwortet.  
 como ela cartas da Europa sempre responde  
 ‘... já que ela nunca deixa uma carta da Europa sem resposta.’
- c. ... since she always answers letters from Europe.
- (29) a. ...weil wir immer ein gutes Projekt fördern.  
 como nós sempre um bom projeto patrocinamos  
 ‘... já que sempre há um projeto que nós patrocinamos.’
- b. ... weil wir ein gutes Projekt immer fördern.  
 como nós um bom projeto sempre patrocinamos  
 ‘... já que nós patrocinamos qualquer bom projeto.’
- c. ... since we always sponsor a good project.

Com base na sintaxe dos objetos em alemão e suas possíveis interpretações, e na ambigüidade das sentenças correspondentes em inglês, Kratzer sugere que os objetos podem receber interpretação genérica, desde que sofram *scrambling*, que pode ocorrer na sintaxe aberta, como em alemão, ou em LF, como em inglês.

Como vimos, ainda que de forma breve, boa parte da discussão sobre os nomes nus gira em torno de uma análise desses elementos como indefinidos à la Heim ou de uma análise em que esses elementos denotam espécie. Na próxima seção, discutiremos brevemente a relação entre nomes nus e genericidade.

### 5.1.2 Nomes nus e genericidade

As línguas naturais contam com duas formas de expressar genericidade: as *expressões de referência a espécie* e a *quantificação genérica*. As primeiras consistem em expressões que denotam espécie, enquanto as últimas são sentenças que contém um operador genérico (convencionalmente anotado como *Gen*). Krifka et. al. (1995) formulam uma série de testes que servem como diagnóstico para determinar se uma determinada expressão denota espécie.

Krifka et. al. apontam que há alguns predicados, como “estar extinto”, que exigem expressões de referência a espécie como argumentos; são os chamados predicados de espécie:

- (30) a. Dinosaurs are extinct.  
b. Graham Bell invented the phone.

Além dos predicados de espécie, Krifka et. al. observam que sentenças episódicas também podem expressar genericidade, desde que um de seus argumentos seja uma expressão de referência a espécie:

- (31) a. Musk-rats were brought to Europe in 1906.  
b. Tomatoes grow bigger as one goes North.

Por fim, segundo Krifka et. al., nomes de espécie devem ser formados a partir de *espécies bem-estabelecidas*:

- (32) a. The Coke bottle has a narrow neck.  
b. #The green bottle has a narrow neck.

Na próxima seção, veremos como Longobardi (1994 e trabalhos subsequentes) relaciona a estrutura sintática dos nomes nus à interpretação genérica ou existencial que esses elementos podem receber em italiano e inglês.

### 5.1.3 *Licenciamento dos plurais nus*

A proposta de Longobardi (2003) combina elementos da análise de Carlson e da análise de Diesing e Kratzer. Ele compara o comportamento dos plurais nus em inglês e italiano e defende que o plural nu em italiano tem o mesmo comportamento dos indefinidos em italiano e inglês, pois só tem leitura genérica quando o contexto fornece um operador genérico. Crucialmente, o plural nu em italiano não pode ocorrer com predicados de espécie, como “estar extinto”, ou em contextos nos quais a genericidade deve ser fornecida pelo elemento nominal (como vimos em (8)). Já o plural nu do inglês claramente denota espécie (como vimos em (30) e pode ter interpretação genérica mesmo quando combinado a predicados de estágio (como vimos em (31)).

O autor mostra ainda que os nomes próprios em inglês podem ocorrer em posição pós-adjetival sem a presença de um determinante aberto, enquanto em italiano um nome próprio deve ter um D expletivo ou deve ser movido para D:

- (33) a. Ancient Rome was destroyed by the barbarians.  
 b. \*Rome Ancient was destroyed by the barbarians.

- (34) a. \*Antica Roma fu distrutta dai barbari.  
 b. L'Antica Roma fu distrutta dai barbari.  
 c. Roma Antica fu distrutta dai barbari.  
 'A Roma Antiga foi destruída pelos bárbaros.'

O autor retoma Contreras (1986), que explica a impossibilidade de nomes nus em posição pré-verbal em espanhol em termos do ECP (princípio das categorias vazias). Ela argumenta que os plurais nus em posição de objeto direto ou complemento de preposição são licenciados por V ou P por regência lexical, enquanto sujeitos e objetos indiretos geram violação do requerimento de regência lexical. Se o plural nu é introduzido por um D nulo ou por um quantificador nulo, as restrições sintáticas observadas quanto à ocorrência de plurais nus podem ser reduzidas ao requerimento de que categorias vazias, especialmente categorias vazias funcionais, sejam lexicalmente regidas<sup>277</sup>.

Longobardi (2003) toma a observação de Contreras como evidência de que os nomes nus têm um determinante nulo, e propõe a seguinte estrutura para os nomes nus em inglês e italiano:

- (35) [D<sub>o</sub> (Adj) N]

A seguir, ele observa que em inglês os nomes próprios são realizados sem que a posição D seja preenchida por um determinante expletivo ou pelo movimento do nome (cf. (33)), mas não em italiano (cf. (34)). A estrutura dos nomes próprios em inglês e italiano está esquematizada em (36a) e (36b), respectivamente:

- (36) a. [D<sub>o</sub> (Adj) N]  
 b. [D (Adj) N] ou [N (Adj) t<sub>N</sub>]

---

<sup>277</sup> Longobardi (2000b, 2001) sugere que a modificação de um nome nu por uma oração relativa ou por adjetivos "compensa" a necessidade de regência lexical, ainda que não haja uma explicação óbvia para isso.

Comparando (35) e (35), Longobardi nota que os nomes nus têm a mesma estrutura dos nomes próprios em inglês, mas não em italiano. Com base nisso, o autor propõe a generalização tipológica em (37):

(37) *Nomes próprios podem ocorrer sem que a posição D seja foneticamente preenchida (quer por um D expletivo, quer por movimento de N) sse nomes genéricos também podem (ou seja, se os nomes nus podem ser genéricos em todos os contextos relevantes, e não apenas nos contextos em que há um operador genérico independente).*

A relação entre nomes próprios e nomes nus se origina no fato de que ambos são expressões referenciais (umas se referem a objetos, outras a espécies) cuja denotação se dá através da referência lexical do nome, e não através de uma variável com uma restrição predicativa<sup>278</sup>. Em Longobardi (2001), o autor parafraseia a generalização em (37) de modo a deixar mais clara a relação: “object-referring nouns may occur without a phonetically filled D iff kind-referring nouns can.” (p. 360)<sup>279</sup>.

Para Longobardi (2001), enquanto os nomes nus em inglês são expressões de referência a espécie, os nomes nus das línguas românicas são indefinidos heimianos, ou seja, a interpretação existencial ou genérica desses elementos depende do mapeamento entre a estrutura sintática das sentenças e a estrutura de quantificação. Ele assume que um determinante nulo nas línguas românicas dá origem a uma variável, mas o mesmo não ocorre necessariamente em inglês, pois nesta língua nomes próprios e nomes de referência a espécie podem ocorrer sem que a posição D esteja preenchida. No caso dos nomes nus das línguas românicas, Longobardi (2001) assume que a hipótese do mapeamento proposta por Diesing (1992) está essencialmente correta e é responsável pela interpretação desses elementos.

---

<sup>278</sup> A mesma intuição está na base da proposta de Carlson (1977).

<sup>279</sup> A mesma intuição está presente em Longobardi (1994), mas nesse trabalho o autor defende que um D nulo, como toda categoria funcional nula, deve ser lexicalmente regido (no mesmo espírito de Contreras) e que há um princípio interpretativo universal que estabelece que todo D nulo recebe interpretação existencial *default* na interface interpretativa. Dadas essas condições e sua aplicação paramétrica em diferentes níveis da representação sintática (LF em inglês, sintaxe aberta em italiano), o contraste entre italiano e inglês se segue diretamente. Como vimos, o inglês permite plurais nus com interpretação genérica em posições não regidas. Como a condição de licenciamento sintático dos D nulos se aplica em LF em inglês, a presença de um D nulo na sintaxe aberta não é suficiente para descartar a derivação. Ele assume que o nome substitui o D nulo em LF, evitando a violação gerada pela categoria não-regida lexicalmente e excluindo a leitura existencial que seria atribuída ao D nulo. Já em italiano o mesmo é impossível, pois os determinantes nulos devem ser licenciados e interpretados na sintaxe aberta, por isso só podem ocorrer em posições regidas (complemento de VP) e receber interpretação existencial. A abordagem é modificada nos trabalhos posteriores, pois como o próprio autor demonstra, nomes nus podem receber interpretação genérica em italiano desde que haja um operador genérico independente na sentença.

Longobardi (2000a) apresenta evidências de sentenças com sujeitos pós-verbais em italiano que corroboram a hipótese do mapeamento. Ele argumenta que, se os sujeitos pós-verbais são regidos lexicalmente (cf. Brandi e Cordin, 1981), um plural na nessa posição não precisará ser modificado; quanto às interpretações, devem se manter iguais, pois estão relacionadas à natureza semântica do verbo.

O autor então mostra que nomes nus pós-verbais podem, de fato, ocorrer sem modificação; contudo, a interpretação genérica está disponível apenas para nomes nus modificados<sup>280</sup>:

(38) a. \*Diventano subito famosi linguisti.

‘Tornam-se imediatamente famosos linguistas.’

b. Diventano subito famosi linguisti capaci di scrivere il *Mémoire* o LSLT.

‘Tornam-se imediatamente famosos linguistas capazes de escrever o *Mémoire* ou LSLT.’

No caso de predicados de estágio com aspecto caracterizador, um nome nu modificado em posição pré-verbal é ambíguo entre a leitura genérica e a leitura existencial<sup>281</sup>:

(39) Medici del reparto di pronto intervento vengono chiamati spesso.

‘Acontece com frequência de os médicos do pronto-socorro serem chamados.’ / ‘Os médicos do pronto-socorro têm a propriedade de serem chamados com frequência.’

Caso a sentença (39) tenha seu sujeito posposto, se este for não-modificado, recebe apenas interpretação existencial (40a); caso seja modificado, ambas as leituras voltam a estar disponíveis:

(40) a. Vengono chiamati spesso medici.

‘Acontece com frequência de os médicos serem chamados.’ / #‘Os médicos do pronto-socorro têm a propriedade de serem chamados com frequência.’

b. Vengono chiamati spesso medici del reparto di pronto intervento.

‘Acontece com frequência de os médicos do pronto-socorro serem chamados.’ / ‘Os médicos do pronto-socorro têm a propriedade de serem chamados com frequência.’

---

<sup>280</sup> Exemplo (5), p. 694 de Longobardi (2000a).

<sup>281</sup> Exemplo (4), p. 693 de Longobardi (2000a).

Com predicados como *visível*, que são ambíguos entre a leitura existencial e a leitura genérica, o mesmo acontece<sup>282</sup>:

- (41) a. Sono visibili insetti.  
‘Há insetos visíveis.’ / # ‘Insetos são (geralmente) visíveis.’  
b. Sono visibili insetti di grandi dimensioni.  
‘Há insetos de grandes dimensões visíveis.’ / ‘Insetos de grandes dimensões são (geralmente) visíveis.’

Com base nesses dados, Longobardi (2000a) conclui que os sujeitos pós-verbais genéricos ocorrem em uma posição não-regida. Por uma questão de economia, o autor assume que essa posição é Spec,IP; o predicado se move para uma posição A-barra, de tópico ou foco<sup>283</sup>. O autor propõe as seguintes estruturas para os sujeitos verdadeiramente pós-verbais (42a) e para os sujeitos em Spec,IP (42b):

- (42) a. [<sub>IP</sub> *pro* [sono visibili [<sub>DP</sub> insetti di grandi dimensioni]]]  
b. [[<sub>X</sub> sono visibili] [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> insetti di grandi dimensioni] *t<sub>x</sub>*]]

Por fim, o autor mostra que apenas nomes nus modificados podem receber interpretação genérica em posição de objeto:

- (43) a. \*Amo/adoro arance.  
‘Amo/adoro laranjas.’  
b. Amo/adoro arance di grandi dimensioni.  
‘Amo/adoro laranjas de grandes dimensões.’

Esse estado de coisas corrobora a análise de Kratzer (1995) segundo a qual indefinidos com interpretação genérica devem estar fora do VP: se o plural nu está fora do VP, está em uma posição não-regida e, por isso, precisa ser modificado.

Na próxima seção, veremos em que posições um singular nu pode ocorrer em PB, que

---

<sup>282</sup> Exemplo (7), p. 694 de Longobardi (2000a).

<sup>283</sup> Longobardi (2000a) nota que a leitura genérica é sempre acompanhada de uma quebra entoacional entre predicado e sujeito, que é característica entre um elemento topicalizado ou focalizado na periferia esquerda da sentença e o restante da sentença.

interpretações pode ter, e as análises que já foram propostas para esses elementos.

## 5.2 O singular nu no PB

Como vimos, há muitas diferenças entre os plurais nus em inglês e nas línguas românicas. O PB vem despertando o interesse de muitos pesquisadores pois, além do plural nu, possui também nomes nus contáveis singulares altamente produtivos. Muito tem se debatido sobre as semelhanças e diferenças entre o singular nu do PB e o plural nu do inglês e das demais línguas românicas. Nessa seção, compararemos o singular nu do PB aos dados discutidos na seção anterior e discutiremos as análises que têm sido dadas a esse elemento.

### 5.2.1 Onde um singular nu pode aparecer?

Os singulares nus podem ser usados livremente como complementos de VP, tanto com interpretação existencial quanto com interpretação genérica, como ilustram os exemplos abaixo:

(44) *complemento de VP com interpretação existencial*

- a. O João cozinhou batata.
- b. O João comprou livro.

(45) *complemento de VP com interpretação genérica*

- a. O Pedro detesta cachorro.
- b. As crianças adoram revistinha.

Além disso, os singulares nus são comumente usados em posição de sujeito, mas nesses casos sua distribuição é mais restrita: são bastante adequados como sujeitos de sentenças genéricas, mas não como sujeitos de sentenças episódicas, com interpretação existencial:

(46) *sujeito de sentenças genéricas:*

- a. Criança é inteligente.
- b. Cachorro late.
- c. Banana tem potássio.
- d. Computador custa caro no Brasil.

(47) *sujeito de sentenças episódicas:*

- a. \*Homem discutiu política ontem à noite.
- b. \*Mulher comprou banana na feira.
- c. \*Televisão ficou ligada de tarde.

No caso das sentenças (47), autores como Schmitt e Munn (2002) notam que o acréscimo de uma partícula focalizadora, ou uma interpretação de lista, melhoram a aceitabilidade das sentenças:

- (48) a. Homem não discutiu política ontem à noite.  
b. Só mulher comprou banana na feira.  
c. De tarde televisão ficou ligada, telefone tocou, criança correu pela casa...

As sentenças (49) evidenciam ainda que a restrição do singular nu não é a ser o sujeito lógico da sentença, mas a ocupar a posição de Spec,IP:

- (49) a. Chegou carta.  
b. \*Carta chegou.

Os dados acima mostram que enquanto o singular nu pode aparecer livremente na posição de objeto no PB, seu uso em posição de sujeito é restrito a sentenças genéricas. Poderíamos hipotetizar, então, que o singular nu é intrinsecamente genérico, ou seja, denota espécie. Na próxima seção, discutiremos alguns dos testes clássicos de genericidade propostos por Krifka.

### 5.2.2 A expressão da genericidade no PB

Abaixo, retomamos os testes apresentados em 5.1.2 para determinar se o singular nu do PB denota espécie (cf. também Müller, 2002a).

Começando pelos predicados de espécie, vemos que um singular nu não parece ser a forma mais adequada a ser usada com predicados como *estar extinto*:

- (50) a. \*/??Dinossauro tá extinto.  
b. Os dinossauros estão extintos.  
c. O dinossauro está extinto.

Além disso, predicados como *inventar* e *descobrir* também requerem um nome que denote espécie, mas como complemento; novamente, vemos que o singular nu não é bem-formado nesses contextos:

- (51) a. \*Graham Bell inventou telefone.  
b. Graham Bell inventou o telefone.  
c. \*Telefone foi inventado por Graham Bell.  
d. O telefone foi inventado por Graham Bell.
- (52) a. \*Os Pirahã descobriram banana.  
b. Os Pirahã descobriram a banana.  
c. \*Banana foi descoberta pelos Pirahã.  
d. A banana foi descoberta pelos Pirahã.

Notem que (52a) é possível com a interpretação de que os Pirahã descobriram banana em seu território, mas essa não é a interpretação relevante; crucialmente, essa sentença não expressa o significado “os Pirahã foram os primeiros a descobrir a banana”. Da mesma forma, uma sentença como (53) é possível, mas aí também *telefone* não recebe a interpretação relevante<sup>284</sup>:

---

<sup>284</sup> Notem que a impossibilidade de (51c), (52c) e da contraparte passiva de (53) está relacionada ao banimento de singulares nus em posição de sujeito com interpretação existencial, pois trata-se de sentenças episódicas. Se o singular nu pudesse denotar espécie, essas sentenças deveriam ser possíveis.

(53) Graham Bell inventou telefone a vida inteira.

Passando para as sentenças episódicas, vemos que o singular nu também não é bem-formado com interpretação de espécie:

(54) a. \*Internet chegou no Brasil em 1988.

b. A internet chegou no Brasil em 1988.

(55) a. \*Tomate vai ficando maior conforme se vai pro norte.

b. Os tomates vão ficando maiores conforme se vai pro norte.

Por fim, o teste das espécies bem estabelecidas mostra que o singular nu é bem-formado mesmo quando não se trata de espécies bem-estabelecidas, o que indica, mais uma vez, que não denota espécie:

(56) a. Bolsa Birkin tem alça curta.

b. Bolsa preta tem alça curta.

(57) a. A bolsa Birkin tem alça curta.

b. \*A bolsa preta tem alça curta.

Através dos testes propostos por Krifka et. al. (1995), é possível concluir que os singulares nus em PB não apresentam um comportamento compatível com a denotação de espécie. Apesar disso, veremos na próxima seção que muitos autores analisam esses elementos como nomes de espécie.

### 5.2.3 *Análises para o singular nu*

A discussão sobre o estatuto dos singulares nus em PB segue as mesmas linhas das discussões clássicas sobre os plurais nus apresentadas na sessão anterior. Dentre os principais pontos de conflito entre as diferentes análises estão a denotação do singular nu no PB (massiva, expressão de referência a espécie, etc.), o tipo de sintagma nominal (DP ou NP), o tipo de interpretação (genérica ou existencial) e as posições sintáticas que o singular nu pode

ocupar. A seguir, discutiremos três análises para o singular nu do PB e suas conseqüências para a discussão sobre nomes nus nas línguas naturais.

#### 5.2.3.1 Schmitt e Munn (2002)

Schmitt e Munn defendem que o singular nu não é um nome de massa, pois ao contrário dos nomes de massa “canônicos”, como *ouro*, não permite individuação, ao contrário dos singulares nus contáveis:

- (58) a. \*Ouro pesa duas gramas.  
b. Criança pesa 20 quilos nessa idade.

Além disso, os singulares nus licenciam recíprocos, o que também não é esperado de um nome de massa:

- (59) a. \*Ouro realça um ao outro.  
b. Criança briga uma com a outra.

Retomando a generalização proposta por Longobardi (1994, 2003), discutida na seção 5.1.3, os autores observam que o PB tem adjetivos em posição pré- e pós-nominal<sup>285</sup> e que os singulares nus podem ter interpretação genérica livremente; logo, o PB não deveria apresentar alçamento de nomes próprios para D, o que é confirmado pelos dados:

- (60) a. \*Ele sabe muito sobre Rio antigo.  
b. \* Ele sabe muito sobre antigo Rio.  
c. Ele sabe muito sobre o Rio antigo.  
d. Ele sabe muito sobre o antigo Rio.

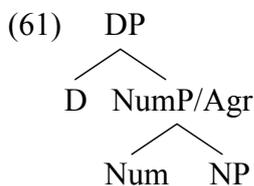
Com isso, os autores concluem que não há evidência de movimento de N para D na sintaxe aberta em PB, o que implica que o PB tem o mesmo tipo de determinante nulo do inglês (para eles, um determinante fraco, que permite que os nomes se alcem para D apenas em LF, em oposição ao determinante forte das línguas românicas, que deve ser checado na sintaxe

---

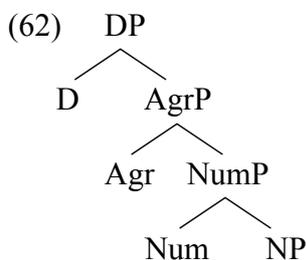
<sup>285</sup> Embora os adjetivos em posição pós-nominal sejam muito mais freqüentes.

aberta). Assim, enquanto em italiano a leitura de espécie requer um determinante expletivo (e é dada pelo definido singular, que é a expressão de referência a espécie por excelência nessa língua), em inglês e em PB os nomes nus têm leitura de espécie.

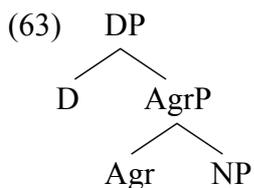
A diferença entre inglês e PB é que em inglês, como vimos anteriormente, os nomes nus plurais denotam espécie, enquanto no PB temos nomes nus singulares com essa propriedade. Para dar conta dessa variação, Schmitt e Munn adaptam a proposta de Bobaljik (1995), como vimos anteriormente, e assumem que em inglês, em que não há concordância interna ao DP, os núcleos NumP (responsável pelo número) e AgrP (responsável pelo gênero) são fundidos:



Já nas línguas românicas, em que há morfologia independente de gênero e número, cada um desses núcleos tem uma projeção independente:



Com base nessa estrutura, Schmitt e Munn propõem que os singulares nus em PB têm a estrutura em (63), com um determinante nulo (fraco) e sem projeção de número:



Ou seja: a possibilidade de termos singulares nus em PB mas não em inglês é resultado da interação entre um determinante nulo e uma projeção NumP independente.

Como evidência para a ausência de número, Schmitt e Munn mostram que o singular nu pode anteceder tanto pronomes singulares quanto pronomes plurais (64), enquanto o plural nu só pode ser retomado por pronomes plurais (65)<sup>286</sup>:

- (64) a. Eu vi criança na sala. E ela tava / elas estavam ouvindo.  
b. Coelho vê o mundo diferente porque é muito pequeno / eles são muito pequenos.
- (65) a. Eu vi crianças na sala. E \*ela tava / elas estavam ouvindo.  
b. Coelho vêem o mundo diferente porque \*é muito pequeno / eles são muito pequenos.

Além disso, um singular nu não é capaz de licenciar o adjetivo *diferente*:

- (66) a. Eles escreveram livros diferentes.  
b. \*Eles escreveram livro diferente.  
c. Eles escreveram um livro diferente.

Por fim, o singular nu força uma leitura durativa em verbos como *escrever*, o que indica que ele não é quantizado:

- (67) a. Eu escrevi carta por duas horas.  
b. #Eu escrevi carta em duas horas.

Como evidência para um determinante nulo, além da discussão baseada em Longobardi (1994, 2003), os autores apresentam evidências de estruturas de coordenação:

- (68) a. O João convidou o amigo e colega pra festa.  
b. O João convidou os amigos e colegas pra festa.  
c. O João convidou amigo e colega pra festa.

Em (68a), a conjunção dos NPs “amigo e colega” sob um único determinante denota a intersecção entre o conjunto dos amigos e o conjunto dos colegas de João, e o determinante definido seleciona um único membro dessa intersecção. A assunção é a de que NPs são predicados, como já mencionamos. Assim sendo, a expectativa é que a conjunção de dois

---

<sup>286</sup> Exemplos (43) e (44), p. 207 de Schmitt e Munn (2002).

predicados gere um único predicado, e é o que observamos em (68a). Quando coordenamos dois nomes nus plurais, como em (68b), podemos tanto ter a interpretação de conjunção de predicados (no caso, o plural de (68a)) ou uma interpretação em que João convidou os amigos e os colegas.

Se um singular nu fosse um NP, a coordenação de dois singulares nus (68c) deveria gerar a mesma interpretação de (68a), e não de (68b). Para Schmitt e Munn, esse não é o caso: (68c) tem a mesma interpretação de (68b)<sup>287</sup>.

Os autores explicam a ambigüidade de (68b-c) em termos estruturais: a leitura de conjunção de predicados é uma coordenação de NPs, e a leitura de indivíduos diferentes é uma coordenação de NumPs. Uma vez que os singulares nus não têm número, não é possível assumir que (68c) seja uma coordenação de NumPs. Mas como há ambigüidade, os autores a tomam como evidência de que em (68c) estamos, na verdade, coordenando DPs.

Por fim, Schmitt e Munn defendem que há uma conexão natural entre “ser não-especificado para número” e “denotar espécie”. Eles assumem ainda que é a presença de NumP que torna um NP singular ou plural (ou seja, NPs são não-diferenciados para singular e plural), removendo os átomos (se plural) ou as pluralidades (se singular). Como um NP é não-diferenciado para número, ele é, de uma certa forma, plural; desse modo, tanto o singular nu quanto o plural nu são plurais. Com isso, espera-se que ambos ocorram essencialmente nos mesmos contextos sintáticos e semânticos, mas espera-se também que haja diferenças. Por exemplo, apenas singulares nus permitem retomada anafórica com pronomes singulares (cf. (64)). Schmitt e Munn especulam ainda que a ausência de especificação para número é a responsável por excluir os singulares nus como sujeitos de sentenças episódicas (cf. (47)), mas não fornecem uma explicação para esse fato.

Assim, vimos que para Schmitt e Munn o singular nu do PB é uma expressão de referência a espécie que possui um D nulo fraco e não é especificado para número.

---

<sup>287</sup> A interpretação de conjunção de predicados não é a mais imediata. A título de ilustração, imagine-se um contexto no qual João convidou um amigo dos tempos de escola, um colega de trabalho com o qual tem pouco contato, e um colega com o qual tem contato freqüente fora do ambiente de trabalho (barzinhos, cinema, futebolzinho de domingo, etc.). Esse último indivíduo possivelmente está na intersecção entre o conjunto dos amigos e o conjunto dos colegas, e mesmo assim a sentença (68c) pode ser usada para descrever a situação. Ou seja, (68c) é verdadeira nesse contexto, o que mostra que a interpretação de conjunção de predicados está disponível.

### 5.2.3.2 Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008)

Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira também assumem que o singular nu do PB é uma expressão de referência a espécie. Para elas, as sentenças em (69) são bem-formadas:

- (69) a. Baleia está em extinção.  
b. Computador foi inventado por Babbage.  
c. Rato foi introduzido na Austrália em 1770.

As autoras também analisam o singular nu do PB como um DP com um determinante nulo e sem projeção de número (seguindo Schmitt e Munn). Para elas, todos os nomes (massivos ou contáveis) são “nus” no léxico, ou seja, não têm nenhuma informação funcional. Desse modo, todos os nomes contáveis são neutros para número no léxico, antes da adição da categoria de número. Um singular nu é, portanto, “nu”, ou seja, não traz informação funcional. A partir disso, as autoras propõem um parâmetro que diferencia o PB das demais línguas românicas: o PB permite que um NP “nu” seja regido por um D nulo; como consequência, o PB permite singulares nus em posição argumental<sup>288</sup>. O fato de nas demais línguas românicas o uso de singulares nus ser altamente restrito é tomado como evidência de que os singulares nus nessas línguas não são DPs, mas sim NPs pseudo-incorporados (cf. também Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal, 2006).

Como vimos, tanto os trabalhos de Schmitt e Munn (2002) quanto Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008) analisam o singular nu como um DP com determinante nulo e sem projeção de número. Além disso, esses autores assumem que o singular nu é uma expressão de referência a espécie. Como veremos a seguir, nenhuma dessas análises é unanimidade entre os pesquisadores.

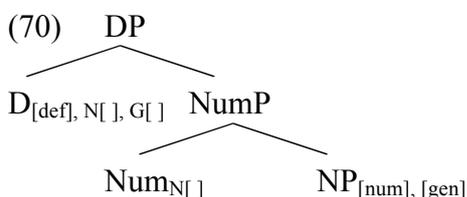
### 5.2.3.3 Lopes (2006)

Lopes propõe uma análise não-unificada para os singulares nus com interpretação existencial e genérica no PB. Ela assume que os nomes entram na derivação valorados para gênero e número, sendo subseqüentemente sondados pelas categorias Num e D, que valoram

---

<sup>288</sup> O determinante nulo que rege o NP “nu” pode denotar duas funções: em contextos existenciais, é uma função que cria entidades neutras para número; em contextos genéricos, é o operador *down* (cf. Chierchia, 1998).

seus traços não-interpretáveis (de número e gênero e número, respectivamente) via *Agree*<sup>289</sup>. Além disso, a autora assume que o núcleo de número é opcional, seguindo Schmitt e Munn (2002). A estrutura está exemplificada a seguir:



Partindo desse conjunto de suposições, Lopes propõe que os singulares nus com interpretação genérica possuem um D expletivo nulo<sup>290</sup> (segundo Zubizarreta e Vergnaud, 1992) que funciona como um operador que toma um nome contável e retorna a espécie, no espírito de Chierchia (1998) (cf. Kester e Schmitt, 2005). Nesses casos, a categoria NumP não é projetada. Já os singulares nus com interpretação existencial projetam NumP e possuem a mesma estrutura dos indefinidos com determinante aberto: seu artigo (nulo ou aberto) é construído como núcleo de NumP. Os singulares nus possuem um traço interpretável [- indefinido], enquanto os indefinidos singulares e plurais com artigo explícito possuem traço interpretável [+ indefinido]. Por fim, o traço não-interpretável de número do artigo nulo só pode ser valorado como [geral]<sup>291</sup>, enquanto o traço de número dos artigos abertos deve ser valorado como singular ou plural<sup>292</sup>.

A diferença proposta por Lopes é baseada nas diferenças observadas quanto às possibilidades de retomada anafórica<sup>293</sup> com os dois tipos de singulares nus, exemplificadas abaixo<sup>294</sup>:

<sup>289</sup>A autora assume a versão de minimalidade de Chomsky (2000), segundo a qual o núcleo Num não intervém entre D e o nome por ser defectivo.

<sup>290</sup> Longobardi (2001, p. 360, nota 26) sugere algo semelhante para os nomes nus do português: “Pending further study of the relevant data, a not unreasonable suggestion is that Portuguese determinerless referential arguments may instantiate not BNs, but definite generics, with the licensing of a null *expletive* article. [...] The guess is preliminary and informal, but not implausible or completely *ad hoc*, given the existence of Portuguese varieties in which even singular arguments can occur bare, with a range of definite generic and indefinite interpretations, which might reveal a ‘hidden’ expletive and indefinite determiner.”

<sup>291</sup> A autora segue Rullman e You (2003), que propõem que os nomes nus com interpretação existencial carregam número geral. O número geral, segundo Corbett (2000), pode ser usado, com concordância singular, para fazer referência a um indivíduo ou a mais de um indivíduo.

<sup>292</sup> Segundo Lopes, as diferenças entre singulares nus e indefinidos singulares e plurais se justifica pois há, como se sabe, diferenças entre ambos, como por exemplo as possibilidades de escopo, como veremos logo adiante.

<sup>293</sup> O julgamento reportado por Lopes (2006) coincide com Schmitt e Munn (1999), mas não com Schmitt e Munn (2002), para quem tanto a retomada com singular quanto a retomada com plural são boas com singulares nus com qualquer interpretação, como vimos anteriormente.

<sup>294</sup> Exemplos (3) e (4), p. 253 de Lopes (2006).

- (71) a. Criança gosta de doce. \*Ela/elas sempre pede(m) pra comprar.  
b. Tem maçã na cesta. Ela/elas não tava(m) madura(s), mas eu trouxe do mercado assim mesmo.

#### 5.2.3.4 Müller (2002a, 2002b)

Müller (2002a) afirma que o singular nu do PB é um indefinido à la Heim (ou seja, uma variável livre) e que a denotação básica dos nomes comuns em PB é massiva, sendo transformada em contável por operadores de singular e plural. Ela também defende que o singular nu não é um DP e não denota espécie. Ela aplica os testes de Krifka et. al. (1995) aos DPs definidos singulares, aos sintagmas nominais singulares com artigo indefinido, aos plurais nus e singulares nus, e conclui que desses, apenas o definido singular denota espécie no PB; os demais são indefinidos heimianos<sup>295</sup>.

Como muitos outros autores, ela também defende que o singular nu em PB não é especificado para número. Como argumentos para isso, a autora aponta que esses elementos têm comportamento não-discreto (72) e não são compatíveis com recíprocos (73) ou com quantificadores distributivos (74)<sup>296</sup>:

- (72) a. O João sempre lê revista depois do jantar.  
b. O João normalmente come maçã de sobremesa.
- (73) a. \*Um colorado detesta um ao outro.  
b. \*Colorado detesta um ao outro.  
c. (Os) colorados detestam uns aos outros.
- (74) a. Cada aluno leu um livro.  
b. \*Cada aluno leu livro.

Para Müller, o comportamento dos singulares nus indica que a denotação dos nomes comuns em PB é massiva no sentido de Link (1983), ou seja, contém todas as porções de

---

<sup>295</sup> Müller conclui que o plural nu é semelhante ao plural nu do inglês, ou seja, é ambíguo entre uma expressão de referência a espécie e um indefinido. O comportamento dos nomes nus plurais foge ao escopo deste trabalho, mas achamos importante salientar que esse comportamento do plural nu pode estar relacionado ao fato de esse tipo de sintagma nominal ser mais comum na escrita.

<sup>296</sup> A partir desses testes, Müller conclui que o singular nu é não-atomizado, enquanto o plural nu denota entidades moleculares (contáveis, mas não atômicas) e o indefinido denota entidades atômicas.

matéria, todos os átomos e todas as moléculas da substância denotada pelo nome<sup>297</sup>. Müller e Oliveira (2004) apresentam como argumentos em favor da denotação massiva do singular no fato de ele poder co-ocorrer com *suficiente* e com “classificadores” massivos como *dez quilos*, características tidas como próprias dos nomes de massa<sup>298</sup>:

- (75) a. Já comprei livro suficiente por hoje.  
 b. Já comprei ouro suficiente por hoje.
- (76) a. O João comprou dez quilos de livro hoje.  
 b. O João comprou dez quilos de ouro hoje.

Müller trata a morfologia de número como operadores, responsáveis por transformar a denotação do nome comum, que é massiva, em contável. O operador SG, quando aplicado, retorna as entidades atômicas na denotação do NP<sup>299</sup>:

- (77) a.  $SG = \lambda P \lambda x [P(x) \wedge At(x)]$   
 At(a): a é um indivíduo contável.

Já a aplicação do operador PL retorna um reticulado formado por todas as entidades não-atômicas, isto é, todas as somas<sup>300,301</sup>:

- (78)  $PL = \lambda P \lambda x [P(x) \wedge Mol(x)]$   
 Mol(a): a é um indivíduo molecular (uma soma individual de dois ou mais indivíduos contáveis) (Link, 1983)

Para Müller (2002a), “if the indefinite singular, the bare singular and the bare plural

<sup>297</sup> Em Müller (2002b), a autora explica que dizer que a denotação do nome comum em PB é massiva significa que ela contém tanto entidades plurais quanto entidades singulares, ou seja, que há uma neutralização da distinção singular/plural.

<sup>298</sup> Elas também apontam que, se os exemplos (58) apresentados por Schmitt e Munn (2002) como evidência contra a denotação massiva dos singulares nus, forem levemente modificados de forma a se tornarem mais simétricos, a diferença entre as sentenças desaparece:

- (i) a. Criança nessa idade pesa vinte quilos.  
 b. Ouro nesse banco pesa um quilo.

<sup>299</sup> (33), p. 297 de Müller (2002a).

<sup>300</sup> Em Müller (2002b) o operador PL é definido de forma levemente distinta; em vez de retornar todas as somas, ele remove todos os átomos da denotação do NP:

- (i)  $PL = \lambda P \lambda x [P(x) \wedge \neg At(x)]$

<sup>301</sup> (34), p. 297 de Müller (2002a).

are all ‘normal’ indefinites in Brazilian Portuguese, they get their generic meaning from the fact that they are participating on generically quantified sentences where their variable gets bound by the GEN(eric) operator” (p. 299), conforme também propõe Longobardi (2003) para as demais línguas românicas. Logo, as diferenças na denotação de cada um desses sintagmas nominais devem ser derivadas pela aplicação dos operadores SG e PL a sentenças genéricas com singulares nus, plurais nus e indefinidos singulares.

A forma lógica da sentença abaixo, em (79b), diz que Jorge geralmente lê uma quantidade indefinida de revistas ou partes de revistas após o jantar. Essa leitura corresponde à intuição dos falantes e é compatível com a denotação massiva do singular nu<sup>302</sup>:

- (79) a. Depois do jantar, Jorge lê revista.  
 b. GEN [s;x] (Jorge in s ^ s is-after-dinner; x is-a-magazine ^ Jorge reads x in s)  
 = GEN [s;] (Jorge in s ^ s is-after-dinner;  $\exists x$  (x is-a-magazine ^ Jorge reads x in s))

Já em relação a (80), Müller toma o artigo indefinido como vácuo, mas indicativo de que o operador SG se aplicou. A forma lógica (80b) diz que Jorge geralmente lê pelo menos uma revista após o jantar. Müller atribui a restrição de unicidade à pragmática<sup>303</sup>:

- (80) a. Depois do jantar, Jorge lê uma revista.  
 b. GEN [s;x] (Jorge in s ^ s is-after-dinner; (uma (SG (magazine)))(x) ^ Jorge reads x in s)  
 = GEN [s;] (Jorge in s ^ s is-after-dinner;  $\exists x$  ( $\lambda y$  [magazine (x) ^ At (y)](x) ^ Jorge reads x in s))  
 = GEN [s;] (Jorge in s ^ s is-after-dinner;  $\exists x$  (x is-a-magazine ^ At (x) ^ Jorge reads x in s))

Por fim, a forma lógica em (81b) indica que Jorge lê duas ou mais revistas após o jantar, novamente de acordo com a intuição dos falantes<sup>304</sup>:

- (81) a. Depois do jantar, Jorge lê revistas.  
 b. GEN [s;x] (Jorge in s ^ s is-after-dinner; PL (magazine)(x) ^ Jorge reads x in s)

<sup>302</sup> (42), p. 300 de Müller (2002a).

<sup>303</sup> (44), p. 300 de Müller (2002a).

<sup>304</sup> (46), p. 301 de Müller (2002a).

= GEN [s;] (Jorge in s ^ s is-after-dinner;  $\exists x (\lambda y [y \text{ is-a-magazine} \wedge \text{Mol}(y)](x) \wedge$   
Jorge reads x in s))

= GEN [s;] (Jorge in s ^ s is-after-dinner;  $\exists x (x \text{ is-a-magazine} \wedge \text{Mol}(x) \wedge$  Jorge reads  
x in s))

Com isso, Müller conclui que a denotação massiva dos nomes comuns, combinada à aplicação dos operadores SG e PL, é suficiente para derivar a interpretação dos três tipos de indefinidos em sentenças genericamente quantificadas no PB.

A proposta da autora tem conseqüências para a hipótese do mapeamento de Diesing (1992), discutida em 5.2.3. Ela mostra que os sintagmas nominais indefinidos sujeitos de sentenças com predicados *i-level* são bem-comportados, ou seja, sempre têm interpretação genérica:

- (82) a. Um lingüista/lingüista é inteligente.  
b. Lingüistas são inteligentes.

A forma lógica em (83a) é uma boa representação para essas sentenças, mas não a forma lógica em (83b)<sup>305</sup>:

- (83) a. GEN[x] [x is-a-linguist][x is-intelligent]  
b. #  $\exists x (x \text{ is-linguist} \wedge x \text{ is-intelligent})$

Já os singulares nus sujeitos de sentenças com predicados *s-level* não são tão bem-comportados. No caso das sentenças habituais (generalizações sobre sujeitos e sobre eventos), os sujeitos têm interpretação genérica e as sentenças são bem-formadas:

- (84) a. Médico anda trabalhando muito ultimamente.  
b. Médicos andam trabalhando muito ultimamente.  
c. Um médico anda trabalhando muito ultimamente.

Em (85) temos a forma lógica correspondente a (84a)<sup>306</sup>:

---

<sup>305</sup> (49) e (50), p. 302 de Müller (2002a).

<sup>306</sup> (51b), p. 302 de Müller (2002a).

(85) GEN[x;s]; [x is-a-physician ^ x in s][s is-working-a-lot-in s]

Contudo, as sentenças com predicados *s-level* e sujeitos existenciais (generalizações sobre eventos) são mal-formadas com um singular nu na posição de sujeito:

- (86) a. \*Médico anda trabalhando muito por aqui.  
b. Médicos andam trabalhando muito por aqui.  
c. Um médico anda trabalhando muito por aqui.

O mesmo ocorre no caso de sujeitos com interpretação existencial em sentenças com predicados episódicos:

- (87) a. \*Médico está trabalhando muito (agora nesse hospital).  
b. Médicos estão trabalhando muito (agora nesse hospital).  
c. Um médico está trabalhando muito (agora nesse hospital).

Ou seja: enquanto o indefinido singular e o plural nu se comportam conforme o esperado em todos os contextos, o singular nu não tem a leitura existencial esperada com predicados de estágio. Müller explica esse contraste defendendo a hipótese de que o singular nu não é um DP, e por isso não pode aparecer em posição argumental. Para ela, nos casos em que o singular nu é sujeito de uma sentença genérica, ele é gerado fora do IP, numa posição A-barras, em uma construção semelhante às construções de *clitic left dislocation* (CLLD) discutidas brevemente no capítulo 3. O singular nu é, na verdade, um tópico, e a posição de sujeito [Spec,IP] é preenchida por um *pro* – por isso não há possibilidade de reconstrução.

Em favor dessa análise, Müller retoma Partee (1991)<sup>307</sup>, para quem a organização da sentença em termos de tópico e foco contribui para a formação das estruturas tripartites: o material focalizado é mapeado no escopo nuclear do quantificador, enquanto o material não-focalizado é mapeado na restrição. Se o singular nu em posição de sujeito (aparente) é na verdade um tópico, será sempre mapeado na restrição, e como consequência, será sempre genérico.

---

<sup>307</sup> Cf. também Rooth (1995), Cohen e Erteschik-Shir (2002) e Farkas e De Swart (2003, 2004).

Um argumento empírico apresentado pela autora vem dos fatos relacionados à concordância. Se assumimos que [Spec,IP] é o *locus* da concordância sentencial, e se é verdade que o singular nu nunca passa por essa posição, é possível explicar os dados abaixo:

- (88) a. Criança é engraçado.  
b. \*Criança é engraçada.  
c. Praia é bonito.  
d. \*Praia é bonita.

Nesses exemplos, percebemos o mesmo comportamento dos dados de sentenças passivas com singulares nus em relação à concordância: o singular nu não dispara concordância de gênero no predicativo, da mesma forma como não dispara concordância de gênero no particípio.

Müller nota que essa análise implica que um singular nu em posição de objeto direto também não é um argumento (pois não é um DP). Segundo a autora, se o singular nu em posição de objeto não é um argumento, isso explica por que ele nunca tem escopo largo<sup>308</sup>:

- (89) a. O João não viu mancha no chão.  
a'. O João não viu nenhuma mancha no chão. (escopo estreito)  
a". #Tinha uma mancha no chão que o João não viu. (escopo largo)

Müller sugere que o singular nu em posição de objeto é um modificador detransitivizador (cf. De Hoop, 1996) ou um restritor de predicado.

Concluindo, vimos que Müller, em oposição aos autores discutidos anteriormente, trata o singular nu como um indefinido heimiano (e não como expressão de referência a espécie) cuja denotação é massiva e cuja estrutura não contém uma camada D.

#### 5.2.4 Confrontando as propostas

Em primeiro lugar, podemos ressaltar que o único traço comum a todas as análises discutidas nesta seção é a neutralidade numérica do singular nu. Por outro lado, vimos que há

---

<sup>308</sup> Apesar de, na maioria dos casos, o plural nu ter apenas escopo estreito, há alguns contextos em que ele pode ter escopo largo, ao contrário do singular nu:

- (i) a. Jorge está procurando artigo de lingüística pra apresentar.  
b. Jorge está procurando artigos de lingüística pra apresentar.  
c. Jorge está procurando um artigo de lingüística pra apresentar.

grandes diferenças quanto aos julgamentos das sentenças com singulares nus, e às diferenças nos julgamentos correspondem diferentes análises.

Em segundo lugar, vemos uma clara divisão entre as análises discutidas acima. Enquanto Schmitt e Munn (2002) e Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008) tratam o singular nu como um DP que contém um determinante nulo e denota espécie, Müller os trata como indefinidos heimianos que não denotam espécie e não são DPs. No restante desta seção, vamos rever os pontos mais polêmicos das análises e arbitrar, na medida do possível, entre elas.

Há uma clara divisão na literatura entre a intuição de Müller (2002a,b) e a intuição dos demais autores discutidos nesta seção quanto à possibilidade de o singular nu denotar espécie. Na seção 5.3.2 aplicamos os testes propostos por Krifka et. al. (1995) e concluímos, seguindo Müller, que os nomes nus singulares não denotam espécie no PB. Por exemplo, vimos que quando um singular nu é combinado com um predicado de espécie, como *estar extinto*, o resultado não é bem-formado:

(90) \*Dinossauro tá extinto.

Por outro lado, vimos que Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008) consideram a sentença abaixo, com o mesmo tipo de predicado, bem-formada:

(91) Baleia está em extinção.

Da mesma forma, Schmitt e Munn (2002) julgam (96) como uma sentença boa em PB:

(92) No ano 2030, gavião-real vai estar extinto.

Interessantemente, a variação observada entre os julgamentos desses autores é encontrada em testes de julgamento de aceitabilidade. Ionin et. al. (2011) testam a aceitabilidade dos singulares nus, plurais nus, indefinidos singulares, definidos singulares e definidos plurais em relação à genericidade no nível do NP e à genericidade no nível da sentença em PB e notam que o singular nu é significativamente mais aceito em contextos de genericidade sentencial do que em contextos de genericidade do NP<sup>309</sup>.

---

<sup>309</sup> É importante salientar que o singular nu não foi 100% rejeitado em contextos de genericidade do NP, assim como também não foi 100% aceito em contextos de genericidade sentencial.

As autoras mostram que o definido singular foi mais usado nos contextos de genericidade do NP do que nos contextos de genericidade sentencial, enquanto o singular nu e o indefinido singular tiveram comportamento oposto; o plural nu e o definido plural foram altamente aceitos nos dois contextos. No contexto de genericidade do NP, o plural nu e o definido plural foram os mais aceitos, seguidos de perto pelo definido singular. A aceitabilidade do singular nu nesse contexto foi baixa, ficando acima apenas do indefinido singular. Já no contexto de genericidade sentencial, o plural nu, o definido plural e o indefinido singular foram igualmente aceitos, seguidos de perto pelo singular nu. O definido singular foi o menos aceito nessa categoria.

O estudo de Ionin et. al., apesar de não ser conclusivo, aponta na direção da intuição de Müller (2002a,b), compartilhada nesta tese: o singular nu não é adequado como expressão de referência a espécie, ou ao menos não é o sintagma nominal mais adequado como expressão de referência a espécie.

A partir desta conclusão, gostaríamos de retomar as sentenças com predicados episódicos discutidas em 5.3.2. Vimos anteriormente que a inaceitabilidade de (97) se deve ao fato de que a posição de objeto de verbos como *inventar* requer um nome de espécie, hipótese confirmada pelos resultados de Ionin et. al.:

(93) \*Graham Bell inventou telefone.

Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008) concordam com o julgamento de (97), mas julgam (94) como gramatical:

(94) (\*)Telefone foi inventado por Graham Bell.

As autoras argumentam que (93) é ruim porque, seguindo Beyssade (2005), o singular nu denota a soma máxima de telefones, e não é possível inventar uma soma de indivíduos, apenas o protótipo (que é um indivíduo atômico). Já “in subject position of a passive the bare singular is the topic of the generalization. This is a characterizing sentence that attributes the stable property of having-been-invented-by-Babbage to the kind/intensional maximal sum of computers and the sentence is acceptable because this property is relevant for the history of the kind.” (p. 118).

Um problema com a argumentação quanto a (93) é que em línguas como o crioulo haitiano, em que o uso dos nomes nus em posição argumental é irrestrito<sup>310</sup>, uma sentença equivalente a (93) é perfeitamente aceitável<sup>311</sup>:

(95) Edison (te) envante anpoul elektrik.

‘Edison inventou a lâmpada.’ (Lit: ‘Edison inventou lâmpada.’)

Ainda que aceitemos a argumentação quanto a (93), (94) deveria ser julgada como pior do que (93), pois além de conter a mesma violação de (93) (qualquer que seja ela), se trata de uma sentença episódica com um singular nu como sujeito, o que, como vimos anteriormente, é fortemente rejeitado no PB.

Segundo Chierchia (1998), expressões que denotam espécie são de tipo <e>; como vimos anteriormente, elementos de tipo <e> podem aparecer livremente em posição argumental. Todavia, de acordo com o parâmetro do mapeamento nominal de Chierchia, nas línguas em que isso acontece não há nem distinção entre nomes massivos e nomes contáveis nem distinção entre singular e plural (o exemplo canônico desse tipo de língua é o chinês). Como é comumente assumido que o singular nu do PB aparece em posição argumental, mas a língua tem tanto a distinção massivo/contável quanto a distinção singular/plural, Schmitt e Munn assumem com Chierchia que o singular nu denota espécie, mas não assumem o parâmetro do mapeamento nominal, e precisam então postular que o singular nu é um DP para que ele possa figurar em posição argumental.

Ora, se um singular nu pode ocupar posições argumentais livremente, sendo seu emprego nessas posições regulado apenas por questões semânticas, a sentença (93) deveria ser boa. Curiosamente, um definido genérico, que também denota espécie no PB, torna a sentença gramatical:

(96) Graham Bell inventou o telefone.

---

<sup>310</sup> Segundo Deprez (2005), os nomes nus nessa língua podem ser usados em posição de sujeito ou objeto, ou como complemento de preposição, com interpretação existencial e genérica, sendo essa última possível tanto em sentenças genericamente quantificadas (ia) quanto com predicados de espécie (ib) (exemplos (1c-d), p. 859):

(i) a. Jouromou pa donnen kalbas.

‘O *jouromou* não produz cabaça.’

b. Elefan ap vin ra.

‘Os elefantes estão se tornando raros.’

<sup>311</sup> Exemplo (1e), p. 859 de Deprez (2005).

A hipótese que emerge a partir da comparação entre (93) e (95) é a de que o definido genérico é o único elemento aceitável nessa posição pois a camada D é necessária para que um elemento ocupe uma posição argumental. O contraste entre as duas sentenças, então, além de poder ser tomado como argumento contra a hipótese de que o singular nu denota espécie, também é um plausível contra-argumento à idéia de que os singulares nus do PB são DPs.

A análise do singular nu como um DP é baseada em Longobardi (1994, 2003). Schmitt e Munn, seguindo esse autor, argumentam que o fato de o PB não apresentar movimento dos nomes próprios de N para D na sintaxe aberta implica que o PB tem o mesmo tipo de determinante nulo do inglês e que os nomes nus do PB denotam espécie.

Há alguns problemas com essa análise. Em primeiro lugar, a generalização proposta por Longobardi prevê que um nome próprio pode ocorrer sem que a posição D seja foneticamente preenchida (*quer por um D expletivo*, quer por movimento de N) apenas se os nomes genéricos também puderem ocorrer *livremente* nas mesmas condições. Schmitt e Munn mostram que não há evidências de movimento de N para D no PB, mas nada dizem sobre o uso de determinantes expletivos com nomes próprios<sup>312</sup>. Além disso, a generalização depende crucialmente de o nome nu poder ser usado livremente com interpretação genérica. Para Longobardi, a relação entre nomes próprios e nomes nus se origina no fato de que ambos são expressões referenciais; para ele, um nome nu só poderá ser referencial se exibir a mesma sintaxe dos nomes próprios, que são as expressões referenciais por excelência.

Em primeiro lugar, os falantes do PB tendem a usar determinantes expletivos com nomes próprios:

- (97) a. O João chegou.  
b. Eu vi a Maria ontem.  
c. Ontem eu fui ao/no Vale do Anhangabaú.  
d. Ele sabe tudo sobre o Rio Antigo.

Logo, mesmo que o PB não apresente movimento de N para D, a posição de D é preenchida – ainda que não pelo nome próprio, mas por um determinante expletivo.

---

<sup>312</sup> A esse respeito, Longobardi (2001, p. 360, nota 26) nota que “[P]ortuguese, especially well studied in recent work by Munn and Schmitt (1999), seems to represent an exception to the general Romance pattern [...] Portuguese apparently admits BNs with a sort of kind-referring reading. By itself, this could just mean that Portuguese has the parameter set on the English value, rather like French does for null subjects. The substantive issue, however, concerns the possible lack of correlation between proper name syntax and bare nominal semantics that is supposed to arise. In fact, Portuguese should behave like English in its proper name syntax, but it clearly does not. In this respect it is a very well-behaved Romance language.”

Em segundo lugar, vimos a partir dos testes de Krifka et. al. (1995) e dos resultados de Ionin et. al. (2011) que os nomes nus singulares não podem ser livremente interpretados como genéricos em PB; pelo contrário, a interpretação genérica desses elementos depende de um operador de genericidade independente.

Com isso, vemos que ainda que o argumento em favor da análise do singular nu como um DP se sustente, a sua análise enquanto expressão de referência a espécie não encontra respaldo. Por outro lado, observamos que a correlação proposta por Longobardi quanto à sintaxe das expressões referenciais se confirma: segundo Ionin et. al., o definido singular e o definido plural são as expressões prototípicas de referência a espécie no PB; logo, tanto nomes próprios quanto expressões de referência a espécie têm a mesma sintaxe, com a posição de determinante preenchida abertamente.

Até o momento, portanto, concluímos que o singular nu não é uma expressão de referência a espécie. Resta determinar se esse elemento pode ser analisado como um DP.

Schmitt e Munn apontam uma análise alternativa segundo a qual os nomes nus em inglês e PB teriam um determinante nulo, enquanto os das demais línguas românicas não. Por essa análise, os nomes nus em italiano, espanhol e PE seriam NumPs<sup>313</sup>, enquanto os nomes nus em inglês e PB seriam DPs. De acordo com essa análise, seria possível explicar por que as demais línguas românicas resistem a um nome nu em posição de sujeito: se os nomes nus nessas línguas são NumPs, e se a posição de Spec,IP é restrita a sintagmas com um traço-D forte (cf. Chomsky, 1995), o fato de os nomes nus serem NumPs dá conta da impossibilidade de ocorrerem como sujeitos.

Uma análise nesses termos somente faria sentido se o singular nu do PB se comportasse exatamente como o plural nu do inglês, e não como os plurais nus das demais línguas românicas. O quadro abaixo sintetiza as características dos nomes nus nessas línguas:

---

<sup>313</sup> Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal (2006) também sugerem que o plural nu de línguas como espanhol e romeno é um NumP.

		<b>PB</b>	<b>românicas</b>	<b>inglês</b>
<b>sujeito</b>	<b>existencial</b>	ok (focalizado)	ok (modificado)	ok
	<b>genérico</b>	ok	ok (modificado)	ok
<b>objeto</b>	<b>existencial</b>	ok	ok	ok
	<b>genérico</b>	ok	PE: ok	ok
			it: ok (modificado)	
<b>leitura de espécie</b>		X	X	ok

Quadro 4: resumo do comportamento dos nomes nus

O quadro revela que, embora os nomes nus sujeitos nas demais línguas românicas requeiram modificação, o comportamento do singular nu em PB se aproxima mais do comportamento das demais línguas românicas do que do comportamento do inglês, especialmente no que tange à leitura de espécie. Visto que a análise de Longobardi se baseia no comportamento dos nomes nus precisamente quanto a essa característica, parece justo afirmar que o singular nu do PB deve ser analisado de forma semelhante às demais línguas românicas, e não ao inglês.

Como evidência independente para a análise do singular nu como um DP, Schmitt e Munn apresentam os dados de coordenação discutidos anteriormente e repetidos abaixo por conveniência:

- (98) a. O João convidou o amigo e colega pra festa.  
b. O João convidou os amigos e colegas pra festa.  
c. O João convidou amigo e colega pra festa.

Como vimos, os autores argumentam que a leitura de conjunção de predicados em (98a) é gerada porque temos coordenação de NPs, que são predicados. Já (98b) é ambígua entre a leitura de conjunção de predicados e a leitura em que o João convidou seus amigos e seus colegas (ou seja, dois conjuntos diferentes). Se singulares nus são NPs, a sentença (98c) deveria ter a mesma leitura de (98a), mas essa não é a interpretação da sentença.

Schmitt e Munn então defendem que a leitura de dois conjuntos de indivíduos em (98b) é gerada pela coordenação de NumPs. Mas como o singular nu não possui a camada NumP, a leitura de dois conjuntos de indivíduos não pode ser gerada por coordenação de NumPs nesse caso. A partir desse raciocínio, os autores tomam a interpretação de (98c) como resultante da coordenação de DPs.

Ao mesmo tempo em que concordamos que o ponto empírico dos autores é consistente, acreditamos que a conclusão de que se não se trata de coordenação de NumPs, só pode se tratar de conjunção de DPs, é um tanto abrupta, especialmente em vista do fato de que há uma outra projeção funcional na estrutura proposta pelos autores, AgrP, que poderia ser o alvo da coordenação. Assim, enquanto concordamos que na sentença (98c) não temos coordenação de NPs, também acreditamos que a hipótese de coordenação de DPs precisa de maiores evidências.

Também a possibilidade de retomada anafórica de um singular nu, usada por Schmitt e Munn (2002) como argumento em favor da neutralidade numérica do singular nu, é relevante para a análise do singular como um DP, uma vez que tem sido comumente assumido que apenas DPs podem introduzir referentes transparentes no discurso (isto é, apenas DPs podem ser retomados anaforicamente). Embora Schmitt e Munn julguem as sentenças, repetidas abaixo por conveniência, como bem-formadas, esse julgamento não é categórico entre todos os falantes, dentre eles a autora desta tese:

- (99) a. (\*) Eu vi criança na sala. E ela tava / elas estavam ouvindo.  
b. (\*) Coelho vê o mundo diferente porque é muito pequeno / eles são muito pequenos.

Também Müller (2004) julga mal-formadas sentenças em que um singular nu é retomado anaforicamente por um pronome<sup>314</sup>:

- (100) a. #Equação quadrática<sub>i</sub> possui pelo menos uma solução e ela<sub>i</sub> sempre possui duas variáveis.  
b. \*Político<sub>i</sub> acha que ele<sub>i</sub> é o máximo.

Como vimos, Müller (2002a) defende que os singulares nus não são DPs. Em favor dessa análise, a autora aponta o fato de o singular nu não disparar concordância com predicativos, como vimos acima. Müller (2004) também argumenta que a neutralidade numérica do singular nu contrasta com o comportamento dos indefinidos, que são sempre claramente singulares ou claramente plurais. Além disso, Müller (2004) mostra que o singular nu, ao contrário dos indefinidos, não introduz nenhuma implicatura quanto ao seu número<sup>315</sup>:

---

<sup>314</sup> Exemplos (66) e (67), p. 91 de Müller (2004).

<sup>315</sup> Exemplos (79) e (80), p. 92 de Müller (2004).

- (101) a. Ontem eu escrevi carta. #Na verdade, eu escrevi cinco.  
b. Ontem eu escrevi uma carta. Na verdade, eu escrevi cinco.

O fato de os singulares nus nunca serem específicos também é um argumento contra eles serem DPs. Isso é evidenciado pelas paráfrases possíveis das sentenças abaixo<sup>316</sup>:

- (102) Jorge procura uma mulher.  
a.’ ‘Tem uma mulher que o Jorge procura.’  
a.” ‘O Jorge procura uma mulher – qualquer uma.’

- (103) Jorge procura mulher.  
a.’ #‘Tem uma mulher que o Jorge procura.’  
a.” ‘O Jorge procura uma mulher – qualquer uma.’

Por fim, Müller (2004) mostra que um singular nu pode ser um predicado secundário, ao contrário de um DP indefinido<sup>317</sup>:

- (104) a. O juiz nomeou Carlos investigador.  
b. \*O juiz nomeou Carlos um investigador.

Vimos no início da sessão 5.2 que DPs, que denotam indivíduos, são de tipo <e>, enquanto NPs são predicados de tipo <e,t>. O fato de um singular nu poder ser um predicado secundário mostra que ele é um predicado e, portanto, corrobora a análise segundo a qual ele é um NP.

Se o singular nu não é um DP, precisamos explicar suas ocorrências em posição de sujeito – ainda que limitadas à interpretação genérica – e em posição de objeto.

Viotti e Müller (2003), partindo da hipótese do mapeamento de Diesing (1992), mostram, a partir de uma série de testes, que sujeitos com interpretação existencial e sujeitos com interpretação genérica ocupam posições diferentes na estrutura da sentença: os sujeitos existenciais ficam em [Spec,IP], ao passo que os sujeitos genéricos ocupam uma posição A-barra.

---

<sup>316</sup> Exemplos (81) e (82), p. 92 de Müller (2004).

<sup>317</sup> Exemplos (83) e (84), p. 92 de Müller (2004).

As autoras retomam o trabalho de Negrão e Müller (1996), no qual é sugerido que “existe uma tendência ao uso da forma possessiva anafórica *seu(s)/sua(s)* quando o sintagma nominal antecedente é genérico, enquanto que se tende a preferir o uso da forma *dele(s)/dela(s)* quando o sintagma antecedente tem leitura existencial” (Viotti e Müller, 2003, p. 441), como mostram os exemplos a seguir<sup>318</sup>:

- (105) a. ...às vezes [um estudante]<sub>i</sub>, [um rapaz<sub>i</sub> que<sub>i</sub> t<sub>i</sub> paga seus<sub>i</sub> estudos com sacrifício] ele não pode ter dinheiro nunca para ir ao teatro... (NURC/SP)  
b. ...foi a primeira peça que [o Ziembinski]<sub>i</sub> apresentou em toda a vida dele<sub>i</sub> na carreira dele... (NURC/SP)

Nos exemplos abaixo, vemos que um sujeito existencial é facilmente retomado pela forma *dele*, enquanto a retomada por *seu* não soa tanto como uma retomada, mas como se o falante estivesse se referindo ao trabalho do ouvinte<sup>319</sup>:

- (106) a. [Aquele aluno do 3º ano]<sub>i</sub> mandou o exercício [dele]<sub>i</sub> pela internet.  
b. ?\*[Aquele aluno do 3º ano]<sub>i</sub> mandou o seu<sub>i</sub> exercício pela internet.

Já as sentenças em (107), com sujeitos genéricos, soam mais estranhas com a retomada por *dele* do que com a retomada por *seu*<sup>320</sup>:

- (107) a. \*Número par<sub>i</sub> é sempre divisível pelos múltiplos dele<sub>i</sub>.  
b. ?Número par<sub>i</sub> é sempre divisível por seus<sub>i</sub> múltiplos.  
c. \*Professor<sub>i</sub> sempre prepara as aulas dele<sub>i</sub> com antecedência.  
d. ?Professor<sub>i</sub> sempre prepara suas<sub>i</sub> aulas com antecedência.  
e. \*Mulher<sub>i</sub> sempre discute os problemas dela<sub>i</sub> com qualquer um.  
f. ?Mulher<sub>i</sub> sempre discute seus<sub>i</sub> problemas com qualquer um.

As autoras tomam os exemplos<sup>321</sup> em (107) como evidência de que “a leitura existencial ou genérica que é atribuída a um sintagma nominal deve estar vinculada à posição que ele ocupa na sentença” (p. 446). Ou seja, se as formas *dele(s)/dela(s)* estiverem se tornando, de fato, as

<sup>318</sup> Exemplos (9) e (10) de Viotti e Müller (2003, p. 441).

<sup>319</sup> Exemplos (11) e (12) de Viotti e Müller (2003, p. 441).

<sup>320</sup> Exemplos (27) a (32) de Viotti e Müller (2003, p. 446).

<sup>321</sup> Mantivemos os julgamentos conforme indicados pelas autoras.

formas prototípicas de ligação-A, é possível assumir que os singulares nus em (107a,c,e) não estão em uma posição-A, mas sim numa posição A-barra<sup>322</sup>.

Viotti e Müller (2003) também discutem casos de movimento-*wh*<sup>323</sup>, pois, como sabemos, um constituinte não pode se mover para uma posição A-barra passando por cima de um outro constituinte em posição A-barra. Se os sujeitos genéricos estão em uma posição A-barra, um movimento-*wh* que os cruze deveria resultar em agramaticalidade devido a uma violação de minimalidade; já os sujeitos existenciais, se estão em [Spec,IP], não devem interferir nos movimentos para posições A-barra. É exatamente o que temos nos exemplos (108) e (109)<sup>324</sup>:

- (108) a. [Que exercícios]<sub>i</sub> os alunos do 3º ano mandaram t<sub>i</sub> pela internet?  
b. [Os exercícios de sintaxe]<sub>i</sub>, os alunos do 3º ano t<sub>i</sub> mandaram pela internet.
- (109) a. \*[Por que múltiplos] número par é sempre divisível?  
b. \*[O que] professor sempre prepara com antecedência?  
c. \*[Que aulas] professor sempre prepara com antecedência?  
d. \*[Como] professor sempre prepara suas aulas?  
e. \*[O que] mulher sempre discute com qualquer um?  
f. \*[Com quem] mulher sempre discute seus problemas?

Uma outra evidência de violação de minimalidade apresentada por Viotti e Müller (2003) são casos de topicalização múltipla. A lógica é a mesma aplicada ao movimento-*wh*, ou seja, elementos em posição A não induzem efeitos de minimalidade, ao contrário de elementos em posição A-barra. No exemplo (110), temos casos de topicalização cruzando sujeitos existenciais sem violação de minimalidade, indicando novamente que esses elementos estão em uma posição A<sup>325</sup>:

- (110) a. Sobre o tempo, o Pedro falou com a Maria.  
b. Com a Maria, o Pedro falou sobre o tempo.

A tentativa de topicalização desses sujeitos cruzando um elemento já topicalizado,

<sup>322</sup> Mas é importante ressaltar que os singulares nus, como já vimos, resistem à retomada anafórica.

<sup>323</sup> As autoras usam o termo *movimento-wh* no sentido de Chomsky (1977).

<sup>324</sup> Exemplos (14) e (15), p. 443, e (33) a (38), p. 447 de Viotti e Müller (2003).

<sup>325</sup> Exemplos (18) e (19), p. 444 de Viotti e Müller (2003).

como em (111), viola minimalidade e é, portanto, agramatical<sup>326</sup>:

- (111) a. \*O Paulo, sobre o tempo, falou com a Maria.  
b. \*O Pedro, com a Maria, falou sobre o tempo.

E, como podemos observar nos exemplos em (112), topicalização cruzando sujeitos singulares nus genéricos também gera agramaticalidade, o que mostra que esses elementos estão, de fato, em uma posição A-barra<sup>327</sup>:

- (112) a. \*As aulas, professor sempre prepara com antecedência.  
b. \*Os problemas, mulher sempre discute com qualquer um.

A partir da argumentação de Viotti e Müller (2003), é possível afirmar que um singular nu em posição pré-verbal de sentenças genéricas não está em [Spec,IP], mas sim numa posição não-argumental. Essa afirmação vai ao encontro da constatação apresentada anteriormente quanto à incompatibilidade de um singular nu na posição pré-verbal de sentenças existenciais: se essa posição é [Spec,IP], e se [Spec,IP] é uma posição restrita a elementos que possuem um traço-D (cf. Chomsky, 1995), temos mais uma evidência de que singulares nus não projetam uma camada D. Essa proposta vai ao encontro da sugestão de Müller (2002a, 2004) de que o singular nu em posição de sujeito não é um sujeito de fato, mas sim um tópico em posição não-argumental. Na próxima seção, discutiremos a viabilidade de uma análise do singular nu como tópico.

#### **5.4 O singular nu sujeito como tópico**

Cohen e Erteschik-Shir (2002) propõem, seguindo a proposta de Partee (1991) mencionada anteriormente, que a estrutura de tópico-foco de uma sentença determina a interpretação dos nomes nus. Assim, um nome nu focalizado será mapeado no escopo nuclear da estrutura tripartite, e um nome nu topicalizado será mapeado na restrição dessa estrutura. Partindo da assunção de que toda sentença deve ter um tópico, e seguindo a proposta de Kratzer (1995) de que os predicados de estágio, mas não os predicados de indivíduo,

---

<sup>326</sup> Exemplos (25) e (26), p. 445 de Viotti e Müller (2003).

<sup>327</sup> Exemplos (39) e (40), p. 448 de Viotti e Müller (2003).

introduzem uma variável espaço-temporal, os autores sugerem que essas variáveis podem ser o tópico, implícito ou explícito, de uma sentença.

Com base nesse conjunto de afirmações, Cohen e Erteschik-Shir explicam a interpretação dos plurais nus nas sentenças abaixo<sup>328</sup>:

(113) a. Boys are present.

‘Meninos são/estão presentes.’

b. Boys are brave.

‘Meninos são corajosos.’

Em (136a) temos um predicado de estágio, que introduz uma variável espaço-temporal. Essa variável pode funcionar como um tópico, mas não precisa fazê-lo necessariamente – o sujeito também pode ser o tópico. Se a variável espaço-temporal for o tópico, o sujeito será mapeado no escopo nuclear e terá interpretação existencial; caso o tópico seja o sujeito, ele será mapeado na restrição e receberá interpretação genérica. O fato de que há dois candidatos a tópico na sentença gera a ambigüidade da sentença, capturada na tradução da sentença. Já em (113b), em que temos um predicado de indivíduo, não há uma variável espaço-temporal.; logo, apenas o sujeito pode ser o tópico. Com isso, o sujeito é sempre mapeado na restrição e é, por conseqüência, sempre interpretado genericamente.

A análise de Cohen e Erteschik-Shir parece traduzir perfeitamente a intuição de Müller (2002a, 2004). Contudo, no quadro proposto pelos autores, os tópicos são sempre referenciais, ou seja, identificam um elemento sobre o qual versa a sentença. Os nomes nus, quando tópicos, devem também ser referenciais; nesse caso, os autores sugerem que os nomes nus fazem referência a espécie. Isso representa um problema para análises como a de Müller (2002a, 2004), pois para ela o singular nu é um tópico, mas *não* denota espécie.

Pontes (1987), em seu trabalho seminal sobre o tópico no português brasileiro, também afirma que os tópicos são sempre definidos no PB, assim como na maioria das línguas de proeminência de tópico (p. 19). Ao mesmo tempo, Pontes nota que uma sentença como (114), em que temos um tópico como nome nu, é perfeitamente aceitável, mas o tópico não pode ser retomado por um pronome-cópia, o que não acontece quando o sintagma tópico é definido<sup>329</sup>:

---

<sup>328</sup> Exemplos (46), p. 140 de Cohen e Erteschik-Shir (2002).

<sup>329</sup> Exemplos (8) e (9), p. 67 de Pontes (1987).

- (114) a. Feijão eu não gosto (\*dele).  
b. Feijão eu não gosto. \*Ele é ruim.

- (115) a. Essa cerveja eu não gosto (dela).  
b. Essa cerveja eu não gosto. Ela é amarga.

Pontes nota também que a retomada por pronome é igualmente ruim nos casos em que um singular nu é o sujeito de uma sentença genérica, como observamos anteriormente<sup>330</sup>:

- (116) Menino não entra! \*Ele é chato.

Chegamos a um impasse: por um lado, temos evidências de que os singulares nus no PB não são DPs, não podendo, portanto, aparecer em posição argumental. Por outro lado, a posição de tópico, que não é argumental e poderia ser uma boa candidata a hospedeira do singular nu pré-verbal, requer sintagmas definidos/referenciais, propriedades que são associadas a DPs e não a NPs. Uma solução seria assumir que o singular nu do PB é uma expressão de referência a espécie, mas vimos anteriormente que as evidências empíricas e experimentais não apontam para isso.

Casielles-Suarez (2004) também explica a posição dos plurais nus em espanhol através das noções de tópico e foco. Ela mostra que os sujeitos pós-verbais são sempre focalizados, e os pré-verbais, sempre topicalizados em espanhol; logo, uma sentença como (117a) seria uma boa resposta a “O que o João fez?”, enquanto (117b) seria uma boa resposta a “O que aconteceu?” ou “Quem ligou?”. O mesmo não é verdade quanto aos plurais nus, que, como vimos anteriormente, podem aparecer tranquilamente como sujeitos pós-verbais, mas não como sujeitos pré-verbais<sup>331</sup>:

- (117) a. Juan ha llamado.  
‘O João ligou.’  
b. Ha llamado Juan.  
‘Ligou o João.’

---

<sup>330</sup> Exemplo (10), p. 67 de Pontes (1987).

<sup>331</sup> Exemplos (1) e (2), p. 101 de Casielles-Suarez (2004).

Segundo Casielles-Suarez, os plurais nus em espanhol podem aparecer em posição pré-verbal se forem topicalizados (118) ou focalizados (119)<sup>332</sup>:

- (118) a. Estudiantes no creo que vengan.  
‘Estudantes, eu não acredito que venham.’  
b. Café no creo que tengan.  
‘Café, eu não acredito que tenham.’

- (119) Langostas destruyeron las cosechas.  
‘Gafanhotos destruíram as plantações.’

Ou seja, plurais nus só podem aparecer em posição pré-verbal em espanhol se estiverem deslocados ou se forem focalizados.

A autora defende, citando uma observação de Lambrecht (1994), que expressões quantificadas universalmente podem ser tópicos, “provided that their referents are coextensive with the entire class designated by the NP” (p. 26). Isso explica por que sintagmas indefinidos genéricos podem ser usados como tópicos. Além disso, Casielles-Suarez nota que essa versão restrita de tópico é problemática para uma língua como o espanhol, em que praticamente qualquer categoria pode ser tópico<sup>333</sup>:

- (120) a. De la conferencia no he oído nada.  
b. Estudiando nunca está.  
c. Que fumas lo sabemos todos.

Além disso, Casielles-Suarez mostra que um plural nu em espanhol não pode aparecer em posição de sujeito não-deslocado, mas pode aparecer como sujeito deslocado<sup>334</sup>:

- (121) a. \*Niños no vendrán después de las siete.  
b. Niños, me imagino que \_\_\_ no vendrán después de las siete.

---

<sup>332</sup> Exemplos (5), (6) e (7), p. 102 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>333</sup> Exemplos (23), (25) e (27), p. 27 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>334</sup> Exemplos (74) e (75), p. 70 de Casielles-Suarez (2004).

A autora defende que os casos em que um plural nu aparece topicalizado (como (118) e (121b)) em espanhol são, na verdade, casos de CLLD sem a presença do clítico. Em favor dessa análise, ela argumenta que não há topicalização “verdadeira” em espanhol, com base no contraste abaixo<sup>335</sup>:

- (121) a. Esa lección Maria la sabe muy bien.  
b. \*Esa lección Maria \_\_ sabe muy bien.

Ela argumenta que nos casos de fronteamto de plural nu o clítico não aparece porque o espanhol perdeu o clítico partitivo que costuma acompanhar o fronteamto de nomes nus em línguas como catalão e italiano. O exemplo abaixo, do catalão, exemplifica a presença do clítico partitivo<sup>336</sup>:

- (122) (De) diners diuen que no **en** té.  
(of) money say-3pl that not cl have-3sg  
'She says she doesn't have money.'

Além disso, não é possível haver uma topicalização e uma CLLD na mesma sentença, mas são possíveis dois ou mais casos de CLLD na mesma sentença (cf. (123)). E o fronteamto de nomes nus pode co-ocorrer com uma CLLD (cf. (124))<sup>337</sup>:

- (123) El regalo a mi madre no se lo he dado todavía.  
the present to my mother not cl cl have-1sg given yet  
'I have not given my mother the present yet.'

- (124) A mi dinero Juan nunca me deja.

Outra evidência em favor da análise de CLLD vem do fato de que o plural nu também não é acompanhado por um clítico quando é apagado, ao contrário do que acontece com os

---

<sup>335</sup> Exemplo (115), p. 80 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>336</sup> Exemplo (116), p. 81 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>337</sup> Exemplo (122), p. 82, e (124), p. 83 de Casielles-Suarez (2004).

demais elementos nominais. Isso mostra que a ausência do clítico se deve às propriedades do plural nu, e não ao tipo de construção<sup>338</sup>:

(125) A: Trajiste los libros?

B: No, no los traje. / \*No, no traje.

(126) A: Trajiste libros?

B: No, no traje.

Com base nessas evidências, Casielles-Suarez assume que os plurais nus “topicalizados” em espanhol são, na verdade, ocorrências de CLLD sem o clítico, cuja ausência é explicada através do desaparecimento, no espanhol, dos clíticos partitivos. A ausência do clítico é relacionada pela autora ao fato de que os nomes nus em espanhol não são DPs, pois tem sido defendido que a presença do clítico como uma espécie de morfema de concordância está relacionada à especificidade do elemento deslocado.

De todo modo, a partir da discussão feita pela autora, a idéia de que o singular nu em posição de sujeito está em posição não-argumental, de tópico, se torna mais tangível. Mas diferente do PB, em espanhol a leitura genérica é impossível para os nomes nus, quer em posição pré-verbal, quer em posição pós-verbal<sup>339</sup>:

(127) a. \*Niños jugaban en la calle.

b. \*Niños (generalmente) juegan en la calle.

c. Jugaban niños en la calle.

d. \*Juegan (generalmente) niños en la calle.

Para dar conta da interpretação dos plurais nus, Casielles-Suarez assume a hipótese do mapeamento de Diesing (1992) e, com base nela, propõe que elementos que recebem interpretação existencial devem estar dentro do VP. Ela então conclui que o plural nu não pode sair do VP em espanhol e que o plural nu não é um DP, mas sim um NP<sup>340</sup>. Com isso, é

---

<sup>338</sup> Exemplos (41) e (43), p. 112-113 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>339</sup> Exemplos (16) – (19), p. 105 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>340</sup> Uma análise semelhante é proposta por Dobrovie-Sorin, Bleam e Espinal (2006), para quem os plurais nus em espanhol são NumPs e nunca deixam o VP. Em comum entre as duas propostas há a idéia de que apenas DPs podem se mover para fora do VP. Para essas autoras, apenas os DPs (e não as demais categorias nominais, como NumP ou NP) precisam ser legitimadas fora do VP. Essa necessidade é relacionada pelas autoras ao traço de Caso, que é tido como uma propriedade da camada D, e não dos elementos nominais em geral.

preciso assumir que nas construções de CLLD o plural nu deslocado é gerado na base. Essa análise parece se confirmar, pois como mostra a autora, não há violação de ilha nessas construções<sup>341</sup>:

- (128) Dinero te pregunta (que) por qué no tiene.  
money cl ask-3sg (that) why not have-3sg  
'Money, she asks you why she doesn't have.'

Assim, o trabalho de Casielles-Suarez evidencia que (i) nomes nus podem ser tópicos; (ii) nomes nus deslocados à esquerda podem ser gerados na base; (iii) a ausência de retomada pronominal com nomes nus se deve ao fato de esse elemento não ser um DP e, portanto, não ser específico. Essas características coincidem com as características do singular no do PB que discutimos anteriormente; logo, uma análise nesses moldes é possível para o PB.

Além disso, há uma assunção bem-estabelecida na literatura segundo a qual sentenças genéricas correspondem a juízos categóricos. Kato (1988) relaciona a expressão de juízos téticos e categóricos no PB à posição do DP. Ela afirma que a ordem VS, possível com um subconjunto dos verbos monoargumentais como vimos anteriormente, corresponde aos juízos téticos, que são caracterizados como sentenças que descrevem estados ou eventos e consistem na apresentação de um objeto<sup>342</sup>. As sentenças com juízos téticos tendem a envolver sintagmas nominais indefinidos não-específicos e favorecem leitura de lista. Segundo Kuroda (1972), DPs de sentenças que expressam juízos téticos são internos ao VP, enquanto DPs de sentenças que expressam juízos categóricos são externos ao VP.

Já Britto (1998) defende que a ordem SV veicula juízos téticos no PB, enquanto as construções de deslocamento a esquerda com pronomes resumptivos veiculam juízos categóricos:

- (129) a. A Maria ligou.  
b. A Maria<sub>i</sub>, ela<sub>i</sub> ligou.

---

<sup>341</sup> Exemplo (51), p. 114 de Casielles-Suarez (2004).

<sup>342</sup> Em oposição aos julgamentos categóricos, que consistem numa estrutura sujeito-predicado, em que se reconhece a existência do sujeito e se predica sobre ele.

Para Britto, o elemento deslocado nas construções de deslocamento a esquerda ocupa uma posição de tópico, com o pronome resumptivo ocupando [Spec,IP]. A mesma estrutura é proposta para sentenças genéricas com plural no sujeito:

(130) Gatos<sub>i</sub>, eles<sub>i</sub> comem peixe.

Vemos então que há uma relação bastante estreita entre a proposta de Britto (1998) e a proposta de Casielles-Suarez (2004) para o espanhol, e vemos que a proposta de Britto é compatível com as características do singular nu que vimos discutindo. Além disso, a idéia de que o singular nu externo ao VP tem leitura forte é compatível com a discussão do capítulo 4<sup>343</sup>.

Contudo, como vimos anteriormente no capítulo, os singulares nus, ao contrário dos plurais, tendem a rejeitar qualquer tipo de retomada anafórica; logo, a previsão é que uma sentença equivalente a (130) com singular nu em lugar do plural gere resultados menos aceitáveis. A previsão é confirmada:

(131) a. \*Banana<sub>i</sub>, ela<sub>i</sub> faz bem pra saúde.  
b. Gato<sub>i</sub>, ele<sub>i</sub> come peixe.

Apesar de o julgamento quanto à retomada variar um pouco entre os falantes, parece categórica a rejeição à retomada de singulares nus com interpretação genérica por pronomes singulares; admite-se a retomada por pronomes plurais e por elementos nulos (SCHMITT; MUNN, 2002; LOPES, 2006):

(132) a. (? )Banana<sub>i</sub>, elas<sub>i</sub> fazem bem pra saúde.  
b. Gato<sub>i</sub> \_\_\_<sub>i</sub> come peixe.

Ainda que se assuma que (132a) é uma sentença bem-formada, a estrutura (132b) certamente é bastante usual. Crucialmente, (132b) não pode ser gerada através de movimento do singular nu, pois isso permitiria a possibilidade de reconstrução e, com ela, singulares nus sujeitos com interpretação existencial, que como vimos são bastante marginais.

---

<sup>343</sup> Por conseqüência, o singular nu com interpretação existencial deve ser interno ao VP e receber Caso fraco, o que também parece se confirmar.

Além dos fatos de concordância usados por Müller como evidência em favor da análise do singular nu como um tópico NP, o contraste em (133) corrobora a análise segundo a qual o singular nu topicalizado é gerado na base:

- (133) a. ??Revista eu acho que foi processada.  
b. Revista eu acho que foi processado.

Vimos no capítulo 1 que a topicalização é o único contexto em que um sintagma nominal pré-verbal pode não concordar com o auxiliar e o particípio de uma passiva. O mesmo ocorre com um singular nu topicalizado; logo, ainda que se argumente que a rejeição a (133) se deva à impossibilidade de estabelecer concordância com um singular nu, o fato de construções de tópico permitirem ausência de concordância mesmo com outros tipos de sintagmas nominais indica que a ausência de concordância é também propriedade dessas construções. Em vista disso, e de toda a discussão precedente, vamos assumir que a hipótese de Müller de que o singular nu é um tópico gerado na base está essencialmente correta.

#### 5.4 Os singulares nus e a concordância

Vimos que, segundo Müller (2002a), o singular nu não é um DP, e por isso não pode ocupar a posição de [Spec,IP]. Müller assume que essa posição é a responsável pelo estabelecimento da concordância; logo, se o singular nu não passa por essa posição (pois, não podendo figurar em posição argumental, é gerado diretamente em posição de tópico), não dispara concordância com um verbo ou predicado.

Começamos a discussão desse capítulo mostrando que também em construções passivas um singular nu não dispara concordância de gênero no particípio, o que é inesperado não só de acordo com a maior parte das análises desses elementos, mas também em vista da análise dada para as construções passivas no capítulo 2, pois em nossa análise, a concordância entre particípio e DP não está relacionada ao movimento do argumento para Spec,IP, e em (134b) o singular nu não está em posição de tópico:

- (134) a. \*Revista foi comprada.  
b. \*Foi comprada revista.  
c. \*Revista foi comprado.  
d. Foi comprado revista.

Temos, então, um impasse, pois a discussão de Müller parece indicar que a posição [Spec,IP] é relevante para o estabelecimento da concordância, o que nos levaria a abandonar a análise proposta no capítulo 2. Por outro lado, não podemos testar a relevância de [Spec,IP] nas sentenças em (134) uma vez que, como vimos ao longo do capítulo, um singular nu em posição de sujeito não aceita a leitura existencial característica dessas construções (como evidencia o fato de tanto (134a) quanto (134c) serem inaceitáveis).

Há, no entanto, alguns contextos sintáticos em que é possível manter o singular nu em [Spec,TP] de uma passiva. Um exemplo são construções passivas encaixadas com verbos de percepção na oração matriz:

- (135) a. Eu vi revista ser processada pelo Berlusconi.  
b. \*Eu vi revista ser processado pelo Berlusconi.

- (136) a. Eu vi revista sendo processada pelo Berlusconi.  
b. \*Eu vi revista sendo processado pelo Berlusconi.

Nesses casos, notamos que o singular nu força concordância de gênero no participípio.

Se o singular nu é mantido em sua posição de base, novamente a manifestação de concordância é rejeitada:

- (137) a. Eu vi ser processado (muita) revista no governo Berlusconi.  
b. \*Eu vi ser processada (muita) revista no governo do Berlusconi.

Com predicados de alçamento, vemos que o singular nu é impossível como sujeito, quer da oração matriz, quer da oração passiva encaixada, o que constitui evidência forte de que singulares nus não são aceitáveis como sujeitos com interpretação existencial:

- (138) a. \*Parece que revista foi processada pelo Berlusconi.  
b. \*Parece que revista foi processado pelo Berlusconi.

- (139) a. \*Revista parece que foi processada pelo Berlusconi.  
b. \*Revista parece que foi processado pelo Berlusconi.

E novamente, se o singular nu permanece em sua posição de base, a concordância com o particípio é rejeitada:

- (140) a. Parece que foi processado (muita) revista no governo do Berlusconi.  
b. \*Parece que foi processada (muita) revista no governo do Berlusconi.

A focalização do singular nu com a partícula *só* também permite que esse elemento permaneça em posição pré-verbal. Nesses casos, vemos que há preferência pela concordância, especialmente se o singular nu é [+humano]:

- (141) a. Só revista foi processada no governo do Berlusconi.  
b. ?Só revista foi processado no governo do Berlusconi.

- (142) a. Só vaca foi vendida ontem na feira.  
b. ?Só vaca foi vendido ontem na feira

- (143) a. Só mulher foi entrevistada pro cargo de auxiliar de enfermagem.  
b. ??Só mulher foi entrevistado pro cargo de auxiliar de enfermagem.

Novamente, se o singular nu permanece em sua posição de base, em todos os casos a concordância é rejeitada:

- (144) a. Só foi processado revista no governo do Berlusconi.  
b. \*Só foi processada revista no governo do Berlusconi.

- (145) a. Só foi vendido vaca ontem na feira.  
b. \*Só foi vendida vaca ontem na feira

- (146) a. Só foi entrevistado mulher pro cargo de auxiliar de enfermagem.  
b. \*Só foi entrevistada mulher pro cargo de auxiliar de enfermagem.

Podemos concluir então que o singular nu apresenta as mesmas correlações entre ordem e concordância observadas no capítulo 1 em relação a sintagmas nominais plenos. Essa observação descarta, ao menos em princípio, a possibilidade de que a ausência de

concordância entre o singular nu e o particípio fosse gerada pela ausência da camada DP. A única diferença é que os singulares nus, ao contrário dos demais elementos nominais, jamais disparam concordância quando permanecem em sua posição de base. No início do capítulo, descartamos a possibilidade de que os singulares nus sempre recebam Caso inerente. Na próxima seção, discutiremos a possibilidade de que esses elementos sejam incorporados em PB.

### **5.5 Os singulares nus objeto como estruturas de incorporação**

Há uma certa controvérsia quanto à possibilidade de incorporação no PB. Saraiva (1997) defende que todos os singulares nus em posição de objeto direto são incorporados; já Taveira da Cruz (2008) contraria essa análise com base em dois fatores: (i) os singulares nus em posição de objeto direto no PB não apresentam uma série de características típicas das construções de incorporação das línguas em que esse fenômeno é produtivo; e (ii) as análises comumente dadas aos singulares nus do PB afirmam que eles são DPs (como vimos acima).

Ao comparar o PB com línguas tipicamente de incorporação, Taveira da Cruz evidencia que, de fato, as construções [V singular nu] do PB não apresentam as características “canônicas” de construções incorporadas. Todavia, o próprio autor admite que não existe uma uniformidade no comportamento de estruturas incorporadas; ele aponta como características principais de estruturas de incorporação (i) formação de um predicado complexo ou mudança na transitividade do verbo; (ii) a estrutura incorporada descreve um evento ou situação culturalmente/socialmente saliente/relevante naquela sociedade; (iii) tanto o nome incorporado quanto o verbo aparecem com morfologia mínima; (iv) o nome incorporado tem sempre escopo estreito.

Apesar de os singulares nus em posição de complemento de VP no PB não apresentarem todos os comportamentos apontados acima, eles possuem algumas das características sintáticas e semânticas que caracterizam a incorporação. Em primeiro lugar, a ausência de concordância em contextos que deveriam manifestá-la, como a posição de objeto das construções passivas, evidencia que o elemento ao qual o nome se incorpora aparece em sua forma mais básica<sup>344</sup>. Em segundo lugar, vimos anteriormente que não só os singulares nus não necessariamente são DPs, como também várias de suas características são mais facilmente explicadas se esses elementos são tratados como NPs. Há também o fato de que,

---

<sup>344</sup> O argumento é, na verdade, ainda mais forte, pois não há opcionalidade na concordância, como nos outros contextos discutidos nesta tese; a concordância aqui é inaceitável mesmo para aqueles falantes que rejeitam a ausência de concordância com os demais tipos de elementos nominais.

apesar de terem uma leitura dita “indefinida”, os singulares nus no PB têm sempre escopo estreito, como podemos perceber pelos exemplos a seguir:

- (147) a. O João não viu uma mancha no chão.  
a'. Tinha uma mancha no chão que o João não viu. (escopo largo)  
a''. O João não viu nenhuma mancha no chão. (escopo estreito)
- (148) a. O João não viu mancha no chão.  
a'. O João não viu nenhuma mancha no chão. (escopo estreito)  
a''. #Tinha uma mancha no chão que o João não viu. (escopo largo)

O conceito de “descrever um evento ou situação culturalmente/socialmente saliente/relevante na sociedade” é sugerido por Carlson (2006) como uma das características de estruturas incorporadas, mas outros autores não consideram que essa seja uma propriedade fundamental dessas construções. E a propriedade formal de formação de um predicado complexo ou mudança na transitividade é reconhecida pelo próprio Carlson como característica de línguas polissintéticas, morfologicamente complexas, e não de todas as línguas que permitem incorporação. Logo, não é óbvio que a ausência dessas características no PB descarte uma análise de incorporação para o singular nu<sup>345</sup>.

Carlson (2006) apresenta, além das características discutidas acima, algumas outras características fundamentais para todas as estruturas incorporadas. A primeira delas é formal e determina que a estrutura incorporada sempre tem uma contraparte sintática em que o argumento é plenamente realizado em sua posição de base<sup>346</sup>:

- (149) a. Enan qaa-t qErir-ninet.  
3SG.ERG rena.ABS.PL procurar.3.SG.S/3.PL.O  
b. Etlon qaa-rer-g'e.  
3SG.ABS rena-procurar3SG.S  
'Ele está procurando rena.' (Chukchi, exemplos de Spencer, 1995)

<sup>345</sup> Mas é digno de nota que, como vimos no capítulo 3, a inversão de sujeito com verbos transitivos tende a ser melhor aceita quando o objeto é um elemento de baixa referencialidade – em especial com nomes nus (cf. Pilati, 2006). Se a restrição de monoargumentalidade se aplica ao PB, como parece ser o caso, e se as estruturas em que a ordem VOS é possível contêm nomes nus na posição de objeto, uma análise de incorporação explicaria o porquê: o nome nu em posição de objeto, estando incorporado, alteraria a transitividade do verbo, tendo efeito semelhante ao de um clítico e permitindo a ocorrência de inversão. Essa intuição é semelhante a de Müller (2002a), que considera que o singular nu é um modificador detransitivizador (DE HOOP, 1996).

<sup>346</sup> Exemplo (2), p. 36 de Carlson (2006).

No PB, toda sentença passiva com um argumento singular nu tem uma contraparte com DP pleno:

- (150) a. Foi comprado revista.  
b. Foram comprada(s) algumas/duas/revista(s).  
c. Foi comprado umas/duas revista(s).

Quanto às características semânticas das estruturas incorporadas, Carlson indica as seguintes propriedades: o nome incorporado deve ser interpretado como um indefinido (e não como um definido ou como uma expressão quantificada), deve ser não-específico e deve ter apenas escopo estreito. Já mostramos que os nomes nus singulares sempre têm escopo estreito em PB; quanto às demais características, vemos que o nome ‘revista’ em (10a) é interpretado como um indefinido, só pode receber interpretação existencial e é não-específico. O mesmo acontece quando o nome nu singular está em posição de objeto de uma sentença ativa:

- (151) Eu comprei revista.

Além disso, Carlson aponta que apenas predicados de estágio permitem incorporação; crucialmente, predicados disposicionais como ‘odiar’ e ‘conhecer’ estão sistematicamente excluídos. Esse parece ser um contra-argumento para a incorporação em PB, pois os nomes nus singulares podem perfeitamente aparecer nessa posição:

- (152) a. Eu odeio revista.  
b. Eu conheço (bem) lei.

Nesses casos, o singular nu tem leitura genérica, e sabemos, desde o trabalho de Kratzer (1995), que objetos interpretados genericamente devem estar fora do VP; logo, devemos assumir que não estão em sua posição de base e conseqüentemente não são incorporados (MÜLLER, 2002b).

Por fim, Carlson aponta que os nomes incorporados são neutros para número. Novamente, observamos que o singular nu em posição de objeto tem essa característica: as sentenças (150a) e (151) são verdadeiras se uma ou mais revistas tiverem sido compradas.

Assim, vemos que apesar de os singulares nus em posição de objeto no PB não apresentarem todas as características de um nome incorporado, apresentam boa parte delas. Das que não são características do PB, uma é típica de línguas polissintéticas (logo, entende-se que não faça parte do PB) e a outra não é amplamente aceita como definidora de uma estrutura de incorporação. Aliás, o próprio Carlson afirma sobre o PB que

[a] similar case might be made on the basis of bare singular forms in Brazilian Portuguese (Munn & Schmitt 1999; Schmitt & Munn 1999), though these, also appearing in subject position, seem initially less likely to be considered formally incorporated forms. But here, too, their detailed semantic evaluation appears to show that all the stable properties are fulfilled in this construction. (Carlson, 2006, p. 41)

Ou seja: mesmo ele acredita que uma análise dos singulares nus do PB em termos da incorporação é, em princípio, viável.

Além dessas características apontadas por Carlson, Farkas e de Swart (2003, 2004) apontam que os nomes incorporados normalmente têm um papel semântico reduzido, são menos salientes informacionalmente (intuitivamente, são parte do *background*)<sup>347</sup> e tendem a ser discursivamente opacos.

Vimos anteriormente que há controvérsia quanto à possibilidade de um singular nu poder ser retomado por um elemento anafórico em PB. Schmitt e Munn (2002) mostram que um pronome singular não pode se referir a um singular nu em contexto genérico, enquanto em contextos existenciais o singular nu poderia ser retomado tanto por um pronome singular quanto por um pronome plural.

Esse julgamento, como vimos acima, não é compartilhado por todos os falantes do PB. Vejamos o que acontece com os singulares nus argumentos de passivas:

- (153) a. ??Foi comprado revista. Ela tava desatualizada.  
b. ??Foi comprado revista. Elas tavam rasgadas.

---

<sup>347</sup> Essas características são de difícil formalização, mas há uma forte intuição de que os nomes incorporados as possuem. Szabolcsi (1997), seguindo essa intuição, trata os nomes incorporados como modificadores do predicado. Na discussão da seção 4.XX concluímos que as construções passivas que envolvem Caso inerente são construções de foco largo, em que há uma proeminência do evento. O mesmo é verdade das construções passivas com singular nu: numa sentença como (10a), não importa quem comprou ou quantas e quais revistas foram compradas; a intuição é que a sentença é sobre um evento de compra de revistas.

Conforme o esperado a partir da discussão, os julgamentos dos falantes consultados não são muito claros quanto a essas sentenças; de todo modo, há algum grau de rejeição a essas sentenças.

Apesar de Farkas e de Swart apontarem que as estruturas de incorporação não se comportam de maneira uniforme translingüisticamente quanto a essa característica, o fato de a retomada anafórica ser difícil nos exemplos em (153) pode ser evidência de que os singulares nus não são DPs nessas construções, pois autores como Kester e Schmitt (2007) assumem que apenas DPs podem introduzir referentes discursivos independentes e transparentes. Se as sentenças em (153) têm baixa aceitação, temos aí mais um argumento contra a análise que classifica os singulares nus do PB como DPs.

Podemos concluir da discussão acima que os singulares nus em posição de objeto são passíveis de uma análise em termos de incorporação.

Contudo, a literatura sobre incorporação é bastante específica sobre o tipo de elemento que pode ser incorporado. Tradicionalmente (BAKER, 1988; FARKAS E DE SWART, 2004; CARLSON, 2006) assume-se que apenas N<sup>o</sup> pode ser incorporado. O trabalho de Massam (2001) mostrou que, em algumas línguas, ocorre um processo de pseudo-incorporação, que atinge não N<sup>o</sup>, mas NPs. Esse mesmo processo, muitas vezes assimilado à incorporação semântica (VAN GEENHOVEN, 1998), também é freqüente com indefinidos fracos (CARLSON, 2006).

Seja como for, os dados do PB evidenciam que um singular nu é, na verdade, pseudo-incorporado; isso porque os singulares nus podem ser modificados por adjetivos e PPs, formando NPs<sup>348</sup>:

- (154) a. De Natal eu só ganhei camisa roxa.  
b. O João lê artigo de lingüística o dia todo.

O mesmo pode acontecer nas construções passivas:

- (155) a. Só foi queimado revista velha.  
b. No governo Olívio só foi censurado jornalista de direita.

---

<sup>348</sup> Ou *n*Ps. A distinção é imaterial para a discussão.

Notem, a esse respeito, que as sentenças em (155) pioram um pouco se for removida a partícula *só*. Segundo De Swart (c.p.), isso é esperado, pois essa partícula ajuda a particionar a sentença na estrutura de quantificação, de modo que *revista* é mapeado no escopo nuclear e *velha* é mapeado na restrição.

## 5.6 Conclusão

Vimos nesse capítulo que a análise tradicional dada ao singular nu do PB, segundo a qual esse elemento é um DP sem traço de número que pode fazer referência a espécie, não é a mais adequada frente às intuições de alguns autores e da maioria dos informantes desta tese, bem como dos resultados do trabalho de Ionin et. al. (2001). Propusemos uma análise alternativa, fortemente baseada em Müller (2002a, 2004), segundo a qual o singular nu é um tópico gerado na base quando aparece em posição de sujeito, e é pseudo-incorporado ao VP quando aparece em posição de objeto com leitura existencial. A impossibilidade de leitura existencial dos singulares nus sujeitos é explicada assumindo que o singular nu, por não ser um DP, não pode ocupar posições argumentais como Spec,vP e Spec,IP; por isso, não há possibilidade de que o singular nu seja reconstruído em uma dessas posições de modo a ser interpretado existencialmente.

## 6 CONCLUSÃO

Nosso objetivo principal ao longo desta tese foi articular a empiria e a teoria. Como primeiro objetivo, nos propusemos descrever detalhadamente os padrões de concordância possíveis nas construções passivas do PB e, em seguida, debater a fundo os modelos de concordância disponíveis na literatura minimalista recente, de modo a verificar se algum deles seria capaz de dar conta dos dados. Como vimos no capítulo 2, quase todos os modelos discutidos deram conta do conjunto de dados, ainda que mediante algum tipo de reformulação.

Um objetivo secundário, mas não menos importante, foi discutir a possibilidade de licenciamento da ordem V DP com inacusativos e passivas através do apagamento de cópias; para isso, procuramos mostrar, no capítulo 3, que embora a ordem V DP seja restrita no PB, ela é possível justamente com esse conjunto de predicados, e tem sido consistentemente associada a uma estrutura informacional distinta daquela veiculada pela ordem canônica. Vimos, nesse sentido, que a ordem V DP tem sido associada a construções de foco largo ou apresentacional, bem como de foco do DP, a depender das características (forte ou fraco) deste. Mais adiante, vimos também que a ordem V DP foi considerada por Kato a ordem de expressão dos juízos téticos com verbos inacusativos.

Por fim, tínhamos como objetivo explicar a ausência de concordância em contextos em que ela deveria acontecer; especificamente, quando uma passiva toma como complemento um singular nu. Concluímos, a esse respeito, que o singular nu é pseudo-incorporado nessas construções, uma análise que pode facilmente ser estendida a todos os casos de singulares nus em posição de objeto.

A articulação entre estrutura sintática e expressão de juízos téticos e categóricos também possibilitou explicarmos a possibilidade de um singular nu figurar como tópico no PB quando possui interpretação genérica. A esse respeito, vimos que há correlações fortes entre interpretações fracas ou existenciais de nominais, permanência desses DPs no VP (possivelmente por meio de pseudo-incorporação ou incorporação semântica), atribuição de Caso fraco e ausência de concordância. Do mesmo modo, vimos que nominais com interpretação forte, como os genéricos, devem sair do VP ou ser gerados fora dele, recebem Caso estrutural forte e normalmente envolvem manifestação de concordância. Essas correlações, apesar de serem explicadas por meio de noções um tanto vagas como pseudo-incorporação e Caso fraco, se mostram fortes não apenas no PB, mas num grande número de línguas, e devem ser levadas em conta.

Em relação aos singulares nus, vimos que os singulares nus genéricos são possíveis em posição de sujeito e objeto; no caso da posição de objeto, somos forçados a assumir, seguindo Kratzer (1995) e por uma questão de coerência, que se movem sempre para fora do VP. O modelo de Bošković (2007), segundo o qual todo argumento deve se mover para valorar Caso, captura essa intuição de modo mais geral.

Por fim, a relação observada entre a ausência de camada D no singular nu e ausência de concordância, por sua vez, corrobora a conclusão de Simioni (2007) quanto à aquisição da concordância nominal, que consistia justamente na observação de que a camada D é necessária não apenas para a manifestação da concordância interna ao DP, mas também da concordância sentencial. Nesse sentido, a pesquisa e os resultados desta tese ajudam a jogar luz sobre essa hipótese, que ainda requer maior aprofundamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEJAR, S. **Phi-syntax: a theory of agreement**. PhD dissertation, University of Toronto, 2003.

\_\_\_\_\_. Conditions on phi-agree. In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BEJAR, S. (Ed.) **Phi-theory: phi-features across modules and interfaces**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 130-154.

BELLETTI, A. The Case of unaccusatives. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 19, n. 1, p. 1-34, 1988. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4178572>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Generalized verb movement: Aspects of verb syntax**. Torino: Rosenberg & Sellier, 1990.

\_\_\_\_\_. “Inversion” as focalization and related questions. **Catalan Working Papers in Linguistics**, Barcelona, v. 7, p. 9-45, 1999. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/CatalanWP/article/view/18136/17977>>. Acesso em: 25/09/2011.

\_\_\_\_\_. Aspects of the low IP area. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Structures and strategies**. New York/London: Routledge, 2009. p. 161-191. (Routledge Leading Linguists, 16).

\_\_\_\_\_. Extended doubling and the vP-periphery. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Structures and strategies**. New York/London: Routledge, 2009. p. 201-223. (Routledge Leading Linguists, 16).

BENINCÀ, P. L'ordine degli elementi della frase e le costruzioni marcate: soggetto postverbale. In: RENZI, L.; SALVI, G.; CARDINALETTI, A. (Ed.) **Grande grammatica di consultazione, v. 1**. Bologna: Il Mulino, 1988. p. 123-125.

BENINCÀ, P.; SALVI, G. L'ordine normale degli elementi nella frase semplice. In: RENZI, L.; SALVI, G.; CARDINALETTI, A. (Ed.) **Grande grammatica di consultazione, v. 1**. Bologna: Il Mulino, 1988. p. 119-129.

BENTIVOGLIO, P.; D'INTRONO, F. **Orden de palabras y posición del sujeto en español de Caracas**. Trabalho apresentado no V Encontro da ALFAL, Caracas, 1978.

BERLINCK, R. **A ordem V SN no português do Brasil: Sincronia e diacronia**. 265f. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1988. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000059648>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Ed.) **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.

BEYSSADE, C. Les defines génériques en français: noms d'espèces ou sommes maximales. In: DOBROVIE-SORIN, C. (Ed.) **Noms nus et généricité**. Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes, 2005. p. 33-64.

BOECKX, C. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Agreement systems**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 1-12. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 92).

BOBALJIK, J. **Morpho-syntax: the syntax of verbal inflection**. PhD dissertation, MIT, 1995. Disponível em: <<http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/11351>>. Acesso em: 24/09/2011.

BORER, H. **Parametric syntax**. Dordrecht: Foris, 1984.

BOŠKOVIĆ, Z. On the locality of Move and Agree: An even more minimal theory. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 38, n. 4, p. 589-644, 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40071409>>. Acesso em: 24/09/2011.

BRANDI, L.; CORDIN, P. Dialetti e italiano: un confronto sul parametro del soggetto nullo. **Rivista di grammatica generativa**, v. 6, p. 33-87, 1981.

\_\_\_\_\_. Two Italian dialects and the null subject parameter. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (Ed.) **The null subject parameter**. Dordrecht: Reidel, 1989. p. 111-142.

BRITTO, H. **Deslocamento à esquerda, resumptivo-sujeito, ordem SV e codificação sintática de juízos tético e categórico no português do Brasil**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BURZIO, L. **Italian syntax**. Dordrecht: Foris, 1986.

CARDINALETTI, A. Agreement and control in expletive constructions. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 28, n. 3, p. 521-533, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178989>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. A second thought on *emarginazione*: destressing vs. “right dislocation”. In: CINQUE, G.; SALVI, G. (Ed.) **Current studies in Italian syntax: essays offered to Lorenzo Renzi**. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 117-135.

CARLSON, G. **Reference to kinds in English**. PhD dissertation, University of Massachusetts, 1977.

\_\_\_\_\_. Weak indefinites. In: COENE, M.; D'HULST, Y. (Ed.) **From NP to DP, v. 1: the syntax and semantics of noun phrases**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 195-210. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 55)

\_\_\_\_\_. The meaningful bounds of incorporation. In: VOGEELEER, S.; TASMOWSKI, L. (Ed.) **Non-definiteness and plurality**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 35-50. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 95)

CECCHETTO, C. Doubling structures and reconstruction. **Probus**, Nijmegen, v. 12, n. 1, p. 93-126, 2000. Disponível em:

<<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/prbs.2000.12.1.93>>. Acesso em: 25/09/2011.

CHAVES, A. S. A ordem VS no português da fronteira. In: TARALLO, F. (Ed.) **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, 1989. p. 65-79.

CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. **Natural Language Semantics**, v. 6, n. 4, p. 339-405, 1998.

Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/n4m54844017n6537/fulltext.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

CHOMSKY, A. N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

\_\_\_\_\_. **The minimalist program**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (Eds.) **Step by step: essays in honor of Howard Lasnik**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000. p. 89-155.

\_\_\_\_\_. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.) **Ken Hale: a life in language**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001. p. 1-52. (Current Studies in Linguistics, 36).

\_\_\_\_\_. On phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C.; ZUBIZARRETA, M. L. (Ed.) **Foundational issues in linguistic theory**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. p. 133-166.

CHOMSKY, A. N.; HALLE, M. **The sound pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.

CHOMSKY, A. N.; LASNIK, H. The theory of Principles and Parameters. In: CHOMSKY, A. N. **The minimalist program**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995. p. 13-127.

COELHO, I. L. **A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. 245f. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000a.

\_\_\_\_\_. A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, 0. 47-74, 2000b.

COELHO, I. L.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. O efeito de definitude na ordem V DP: um caso de focalização? **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-4, 2001. Disponível em: <[http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano3\\_no1\\_44.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano3_no1_44.pdf)>. Acesso em: 24/09/2011.

COELHO, I. L.; WERNER, A.; ARDUIN, J. Uma contribuição para a descrição do português falado em Santa Catarina: a ordem verbo-sujeito. **Working papers em lingüística**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/4785/4101>>. Acesso em: 25/09/2011.

COHEN, A.; ERTESCHIK-SHIR, N. Topic, focus and the interpretation of bare plurals. **Natural Language Semantics**, v. 10, n. 2, p. 125-165, 2002. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/jyff19q4p6kx6gf0/fulltext.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

CONTRERAS, H. Spanish bare NPs and the ECP. In: BORDELOIS, I.; CONTRERAS, H.; ZAGONA, K. (Ed.). **Generative Studies in Spanish Syntax**. Dordrecht: Foris, 1986. p. 25-49.

CORBETT, G. **Number**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

COSTA, J. Postverbal subjects and agreement in unaccusative contexts in European Portuguese. **The Linguistic Review**, Dordrecht, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2001. Disponível em: <<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/tlir.18.1.1>>. Acesso em: 24/09/2011.

COSTA, J. et. al. **Considerações sobre a ordem VS e sujeito nulo em português europeu e português brasileiro**. Trabalho apresentado no Terceiro Colóquio PEPB, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Nominal and verbal agreement in Portuguese: An argument for Distributed Morphology. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Studies on agreement**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 25-46. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 86).

COSTA, J.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese: Evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C. et. al. **Romance Languages and Linguistic Theory 2000: Selected papers from Going Romance 2000**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002. p. 109-125.

DE HOOP, H. **Case configuration and noun phrase interpretation**.

DELFITTO, D. 8 Bare Plurals. In: EVERAERT, M.; VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.) **The Blackwell Companion to Syntax**. Malden: Blackwell Publishing, 2005. Blackwell Reference Online, 09 November 2007 <[http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405114851\\_chunk\\_g978140511485111](http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405114851_chunk_g978140511485111)>

DEPREZ, V. Semantic effects of agreement: the case of French past participle agreement. **Probus**, v. 10, n. 1, p. 1-66.

\_\_\_\_\_. Morphological number, semantic number and bare nouns. **Lingua**, v. 115, n. 6, p. 857-883, 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024384104000130>>. Acesso em: 25/09/2011.

DIESING, M. **Indefinites**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992. (Linguistic Inquiry Monographs, 20)

DISCIULLO, A. M.; WILLIAMS, E. **On the definition of word**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1987. (Linguistic Inquiry Monographs, 14).

DOBROVIE-SORIN, C. Number as a feature. In: BRUGÉ, L.; CARDINALETTI, A.; GIUSTI, G.; MUNARO, N.; POLETO, C. (Ed.) **Functional heads**. New York: Oxford, 2011. To appear.

DOBROVIE-SORIN, C.; PIRES DE OLIVEIRA, R. Reference to kinds in Brazilian Portuguese: definite singulars vs. bare singulars. In: GRØNN, A. (Ed.) **Proceedings of SuB12**. Oslo: ILOS, 2008. p. 107-121. Disponível em: <[http://www.hf.uio.no/ilos/forskning/aktuelt/arrangementer/konferanser-seminarer/2007/SuB12/proceedings/dobrovie-sorin\\_oliveira\\_107-121.pdf](http://www.hf.uio.no/ilos/forskning/aktuelt/arrangementer/konferanser-seminarer/2007/SuB12/proceedings/dobrovie-sorin_oliveira_107-121.pdf)>. Acesso em: 24/09/2011.

DOBROVIE-SORIN, C.; BLEAM, T.; ESPINAL, M. T. Bare nouns, number, and types of incorporation. In: VOGELER, S.; TASMOWSKI, L. (Ed.) **Non-definiteness and plurality**. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p. 51-79. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 95)

DUARTE, M. E. 151f. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

EMBICK, D. **Voice and the interfaces of syntax**. PhD dissertation, University of Pennsylvania, 1997.

EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001. Disponível em: <<http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/002438901753373005>>. Acesso em: 24/09/2011.

ENÇ, M. The semantics of specificity. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4178706>. Acesso em: 25/09/2011.

FARKAS, D.; DE SWART, H. **The semantics of incorporation**. Stanford: CSLI Publications, 2003.

\_\_\_\_\_. Incorporation, plurality, and the incorporation of plurals: a dynamic approach. **Catalan Journal of Linguistics**, Barcelona, v. 3, p. 45-73, 2004. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/catalanjournal/article/view/18137/17978>>. Acesso em: 25/09/2011.

FERREIRA, M. B. **Argumentos nulos em português brasileiro. 113f**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000239589>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. Null subjects and finite control in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Ed.) **Minimalist essays in Brazilian Portuguese syntax**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 17-49. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 142).

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A posição sujeito no português brasileiro: Frases finitas e infinitivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FRIEDEMANN, M.-A.; SILONI, T. Agr<sub>object</sub> is not Agr<sub>participle</sub>. **The Linguistic Review**, Dordrecht, v. 14, n. 1, p. 69-96, 1997. Disponível em: <<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/tlir.1997.14.1.69>>. Acesso em: 25/09/2011.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, J. (Ed.) **The view from Building 20**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1993. p. 111-176.

HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**. PhD dissertation, University of Massachusetts, 1982.

HORNSTEIN, N. **A theory of syntax: minimal operations and Universal Grammar**. New York: Cambridge University Press, 2009.

IONIN, T.; MONTRUL, S.; SANTOS, H. An experimental investigation of the expression of genericity in English, Spanish and Brazilian Portuguese. **Lingua**, v. 121, n. 5, p. 963-985, 2011.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024384110002925>>. Acesso em: 24/09/2011.

KATO, M. A. **A semântica gerativa e o artigo definido**. São Paulo: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_. Sujeito e tópico: duas categorias na sintaxe? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 17, p. 109-132, 1988.

\_\_\_\_\_. Strong and weak pronominals and the null subject parameter. **Probus**, Nijmegen, v. 11, n. 1, p. 1-38, 1999. Disponível em: <<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/prbs.1999.11.1.1>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 2, p. 97-127, 2000a. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/7208/6654>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.) **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2000b. p. 223-257.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. P. Topicalization in European and Brazilian Portuguese. In: CAMACHO, J. et. al. (Ed.) **Romance linguistics 2006: Selected papers from the 36th Linguistic Symposium on Romance Languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 205-218.

KATO, M. A.; TARALLO, F. **Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects**. Trabalho apresentado em Georgetown Round Table in Languages and Linguistics, Georgetown University, Washington, DC. 1988.

\_\_\_\_\_. The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In: KOCH, I. V.; SCHLIEBELANGE, B. (Ed.) **Linguistik in Brasil**. Tübingen: Nyemeyer, 2003.

KAYNE, R. **The antisymmetry of syntax**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994. (Linguistic Inquiry Monographs, 25).

KESTER, E-P.; SCHMITT, C. Bare nominals in Papiamentu and Brazilian Portuguese: an exo-skeletal approach. In: GESS, R. S.; RUBIN, E. J. (Ed.) **Theoretical and experimental approaches to Romance linguistics: selected papers from the 34th Linguistic Symposium on Romance Languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 237-256.

\_\_\_\_\_. Papiamentu and Brazilian Portuguese: a comparative study of bare nominals. In: BAPTISTA, M.; GUERÓN, J. (Ed.) **Noun phrases in creole languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 107-143.

KISS, K. E. Identificational focus versus information focus. **Language**, Washington, DC, v. 74, n. 2, p. 245-273, 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/417867>>. Acesso em: 25/09/2011.

KLEIN, N. M. et. al. **Weak definite noun phrases: rich, but not strong; special, but not unique**. Ms, University of Rochester, 2006.

KRATZER, A. Stage-level and individual-level predicates. In: CARLSON, G; PELLETIER, F. J. (Ed.) **The generic book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 125-175.

\_\_\_\_\_. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, I. (Ed.) **Phrase structure and the lexicon**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 109-137.

KRIFKA, M. et. al. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G; PELLETIER, F. J. (Ed.) **The generic book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.

KROCH, A. Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. (Ed.) **Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society, v. 2**. Chicago: Chicago Linguistics Society, p. 180-201.

KURODA, S.-Y. The Categorical and The Thetic Judgment. **Foundations of Language**, v. 9, p. 153-185, 1972.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LASNIK, H. Case and expletives revisited: On Greed and other human failings. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 26, n. 4, p. 615-633, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178916>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Minimalist investigations in linguistic theory**. London/New York: Routledge, 2003. (Routledge Leading Linguists, 8).

LEGATE, J. A. Morphological and abstract Case. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 39, n. 1, p. 55-101, 2008. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40071421>>. Acesso em: 25/09/2011.

LIMA, P. G. S. O emprego do sujeito posposto como objeto. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 4, p. 1025-1036, 2009. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII\\_CNLF\\_04/o\\_emprego\\_do\\_sujeito\\_posposto\\_como\\_objeto\\_paola\\_goussain.pdf](http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/o_emprego_do_sujeito_posposto_como_objeto_paola_goussain.pdf)>. Acesso em: 25/09/2011.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice theoretical approach. In: BAUERLE, R.; SCHWARZE, C.; VON STECHOW, A. (Ed.) **Meaning, use and interpretation of language**. Berlin: De Gruyter, 1983. p. 303-323.

LIRA, S. Subject postposition in Portuguese (O sujeito posposto no português). **DELTA**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 17-36, 1986.

LONGOBARDI, G. Reference and proper names. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 25, n. 4, p. 609-665, 1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178880>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. "Postverbal" subjects and the mapping hypothesis. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 31, n. 4, p. 691-702, 2000a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4179128>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. The structure of DPs: principles, parameters and problems. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Ed.) **The handbook of contemporary syntactic theory**. Cambridge, MA: Blackwell, 2000b. p. 562-603.

\_\_\_\_\_. How comparative is semantics? A unified parametric theory of bare nouns and proper names. **Natural Language Semantics**, v. 9, n. 4, p. 335-369, 2001. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/yb6bhvxw2gy8fvqm/fulltext.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

\_\_\_\_\_. Determinerless nouns: a parametric mapping theory. In: COENE, M.; D'HULST, Y. (Ed.) **From NP to DP, v. 1: the syntax and semantics of noun phrases**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 239-254. (*Linguistik Aktuell/Linguistics Today*, 55)

LOPES, R. E. V. Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. In: SAGARRA, N.; ALMEIDA, J. T. (Ed.) **Selected proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium**. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2006. p. 252-262. Disponível em: <<http://www.lingref.com/cpp/hls/9/paper1383.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

LOWENSTAMM, J. On Little *n*, ROOT, and types of nouns. In: HARTMANN, J.; Veronika HEGEDUS, V.; VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.) **The sounds of silence: empty elements in syntax and phonology**. Amsterdam: Elsevier, 2008. p. 105-143.

MANZINI, M. R.; SAVOIA, L. M. **A unification of morphology and syntax**. New York/London: Routledge, 2007. (*Routledge Leading Linguists*, 14).

MARQUES, P. M. **Aspectos gramaticais e discursivos da ordenação sujeito-verbo no português arcaico**. 95f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<[http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/mestrado\\_2008\\_pdfs/priscilla\\_mouta\\_marques.pdf](http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/mestrado_2008_pdfs/priscilla_mouta_marques.pdf)>. Acesso em: 24/09/2011.

MASSAM, D. Pseudo noun incorporation in Niuean. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 19, n. 1, p. 153-197, 2001. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/k515675x0lw217w4/fulltext.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: Fonologia, morfologia, sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estruturas trecentistas**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MENUZZI, S. M. Adjectival positions inside DP. In: CREMERS, C.; BOK-BENEMA, R. (Ed.) **Linguistics in the Netherlands**, v. 11. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 127-138.

MILSARK, G. **Existential sentences in English**. PhD Dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1974.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, p. 169-189, 2003. Disponível em: <[http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/mioto.pdf](http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/mioto.pdf)>. Acesso em: 24/09/2011.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2007.

MÜLLER, A. L. P. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. **DELTA**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-208, 2002a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n2/v18n2a05.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

\_\_\_\_\_. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. **Probus**, Nijmegen, v. 14, n. 2, p. 279-298, 2002b. Disponível em: <<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/prbs.2002.011>>. Acesso em: 25/09/2011.

\_\_\_\_\_. Tópico, foco e nominais nus no português brasileiro. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; PIRES DE OLIVEIRA, R. (Ed.) **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 77-95.

MÜLLER, A. L. P.; OLIVEIRA, F. Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 9-36, 2004.

MUNN, A.; SCHMITT, C. Bare nominals and the morphosyntax of number. In: CRESTI, D.; TORTORA, C.; SATTERFIELD, T. (Ed.) **Current issues in Romance linguistics: Selected papers from the 29th Linguistics Symposium on Romance Languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 217-231.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, M. **Sur la postposition du sujet dans le portugais du Brésil**. Tese de doutorado, Paris 8, 1984.

NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos. **Revista de Estudos da Linguagem**, Campinas, v. 4, p. 31-74, 1995.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. P. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? **DELTA**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

NUNES, J. **Linearization of chains and sideward movement**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2004. (Linguistic Inquiry Monographs, 43).

\_\_\_\_\_. Relativized minimality and the Extended Peeking Principle. **Cuadernos de Lingüística**, Madrid, v. XIV, p. 73-86, 2007. Disponível em: <<http://www.ortegaygasset.edu/descargas/contenidos/nunes.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. Inherent case as a licensing condition for A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 83-108, 2008.

ORTEGA-SANTOS, I. On new information focus, sentence stress assignment conditions and the copy theory: a Spanish conspiracy. In: KAZANINA, N. et. al. (Ed.). **University of Maryland Working Papers in Linguistics**, College Park, v. 14, p. 188-212, 2006. Disponível em: <<https://umdrive.memphis.edu/rtgsntos/Ortega-Santos%2006%20UMWPiL.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

PARTEE, B. Topic, focus and quantification. In: MOORE, S. K.; WYNER, A. Z. (Ed.) **Proceedings of SALT 1**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991. p. 257-280. Disponível em: <<http://elanguage.net/journals/index.php/salt/article/view/1.159/1557>>. Acesso em: 25/09/2011.

PEREIRA, A. K. **A concordância nominal, verbal e nos predicativos em função das situações de fala de um único falante**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 1993.

PESETSKY, D.; TORREGO, E. The syntax of valuation and the interpretability of features. In: KARIMI, S.; SAMIAN, V.; WILKINS, W. K. (Ed.) **Phrasal and clausal architecture: syntactic derivation and interpretation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 262-294. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 101).

PICALLO, C. Nominals and nominalization in Catalan. **Probus**, Nijmegen, v. 3, n. 3, p. 279-316, 1991. Disponível em: <<http://www.reference-global.com/doi/pdf/10.1515/prbs.1991.3.3.279>>. Acesso em: 24/09/2011.

PILATI, E. N. **Sobre a ordem verbo-sujeito no português do Brasil**. 80f. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil**. 242f. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:

<[http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1048](http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1048)>. Acesso em: 24/09/2011.

POLLOCK, J.-Y. Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 20, n. 3, p. 365-424, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178634>>. Acesso em: 24/09/2011.

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

QUAREZEMIN, S. **A focalização do sujeito no português brasileiro**. 126f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0329.pdf>>. Acesso em: 25/09/2011.

RAPOSO, E. P. Romance inversion, the minimality condition and the ECP. In: **Proceedings of NELS, 18**. Amherst: GLSA, 1988. p. 357-374.

\_\_\_\_\_. **Affective operators and clausal structure in European Portuguese and European Spanish**. Trabalho apresentado no XXIV 24<sup>th</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages, Los Angeles.

RAPOSO, E. P.; KATO, M. A. As similaridades entre o português europeu e o português brasileiro: o caso do objeto nulo e do artigo nulo. In: MOURA, D. (Ed.) **Reflexões sobre a sintaxe do português**. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 73-96.

RIBEIRO, I. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Ed.) **Para a história do português brasileiro, v. 2: Primeiros estudos, tomo 1**. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 91-126.

RIZZI, L. **Issues in Italian syntax**. Dordrecht: Foris, 1982.

\_\_\_\_\_. **Relativized minimality**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1990. (Linguistic Inquiry Monographs, 16).

\_\_\_\_\_. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.) **Elements of grammar: Handbook in generative syntax**. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

ROOTH, M. Indefinites, adverbs of quantification, and focus semantics. In: CARLSON, G; PELLETIER, F. J. (Ed.) **The generic book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 265-299.

RULLMANN, H.; YOU, A. General number and the semantics and pragmatics of indefinite bare nouns in Mandarin Chinese. In: VON HEUSINGER, K.; TURNER, K. P. (Ed.) **Where Semantics Meets Pragmatics**. Amsterdam: Elsevier. p. 175-196. Versão pré-publicação disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/jhlZTY3Y/Rullmann%26You2003.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

SARAIVA, M. E. F. **Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português**. Campinas: Pontes, 1997.

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. 554f. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. A concordância de número nos predicativos e participios passivos. **Organon**, Porto Alegre, v. 18, n. 5, p. 52-70, 1991.

\_\_\_\_\_. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa – Norma e variação do português**, Lisboa, v. 12, p. 37-49, 1994.

SCHMITT, C; MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. In: HIROTANI, M. (Ed.) **Proceeding of NELS, 29**. Amherst: University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics, 1999.

\_\_\_\_\_. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. **Linguistic Variation Yearbook**, v. 2, p. 185-216, 2002.

\_\_\_\_\_. Number and indefinites. **Lingua**, v. 115, n. 6, p. 821-855, 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024384104000142>>. Acesso em: 24/09/2011.

SCHÜTZE, C. On the nature of default Case. **Syntax**, Oxford, v. 4, n. 3, p. 205-238, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9612.00044/pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

SOLTAN, U. **On formal feature licensing in minimalism: aspects of Standard Arabic morphosyntax**. PhD dissertation, University of Maryland, 2007. Disponível em: <<http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/7581/1/umi-umd-4836.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

SPENCER, A. Incorporation in Chukchi. **Language**, v. 71, n. 3, p. 439-489, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/416217>>. Acesso em: 25/09/2011.

SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 19, n. 3, p. 425-449, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25164903>>. Acesso em: 24/09/2011.

STJEPANOVIĆ, Sandra. **What do second position cliticization, scrambling and multiple wh-fronting have in common?** PhD dissertation, University of Connecticut, 1999.

\_\_\_\_\_. Free word order and copy theory of movement. In: CORVER, N.; NUNES, J. (Ed.). **The copy theory of movement**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 219-248. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 107).

TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: Variação intra- e inter-lingüística. **Preedição**, Campinas, v. 5, p. 315-353.

TAVEIRA DA CRUZ, R. **O singular nu e a (pseudo) incorporação no PB**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0411-T.pdf>>. Acesso em: 24/09/2011.

TORREGO, E. On the nature of clitic doubling. In: CAMPOS, H.; KEMPCHINSKY, P. (Ed.) **Evolution and revolution in linguistic theory**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1995. p. 399-418.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (Ed.) **Português brasileiro: Uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 263-306.

TORTORA, C. Evidence for a null locative in Italian. In: CINQUE, G.; SALVI, G. (Ed.) **Current studies in Italian syntax: essays offered to Lorenzo Renzi**. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 313-326.

URIAGEREKA, J. Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 26, n. 1, p. 79-123, 1995a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178889>>. Acesso em: 24/09/2011.

\_\_\_\_\_. An F position in Western Romance. In: KISS, K. (Ed.) **Discourse configurational languages**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995b. p. 153-175.

VIOTTI, E. Ordem VS no português brasileiro: questionando a existência de expletivos nulos. In: CASTILHO, A. et. al. (Ed.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007. p.131-158.

VIOTTI, E.; MÜLLER, A. L. P. O comportamento sintático e semântico dos sujeitos indefinidos no português brasileiro. **Revista Letras**, Curitiba, n. 60, p. 435-453, 2003. Disponível em: <[http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/paulamuller.pdf](http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/paulamuller.pdf)>. Acesso em: 24/09/2011.

VOTRE, S.; NARO, A. J. Inversão de sujeito na fala carioca. **Boletim da ABRALIN**, n. 6, p. 189-196, 1984.

WAL, J. V. D. Agreement inthetic VS sentences in Bantu and Romance. In: DE CAT, C.; DEMUTH, K. (Ed.) **The Bantu-Romance connection**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 323-350. (Linguistik Aktuell/Linguistics Today, 131).

ZILLES, A. M. S. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p-75-96, 2000.

ZUBIZARRETA, M. L. **Prosody, focus and word order**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998. (Linguistic Inquiry Monographs, 33).

ZUBIZARRETA, M. L.; VERGNAUD, J-R. The definite determiner and the inalienable constructions in French and in English. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, MA, v. 23, n. 4, p. 595-652, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4178791>>. Acesso em: 25/09/2011.